



Luís Fernando Prestes Camargo

**1848: o grande medo senhorial
O papel da insurgência escrava na abolição do tráfico
africano**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Luís Fernando Prestes Camargo

**1848: o grande medo senhorial
O papel da insurgência escrava na abolição do tráfico
africano**

Orientador: Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do título de Mestre em História,
na área de concentração de História Social da Cultura

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE/DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LUÍS FERNANDO
PRESTES CAMARGO E ORIENTADA PELO PROF. DR ROBERT ANDREW
WAYNE SLENES.

CPG, ____/____/____

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

C14m Camargo, Luís Fernando Prestes, 1969-
1848: o grande medo senhorial : o papel da insurgência escrava na abolição
do tráfico africano / Luís Fernando Prestes Camargo. – Campinas, SP : [s.n.],
2013.

Orientador: Robert Andrew Wayne Slenes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão. 2. Escravidão - Brasil - Insurreições, etc. 3. Escravos - Tráfico.
I. Slenes, Robert Andrew Wayne, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: 1848: the great fear : the role played by the slave insurgency on the
abolition of the slave trade

Palavras-chave em inglês:

Slavery

Slavery - Brazil - Insurrections, etc.

Slave-trade

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Robert Andrew Wayne Slenes [Orientador]

Sidney Chalhoub

Maria Helena Pereira Toledo Machado

Data de defesa: 18-10-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 18 de outubro de 2013, considerou o candidato Luís Fernando Prestes Camargo aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Robert Wayne Andrew Slenes", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sidney Chalhoub", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Maria Helena Pereira Toledo Machado

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Maria Helena Pereira Toledo Machado", is written over a horizontal line.

Resumo

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo inicial a compreensão de um plano de rebelião escrava, ocorrido em 1848, em uma série de localidades da região conhecida à época como Oeste Paulista. O ano em que as tentativas de rebelião ocorreram foi marcado pela instabilidade política. No Brasil, conservadores e liberais se digladiavam para tentar impor seu modelo de organização ao país. Na Europa, a Revolução de 1848 derrubou as principais casas monárquicas européias, além de acabar com a escravidão nas colônias francesas. Para complexizar o contexto, os ingleses estavam pressionando a sociedade escravista para que acabasse efetivamente o tráfico africano para o Brasil. Entre a escravatura das mais variadas regiões do país, todo esse complexo contexto político, aliado às formas tradicionais de organização comunitária, os encorajou a tentar obter a liberdade por meio de tentativas de insurreições que foram organizadas. Essas ações políticas da escravatura, embora não tenham alcançado sucesso imediato, criaram um ambiente de grande medo e tensão entre a população, pressionando a sociedade oitocentista a analisar mais profundamente o fim do tráfico africano de escravos.

Abstract

This dissertation initially aims to understand a plan for a slave rebellion in 1848, in the region then known as Paulista West. That year was marked by political instability. In Brazil, conservatives and liberals battled for political control. In Europe, the Revolutions of 1848 took down the main monarchist regimes and ended slavery in the French colonies. In addition, England was pressing hard to effectively end the transatlantic slave trade. This unstable and complex political context encouraged many slaves from various regions of Brazil to plan insurrections through traditional forms of community organization. In spite of their immediate and apparent failure, the slaves succeeded to create great fear and tension amongst the general population, pressing the 19th century slavery-based Brazilian society to consider more deeply the prospect of putting an end to the transatlantic slave trade.

Agradecimentos

Dedico este trabalho à minha família, especialmente Ruth e Zé Maria, pela formação e apoio, ao meu filho, Gabriel e ao meu irmão Kaká, pela amizade, aos colegas historiadores Fernando Teixeira da Silva (pelo incentivo na fase inicial, ainda como T.C.C.), Ana Gomes Porto (pela leitura pormenorizada, críticas e sugestões), Uacyr Siqueira e Danilo Albergaria, pela leitura dedicada e sugestões, e ao Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos (não leu, mas disse que gostou...), e ao Professor e orientador Robert Slenes, pela confiança, leitura qualificada e sugestões. Agradeço, ainda, aos professores de graduação, especialmente à Profa Virgínia Camilotti, Prof. Donato Ribeiro, Joseli Mendonça e ao Prof. Chico Miranda, verdadeira inspiração para a docência.

Dedico também - parafraseando Hobsbawm - às pessoas extraordinárias do passado, mais precisamente àqueles homens e mulheres comuns, que em muitas situações exteriorizaram à sociedade que a escravidão e a violência em seu nome cometidas eram inaceitáveis... o racismo e o apartheid, intoleráveis...

No entanto, dentre as milhares ou milhões que mereceriam ser lembradas, a esmagadora maioria não teve seus nomes, idéias, palavras e ações guardados para a posteridade. São aqueles que não apareceram nas fotos, filmes, processos judiciais, artigos de jornais, mas que imortalizaram sua força, determinação e perseverança ao participarem de um dos processos históricos mais dignos da nossa história, que determinou, depois de muita luta, o fim da escravidão e a luta contra o racismo.

Os poucos que foram resgatados pela memória histórica, em sua grade maioria por meio de processos judiciais, inventários e documentos de execução de sentenças, tiveram os corpos marcados pela violência, as mentes pela humilhação e indignação. Muitos, mais muitos deles, não sobreviveram à vingança da sociedade branca capitalista, que os prendeu, torturou, mutilou, enforcou, queimou, esquartejou...

Os nomes são muitos, mas seria impossível esquecer daqueles milhares que se revoltaram contra seus senhores e, nas palavras do corajoso Luiz Gama, cometeram violência legítima. Láureas também aos líderes de movimentos sociais rebeldes de impacto nacional ou até mesmo global, caso de Zumbi, dos líderes Malês, na Bahia, de Toussaint de L'ouverture e Dessalines, no Haiti, dos líderes da Rebelião de Demerara, dos quilombolas da Jamaica, de Sengbe Pieh, da rebelião no navio Amistad, e dos homens e mulheres comuns que partiram para a luta, entre tantos outros movimentos já tratados pela história. Isso tudo sem contar aquelas incontáveis rebeliões descobertas antes do alvorecer, resolvidas por meio da violência privada, e que se encontram perdidas na linha do tempo atlântica dos últimos quatro séculos... sob a perspectiva histórica, silenciadas...

É impossível esquecer também daqueles que conquistaram a dignidade por outros meios, caso de Oludah Equiano, ex-escravo e importante intelectual inglês, Nelson Mandela, que liderou um dos movimentos civis mais importantes do século XX, além dos milhares de afro-americanos que lutaram pelos direitos civis nos Estados Unidos da América. A incrível coragem da dona-de-casa Rosa Parks, de Martin Luther King, de Malcolm X, dos pais que permitiram as marcantes

paradas das crianças negras em cidades do sul dos EUA, dos manifestantes, ou dos corajosos Panteras-Negras (simbolizados pelo marcante ato de erguer os punhos com luvas negras na Olimpíada do México - sendo covardemente punidos pelo aristocrático Comitê Olímpico internacional), felizmente foram para sempre resguardados do esquecimento histórico. São exemplos que dignificam o sinuoso e errante percurso da humanidade e que poderão ser vistos e admirados pelas gerações futuras.

Por fim, dedico a pesquisa àqueles escravos e libertos que procuraram, parafraseando Christopher Hill, virar o mundo de cabeça pra baixo naquele longínquo 1848... fazendo com que a sociedade tivesse medo, um grande medo, que se sentissem, parafraseando Vitor Hugo, de forma semelhante aos europeus em 1848: sentados sobre um vulcão prestes a explodir.

Todos eles são inesquecíveis exemplos dos que foram da teoria à prática, à ação, lutando da forma que podiam para mudar a sociedade em que viviam.

À ousadia...
Fernão de Magalhães 1481-1524

No vale clareia uma fogueira.
Uma dança sacode a terra inteira.
E sombras disformes e descompostas.
Em clarões negros do vale vão
Subitamente pelas encostas,
Indo perder-se na escuridão.

De quem é a dança que a noite aterra?
São os Titãs, os filhos da Terra,
Que dançam da morte do marinheiro.
Que quis cingir o materno vulto -

Cingi-lo, dos homens, o primeiro.
Na praia ao longe por fim sepulto.
Dançam, nem sabem que a alma ousada
Do morto ainda comanda a armada,

Pulso sem corpo ao leme a guiar
As naus no resto do fim do espaço:
Que até ausente soube cercar.
A terra inteira com seu abraço.

Violou a Terra. Mas eles não o sabem,
e dançam na solidão;
E sombras disformes e descompostas,
Indo perder-se nos horizontes,
Galgam do vale pelas encostas.
Dos mudos montes.

Fernando Pessoa, Mensagem

Sumário

Introdução..... 01

Parte I. A ocupação do Oeste Paulista

1. O Oeste Paulista: de área fronteiriça à jóia da coroa 11
2. O Brasil e a grande política em 1848 23
3. A tentativa de insurreição de Piracicaba: abril de 1848 25

Parte II. Da Europa ao sudeste brasileiro. O trânsito de idéias interatlântico e o contexto brasileiro

1. A Revolução e a abolição da escravidão nas colônias francesas 33
2. Viajantes, marinheiros, mascates e desterrados: A ponte do Atlântico..... 38
3. Da Europa ao sudeste brasileiro..... 49
4. O papel dos estrangeiros 63

Parte III. O grande medo senhorial de 1848

1. Poderia o Brasil vir a ser um novo Haiti? 73

Parte IV. Relações de classe e sociabilidade escrava

1. O papel da religião nas rebeliões 115
2. Descrição dos rebelados: idade, estado civil e nascimento 120
3. A família escrava e o plano de insurreição 124
4. De escravo a ex-escravo: os libertos no plano de rebelião 135
5. Os escravos na rebelião 138
6. Dissensões e solidariedades no *andar de baixo* 141
7. Solidariedade 147
8. A cultura africana nas rebeliões de 1848 152
9. Nomes, classes sociais: espelho de uma sociedade escravista 155
10. A elite senhorial no julgamento 159

Parte V. Considerações finais

1. Repercussões das tentativas de rebelião 161
2. Julgamento e punição aos revoltosos: A pedagogia senhorial..... 173
3. Considerações finais. Minando o terreno: rumo ao fim do tráfico africano de escravos 178
4. Fontes utilizadas 188
5. Fontes primárias 189
6. Bibliografia 195

Lista de abreviaturas

AEB: Arquivo do estado da Bahia

AEL: Arquivo Edgard Laurenroth

ALESP: Assembléia Legislativa de São Paulo

APEB: Arquivo Público do estado da Bahia

AESP: Arquivo Público do estado de São Paulo

AFCP/CCMW: Arquivo do Fórum da Comarca de Piracicaba/Centro Cultural Martha Watts.

ACVP - Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba

AHALESP: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo

AML: Arquivo e Biblioteca Municipal de Lorena

AN: Arquivo Nacional

BN: Biblioteca Nacional

CMC: Câmara Municipal de Campinas

CMG: Câmara Municipal de Guaratinguetá

CMI: Câmara Municipal de Itu

CML: Câmara Municipal de Lorena

CMP: Câmara Municipal de Piracicaba

CMS: Câmara Municipal de Silveiras

CMU: Centro de Memória da Unicamp

fl/fls: folha/folhas

IHGP: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

lv: livro

MAHMI: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Itu

MRCI: Museu Republicano Convenção de Itu

of.: ofício

v. : verso

Lista de ilustrações

01. Contra-capa do *Summario Crime* referente ao plano de levante de escravos de Piracicaba. (p. 191);
02. Ilustração do pelourinho de Piracicaba. (p. 192);
03. Forca de Piracicaba. (p. 193);
04. Correspondência entre o governo de S. Paulo e a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo (p.194).

Introdução

O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o final do XIX representou, para o ocidente, uma fase de rápidas e profundas transformações sociais, econômicas, culturais e políticas.

O continente americano, dependente econômica e politicamente da Europa desde a invasão e posterior ocupação, iniciada no final do século XV, conheceu grandes mudanças. Em um período inferior a meio século, a partir do início do XIX, as colônias americanas, salvo poucas exceções, tornaram-se independentes politicamente da Europa.

A sociedade européia, anteriormente baseada no lugar social de nascimento e do parentesco, passou por um processo de transformação significativo, impactando o modo de vida de todo o ocidente e regiões agregadas, no caso, principalmente, a América. Afinal, apesar de independentes politicamente, as recém nascidas nações americanas estavam umbilicalmente ligadas - e dependentes - das grandes potências do velho continente.

As relações de trabalho na América, baseadas, principalmente, no modo de produção escravista, por meio do uso de mão-de-obra escrava africana, também foram impactadas de forma progressiva no decorrer desse período, mais intensamente a partir do final do século XVIII. As razões da perda de legitimidade da escravidão parecem apontar para a confluência de alguns fatores, com destaque às idéias liberais e iluministas, à circulação de idéias radicais, e à resistência e violência escravas.

Nesse período de rápidas mudanças, as relações entre escravos e senhores no novo mundo conheceram um período de crescente tensão, muitas vezes materializadas em violência, com a eclosão de grandes rebeliões. Esses foram os casos do Haiti, entre o final do século XVIII e início do XIX, Demerara (Guiana), em 1823, Jamaica, em 1835, além de Carrancas (MG), em 1833, e Malês, em 1835 (BA), entre tantas outras rebeliões escravas já analisadas pela historiografia ocidental. Isso tudo sem citar as incontáveis tentativas de insurreições escravas e planos de rebeliões descobertos e reprimidos antes de eclodirem.

É neste ocidente de profundos debates e grandes tensões, uma sociedade em rápida transformação, que se localiza o objeto de estudo desta dissertação de mestrado, que procurou, inicialmente, reconstituir e compreender um fugidio acontecimento: um plano de insurreição escrava, ocorrido no ano de 1848, envolvendo uma série de localidades da região então chamada de Oeste Paulista, na província de São Paulo.

O plano de insurreição, localizado em algumas vilas e freguesias dessa região, foi organizado na *Villa da Constituição*¹, atual cidade de Piracicaba. Envolveu escravos e libertos de Piracicaba, Limeira e Rio Claro. Houve suspeitas da participação de libertos e cativos de Campinas, Indaiatuba, Itu e Salto.

O período de organização da tentativa de insurreição, quando ocorreram as conversações entre os escravos participantes, forros e um mascate europeu, deu-se de abril a julho de 1848, um período de grande instabilidade política, tanto no Brasil quanto na Europa.

Na política interna, dentro do contexto bipartidário imperial - conservadores e liberais - o foco da instabilidade ocorreu em razão da contestação do pleito eleitoral, realizado no final de 1847, no qual os liberais venceram as eleições, mas foram acusados de fraude, violência e intimidação por parte dos conservadores. Desde o referido pleito até 1848, quando foi realizada nova eleição, houve forte tensão entre os dois grupos políticos, com ataques pelos jornais, violência física e assassinatos, resultando em inúmeros processos judiciais, ocasionando forte pressão sobre o imperador. As assembleias provinciais e muitas das câmaras de vereadores, grosso modo, ficaram praticamente paralisadas em razão da disputa política.

No auge da radicalização, a eclosão do movimento em Pernambuco, que culminaria na Revolução Praieira, trouxe ainda mais preocupações à coroa brasileira, pois o sistema de governo pretendido por parte dos amotinados era a república; mais do que isso, era um confronto político grave, que trazia o

¹ Em 1848, apesar de se chamar oficialmente *Villa da Constituição* havia mais de duas décadas, o vilarejo às margens do rio Piracicaba continuava a ser conhecido pela população por Piracicaba. Até mesmo o presidente da província, em seu relatório anual sobre o ano de 1848, referiu-se à localidade pelo nome do rio. Em alguns documentos, o local é chamado de Piracicaba, em outros, *Villa da Constituição*. Neste trabalho, as duas formas foram utilizadas.

recrudescimento da violência em um horizonte recentemente pacificado, de relativa tranquilidade interna, marcado pela consolidação política do Brasil enquanto Estado-nação.

Para agravar a situação, a política externa trouxe ainda mais instabilidade à Coroa: no final de fevereiro a Europa entrou em uma de suas revoluções mais importantes, varrendo as principais casas imperiais do velho continente. No caso específico de Paris, após a fuga do imperador, caiu a monarquia símbolo das casas imperiais do ocidente, seguida da transformação do sistema político para república.

Na confluência dos planos interno e externo, desde o final do ano anterior, 1847, intensificou-se a pressão inglesa para que o tráfico intercontinental de escravos acabasse definitivamente. O motivo é que a legislação de 1831, que acabaria, em tese, com o tráfico africano de escravos, não trouxe os resultados desejados; pelo contrário, aumentou significativamente o número de africanos desembarcados no país². Por isso, a Inglaterra passou a pressionar a Coroa brasileira, exigindo atitudes concretas para que o tráfico efetivamente acabasse. No entanto, como o Brasil não cumpriu a sua parte no tratado que deveria erradicar o tráfico africano, os britânicos passaram a vistoriar e, caso fossem constatadas evidências de tráfico, apreender embarcações brasileiras até mesmo dentro de portos do país, o que configurava um sério ataque à soberania nacional. No mais, criava-se um ambiente hostil à escravidão e trazia instabilidade e tensão ao modelo, pois o comércio de escravos africanos era um dos pilares do sistema, alimentando constantemente o mercado de acordo com as necessidades de mão-de-obra.

Além disso, com a revolução europeia, iniciada no final de fevereiro, houve uma decisão impactante relacionada à escravidão, tomada logo após a queda da monarquia francesa: no dia 04 de março de 1848, com confirmação pela Assembléia Nacional Francesa em 27 de abril, foi decidido o fim da escravidão em todos os territórios e possessões franceses.

² Florentino, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Na análise desse plano de insurreição, nas várias localidades, guardadas suas especificidades, existe, entre os elementos que as motivaram, um, em especial, que chama a atenção pela sua peculiaridade: o impacto de idéias radicais, que estavam sendo apropriadas pelos escravos em suas lutas pela liberdade.

Esta pesquisa, feita sob a perspectiva da história social da cultura, pretendeu contribuir para analisar as experiências dos escravos envolvidos e compreender a apropriação, pelos cativos, das idéias consolidadas pela Revolução Francesa, dos atos de restrição ao tráfico impostos pelos ingleses, e do incipiente radicalismo das idéias propagadas pela revolução européia, ocorrida em 1848. Pretendeu ainda, mesmo que de forma conjectural, compreender uma mudança de mentalidade que estava em curso na Europa a partir do terceiro quartel do século XVIII, fazendo com que, progressivamente, a população passasse a se organizar para pressionar pelo fim do tráfico e da escravidão.

Sabe-se que desde o último quarto do século XVIII e início do XIX, essas novas idéias, juntamente à resistência cotidiana e às rebeliões, de forma crescente acabaram por destruir o consenso escravista existentes na América e Europa³. Sob a perspectiva dos brancos europeus, esse movimento pode ser observado, inicialmente, por meio da formação de associações contra o tráfico de escravos e, posteriormente, à escravidão. Além disso, quase sincronicamente a esses movimentos, houve a constituição de uma série de obstáculos, primeiramente ao tráfico e, anos depois, à escravidão, tendo à frente, principalmente, Inglaterra e França. A título de exemplo, de acordo com Seymour Drescher⁴, os primeiros obstáculos ao tráfico de escravos surgiram ainda no último quarto do século XVIII, mais precisamente em 1772, quando foi decidido pelos tribunais ingleses que o tráfico de escravos estava em desacordo com as leis britânicas. Nos anos seguintes, em 1774, o Congresso Continental dos Estados

³ Desde a eclosão da Revolução Francesa, notadamente após a fase radical da revolução, a abolição da escravidão foi objeto de debate pela Assembléia Nacional Francesa. Na Inglaterra, a partir do último quartel do século XVIII, iniciou-se o debate sobre a legitimidade da escravidão que, anos depois, acabaram determinando a abolição na Inglaterra e, posteriormente, a pressão sobre o tráfico africano de escravos.

⁴ DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Antislavery British Mobilization in Comparative Perspective*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1987.

Unidos banuiu as importações de escravos, que seriam, entretanto, restauradas em determinados estados com a constituição federativa posterior à independência. Na França, outra nação importante para o processo de deslegitimação da escravidão, ainda em 1788, portanto, antes da revolução, foi formada a *Société des Amis des Noirs*; em 1793, com a fase radical da Revolução Francesa, aboliu-se temporariamente a escravidão, que seria, no entanto, restaurada parcialmente em territórios ultramarinos e colônias após a ascensão de Napoleão Bonaparte. Na Inglaterra, segundo Emília Viotti da Costa⁵, ainda em 1787 foi formada, em Londres, a primeira sociedade contrária ao tráfico de escravos. Nesse mesmo ano, de acordo com Drescher⁶, populares de Manchester lançaram a primeira campanha com vistas ao recolhimento de assinaturas para uma petição proibindo o tráfico.

É importante destacar que essas associações não estavam circunscritas aos círculos mais letrados, instruídos ou à vanguarda política, embora, muito provavelmente, tiveram origem nesses estratos. Para se ter uma idéia do alcance desses movimentos contestatórios do direito de uma pessoa escravizar outra, ainda segundo Emília Viotti,

Operários e operárias vinham também sendo recrutados em números crescentes para os quadros abolicionistas. De 1788 a 1781, o número de assinaturas nas petições pela abolição do tráfico de escravos subiu de 60 mil para 400 mil. Em Manchester, numa população total de 60 mil habitantes, 20 mil pessoas (virtualmente todos os adultos da cidade) assinaram uma petição, evidenciando tanto a capacidade de mobilização dos abolicionistas quanto a compreensão, pelos peticionários, do caráter universal da mensagem revolucionária de liberdade e igualdade. .. Na mente de muitas pessoas “do povo”, a abolição do tráfico de escravos estava ligada aos princípios democráticos, e a liberdade dos escravos aos direitos dos homens livres⁷.

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Lágrimas de Sangue, Coroas de Glória*. tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶ DRESCHER, Seymour, *Op. Cit.*

⁷ COSTA, Emília Viotti da, *Op. Cit.*

Premidos por esse movimento, no início do século XIX as primeiras leis inglesas de restrição ao tráfico, conjugadas a acordos diplomáticos com outras nações, infligiram um crescente isolamento aos países que participavam do tráfico intercontinental de escravos e, posteriormente, aos que tinham um modo de produção baseado nesse tipo de mão-de-obra.

Sob outra perspectiva, os escravos, na dura vida que levavam, parecem ter se apropriado de muitas dessas novas idéias, mesmo que resignificadas de acordo com as próprias visões de mundo e o contexto político do momento. De forma crescente, por um amálgama de fatores, a apropriação dessas novas idéias pelos cativos parece ter sido central para destruir a legitimidade do sistema escravista na América, fazendo com que a abolição brasileira, em maio de 1888, resultasse de um processo histórico com dois elementos centrais agindo sincrônica e historicamente: um crescente dissenso entre os brancos, resultante de uma nova mentalidade, que determinou o fim da escravidão e da servidão em quase todas as nações européias e americanas e, da mesma forma, uma progressiva insubordinação escrava, resultando, em princípio, em um aumento significativo no número de assassinatos de senhores, no aumento das fugas e na recusa ao trabalho⁸.

Por essas e outras razões tentou-se analisar, mesmo que a título de simples conjectura, a seguinte questão: até que ponto as idéias européias, liberais e iluministas, mas também as radicais, influenciaram o comportamento dos cativos no período imediatamente anterior ao final do tráfico africano? Indo ainda mais longe: até que ponto a percepção da crescente deslegitimação do regime escravista pelos próprios cativos, pôde aumentar a violência e insubordinação

⁸ No Brasil uma série de obras analisaram o período final da escravidão, entre elas: MACHADO, Maria H. P. T. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987. e *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994. AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – século XIX*. RJ: Paz e Terra, 1987. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. WISSENBACH, M. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec / História Social, USP, 1998.

escravos? Qual foi, na teia de relações de forças que propiciou essa mudança decisiva - como foi o caso do fim do tráfico africano - o papel dos escravos e das suas atitudes radicais que, espalhando medo e tensão, colaboravam para a contestação da legitimidade da escravidão?

Na primeira parte do trabalho, o objetivo foi analisar o contexto econômico, demográfico, político e social do Oeste Paulista, mais particularmente da Vila da Constituição (atual Piracicaba), mas também de Rio Claro e Limeira, à época uma região em rápido desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, ocupação territorial e expansão demográfica.

Na seqüência, a intenção foi compreender os planos de rebelião à luz do contexto da grande política brasileira e da européia. Procurou-se, assim, compreender a relação entre a grande política européia, a nacional e a leitura que os escravos fizeram daquelas grandes transformações.

Por essa razão, foi dado destaque ao trânsito das idéias radicais européias para o Brasil e ao papel dos mascates e estrangeiros, muitos deles, naquele momento, expressando publicamente a desaprovação à escravidão e, principalmente, informando aos cativos sobre o fim da escravidão nas colônias francesas e sobre a pressão inglesa para que o tráfico africano acabasse.

Na terceira parte do trabalho deu-se destaque ao medo de 1848, um desdobramento dos acontecimentos europeus, e do temor da elite branca pela por uma possível haitinização do país. Através de dados demográficos, discursos de autoridades e artigos de jornais, procurou-se responder à seguinte questão: em virtude dessa confluência de fatores políticos internos e externos e da possível radicalização da resistência escrava, existiu, realmente, entre 1848 e 1850, quando foi aprovada a legislação que, efetivamente acabou com o tráfico africano, um grande medo de levantes escravos?

Na seqüência procurou-se reconstruir a visão daqueles que estavam comprometidos nos planos de rebelião. Para isso, deu-se destaque à etnicidade dos envolvidos, suas ocupações, relações comunitárias e familiares, variáveis importantes para a compreensão dos planos de insurreição escrava.

Por fim, na última parte, o objetivo foi compreender as repercussões das tentativas de rebelião e seus possíveis desdobramentos. É quase desnecessário lembrar, segundo a historiografia contemporânea sobre a escravidão, que o fim do tráfico intercontinental de escravos, ocorrido a partir de 1851, foi decorrência, além da pressão inglesa, da necessidade de 'civilizar o país'. Dentre outras obras que analisaram essa questão, uma em especial, de autoria de Jaime Rodrigues⁹, cita apenas de passagem o medo desses eventos, baseado em pesquisa de Robert Slenes¹⁰. Um dos objetivos desta pesquisa foi tentar analisar se essa variável – um possível "grande medo", consequência das inúmeras tentativas de insurreições escravas, tem evidências suficientes para ser alçado, pela historiografia, como um elemento importante para a aprovação da lei que efetivamente acabou com o tráfico africano de escravos.

O núcleo da pesquisa sobre as rebeliões focou, em suas fontes primárias, o espaço de tempo entre janeiro de 1848 e o final de 1851, data limite na qual foram analisados possíveis desdobramentos resultantes da tensão causada pelo contexto político e insubordinação escrava.

Tanto a pesquisa sobre o plano de insurreição em si, quanto as repercussões, ficaram centradas às fontes que tratam das regiões citadas, ou seja, às províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, embora sejam analisadas superficialmente tentativas de rebeliões que ocorreram nesse mesmo ano em outras partes do país, caso de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Salvador, na Bahia, além da tensão ocorrida no Pará.

A discussão historiográfica, tradicionalmente feita no início dos trabalhos acadêmicos, foi, por iniciativa própria, pulverizada entre os diversos itens discutidos ao longo da dissertação.

Procurou-se, enfim, analisar a contribuição das novas idéias radicais européias junto aos elementos tradicionais de resistência escrava. Parafraseando

⁹ O medo das insurreições escravas foi analisado superficialmente por RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: editora da Unicamp, 2000. Jaime Rodrigues cita o medo das insurreições com base em pesquisa de Robert W. A. Slenes.

¹⁰ SLENES, Robert A. W. "Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta do Brasil." *Revista USP*, nº12, dez.jan.fev. 1991-92, p. 48-67.

Hobsbawm¹¹, não apenas descobrir o passado, mas contribuir para que possamos compreender, através da história dos homens e mulheres comuns, a lógica de conflitos que nos possibilitou chegar até aqui.

¹¹ Hobsbawm, Eric "A História britânica e os anais: um comentário." IN *Sobre História*. tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 193-200.

Parte I. A ocupação do Oeste Paulista

1. O Oeste Paulista: de área fronteiriça à jóia da coroa

A ocupação da região intitulada no século XIX de Oeste Paulista, da qual faziam parte, entre outras, as localidades de Campinas, Piracicaba, Rio Claro e Limeira, analisadas nesta pesquisa, foi intensificada apenas na primeira metade do século XIX.

Antes disso, grande parte da região era composta por áreas com cobertura florestal, grosso modo habitadas por indígenas. Além deles havia poucas e pequenas comunidades de pescadores e agricultores, em sua maioria produzindo para a subsistência. Devido, principalmente, à falta de atrativos econômicos e à dificuldade de comunicação e transporte, a região desenvolveu-se lentamente no período colonial.

No caso específico de Piracicaba, de acordo com Torres¹², o processo de ocupação teve início apenas no final da década de 1710, com a descoberta de ouro em Cuiabá, local que fazia parte da então Capitania de São Paulo. Esse primeiro impulso de desenvolvimento ocorreu, principalmente, devido à posição geográfica privilegiada do vilarejo, ao sopé da queda d'água do Rio Piracicaba, um dos mais importantes caminhos para abastecer Cuiabá com homens, víveres e material para o garimpo. Piracicaba era um dos principais pontos de partida das expedições para o sertão e, por essa razão, passou também a ser um local com potencial para fornecer gêneros alimentícios aos que tentavam a sorte na mineração. Em consequência disso, na década de 1720, foram abertos caminhos terrestres entre o povoado e Itu e, posteriormente, a Campinas, ligando a localidade a São Paulo e Santos.

Grande parte desse movimento inicial de ocupação esteve, portanto, associado ao garimpo e às dificuldades encontradas para o transporte aos locais de extração do ouro. Além disso, havia doenças, índios bravios e, por parte da coroa, a necessidade de controlar o movimento aurífero, para que pudessem ser

¹² TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.

cobrados os impostos devidos. Este último fator pesou na decisão da coroa portuguesa de ordenar a construção de uma estrada – na verdade, um caminho estreito pelo mato - até o local de mineração.

Este primeiro caminho terrestre até o salto que dá nome à cidade foi aberto apenas em 1725, tendo como ponto de partida a Vila de Itu. O responsável pela empreitada, o ituano Felipe Cardoso¹³, recebeu da coroa portuguesa a primeira sesmaria, dando início à ocupação oficial de Piracicaba, no entanto, já habitada por pequenos agricultores e pescadores, além da população autóctone. Um ano depois, outro caminho, ligando São Paulo a Cuiabá, cortou o rio Piracicaba logo abaixo da grande queda d'água.

Nas duas décadas seguintes, o crescimento econômico e demográfico do povoado foi mantido graças ao garimpo distante. No entanto, de acordo com Mario Neme¹⁴, o chamado ouro de aluvião – encontrado principalmente no leito dos rios e áreas próximas – durou pouco mais de 10 anos nas planícies de Cuiabá.

Nesse mesmo período, segundo quarto do século XVIII, ocorreram grandes contendas com indígenas que habitavam as áreas entre Piracicaba e Mato Grosso. Entre 1734 e 1737, ainda segundo Mario Neme¹⁵, expedições militares foram organizadas com o único intuito de eliminar os índios que causavam problemas às expedições. O genocídio teve como consequência o desaparecimento dos Paiaguá, Caiapó e Guaicuru das regiões próximas, acabando com os problemas enfrentados pelas expedições auríferas¹⁶.

¹³ Sobre o caminho supostamente aberto por Felipe Cardoso, é muito provável que, na realidade, ele tenha apenas ampliado e melhorado, talvez apenas limpado, um caminho já existente, havia muito tempo utilizado por índios e mineradores. Essa hipótese é reforçada pela pequena capacidade financeira do ituano, além do espaço de tempo utilizado para a abertura do caminho, menos de 6 meses.

¹⁴ NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. 2ª edição. Piracicaba: Editora Franciscana, 1974.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Outro autor importante que pesquisou o apresamento e genocídio de etnias indígenas foi John Manuel Monteiro. Em suas pesquisas, centradas principalmente nos séculos XVII e início do XVIII, o autor analisou a consolidação do povoamento de São Paulo de Piratininga, o avanço para o interior e o impacto desse processo para as etnias indígenas que ocupavam essas áreas antes da invasão europeia. De acordo com ele, desde os primórdios da expansão demográfico-espacial, corrida entre os séculos XVI e XVIII, os indígenas conheceram um rápido declínio, fruto, principalmente, da escravização e, no caso dos que resistiram, genocídio. Fonte: Monteiro, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Entre a década de 1740 e o início da segunda metade do século XVIII, após a decadência do período aurífero, a localidade ganhou algum destaque como porto de apoio e local de produção de alimentos para a colônia de Iguatemi (Ivaí), construída pela coroa portuguesa com o intuito de ocupar áreas em litígio com a Espanha e, conseqüentemente, expandir o território.

A construção do Forte de Iguatemi trouxe benefícios ao local, possibilitando um segundo surto de incremento econômico-demográfico. Piracicaba, mais uma vez, era um dos locais utilizados como porto para embarque dos homens que eram levados à guarnição militar.

Até esse período a localidade era a última povoação importante do Oeste Paulista em direção ao interior¹⁷, ficando estrategicamente localizada na chamada Boca do Sertão. Após o local havia cobertura florestal e aldeias indígenas. Outros locais próximos, caso das vilas de São Carlos (atual Campinas) e as freguesias de São João do Rio Claro e Limeira, eram também pequenos povoados. A título de exemplo, no início do século XIX, mais precisamente em 1818, em viagem do Porto de Santos a Cuiabá, o viajante francês Luiz D'Alincourt¹⁸ descreveu a Vila de São Carlos de Campinas como um vilarejo com algumas poucas e pobres casas.

No entanto, nesse período, a província de São Paulo estava passando por um rápido processo de transformação, resultante, principalmente, da intensificação da cultura de dois produtos: café e cana-de-açúcar. No Vale do Paraíba, onde o café chegou nesse primeiro quartel do século XIX, a região passou por um importante surto de enriquecimento e crescimento econômico-demográfico. O mesmo fenômeno acontecia no Oeste Paulista, só que por meio da cana-de-açúcar. De acordo com D'allincourt ,ao passar pela Vila de Jundiaí, no trajeto para Campinas, uma grande floresta, descrita em 1818, não mais existia em 1823, apenas cinco anos depois. A própria descrição de São Carlos de Campinas, "Vila ainda pequena"¹⁹ em 1818, traz no rodapé uma correção, feita

¹⁷ Em direção ao sertão, no sopé da grande serra, obstáculo em direção ao Mato Grosso, havia ainda Araraquara, o último povoado. Segundo relatos da época, era uma pequena vila com meia dúzia de casas.

¹⁸ D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Pôrto de Santos à Cidade de Cuiabá*. trad. de Affonso de E. Taunay. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

¹⁹ *Ibidem*, p. 51.

quando por lá novamente passou, em 1823: desta vez com “grande número de casas arruadas”²⁰.

É importante destacar que esse viajante, ao descrever o Oeste Paulista, não fez qualquer menção ao café que, apesar de estar em franca expansão pela província de São Paulo, apenas iniciava a ocupação das terras da região. Quando descreveu a economia agrária da Vila de São Carlos, D’Alincourt deu destaque à cana-de-açúcar, principal produto da região, e à produção de gêneros alimentícios. Nas décadas seguintes o café se tornaria hegemônico na maior parte da região, excetuando algumas localidades, caso de Piracicaba, onde a cana-de-açúcar continuaria dividindo a importância econômica com esse produto.

* * *

Em relação à invasão da terra na região do Oeste Paulista, os movimentos mais consistentes datam da primeira metade do século XIX e estão diretamente relacionados a um acontecimento histórico sem precedentes na história mundial, ocorrido entre o final do XVIII e a primeira década do século XIX, a milhares de quilômetros de distância, no Caribe: a vitória das forças negras no Haiti, tendo como consequência a formação da primeira nação de mulatos e ex-escravos. No entanto, a épica vitória na guerra de independência contra franceses, ingleses e espanhóis, potências econômico-militares do período, também trouxe como resultado a desestruturação da economia açucareira haitiana, responsável por cerca de 1/3 da produção mundial²¹. Com isso, nos anos seguintes, houve aumento significativo no preço da arroba do produto, estimulando a produção de açúcar em vários países tropicais da América, caso do Brasil.

Nesse contexto, em Piracicaba, de acordo com Torres²², a invasão foi intensificada com a doação de mais de uma dezena de sesmarias pela coroa portuguesa. Por conta disso, houve rápido crescimento do número de engenhos

²⁰ *Ibidem*, p. 51.

²¹ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: editora da Unicamp, 1989.

²² TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.

de açúcar, criando a necessidade de uma quantidade significativa de mão-de-obra escrava. O resultado foi um rápido crescimento econômico-demográfico que transformou a paisagem local em um curto período de três décadas.

Na localidade, segundo Torres²³, havia terras consideradas de excelente qualidade para o plantio da cana e, com o aumento do preço do açúcar e o conseqüente estímulo ao plantio, houve uma verdadeira corrida de famílias abastadas de ituanos e campineiros, ávidas por novas terras para ampliar as plantações de cana.

Esse rápido processo de invasão pode ser observado por meio de comparações com dados demográficos da então Freguesia de Piracicaba datados de 1775, que apontavam apenas 231 moradores, divididos em 5 fogos²⁴, não havendo sequer um engenho de cana-de-açúcar, com dados posteriores, do início do século XIX, quando a população ultrapassou a marca de 15.000 habitantes, isso antes da separação de Limeira e São João de Rio Claro. O núcleo habitacional, delineado em 1784 ao lado da grande queda d'água do rio Piracicaba, não passava de um minúsculo povoado até o início do XIX.

Transformada em vila por decreto de 1821, a jurisdição da Câmara dos Vereadores de Piracicaba, que passou a chamar-se Villa da Constituição²⁵, compreendia extensa área: incluía as freguesias de Araras, Pirassununga, São Carlos, Descalvado, Bebedouro, Araraquara, São José do Rio Preto, Limeira, São João de Rio Claro e São Pedro, entre outras localidades, ou seja, parte significativa da então província de São Paulo.

Dados de 1818 referentes apenas à área rural, demonstram que a maior parte da crescente população cativa fora trazida para trabalhar nos engenhos, que cresciam em ritmo vertiginoso quando comparados com dados do censo anterior, de 1775, quando não havia nenhum. Parte das propriedades rurais também produzia, de acordo com dados da Câmara dos Vereadores²⁶, gêneros de

²³ TORRES, *Op. Cit.*

²⁴ TORRES, *Op. Cit.*

²⁵ O nome *Villa da Constituição*, de acordo com Mário Neme, deriva de uma homenagem à nova constituição portuguesa, promulgada em 1817. Fonte: Neme, Mário. História da Fundação de Piracicaba. Piracicaba: Franciscana, 1974, 2ª edição.

²⁶ Atas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Anos de 1847-1848, lv 8.

subsistência. Por essa razão, pode-se inferir que parte dos ‘proprietários’ dos pequenos sítios produziam para a própria subsistência, enquanto outros criavam gado e gêneros alimentícios para serem consumidos nos núcleos urbanos, ou ainda, para venda aos engenhos²⁷.

Por isso, embora passassem de 200, os proprietários dos pequenos sítios tinham pouca capacidade financeira para a aquisição de escravos. A tabela a seguir traz dados de 1818, da área rural, com o número de escravos em engenhos e sítios, de 8 bairros nos quais Piracicaba estava administrativamente organizada²⁸.

Nº de engenhos e escravos	Engenhos	Escravos em engenhos	Sítios	Escravos em sítios
Bairros				
Rio Abaixo	10	180	48	32
Estrada de Itu e Porto Feliz	7	178	40	48
Lambari e estrada de São Carlos	14	318	56	19
Demais 5 bairros, incluindo outras freguesias, como São Carlos, Araraquara, etc...	0	0	72	134
Total	31	676	216	233

De acordo com esses dados, havia 909 escravos no ano de 1818, em sua maior parte, cerca de 74%, divididos em 31 engenhos, uma média de quase 22 cativos por unidade produtiva. Nos sítios, em número de 216, havia uma média pouco superior a um escravo por propriedade, guardada a especificidade do termo *propriedade* naquele início de 1848²⁹, quando ainda não havia entrado em vigor a

²⁷ Apesar dessa possibilidade, dados de 1818 sobre a propriedade de escravos por pequenos sítiantes, que produziam, principalmente, alimentos, revelam pouquíssimo poder de compra de escravos. Podem revelar que o comércio de gêneros alimentícios muito provavelmente era pequeno. Essa hipótese é reforçada por dados fornecidos pela Câmara na década de 1840, os quais demonstram que a maior parte dos engenhos produzia, além de cana-de-açúcar (com crescimento na produção de café), gêneros alimentícios, tais como milho, feijão e mandioca, entre outros produtos, além da criação de pequenos animais para abate, o que garantia menos dependência dos gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos sítiantes. Esses dados estão presentes nos livros de Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba.

²⁸ TORRES, *Op. Cit.*

²⁹ Muitos dos pequenos sítios foram classificados como sendo áreas de posse de famílias. Isso ocorreu porque muitas dessas famílias de pequenos sítiantes já estavam alocadas antes da doação das sesmarias, ou seja, eram posseiros. Além disso, muitas doações de sesmarias, feitas

nova Lei de Terras, primeira tentativa de regularização da propriedade rural da terra no Brasil.

Em 1825, de acordo com dados enviados pela Câmara dos Vereadores³⁰ ao governo provincial com estatísticas demográficas, o número de escravos havia aumentado para 2669, um aumento de quase 200% em apenas 7 anos. Desses, 593 eram identificados como "crioulos" (cerca de 22%), dos quais 308 eram homens (52% do total) e 285 mulheres (48%). Os outros 2076 eram africanos (cerca de 78% do total), sendo 1405 do sexo masculino (67.7%) e 671 do feminino (32.3%), uma proporção ligeiramente superior a 2 X 1.

Não há dados sobre a origem étnica dos escravos africanos e nem dos ascendentes dos crioulos. A análise dos dados demográficos revela que os escravos nascidos na África perfaziam cerca de 78% do total da escravatura, uma porcentagem significativamente alta. Isso se explica em razão do Oeste Paulista ser uma área de ocupação recente e de forte expansão agrícola, portanto, com plantéis adquiridos há pouco tempo, principalmente por meio do tráfico intercontinental. Isso tudo apesar da proibição do tráfico africano ter quase 20 anos, pois na prática, de acordo com Florentino³¹, os escravos continuaram chegando em grande quantidade e sob a complacência das autoridades locais.

Em 1828, de acordo com Torres³², a população estava significativamente maior. Em parte esse fenômeno pode ser explicado pelo contínuo e acelerado crescimento econômico associado à expansão agrícola da cana-de-acúcar. No entanto, existe outro elemento que explica a razão dessa tamanha diferença : a maior abrangência e organização do processo de contagem da população. Em recenseamento realizado pelas sete Companhias de Ordenanças do Município³³,

pela coroa portuguesa, garantiam a posse desses pequenos sítios dentro das áreas doadas. No entanto, tal situação foi radicalmente alterada com a Lei de Terras de 1850, quando passou a existir a figura jurídica da propriedade absoluta da terra, diminuindo significativamente os direitos de posseiros. Essa análise está presente na obra de Lígia Osório Silva. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas. editora da Unicamp, 1996.

³⁰ Atas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Anos de 1847-1848, lv 8.

³¹ FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Op. Cit.

³² TORRES, *Piracicaba no século XIX*, Op. Cit.

³³ As chamadas Companhias de Ordenanças eram formadas pelos homens com idade entre 18 e 60 anos e os cargos de chefia ficavam com pessoas influentes de cada localidade. As companhias

em todo o imenso território sob a jurisdição da Vila da Constituição, havia, de acordo com o censo de 1828, 8311 indivíduos (menos de 2000 no núcleo urbano)³⁴, incluindo 2902 escravos (cerca de 35% da população). Nesse período, mais de cinco décadas após o primeiro censo, feito em 1775, havia na Vila da Constituição 75 engenhos, todos pertencentes a brancos.

Dados desse mesmo censo revelam a existência de 1089 fogos, dos quais 637 dos “chefes de fogos” (quase 60%) declararam viver da produção agropecuária. Além dos 75 donos de engenhos, havia 572 pessoas que viviam da produção agropecuária. Revelou ainda que 2388 brancos viviam da criação de gado ou da lavoura vinculada à produção de outros gêneros, tais como a mandioca, milho, feijão e verduras³⁵.

No entanto, esses números devem ser analisados com cautela, pois os censos demográficos do período enfrentavam uma série de dificuldades logístico-estruturais. Isso ocorria, notadamente, em virtude da debilidade das vias de comunicação, muito precárias – em sua maior parte, picadas na mata - e, depois de Araraquara³⁶, havia quase tão somente áreas de mata nativa, aldeias indígenas³⁷ e algumas pequenas povoações³⁸. Também é provável que houvesse

convocavam os homens em caso de necessidades militares e/ou administrativas, caso do censo então realizado.

³⁴ TORRES, *Piracicaba no século XIX. Op. Cit.*, p. 90

³⁵ Essas informações também estão presentes nas atas de sessões da Câmara dos Vereadores e em correspondências oficiais entre a Câmara e o governo provincial.

³⁶ De acordo com Torres, a grande maioria das propriedades rurais situava-se entre Piracicaba e os municípios de Campinas, Itu, Porto Feliz e São Carlos. Após a Freguesia de Araraquara, havia somente 21 fazendas, de um total de 274.

³⁷ No discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, o então presidente da província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, tratou dos avanços do mapeamento dos aldeamentos indígenas. De acordo com o relatório, o avanço da agricultura estava criando um crescente conflito com indígenas, o que levou a província a nomear um advogado para representar os interesses desses povos autóctones. Fonte: Discurso proferido pelo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, presidente da província de S. Paulo, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1847. S. Paulo, Typ. do Censor (Em Palacio), 1847. Disponível em Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports São Paulo. Acessado em 10/04/2007. URL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/981/index.html>

³⁸ É importante destacar que em 1848, o município de Piracicaba abrangia um território muito extenso - apesar da recente emancipação das freguesias de Limeira e Rio Claro, transformadas em vilas. Fazia limite com o município de Itapetininga, distante cerca de 100 km do rio e abrangia terras distantes, até a fronteira com Mato Grosso, incluindo áreas onde atualmente se localiza a cidade de São José do Rio Preto.

habitantes dispersos e novos povoamentos em formação ³⁹, fatores que dificultavam a contagem populacional e, conseqüentemente, produzem dúvidas sobre a confiabilidade dos números apresentados. Isso sem contar nos inúmeros aldeamentos indígenas, ignorados pelo censo.

Essa falta de confiabilidade nos números é reforçada quando comparada com levantamentos demográficos do período que abrangem áreas de maior densidade demográfica. Segundo dados da Câmara dos Vereadores de Piracicaba, na vizinhança do núcleo urbano, em um raio de três léguas⁴⁰, algo em torno de 15-20 km, havia mais de 1600 escravos, isso somente nos 50 maiores engenhos.

Esses dados permitem levantar ainda uma hipótese adicional à dificuldade do recenseamento: é possível que tenha ocorrido o que João José Reis e Eduardo Silva relatam na obra *Negociação e Conflito*⁴¹: os senhores não informavam o número correto de escravos por conta dos impostos que tinham a pagar.

Por todas essas razões, a eficiência administrativa era baixa e, para agravar a situação, grande parte dos funcionários responsáveis pela fiscalização eram pessoas muito próximas aos grandes senhores, possivelmente dependentes destes econômica e politicamente. Este possível conflito de interesses poderia ocorrer, ainda, por conta da totalidade dos vereadores serem produtores rurais ou deles dependentes economicamente, para não mencionar os laços político-partidários. Assim, por conta do sistema de voto censitário, que permitia votar ou ser votado somente a cidadãos com uma renda mínima estipulada, os detentores das vagas na Câmara dos Vereadores tinham poder para os persuadir a informar um número de escravos inferior à realidade. Ou ainda, para negligenciar punição a

³⁹ A título de exemplo, no ano de 1848, os vereadores da Câmara de Piracicaba discutiram em sessão legislativa sobre a descoberta de uma nova povoação, localizada em área pertencente à *Villa da Constituição*. Essa nova povoação, chamada à época de Guarahy (muito provavelmente, inclusive pela localização citada, a atual cidade de Guareí, localizada no sul do estado de São Paulo), foi visitada por funcionários da Câmara para a sua regularização e, conseqüentemente, para que pudessem ser recolhidos impostos dos moradores. Fonte: Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba (ACVP doravante). Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Livro VIII, sessão da Câmara realizada em 12/10/1848.

⁴⁰ A extensão de uma légua, de acordo com o dicionário Houaiss, variava de 5572 m (padrão português, a 6600 m (padrão brasileiro).

⁴¹ REIS, João José. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

eventuais casos de corrupção envolvendo responsáveis pela contagem, principalmente se fossem do mesmo partido político.

No censo populacional de 1836, publicado em 1838⁴², a população havia aumentado para 10291 habitantes, portanto, um crescimento populacional próximo a 25% em apenas 8 anos. A produção de cana-de-acúcar ultrapassou 115 mil arrobas e o café pouco apareceu nos registros encontrados.

A concentração de grandes propriedades foi outra característica importante do *Oeste Paulista* nesse período. De acordo com D'Alincourt, somente um residente da então *Villa de São Carlos* (atual Campinas) possuía 16 engenhos, incluindo um na *Villa da Constituição*. Segundo Torres, havia fazendas com mais de 16200 alqueires, todas elas provenientes das doações de sesmarias feitas entre o final do século XVIII e o primeiro quartel do XIX.

De 1847 a 1848

Entre os anos de 1847 e 1848 a vida seguia o seu ritmo de pequena vila interiorana, apesar de ser uma localidade com rápido crescimento econômico e demográfico. De acordo com a documentação da Câmara de Vereadores da Vila da Constituição⁴³, as principais preocupações estavam relacionadas à manutenção de estradas e pontes, resolução de problemas burocráticos e com a eleição que se aproximava.

Nas primeiras sessões da Câmara de 1848, ocorridas em janeiro, grande parte do tempo dispendido pelos vereadores foi usado para resolver problemas cotidianos, como conserto de pontes, cobrança de multas, fiscalização de obras e resolução de questões administrativas, muitas delas relacionadas à posse da terra no núcleo urbano da vila, pois alguns fazendeiros insistiam em cercar áreas públicas para uso privado.

⁴² TORRES, *Piracicaba no século XIX. Op. Cit.*, p. 91.

⁴³ ACVP, Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba, Livro-Ata nº VIII B 1847-1852.

No final de fevereiro chama a atenção o recebimento de uma correspondência da capital relativa às novas Leis de Posturas⁴⁴, em processo de discussão por toda a província. Essa nova legislação, padronizada pela Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, tinha como objetivo controlar a circulação das pessoas pelos espaços públicos, principalmente das chamadas classes perigosas: pobres, escravos e ex-escravos. De qualquer forma, controlava até mesmo os senhores de escravos, obrigados a seguir uma série de exigências, entre elas a de garantir que seus escravos portassem um bilhete de autorização quando estivessem em trânsito. Em caso de não observação às regras, teriam que pagar multas à Câmara Municipal.

No início de março, de acordo com Atas da Câmara dos Vereadores,⁴⁵ os trabalhos foram bruscamente interrompidos por conta de uma epidemia de varíola, conhecida na época como *Bechiga*. A doença resultou em dezenas de mortes na localidade, principalmente em razão da inexistência de tratamento adequado, restando somente o isolamento à maior parte dos doentes. Ofícios da Câmara dos Vereadores⁴⁶ relataram que a epidemia atingiu parte significativa da população, fazendo com que os poucos medicamentos disponíveis na única farmácia local acabassem rapidamente. Por conta da recomendação de isolamento, os trabalhos da Câmara dos Vereadores só foram retomados no meio de junho, pouco antes da descoberta do plano de insurreição no local⁴⁷.

Fora isso o ano foi marcado por grande movimentação política, com a mobilização conservadora para exigir novas eleições, conforme já tratado, um problema nacional que reverberava na pequena vila. No entanto, nas atas da Câmara dos Vereadores, dominada amplamente pelo Partido Liberal – detinha 6 das 7 cadeiras - não há menção aos incidentes e à disputa eleitoral.

⁴⁴ As leis de posturas eram padronizadas pela Assembléia Provincial e seguiam uma série de exigências. Em caso de não observação desses padrões, eram devolvidas às Câmaras de Vereadores para readequação. Fonte: Annaes da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo. Reconstituição de 1848 e 1849. Publicação Oficial organizada por Eugenio Egas e Oscar Mota Mello. São Paulo: Secção de Obras d'o Estado de São Paulo, 1926, pgs 180-210.

⁴⁵ ACVP, Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Livro-Ata nº VIII B 1847-1852, folha 15, verso, sessão da Câmara realizada em 05/06/1848.

⁴⁶ ACVP, Ofícios da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Livro 2, período de junho de 1839 a julho de 1835.

⁴⁷ ACVP, Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Livro-Ata nº VIII B anos 1847-1852.

Um abaixo-assinado, entregue ao presidente da província e ao imperador, por meio do qual os conservadores denunciavam a violência e intimidação do pleito ocorrido em 1847, foi publicado somente pelo *Correio da Tarde*⁴⁸, jornal com sede na Corte, fortemente identificado com o Partido Conservador. Não há sequer menção ao abaixo-assinado nas atas e correspondências da Câmara dos Vereadores, muito provavelmente em razão da estrutura burocrática ser dirigida pelo partido dominante, o Liberal, que por conta da ampla maioria teria poder para aprovar uma ata suprimida dos protestos do único vereador conservador.

Nas sessões seguintes, sem qualquer menção à disputa fratricida entre liberais e conservadores, destaca-se o resultado do pleito: embora perdessem no país como um todo, na Vila da Constituição, tradicional reduto liberal, localidade da qual se originaram muitos dos participantes do levante de 1842, os liberais mantiveram o poder com uma vitória maiúscula, elegendo novamente 6 dos 7 vereadores.

⁴⁸ Na edição do *Correio da Tarde* de 12 de fevereiro de 1848, um sábado, nas fls 2 e 3, os líderes conservadores de Piracicaba trataram da criação da Sociedade Defensora do Voto Livre, uma forma de protesto sobre o processo eleitoral de 1847.

2. O Brasil e a grande política em 1848

Em 1848, o Brasil passava, na grande política, por um período de muita instabilidade, tanto na Corte Imperial quanto nas províncias e unidades administrativas locais. O motivo, já citado, foram as eleições de 1847, quando os liberais venceram, mas tiveram a legitimidade do pleito contestada.

Na província de São Paulo, então com cerca de 500.000 habitantes, a disputa entre liberais e conservadores interferiu diretamente no legislativo local. De acordo com os *Annais da Assembléa Legislativa Provincial*⁴⁹, ocorreram apenas 4 sessões, pois havia contestação ao resultado do pleito e, dos 36 deputados eleitos, somente 12 compareceram à posse, ocorrida em 12 de fevereiro de 1848. Nas sessões seguintes, chamadas de sessões preparatórias para a abertura dos trabalhos, o número de deputados presentes variou bastante, poucas vezes chegando à metade do número de representantes legalmente diplomados. Depois de algumas sessões, os conservadores decidiram boicotar a assembléa até a resolução das pendências jurídicas sobre o pleito.

De acordo com eles, o clima de violência havia tirado a legitimidade da eleição em razão do uso de intimidação e violência por parte dos liberais; ocorreram, inclusive, assassinatos⁵⁰ durante o processo eleitoral, motivados pela grande rivalidade entre os dois grupos políticos. A título de exemplo, na sessão de 26 de julho, na qual havia 26 deputados presentes, um requerimento mandava averiguar os assassinatos ocorridos na Freguesia de Barreiros, pertencente à Vila de Pindamonhangaba.

Após a interrupção dos trabalhos, os deputados só voltaram a se reunir em 22 de junho, com o objetivo inicial de julgar os recursos sobre a eleição, realizada no ano anterior. No entanto, existia um outro obstáculo: havia dificuldade com a legislação eleitoral, na opinião dos conservadores, ambígua e incoerente. Com

⁴⁹ Arquivo da Assembléa Legislativa de São Paulo. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, anos de 1848-1849. São Paulo: Seção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1926, fls 8-12.

⁵⁰ Em edição de *O Correio da Tarde* - edição de 19 de abril de 1848, capa - jornal próximo ao Partido Conservador, há menção ao número de 76 assassinatos ocorridos entre os dias 02 de fevereiro e 12 de abril. Segundo a publicação, a responsabilidade pelos casos de violência era do governo provincial, dirigido pelo Partido Liberal.

isso os problemas se ampliaram a ponto de os deputados não saberem discernir a ata dos votantes da eleição para deputados gerais da eleição para deputados provinciais, pois o modelo era o mesmo, não havendo qualquer marca que as diferenciasses⁵¹. Além disso, segundo a legislação, a ata para deputados gerais deveria continuar lacrada, pois a apuração só seria realizada no dia 7 de fevereiro de 1848.

Nos meses seguintes, com os ânimos mais serenados, houve uma certa normalização das atividades da casa que, no entanto, teve seu funcionamento abreviado em virtude da marcação de novas eleições pela Coroa. Depois de muita pressão, enfim, o imperador cedeu aos conservadores e o pleito foi marcado para o dia 7 de setembro de 1848, não coincidentemente a data escolhida por Mestre Pedro, o principal líder em Piracicaba, para a rebelião.

⁵¹ Estas discussões estão presentes nos *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, anos de 184-1849, fls 19-23, *Op. Cit.* Disponível no Arquivo Histórico da Assembléa Legislativa de São Paulo, doravante AHALESP.

3. A tentativa de insurreição de Piracicaba: abril de 1848

O contexto de eclosão da tentativa de rebelião foi, portanto, marcado por um ambiente de intenso crescimento econômico, demográfico, pela chegada de um número significativo de pessoas, principalmente escravos, mas também forasteiros de todos os tipos, além de ricas famílias de fazendeiros. Nesse ambiente conturbado politicamente, tanto externa quanto internamente, essa confluência de fatores parece ter sido decisiva para aumentar a tensão na já difícil convivência entre senhores e escravos.

Entre os forasteiros, de acordo com o sumário-crime⁵², um francês, negociante de pequenos objetos, passou pela vila por volta do final de abril e início de maio de 1848. Trazia objetos para venda ou troca, talvez adquiridos na própria França ou, ainda, em alguma loja de importados da Corte.

Em suas andanças, entrou em contato com grande número de escravos nos engenhos das redondezas e com Mestre Pedro, um liberto com 50 anos de idade, contando-lhe sobre o que estava acontecendo na Europa. Um detalhe especial provavelmente chamou a atenção do ex-escravo: a França, uma das potências da época, país conhecido por seu alto grau de civilidade, depois de trocar a monarquia pela república, havia alforriado todos os escravos, no caso, os das colônias e territórios ultramarinos, alguns deles localizados na América.

Essas informações, impactantes para um ex-escravo com quatro filhos ainda cativos, fizeram com que as notícias da revolução européia - e, principalmente, da libertação dos escravos franceses - rapidamente ganhassem os ouvidos de parte importante da escravaria piracicabana. Mais do que isso, os escravos e ex-escravos interpretaram que o contexto francês era aplicável ao Brasil. De acordo com o depoimento da liberta "Danuza Maria da Conceição a qual mandou o juiz conduzir-a debaixo de vara"⁵³, mãe de 4 filhos ainda escravos, os

⁵² Arquivo do Fórum da Comarca de Piracicaba/Centro Cultural Martha Watts. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos. 1º Ofício, 1848, Caixa 13-C. Doravante AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos.

⁵³ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, folhas 19-20v, *Op. Cit.*

européus, por conta da proclamação da república, haviam alforriado todos os escravos. Em setembro de 1848 eles próprios, da Vila da Constituição, haveriam de exigir a alforria, e matariam todos aqueles que se opusessem. O planejamento da insurreição envolveu localidades em um raio de cerca de 60 km a partir da então Villa da Constituição⁵⁴, atual cidade de Piracicaba.

Entre os escravos envolvidos havia, principalmente, trabalhadores de algumas das principais fazendas açucareiras de Piracicaba, Rio Claro e Limeira, além de possíveis escravos envolvidos na produção do café, na época em franca expansão em direção ao Oeste Paulista. O principal líder, um ex-escravo chamado Pedro, era um africano vindo da região do Congo havia mais de 25 anos e trabalhava como carvoeiro. No entanto, embora Pedro e sua esposa, uma crioula também liberta, gozassem do status de liberdade, seus filhos continuavam escravos, provavelmente alocados no trabalho duro da cana-de-açúcar em alguma fazenda das redondezas.

A insurreição foi planejada em reuniões que ocorreram em um quilombo, localizado a cerca de 10 quilômetros do núcleo habitacional de Piracicaba⁵⁵. Um dos locais de encontro era uma chácara pertencente à senhora de Jerônimo da Silva Bueno, localizada em frente ao Engenho Boa Vista, propriedade de Vicente de Souza, local atualmente chamado de Pau Queimado.

Esses encontros, realizados no final da tarde, eram tolerados pelos senhores muito provavelmente por estarem associados às formas de lazer e sociabilidade tradicionais da comunidade escrava. Nelas, de acordo com o *sumário-crime*⁵⁶, os escravos dançavam, cantavam e usavam tambores. Em outra passagem do mesmo documento, um branco não identificado pelo escrivão - provavelmente preocupado com alguma possível retaliação - relatou ter visto escravos, libertos e uma branca pobre treinando para o confronto com armas na mão.

Chama a atenção outra particularidade desse local de reuniões: era realizado embaixo de uma grande árvore. Embora não existam quaisquer

⁵⁴ Todas as citações foram mantidas na ortografia original.

⁵⁵ AFVP/CCMW, Op. Cit.

⁵⁶ *Ibidem*, f. 19.

referências sobre a espécie da árvore, é possível que sua escolha tenha motivos bem mais complexos do que a simples conveniência: poderia, de acordo com pesquisas recentes de Robert Slenes⁵⁷, ter significados associados à vida na África, antes do desterro.

Após o início da organização do plano, as notícias espalharam-se boca-a-boca e por um quilombola o qual, montado em um cavalo furtado, percorria fazendas entre as vilas de Piracicaba, Rio Claro e Limeira com o intuito de organizar a escravatura. Existiam, ainda, outras formas para informar os participantes sobre os encontros relativos à organização do levante: uma delas, o tocar da buzina do engenho de Vicente de Souza⁵⁸, ainda de madrugada, soava como um aviso àqueles conhecedores do plano sobre a realização de reuniões no quilombo. Esses eventos, inclusive, já estavam deixando os senhores e feitores desconfiados⁵⁹ mas, como as reuniões eram realizadas no quilombo, provavelmente não havia uma forma efetiva - e segura - de saber o que estava efetivamente ocorrendo. Além deles, Mestre Pedro procurava convencer escravos e libertos a aderir ao plano. Fazia isso em um chafariz da cidade, local de concentração de escravos e libertos.

No entanto, passado o período inicial de organização do plano, quando as reuniões eram restritas a pessoas de confiança, após alguns dias as notícias espalharam-se por toda a escravaria da vila e adjacências⁶⁰. Como em outros tantos planos de rebelião escrava, em pouco tempo rumores sobre a insurreição

⁵⁷ De acordo com Robert Slenes, a figueira branca chamada *Nsanda*, encontrada na África Central, era associada pela comunidade centro-afriicana banto com uma série de crenças e referências culturais. Para ele, os cultos associados a essa árvore sobreviveram à travessia atlântica e à repressão senhorial e foram articulados, pela comunidade escrava, em cultos de aflição comunitários, movimentos religiosos que, naquele tumultuado 1848, adquiriram conotação política. Estas e outras informações estão presentes em um artigo com a seguinte referência bibliográfica: SLENES, Robert. "A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)" In: Furtado, Junia Ferreira e Libby, Douglas Cole (orgs.) Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵⁸ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, *Op. Cit.*, p. 05.

⁵⁹ Em uma das passagens do sumário-crime, um dos depoentes, cujo nome não foi informado pelo escrivão, relatou sobre a desconfiança senhorial relativa à buzina do engenho. Essa desconfiança ocorreu, provavelmente, após o início dos rumores sobre a insurreição, isto é, quando as informações sobre o levante saíram dos círculos restritos e passaram a circular mais amplamente entre a sociedade da Vila da Constituição e adjacências.

⁶⁰ AFVP/CCMW, *Op. Cit.*

chegaram aos ouvidos da comunidades senhorial, que passou a procurar, nas palavras da época, os "cabeças da malvadeza".

É importante destacar que, apesar da notícia ter se espalhado por parte significativa da escravaria, além de libertos que o apoiavam, o plano só foi reprimido no final de julho, portanto, cerca de 3 meses após o início da organização. Esse relativo sucesso pode ser explicado, em parte, pelos laços de solidariedade que uniam os participantes. Além disso, havia uma espécie de pacto entre aqueles que frequentavam as reuniões: caso houvesse denúncias, os suspeitos correriam sérios riscos de vida.

Quando da descoberta dos rumores da insurreição pelos brancos, que passaram a pressionar e ameaçar os escravos para que contassem o que sabiam, a organização escrava tratou de ameaçar a vida daqueles que, porventura, cedessem à pressão senhorial. O mulato Francisco Dias de Mello, escravo de Jerônimo da Silva Bueno, foi acusado de ameaçar de morte as pessoas que traíssem o plano. Foi acusado de dizer a outros cativos, frequentadores das rodas de jogo próximas ao chafariz, que "a gente que denunciou o levantamento dos escravos havia di amanhecer exprichado em huma esquina da rua como tem acontecido com algumas pessoas assacinadas"⁶¹. No depoimento, como seria de se esperar, Francisco se defendeu, relativizando a denúncia. Segundo ele, suas palavras refletiam um estado de alta embriaguês pelo qual tinha passado dias antes. Além disso, de acordo com o cativo, as denúncias que pairavam contra ele eram mentira, visto que ele nunca havia dito as coisas pelas quais estava sendo acusado.

O projeto do levante previa o início da insurreição para a madrugada do dia 7 de setembro. De acordo com o plano, o objetivo seria o de libertar todos os escravos e, se necessário, assassinar os brancos que se recusassem à aceitar a liberdade dos escravos. Aos brancos resistentes, inclusive, pairava uma punição maior: suas filhas e esposas corriam o risco de serem "tomadas" pelos rebeldes.

⁶¹ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, *Op. Cit*, fl. 06.

Quando ocorreu a ampliação do plano, no final de julho, com a disseminação das informações por grande parte da comunidade africana e crioula, uma senhora branca chamada Dona Maria Gurgel, viúva de Ignácio Gurgel, escutou dois escravos trocando informações sobre a insurreição. Além dessa senhora, um fazendeiro de Campinas, Francisco Egídio do Amaral, escutou um diálogo entre Mestre Pedro e Bonifácio⁶², escravo de Antonio de Barros, por meio do qual o líder tentava convencer o outro escravo a aderir ao levante. Joaquim Albino foi outro que declarou ter ouvido de dois escravos sobre os preparativos. Do meio para o final de julho os rumores sobre o plano de rebelião avançaram não somente entre a escravaria local, mas também entre os brancos, que passaram a agir.

Desse modo, com o auxílio da organização senhorial, por meio de ameaças e tortura, Bonifácio, escravo de Antonio de Barros, foi o primeiro a revelar os nomes dos envolvidos. Pelo que se pode depreender do sumário-crime, após ser citado pelo escravo, Mestre Pedro foi levado à fazenda de Antonio de Barros e, muito provavelmente por força de ameaças e tortura, também foi obrigado a delatar os participantes. Desse modo, um a um os demais foram identificados e presos - exceção dos que conseguiram fugir - ocorrendo assim o completo desmonte e repressão.

Assim que a notícia se espalhou, muitos dos envolvidos conseguiram fugir, embora alguns deles acabassem sendo posteriormente capturados, pois os fazendeiros organizaram patrulhas e procuraram desmantelar, nas palavras da época, os "ajuntamentos de escravos" existentes em áreas próximas à vila. No entanto, em razão da fonte principal das informações pessoais dos participantes ser, nas palavras da época, um *summario-crime*, somente os indivíduos ouvidos como testemunhas – incluindo os denunciados e/ou presos - tiveram seus discursos e informações pessoais – mesmo que filtradas pela pena do escrivão - preservados para a posteridade.

Vários participantes do plano, incluindo alguns dos chamados "cabeças da insurreição", conseguiram fugir ao saber que tudo havia sido descoberto. Assim

⁶² Ibidem, fl. 7.

ocorreu com dois escravos pertencentes ao então Conde de Valença que, de acordo com depoimento do escravo Antônio, pertencente a Manoel José de Olivera "supoem que a fugida dos escravos do Conde de Valença, foi por suporem descoberto o plano da insurreição". Isso também aconteceu com escravos do Engenho Santa Rosa, um deles feitor, chamado Izaías, que conseguiu fugir antes da chegada das autoridades.

Os pedidos de tropas, constantes em ofícios das Câmaras de Vereadores das diversas localidades envolvidas – e de outras onde não havia nada mais do que o temor da população – demonstram que o plano de insurreição foi tratado com muita seriedade quando descoberto e teve grande repercussão junto ao governo provincial. Isso pode ser medido, inclusive, pela presença de informações sobre o assunto no Relatório Anual da Província de São Paulo⁶³, feito pelo presidente da província, no qual o medo de insurreições escravas ocupou lugar de destaque.

Para garantir a volta da tranqüilidade e da ordem, as sociedades locais organizaram patrulhas diurnas e mantiveram contato constante com o governo provincial. Apesar do pedido de tropas feito ao governo – sumariamente autorizado - os soldados nunca chegaram a se deslocar até Piracicaba, pois os habitantes de Itu, também temerosos com a boataria, não permitiram a saída imediata das tropas e recorreram ao governo provincial. Quando o pedido foi julgado, semanas depois, a situação já estava calma, não havendo mais necessidade do deslocamento militar.

Outro detalhe importante, passível de análise através da correspondência entre câmaras de vereadores e governo, foi o grande esforço para que o incidente fosse abafado, com o objetivo de tranqüilizar a população e diminuir os boatos. Na opinião do chefe de polícia da província, a boataria e o crescente medo poderiam

⁶³ *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848.* Fonte: Provincial Presidential Reports - São Paulo. Disponibilizado na internet pelo Brazilian Government Document Digitalization Project. Hospedado no site da University of Chicago. Acessado em 14/01/2009 URL <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/index.html>

trazer como conseqüência o aumento da insubordinação escrava, dificultando a manutenção da ordem e trazendo mais intranquilidade.⁶⁴

Poucas semanas depois, na cidade de Indaiatuba, a partir de um boato provavelmente resultante do violento embate entre liberais e conservadores, um grande número de fazendeiros abandonou suas propriedades e fugiu em direção aos núcleos urbanos de Indaiatuba e Itu. De acordo com o Relatório do Presidente da Província de São Paulo⁶⁵, os brancos acreditaram que uma onda de escravos insurretos estava vindo em direção às fazendas para matar os senhores e libertar os cativos. A atitude de abandono das fazendas determinou marcante reprimenda do presidente da província, o qual afirmou que essa atitude teria sido a pior possível em uma situação daquele tipo⁶⁶. Para ele, a fuga dos fazendeiros em direção aos dois núcleos urbanos era injustificada, pois não havia nada de concreto nos boatos de insurreição e, pouco tempo depois, a vida na freguesia retornou à normalidade.

⁶⁴ Governo: correspondência com Câmaras Municipais, 25 de setembro de 1848. AESP, ordem 404, Código E00404.

⁶⁵ *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848, Op. Cit.*

⁶⁶ *Ibidem.*

Parte II. Da Europa ao sudeste brasileiro. O trânsito de idéias interatlântico e o contexto brasileiro

1. A Revolução de 1848 e a abolição da escravidão nas colônias francesas

Na revolução de 1848, muitos dos ideais radicais da Revolução Francesa, deixados de lado com as restaurações monárquicas subsequentes, vieram novamente à tona com as revoltas populares e o engajamento da esquerda. Para Hobsbawm⁶⁷, esses fatores auxiliaram na consolidação da imagem da França como sinônimo de radicalismo, uma nação precursora que, com suas revoluções, criou símbolos associados à política liberal, a exemplo da bandeira tricolor.

Em 1848, a imagem da França como país revolucionário foi ainda mais reforçada. Da mesma forma que entre 1793-94, com o governo radical, o ano de 1848, ao menos em seus meses iniciais após a insurreição popular, reforçaria os ideais revolucionários radicais com uma súbita reforma política com grandes implicações sociais. Isso sem contar o caráter internacional da revolta, que se estendeu para grande parte da Europa continental.

No entanto, para que se possa compreender esse processo de reavivamento revolucionário, faz-se necessário voltar um pouco antes, entre 1846-1847, quando a monarquia francesa passou a perder legitimidade. Além de anacrônica, mal vista pela maior parte da população, havia uma grave crise econômica. De acordo com Fortescue⁶⁸, essa crise trouxe como resultado o aumento significativo do desemprego e, para agravar ainda mais a situação, veio acompanhada de graves problemas no setor agrícola, resultando no aumento considerável no preço dos alimentos, incluindo o principal, o trigo. Isso ocorreu em várias partes da Europa, mas os casos francês⁶⁹ e irlandês foram os mais graves, pois trouxeram grande carestia, principalmente nas cidades.

⁶⁷ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções, Op. Cit*, p. 71.

⁶⁸ FORTESCUE, William. *Revolução e contra-revolução na França, 1815-1852*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 87.

⁶⁹ É importante destacar que na França o problema se resumiu a uma forte alta no preço de alguns itens alimentares, notadamente no pão, ocorrida entre 1846 e 1848, com o auge em 1847. O problema francês foi inferior ao ocorrido na Irlanda, onde centenas de milhares de pessoas morreram de fome e outro tanto imigrou para os EUA.

Na França, essa grave crise somada ao desgaste da imagem da monarquia francesa, estimulou o processo de retomada da soberania popular, que teve a população pobre parisiense como personagem principal. Hobsbawm analisou os acontecimentos de 1848 como uma espécie de reverberação da Revolução Francesa, notadamente do período 1793-1794. Para ele, esse período fez emergir a ideia de que os homens e mulheres comuns não deveriam se calar ao sofrer injustiças⁷⁰.

No período imediatamente anterior à Revolução de 1848, a oposição reformista francesa foi fortalecida graças ao respaldo popular das classes menos favorecidas, embora existisse um obstáculo importante para que esse apoio ganhasse corpo: o voto censitário, permitindo que apenas os mais ricos votassem.

No entanto, de acordo com o autor, o apoio à oposição continuou aumentando e, nas dezenas de banquetes realizados, os brindes ao rei, símbolo importante na relação súdito/soberano, foram abandonados. Na pauta de grande parte dos discursos também estavam a reforma parlamentar e o sufrágio universal, além de outras ideias normalmente associadas aos socialistas, tal como a mediação do governo para que os salários aumentassem e a intervenção governamental para diminuir o preço do trigo.

Em janeiro, havia sido marcado um grande banquete oposicionista para o *12º Arrondissement*, um dos bairros mais pobres e radicais de Paris, naquele período uma cidade com cerca de um milhão de habitantes. Porém, houve a proibição governamental ao banquete e, em fevereiro, apesar das tentativas de resistência da oposição parlamentar, estas consentiram com a proibição, decidida pela monarquia.

No entanto, no dia marcado, 22 de fevereiro, milhares de estudantes e trabalhadores compareceram ao local anunciado, parte deles oriunda de regiões próximas à capital francesa. De início houve uma manifestação pacífica, mas a polícia resolveu agir, causando reação dos populares, que deram início à formação de barricadas para resistir à repressão policial.

⁷⁰ HOBBSAWM, *A Era das Revoluções, Op. Cit.*, p. 329.

No dia seguinte, após grande passeata em frente ao prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no *Boulevard des Capucines*, a polícia abriu fogo contra os manifestantes. Era o que faltava para a explosão. O desfile fúnebre dos mortos empilhados nas carroças, uma repetição dos acontecimentos de 1789, nas palavras de Fortescue, “somado aos boatos de que o governo tinha ordenado um massacre geral do povo, provocou espontaneamente uma rebelião popular em massa”⁷¹. Pouco tempo depois, quando a situação ficou fora de controle, o rei renunciou e fugiu.

No período imediatamente posterior aos acontecimentos, algumas medidas governamentais inspiradas na Revolução Francesa, parte delas de origem jacobina, foram rapidamente postas em prática. No dia 24 de fevereiro, foi proclamada a II República.

Nos dias seguintes, em um primeiro momento através de decreto, posteriormente confirmado pela Assembléia Nacional Francesa, foi tomada uma decisão que traria esperanças aos escravos da longínqua América: a abolição da escravidão em todas as colônias e territórios ultramarinos franceses⁷². É importante lembrar que na década de 1790, no período jacobino, os escravos haviam sido libertados. Porém, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, a escravidão foi progressivamente restaurada nas colônias e territórios ultramarinos franceses para ser, enfim, definitivamente abolida em 1848.

Em seguida, as prisões onde estavam detidos os prisioneiros políticos foram esvaziadas pela população com o apoio decisivo dos líderes radicais e foi novamente permitida a liberdade de associação. Voltavam os famosos clubes políticos a Paris, naquele momento sem necessidade de se manterem secretos.

Outra medida importante foi a abolição da censura, possibilitando a criação de um número expressivo de jornais das mais diversas tendências políticas, a exemplo de socialistas, anarquistas (caso do jornal de Proudhon), liberais, entre outras categorias. Havia um clima de grande liberdade, bem diferente dos tempos monárquicos.

⁷¹ FORTESCUE, *Op. Cit*, p. 89.

⁷² *Ibidem*.

Dois meses após a tomada de poder pelos republicanos, no final de abril, foram realizadas eleições parlamentares. O voto censitário, que permitia votar e ser votado apenas aos cidadãos com determinada renda, foi abolido, e todos os cidadãos franceses – conceito, no entanto, restrito ao sexo masculino - puderam votar, resultando num comparecimento superior a 80 % dos inscritos.

Após o pleito, apesar da vitória republicana conservadora, de acordo com Agulhon⁷³, uma série de medidas de solidariedade às camadas desfavorecidas da sociedade foram colocadas em prática pela nova Assembleia Nacional, com destaque às Oficinas Nacionais, uma reedição das cooperativas pós-1789.

Com elas, parte do poder econômico do Estado francês, acumulado à custa dos impostos, era entregue aos necessitados das principais cidades francesas. No auge das Oficinas de 1848, centenas de milhares de operários usufruíram do apoio governamental, vendendo a força de trabalho ao governo por meio de cooperativas auto-geridas.

Durante os primeiros meses, antes da virada de junho, a França deu uma guinada radical à esquerda. A universalidade de direitos, incluindo o voto universal - apesar de restrito aos homens - a abolição da escravidão nas colônias, o uso dos recursos do Estado para auxiliar os mais necessitados, as liberdades de imprensa e política, faziam da França, naquele momento, uma nação radical; foram apresentadas propostas, inclusive, para controlar as relações entre trabalhadores e patrões, uma afronta ao padrão liberal então defendido pelos empresários.

É importante destacar, ainda, a rápida disseminação da revolução para grande parte da Europa continental em questão de dias, evidenciando uma grande circulação de ideias. Esses fenômenos reforçam, em primeiro lugar, o anacronismo e enfraquecimento do Ancien Régime e, além disso, o estado de espírito de grande parte da população europeia, insatisfeita com o contexto de grande exploração resultante da consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial.

Conceitos político-filosóficos como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, lemas de 1789, somados aos ideais revolucionários de 1848, cruzariam o Atlântico

⁷³ AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

rumo ao interior da província de São Paulo, onde a violência da escravidão propiciava ouvidos atentos e esperançosos aos acontecimentos libertários da primeira metade de 1848.

2. Viajantes, marinheiros, mascates e desterrados: A ponte do Atlântico

Uma das características importantes da tentativa de insurreição de Piracicaba, diz respeito à maneira como os escravos e libertos foram informados sobre a Revolução de 1848.

Segundo relatos das testemunhas do processo, a notícia da insurreição francesa chegou aos rebeldes entre abril e maio. Foi trazida por um mascate francês, comerciante de ouro e prata, que tomou contato com o principal líder e idealizador da revolta, o ex-escravo Mestre Pedro. Essa informação, fundamental para a vinculação entre os acontecimentos de 1848 e o plano de Piracicaba, aparece no *summario crime* em vários depoimentos. Em um deles, um dos escravos participantes do plano, chamado Antonio, afirmou ao juiz que “hum mascate francês, mocinho que a dous mezes mais ou menos apareceu nesta villa vendendo ouro... excitou ao Pedro, escravo de que foi do falecido João Gomes, para que ajuntasse gente e fizesse hum levantamento”⁷⁴.

O primeiro questionamento, necessário em virtude da precariedade dos sistemas de transporte do período, diz respeito à chegada das notícias européias ao Brasil: seria possível que as notícias da revolução chegassem ao país no período de ocorrência das reuniões entre o mascate francês e o principal líder, mestre Pedro, em vista da proximidade dos acontecimentos?

Consultando as fontes do período sobre o tempo de viagem Paris-Rio de Janeiro ou Paris-Rio de Janeiro-Santos⁷⁵ e dos respectivos portos até Piracicaba é possível afirmar, sem qualquer dúvida, que a hipótese é verossímil. É importante destacar que nesse período não havia estradas pavimentadas para o interior, muito menos as estradas de ferro, que revolucionaram o transporte terrestre, encurtando consideravelmente o tempo de viagem entre o litoral e o interior. No

⁷⁴ AFCP/CCMW, Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos. 1º Ofício, 1848, Caixa 13-C, p. 30.

⁷⁵ Em 1861 Tchudi, utilizando a mesma tecnologia a bordo de um barco a vapor, fez o trajeto Rio de Janeiro - Santos em pouco mais de um dia, mais precisamente, 28 horas. Em 1848, portanto, 13 anos antes, o mesmo trajeto poderia durar algumas horas a mais. No entanto, o viajante poderia enfrentar outro obstáculo: ter que esperar algumas horas ou até um ou dois dias até que partisse algum vapor para Santos. TSCHUDI, João Thiago von. *Viagem às Províncias do Rio e São Paulo*. Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1953.

entanto, a viagem oceânica entre a Europa e o Brasil levava de 5 a 7 semanas, um tempo previsível se fosse feita através de navios equipados com a novidade tecnológica do período, a propulsão a vapor, diminuindo significativamente as incertezas sobre o tempo de travessia⁷⁶.

De acordo com o *Correio da Tarde*, jornal da Corte que foi o primeiro a noticiar os acontecimentos europeus, as primeiras informações sobre os acontecimentos franceses chegaram aos portos brasileiros no dia 11 de abril de 1848 com o brigue inglês Lennet, saído de Falmouth no dia 27 de fevereiro (43 dias de viagem) e com o paquete Crane⁷⁷, saído da Inglaterra em 05 de março (36 dias de viagem). Adicionando 3 ou 4 dias para a viagem terrestre entre o Rio de Janeiro e o interior de São Paulo – caminho terrestre pelo Vale do Paraíba - chega-se por volta do dia 15 de abril, pouco antes do período citado nas fontes documentais para a ocorrência das reuniões entre o mascate francês e Mestre Pedro. Se, por acaso, algum desses navios fosse aportar em Santos, adicionando mais um ou dois dias de navegação, o tempo necessário para se chegar ao interior de São Paulo não se alteraria significativamente. Isso, claro, sem considerar intempéries, caso de chuvas torrenciais que poderiam estender significativamente o tempo de deslocamento terrestre entre Santos e Piracicaba, nessa época feito, principalmente, por meio de burros ou cavalos.⁷⁸

Nesse período, antes da implementação dos cabos telegráficos intercontinentais⁷⁹, os navios eram o principal veículo – em alguns casos, o único - para a transmissão das informações, que chegavam aos locais de destino por

⁷⁶ As incertezas da travessia foram significativas enquanto os navios dependeram da força do vento para movimentarem-se, isto é, até a invenção do vapor. No livro *O Ponto onde Estamos*, Paulo Miceli relatou parte dessas dificuldades, que incluíam, além das tormentas, a mais temida de todas: a calmaria. Foram inúmeros os casos de tripulações inteiras dizimadas pela fome e sede, depois de meses com a ausência de vento. Com a invenção do vapor esse desafio foi superado, o risco diminuiu e as viagens passaram ser mais previsíveis do ponto de vista do tempo de navegação entre dois portos.

⁷⁷ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 12/04/1848, fl 04. Disponível no AEL/Unicamp.

⁷⁸ No entanto, o período da chegada do suposto mascate francês, segunda metade de abril, pode ser considerado como uma época de baixo índice pluviométrico, início de um período de estiagem que caracteriza o clima do sudeste brasileiro.

⁷⁹ De acordo com Eric Hobsbawm, em *A Era do Capital*, HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, os cabos telegráficos interoceânicos, instalados a partir da década de 1860, só chegaram na América do Sul no final da década de 1870. Com eles, em questão de minutos, as notícias “cruzavam o mundo”.

meio do testemunho de pessoas, correspondências escritas ou jornais. Essa era a estratégia dos jornais do período, que recebiam notícias da Europa e demais regiões do mundo por meio de relatos de correspondentes e, quando da falta destes, de cartas de leitores considerados confiáveis, além de publicar informações divulgadas por outros jornais e revistas⁸⁰.

É importante destacar que, além da existência de um grande trânsito de informações interoceânicas, havia uma classe de temas e idéias com grande potencial para atrair a atenção de uma sociedade escravista, tanto de senhores quanto de escravos e ex-escravos. Sob a perspectiva dos homens e mulheres cativos, é possível conjecturar que notícias sobre levantes escravos, restrições ao tráfico ou abolição da escravidão em outros países trariam enorme interesse.

Sobre esse assunto, um artigo de Peter Linebaugh⁸¹ traz considerações importantes acerca da cultura desenvolvida nos porões dos navios entre os séculos XVII e XIX. Para esse autor, os marinheiros, muitos deles conscritos e, conseqüentemente, capturados e obrigados a seguir a profissão – quase sempre indivíduos das classes mais baixas da sociedade - tomavam contato com idéias revolucionárias em suas viagens ao redor do planeta e, ao retornar, propagavam esses ideais radicais em suas próprias comunidades. Em sua obra, utilizou-se da metáfora do bumerangue para evidenciar esse processo.

Para ele, dentro dos porões e conveses dos navios, havia uma rica troca de experiências dentro do caldeirão multiétnico de viajantes e marinheiros que faziam as travessias interoceânicas. Nessas viagens, que na metade do século XIX, dependendo do destino, levavam mais de 4 meses, os viajantes conversavam intensamente sobre suas expectativas, sonhos e problemas, isso apesar da

⁸⁰ Até mesmo notícias de outras regiões do Brasil eram transportadas pelos navios, que traziam os principais jornais de cada localidade. No caso específico da Corte, os jornais locais informavam os leitores sobre o contexto político, social e econômico das principais cidades e províncias brasileiras. As reprodução de notícias de outros jornais normalmente levavam em consideração a perspectiva política. Desse modo, um jornal conservador da Corte, caso do *Correio da Tarde*, reproduzia notícias de jornais também conservadores de outras províncias, ou seja, sempre levando em consideração a perspectiva política da publicação, quase sempre enviesada pelo apoio a liberais ou conservadores.

⁸¹ LINEBAUGH, Peter. *Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram*. Revista Brasileira de História, São Paulo: 3(6) 7-46, set. 1983

existência da barreira lingüística, ultrapassada, de acordo com o autor, pela constituição de uma língua franca baseada, principalmente, no inglês⁸².

Por isso, para Linebaugh, estabeleceu-se ao longo dos séculos posteriores às grandes navegações um grande fluxo de ideias radicais entre os oceanos. É importante destacar que, entre os viajantes, havia um grande número de marinheiros, em sua maior parte forçados a seguir a profissão⁸³, africanos (quase todos escravos), mascates, trabalhadores braçais emigrando para o novo mundo, enfim, pessoas pertencentes às camadas menos favorecidas das mais diversas sociedades. Para ele, essa massa de pessoas aparentemente difusa em suas várias etnias, ofícios, religiões e visões de mundo, construiu elos sociais de aproximação, principalmente por conta da difícil situação social em que viviam.

Poder-se-ia, portanto, a partir da análise de movimentos insurrecionais escravistas, como a Revolução Haitiana, Revoltas de Demerara, Jamaica e Bahia, analisar a hipótese defendida por Linebaugh, sobre a formação de uma rede cumulativa de experiências e solidariedade⁸⁴.

⁸² Chama a atenção no artigo de Linebaugh a hipótese defendida pelo autor sobre a existência de uma língua pidgin baseada no inglês, uma espécie embrionária de língua franca, segundo ele, utilizada em todas as regiões atlânticas para facilitar a comunicação, principalmente durante as trocas comerciais. Em artigo publicado pela mesma Revista Brasileira de História, vol 8 N 16, 1988 p. 205-219, Linebaugh foi duramente criticado pelo historiador canadense Patrick Sweeny pela falta de evidências que corroborassem tal hipótese. Segundo o canadense, Linebaugh generalizou ao atlântico toda uma situação que poderia ser apenas específica.

⁸³ Em virtude do grande risco, tempo de duração das viagens e baixos e incertos ganhos, muitas nações, caso da Inglaterra, não conseguiam adesão voluntária ao serviço de marinheiro. Por isso capturavam homens jovens e adultos – das classes menos favorecidas - e os forçavam a seguir a profissão.

Mais recentemente, Peter Linebaugh retomou o tema por meio do livro LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A Hydra de Muitas Cabeças. Marinheiros, Escravos, Plebeus e a História Oculta do Atlântico Revolucionário*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

De acordo com Peter Linebaugh e Marcus Rediker, as chances de um marinheiro morrer durante o trabalho eram significativas. Além disso, por ser uma profissão desvalorizada e estigmatizada, os atrasos de salário eram regra geral, não sendo incomum encontrar marinheiros com 5 ou 10 anos de salários atrasados por receber.

⁸⁴ A hipótese defendida por Linebaugh, de propagação de idéias radicais, pode ser observada, no caso haitiano, por meio da obra de JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'ouverture e a Revolução de São Domingos*. tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. Na Revolta de Demerara, por meio de COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue*. tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. No caso de Salvador, na Revolta dos Malês, isso foi trabalhado, entre outros autores, por REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Essas ideias circulavam em um fluxo contínuo e incontrolável, fruto do cruzamento das experiências desses viajantes. A título de exemplo, o autor citou o caso de um escravo que serviu em um navio da marinha inglesa. Esse cativo, depois de tomar contato com movimentos revoltosos no Caribe, levou essas informações e as novas ideias apreendidas quando voltou à Inglaterra⁸⁵, influenciando na formação da *Sociedade de Correspondência de Londres*, para Thompson, a primeira sociedade radical popular da Inglaterra⁸⁶.

No plano de insurreição de Piracicaba, o trânsito das novas ideias européias é evidente na documentação encontrada, tanto pelos depoimentos de escravos e ex-escravos, quanto pela elite branca, caso do presidente da província de São Paulo. Ao entregar seu último relatório, ao deixar a presidência da província, em 16 de outubro de 1848, Vicente Pires da Motta deu grande destaque à agitação escrava e à chegada de idéias sediciosas⁸⁷, que estavam sendo apropriadas por eles.

É importante destacar o trecho no qual o presidente da província cita um estado de certa agitação, pois naquele ano estavam ocorrendo uma série de boatos de insurreições, alimentados, entre outros fatores, por questões externas, caso da revolução européia de 1848 e da pressão inglesa para que o tráfico acabasse. Isso alterava, de fato, o ânimo dos escravos, causando uma boataria que aterrorizou a sociedade senhorial naquele tumultuado 1848⁸⁸.

Deve-se considerar também possíveis redes de informações escravas, provavelmente organizadas por meio de cativos envolvidos com a navegação de cabotagem, permitindo - caso houvesse uma organização escrava interprovincial - a constante troca de informações. Isso fica evidente, a título de exemplo, com a

⁸⁵ Outra crítica feita por Sweeny a Linebaugh, é que no artigo em questão houve exagero ao defender que a classe operária inglesa foi influenciada pela experiência escrava de rebeldia dos cativos centro-americanos. Em artigo publicado na mesma edição da revista, intitulado *Réplica*, Linebaugh reforçou sua hipótese por meio de pesquisas recentes à época, que demonstraram liderança africana em dois motins populares ocorridos no século XIX em cidades inglesas.

⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária I. A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁸⁷ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848. Fonte: Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, 1848, fl. 04. Doravante AHALESP.

⁸⁸ A análise sobre a hipótese relativa à intensificação da agitação escrava e da boataria estão presentes no item C1 do trabalho.

descoberta, pela polícia do Pará, da chegada a Belém de informações sobre o fim da escravidão em Cayenne, na Guiana Francesa⁸⁹. Essa informação tornou os escravos mais agressivos, havendo, inclusive, um caso de suspeita de insurreição no qual o líder, o escravo Bento, respondendo ao seu senhor, afirmou "não ter medo de quem o governa, pois que sabia o caminho de Cayenna"⁹⁰.

Além disso, havia um constante fluxo de informações que realimentava os sonhos do passado livre de muitos escravos. Essas informações poderiam vir tanto da Europa – no caso de transformações na legislação que afetavam a escravidão ou de discussões parlamentares que envolvessem o assunto - quanto da África.

Em análise sobre o levante dos Malés de 1835, João José Reis⁹¹ chegou à conclusão de que parte da cultura africana era continuamente realimentada pelas comércio atlântico Brasil-África. No caso baiano, além do constante tráfico de escravos africanos para o Brasil, havia o comércio de panos e artefatos religiosos vindos da África, ambos reforçando vínculos sócio-culturais entre os escravos e libertos de Salvador com o continente de origem. Junto aos novos escravos, muitas vezes vinham notícias de familiares e informações sobre o contexto político-social de origem, no continente africano. Por outro lado, os recém-chegados procuravam restabelecer contato com parentes que haviam chegado anteriormente, uma forma de diminuir o sofrimento na difícil adaptação à nova vida no desterro brasileiro.

No levante de Demerara (1823), segundo Emília Viotti, não foi muito diferente. Nele os referenciais políticos envolvidos na revolta apresentam confluência com elementos europeus e africanos, características semelhantes à tentativa de levante piracicabana. Segundo a autora⁹², as informações chegavam por meio do constante contato entre escravos e marinheiros – envolvidos no

⁸⁹ Cayenne era a principal cidade da Guiana Francesa, pertencente à França. O fim da escravidão em todas as colônias e territórios ultramarinos foi uma das principais decisões da Revolução de 1848.

⁹⁰ Bezerra Neto, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará – 1840/1860. Rio de Janeiro: Revista Topoi, nº2, 2001, p. 73.112. Acessado em 20/10/2008. URL: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a3.pdf>

⁹¹ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

⁹² COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit.*

comércio com a colônia - com escravos sendo transportados da África para Demerara, além de jornais europeus que chegavam à localidade. Isso apesar da altíssima porcentagem de analfabetos entre a população escrava⁹³ e de possíveis proibições: os senhores, atentos às notícias que evidenciavam a crescente oposição à escravidão na Europa, tentavam manter os escravos à margem dos acontecimentos.

No entanto, os escravos acabavam informados sobre o contexto político europeu. De acordo com Emília Viotti,

Eles estavam bem familiarizados com tudo o que dizia respeito tanto à escravidão quanto à abolição. Tinham ampla informação por intermédio dos escravos empregados no serviço pessoal dos senhores e de outros que haviam estado na Inglaterra, além de ouvirem diariamente as conversas dos brancos à mesa. Estes falavam livremente desses assuntos e provavelmente muitas vezes carregavam nas tintas. Os que os serviam ouviam tudo o que diziam. Além disso, havia muita gente na colônia que podia ler para os escravos se eles o quisessem.⁹⁴

No contato com os marinheiros, em sua maioria ingleses e holandeses, os escravos muitas vezes eram instigados a se rebelarem. Além de trazerem informações sobre o cotidiano europeu e africano (quando se tratava de marinheiros africanos), reafirmando aqui a tese de Linebaugh⁹⁵, “os marinheiros estavam sempre caçoando deles, chamando-os de bobos por serem escravos”⁹⁶. Eram tempos novos na Europa, com a progressiva consolidação de uma mentalidade que se opunha fortemente à escravidão. Essa relação cotidiana, de um lado de humilhação e violência pelos senhores e feitores e, de outro, de serem ridicularizados por aceitarem passivamente aquela situação, acabava por mexer

⁹³ É importante destacar que, em Demerara, havia grande pressão dos senhores para que não fosse dada instrução escolar aos cativos. Alguns dos poucos que, de certa forma, conseguiram burlar essa “restrição social” foram os missionários, ao alfabetizarem escravos para que pudessem ler a Bíblia. Essa era uma das principais razões pelas quais havia grande resistência senhorial ao trabalho religioso.

⁹⁴ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit*, p. 123.

⁹⁵ LINEBAUGH, *Op. Cit.*

⁹⁶ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit*, p. 221.

com os brios desses homens e mulheres por conta de sua condição de escravos. Instigava-os, dessa forma, a pensarem em alternativas para transformar a sociedade em que viviam.

No Brasil, na Revolta dos Malês, de acordo com Reis, os referenciais políticos foram bem diferentes da tentativa de insurreição de Piracicaba e do levante de Demerara. São, para ele⁹⁷, muito mais próximos da África do que da Europa. Fazem parte do que Hobsbawm denominou de *rebeldes primitivos*⁹⁸. O historiador inglês utilizou-se deste termo nos casos de revoltas e do banditismo social que não defenderam a transformação da ordem, ou seja, a revolução; essa análise foi revista anos depois quando, ao lançar *Bandidos*⁹⁹, Hobsbawm reconheceu as características revolucionárias dos crimes sociais analisados. Em Salvador, de acordo com Reis, os escravos tinham como objetivo a reconstituição de uma sociedade africana, com organização sócio-política próxima da que viviam antes do desterro para o Brasil.

No Oeste Paulista, a “ponte do Atlântico” trouxe as notícias dos acontecimentos da França sublevada de 1848 para os escravos. Pelos relatos, há poucos indícios de restauração sócio-cultural africana, embora se deva considerar que aqueles que produziram as fontes pouco conheciam da cultura escrava. É bem possível que, caso referências deste tipo fossem apresentadas pelos envolvidos, muito provavelmente seriam ignoradas pelos escrivães e delegados ao produzir as peças judiciais.

No entanto, como ao historiador resta, quase sempre, somente a análise das fontes produzidas pelos brancos, de acordo com elas os escravos e ex-escravos que organizaram o plano de levante de Piracicaba tinham outros objetivos: queriam ser livres, tratados com dignidade; buscavam a igualdade. Existem poucas evidências da utilização de traços culturais da sociedade africana,

⁹⁷ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

⁹⁸ Hobsbawm é criticado por João José Reis e Eduardo Siva no livro *Negociação e Conflito* (ver referências bibliográficas) por utilizar o termo *primitivo* que, na opinião desses historiadores, é de inspiração evolucionista e, portanto, inadequado à história. A obra criticada pelos historiadores é a seguinte: HOBBSAWM, Eric, *Rebeldes Primitivos. Estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, 2ª edição.

caso dos encontrados por Reis no Levante do Malês¹⁰⁰, no qual o grupo principal pretendia ter hegemonia e um status social superior sobre as demais etnias africanas caso a rebelião tivesse sucesso.

Em Piracicaba, o desejo de inserção social pode ser reforçado pelo perfil dos participantes: em sua maioria, escravos nascidos no Brasil e africanos ladinos. Apenas um dos líderes, Maximiano de Nação Cabinda, com 20 anos de idade, tinha feito a travessia do Atlântico há relativamente poucos anos. Mestre Pedro, apesar de africano, com seus 50 anos de idade, estava no Brasil, segundo as suas próprias palavras, há mais ou menos 25 anos¹⁰¹. Dos demais líderes, sabe-se que Mestre Joaquim era um homem maduro, crioulo, com 40 anos de idade, enquanto os demais eram crioulos com idades variando entre 20 a 30 anos. Tendo o cuidado para não menosprezar a cultura e as recordações africanas dos envolvidos, notadamente dos nascidos na África, pelos dados analisados é possível notar semelhanças entre as idéias que estimularam a rebelião e os ideais universais de igualdade, de acordo com Agulhon¹⁰², profundamente discutidos pela sociedade francesa naquela violenta primavera.

Em outra tentativa de insurreição, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 1848 na “tríplice fronteira” São Paulo-Minas Gerais-Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, de acordo com o *summario-crime*, os escravos foram informados das tensões européias anteriores à revolução por meio do *Jornal do Commercio*, lido pelo franco-suíço Jacques Frosser. É importante destacar que esse plano é anterior à chegada das notícias da Revolução de 1848, que só seriam informadas pelos jornais da Corte a partir do dia 12 de abril.

No entanto, é importante considerar que as manchetes do *Jornal do Commercio* desde o ano anterior já destacavam as tensões políticas, sociais e econômicas pelas quais passava o velho continente, notadamente França e Inglaterra. Nas palavras de Hobsbawm, “um cataclismo econômico que coincidiu com a visível corrosão dos antigos regimes... raras vezes a revolução foi prevista com tanta certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às

¹⁰⁰ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

¹⁰¹ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fls. 49-50v

¹⁰² AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

datas certas”¹⁰³. De acordo com ele, todos esperavam que algo fosse acontecer, pois uma parte significativa da população estava passando por grandes dificuldades, principalmente em razão da expressiva alta no preço do trigo e do aumento do desemprego. É também desse período uma metáfora de Victor Hugo, citada por Hobsbawm, que equiparava a tensão europeia a “um vulcão prestes a explodir”¹⁰⁴

Outra questão importante é que Jacques Frosser, um franco-suíço com 42 anos de idade, radicado no Brasil havia mais de uma década, em vários depoimentos dizia a todas as pessoas com as quais mantinha contato que reprovava a escravidão e, quando se reunia com os escravos de senhores vizinhos, lia a estes o *Jornal do Commercio*. Informava-os, assim, da pressão inglesa para que o tráfico intercontinental terminasse e sobre a difícil conjuntura econômica da Europa. Passava àqueles homens e mulheres cativos informações importantes sobre a tensão europeia e a crescente oposição à escravidão por parte da Inglaterra, França e Portugal, entre outras nações¹⁰⁵.

Informava-os também sobre a escalada de pressão inglesa para que o tráfico acabasse, culminando com o apresamento de navios em portos brasileiros e, até mesmo, com um fato curioso, que demonstra a determinação inglesa para o fim do tráfico¹⁰⁶: o oferecimento de asilo político a um escravo soteropolitano o qual, depois de pedir ajuda à tripulação de uma embarcação da marinha inglesa, foi embarcado e, muito provavelmente, levado à Inglaterra ou algum território sob a jurisdição inglesa – talvez Serra Leoa - para esclarecimento de sua situação.

As atitudes do francês permitem ainda levantar hipóteses sobre o impacto, no campo das idéias, resultante da imigração europeia ao Brasil, composta de pessoas que, em sua grande maioria, reprovavam a escravidão e que, na sociabilidade cotidiana, acabavam por externalizar essas idéias. Naquele momento, em parte da Europa, principalmente França e Inglaterra, a corrente de

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução: Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁰⁴ HOBBSAWM, A Era das Revoluções, Op. Cit.

¹⁰⁵ AHBML. Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, fls 100-110v, Op. Cit.

¹⁰⁶ Ministerial Reports (1821-1960). Relações Exteriores 1830-1960. Brazilian Government Document Digitalization Project. Ministerial Reports (1821-1960). Relações Exteriores 1830-1960. Acessado em 10/10/2008. Url: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>

pensamento caminhava para o estabelecimento de uma quase unanimidade popular contra a escravidão. Com a chegada de um número crescente de europeus, isso acabava por pressionar ainda mais a legitimidade da escravidão brasileira, crescentemente contestada naquela metade do século XIX, visto que existiam somente duas nações escravistas na América do Sul, Brasil e Equador¹⁰⁷.

Quanto ao outro mascate, aquele que entrou em contato com os escravos do Oeste Paulista, não foram encontradas informações pormenorizadas a seu respeito que permitissem uma análise mais aprofundada. O que se sabe, já dito aqui anteriormente, é que, após ter entrado em contato com os revoltosos e, possivelmente, negociado seus objetos nas redondezas, seguiu seu caminho para outros lugares.

Houve, inclusive, grande mobilização da polícia provincial¹⁰⁸ que, por meio de uma circular a todos os delegados paulistas, tentou encontrá-lo. Um suspeito, o francês Alexandre Simão (nome possivelmente aportuguesado pelo delegado) chegou a ser preso por alguns dias em Rio Claro¹⁰⁹ para averiguação. No entanto, poucos dias depois acabou sendo solto, por não apresentar as feições e marcas características atribuídas pelas testemunhas ao estrangeiro.

¹⁰⁷ Drescher, Seymour. *Capitalism and Antislavery. British Mobilization in Comparative Perspective*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1987. De acordo com este autor, o Equador acabou com a escravidão pouco tempo depois, em 1851.

¹⁰⁸ Correspondências ativas da Polícia para Delegados. Circular aos Delegados de Polícia da Província de São Paulo. 6 de abril de 1848. Disponível no Arquivo Público do estado de São Paulo.

¹⁰⁹ Correspondências ativas da Polícia. Registro da correspondência recebida em 14 de outubro de 1848, remetida da Vila de Rio Claro. Disponível no Arquivo Público do estado de São Paulo.

3. Da Europa ao sudeste brasileiro

As notícias sobre a revolução europeia chegaram ao Brasil algumas semanas depois, mais precisamente em 11 de abril de 1848, por meio de viajantes que cruzaram o oceano Atlântico. Com a chegada das primeiras informações, provavelmente a bordo do paquete inglês Crane¹¹⁰ - o que não exclui outro navio da mesma nacionalidade, o brigue Lennet, de também trazer as notícias - , os brasileiros foram informados sobre as grandes transformações que estavam ocorrendo na Europa.

No dia seguinte, alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Tarde*, a *Gazeta Oficial* e o *Diário do Rio de Janeiro* noticiaram os acontecimentos europeus. No *Correio da Tarde*¹¹¹, a notícia, com o título de "A Revolução em França", tomou grande parte da edição, destacando também os conflitos que ocorreram em Nápoles.

Exterior
Revolução em França
Pariz, 02 de março de 1848
Acaba de ter lugar um acontecimento extraordinario e inesperado.
O Rei Luiz Phillippe já não reina e a França declarou-se em República.
Narrar o que succedeo não é coisa fácil, com tudo tental-o-emus...¹¹²

Na mesma edição, na página seguinte, outra notícia informava sobre a revolução:

A Revolução em França
Fundeara hontem, depois das 4 horas, o paquete inglez, e à 5 da tarde sabia-se na cidade a noptícia da abdicação de Luiz Phillippe e sua fuga para a Inglaterra. Os factos, ocorridos em Pariz nos dias 23 e 24 de fevereiro, não devem ter influênciã somente na França; não é somente um povo que ergue ameaçador, assume sua

¹¹⁰ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 12/04/1848, fl. 04. De acordo com o *Correio da Tarde*, edição de 29/04/1848, as notícias chegaram ao Brasil a bordo do paquete Crane na manhã do dia anterior. De acordo com a mesma publicação, também de 11/04/1848 aportou outro navio inglês, o brigue Lennet.

¹¹¹ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 12/04/1848. Disponível no AEL - Unicamp.

¹¹² *Ibidem*, fl. 01.

soberania, quebra o throno e impelle uma dynastia para constituir o systema democratico puro.

A nova Republica Franceza, da Revolução Franceza de 1848, dado infallivelmente apoiar as pretensões populares em toda Itália e ter grande importância e influência nos destinos da Hespanha e de Portugal. O simples bom senso sobeja para reconhecer a gravidade da situação da Europa em presença de factos consummados em tão poucas horas na capital da França.

Que lição dada aos reis n'esses factos! ... Uma dynastia e um Governo illustrado apoiado por 100.000 soldados succumbem em poucas horas, e vão chorar em paiz estrangeiro os erros que cometeram, as consequências de seus erros... Bem dizia Guizot: "As maiorias da Câmaras são os últimos elementos de pôder que abandonam os Governos". O Ministerio Francez dada uma maioria para tudo quanto quizesse; e o Povo descalça as ruas, fazia tranquei-as e zombava de todo apparatus militar, que se ostentava em Pariz, das fortificações que circundam a capital!

O que he o Povo quando QUER!... de veras. Que força, que energia! E depois da victoria, que magnanimidade !!!... ¹¹³

No dia seguinte, como seria de se esperar, houve grande destaque também no *Jornal do Commercio*, que utilizou mais da metade da edição para informar, detalhadamente, da véspera aos dias posteriores à revolução de 1848. No dia 13 de abril, houve um caderno extra, um suplemento com informações sobre a revolução. Na edição de 12 de abril, a primeira a relatar os acontecimentos, logo na capa, em artigo não assinado:

EXTERIOR

Corresp. Do Jornal do Commercio

Paris, 23 de fevereiro

Uma semana inteira de tumulto, de desordem e de combates custou a discussão do ultimo paragrapho do projecto de resposta da camara dos deputados aquellas famosas palavras dos discurso da coroa, em que a agitação reformista era designada como resultado de paixões cegas e inimigas.¹¹⁴

Nesses primeiros dias os jornais variaram entre a narração dos acontecimentos e a análise circunstancial do momento político. Essas análises

¹¹³ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, *Op. Cit.*, fl. 02.

¹¹⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, edição de quarta-feira, 12 de abril de 1848. Disponível no AEL – Unicamp.

eram tanto externas, relativas às consequências para o próprio continente europeu, quanto internas, pois temia-se instabilidade à monarquia brasileira.

No *Correio da Tarde*, um artigo lançava perguntas que externalizavam esse contexto de incerteza: “Que influência terão no mundo os acontecimentos de Paris?”¹¹⁵ ou então, “Quantos thronos serão abalados ou derribados?”¹¹⁶

É possível que houvesse algum temor quanto a uma possível propagação da revolução, notadamente em razão da tensão em Pernambuco e da violenta disputa interna entre liberais e conservadores, embora seja necessário destacar que ambos apoiavam oficialmente a monarquia e o imperador.¹¹⁷ No entanto, mais do que isso, as notícias européias foram instrumentalizadas pelos conservadores para pressionar a coroa a anular as eleições, remarcar novo processo eleitoral e forçar a demissão do gabinete liberal. No *Correio da tarde*, de tendência conservadora, havia uma tênue tentativa de aproximar o contexto político local - na perspectiva dos conservadores - de não respeito às normas eleitorais e à vontade dos cidadãos - do contexto francês anterior à revolução¹¹⁸.

A figura utilizada era a de uma hydra, uma metáfora ao Partido Liberal, o qual, na visão conservadora, impedia, com seus vários tentáculos, o respeito às instituições nacionais. O trecho abaixo, destacado de um artigo publicado pelo *Correio da Tarde* em 28/04/1848, é capaz de retratar esse clima de grande tensão.

... E não havemos de gritar? Não temos a moderação do estimável contemporâneo: e como tel-a quando vemos a hydra

¹¹⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, edição de quarta-feira, 14 de abril de 1848.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ Embora ambos apoiassem a escravidão, a monarquia e o imperador, há um debate historiográfico sobre a intensidade desse apoio. Um dos autores a tratar do assunto, Ilmar R. Mattos (MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.), demonstrou as diferenças quanto à organização interna do Estado e do projeto para o Brasil. Mais recentemente, Tâmis Parron (PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.) demonstrou que os membros do Partido Conservador eram muito mais refratários ao fim do tráfico transatlântico de escravos. Tanto na oposição (antes de assumirem o poder, na segunda metade de 1848, por meio de oposição no Parlamento), quanto na situação, tentaram resistir à pressão para o tráfico acabasse.

¹¹⁸ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de quarta-feira, 28/04/1848, fl. 03.

por seu organ n'esta Corte, O Santa Luzia intimar a ordem premtoria para darem suas demissões os atuais ministros?¹¹⁹

Na mesma edição, a notícia da abolição da escravidão nas colônias francesas foi narrada de forma lacônica, sem maiores comentários e, notadamente, sem qualquer artigo de opinião que analisasse possíveis impactos para a sistema escravista nacional.

Por outro lado, era de se esperar que os acontecimentos de Paris fossem recebidos, muito provavelmente, com entusiasmo pelos escravos e ex-escravos. Isso foi o que ocorreu quando do encontro entre o mascate francês e Mestre Pedro na cidade de Piracicaba.

De acordo com o sumário crime¹²⁰, o mascate francês contou a Mestre Pedro que, na França, após uma insurreição popular, a república foi proclamada e, dias depois, foi decretado o fim da escravidão nas colônias francesas; sem dúvida, uma notícia estusiástica aos olhos de um ex-escravo com todos os filhos cativos.

Assim, após uma série de contatos e de reuniões, a insurreição foi marcada para a madrugada do dia sete de setembro, feriado de comemoração da independência do Brasil. Para esse dia estava prevista a realização da nova eleição para vereadores, deputados e juizes de paz, conquistada pelos conservadores depois de meses de pressão junto à opinião pública e ao imperador.

A razão da escolha da data muito provavelmente estava relacionada à marcação da eleição para esse dia pois, em razão do evento, grande parte dos brancos estaria na vila, deixando as fazendas relativamente desprotegidas. Outra hipótese, por ser pública e notória a violenta disputa entre liberais e conservadores, é a de que os escravos avaliaram que poderiam tirar proveito de uma possível divisão entre os brancos. É possível ainda que estivessem informados de uma possível volta ao poder do Partido Conservador, o mais notório defensor da política escravista.

¹¹⁹ *Ibidem*, edição de quarta-feira, 28/04/1848, fl 01.

¹²⁰ AFCP/CCMW, *Op. Cit*, fl. 18.

Sabiam também, por ser uma informação de domínio público, do desarmamento da Guarda Nacional em função do acordo que selou o fim da Revolução de 1842 e que se mantinha até aquele momento, apesar de que esse fato, evidentemente, não impedia a elite senhorial de ter armamentos privados. Portanto, é provável que a escolha da data esteja relacionada aos eventos políticos da época.

Essas hipóteses são baseadas na historiografia contemporânea que, ao pesquisar movimentos insurrecionais escravos, revelou que as escolhas de datas para rebeliões, na maioria das situações, foi decidida tendo por base critérios políticos ou religiosos, isso quando não utilizados em confluência. Um dos autores que tratou essa questão foi João José Reis¹²¹, na análise sobre a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador na passagem dos dias 24 e 25 janeiro de 1835, domingo de festa da Nossa Senhora da Guia, celebrada na Igreja do Bonfim. Os exemplos são inúmeros e em Piracicaba esta característica se repetiu, apesar de ser uma data cívica. Os escravos tinham consciência de que nos feriados muitos senhores viajavam e, além disso, em razão de normalmente não trabalharem nessas datas, a vigilância de senhores e feitores diminuía consideravelmente.

Após os primeiros contatos com o mascate e a escolha do dia, foi dado início ao planejamento do levante, primeiramente com a realização de reuniões na casa de um ex-escravo chamado Antonio, morador de um quilombo nas proximidades da vila. Nesses encontros, de acordo com o *Summario Crime*¹²², os participantes eram convencidos a fazer parte do levante e informados sobre as grandes transformações que estavam ocorrendo na Europa.

Além do trânsito de informações sobre a conjuntura internacional, tratado por Linebaugh, outra característica que chama a atenção em Piracicaba, diz respeito às análises políticas próprias que os escravos fizeram dessas informações, o que corrobora pesquisas feitas por Flávio Dos Santos Gomes¹²³. Em suas pesquisas sobre a formação de quilombos em várias regiões brasileiras,

¹²¹ Reis, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

¹²² AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl.

¹²³ GOMES, Flávio dos Santos. Em Torno dos Bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. Revista USP(28): p.40-55, Dezembro/Fevereiro 95/96, p. 44.

esse autor chegou à conclusão de que, em muitas das situações analisadas, os escravos, além de informados do contexto internacional, faziam uma leitura própria, resignificavam o que estava acontecendo de acordo com as suas expectativas.

Nesse mesmo sentido soma-se o trabalho de Emília Viotti ao analisar a rebelião de Demerara¹²⁴. De acordo com a autora, as discussões que estavam ocorrendo no parlamento inglês foram compreendidas de forma equivocada pelos escravos da colônia açucareira. Estes acreditavam que o monarca inglês havia aprovado o fim da escravidão mas, em razão da resistência dos fazendeiros locais em acatar a decisão, tal notícia estava sendo ocultada.

Em Piracicaba essas análises foram importantes para que os acontecimentos chegassem ao desenlace em questão. Apesar de não haver nenhuma referência direta à proclamação da II República francesa, em um dos principais depoimentos, do Mulato Francisco, escravo de Geronimo Ferreira da Silva, fica patente que os envolvidos estavam informados sobre os acontecimentos europeus e que isso poderia trazer implicações para o sistema escravista brasileiro. Em seu depoimento, disse ter ouvido que a

lei estava para virar e que ahi teria sua liberdade por haver mudança de governo para república, e que dissera mais que se quizessem recuperar sua liberdade, que o numero de captivos e pretos libertos hera maior que o dos brancos e por isso podião a força recuperar em imediatamente.¹²⁵

Pelas evidências encontradas, incluindo as palavras de Danuza, esposa de Mestre Pedro, sonhando em ser francesa, é possível deduzir que o mascate trouxe informações sobre a Revolução de 1848, incluindo a proclamação da II República e a abolição dos escravos nas colônias francesas. Em consequência, havia uma forte aproximação entre um evento e uma decisão dos revolucionários os quais, à primeira vista, não possuíam uma relação de causalidade direta: a

¹²⁴ VIOTTI DA COSTA, Emília, *Coroas de Sangue, Lágrimas de Glória*, *Op. Cit.*

¹²⁵ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 03.

mudança de governo para república e a abolição da escravidão. É possível também que esses relatos tenham sido influenciados pela crescente tensão em Pernambuco, naquele momento amplamente divulgada pelos principais jornais da Corte, tomando parte significativa das edições¹²⁶. No entanto, em junho de 1848, antes da eclosão da revolta pernambucana, ainda não havia qualquer relação entre república e abolição da escravidão. Essas referências, muito provavelmente, tiveram origem nas aproximações feitas pelos cativos entre a república francesa e abolição da escravidão, centrais nos acontecimentos de fevereiro de 1848, em Paris. Além disso, o auge da Revolução Praieira, quando o fim da escravidão chegou a ser discutido, ocorreu somente no final de 1848¹²⁷. Portanto, quase seis meses depois da organização do plano de Piracicaba, ocorrido entre maio e julho.

Além dessa aproximação entre república e abolição da escravidão, nas entrelinhas deste depoimento é possível deduzir que os escravos tinham consciência de que os acontecimentos de Paris enfraqueciam a monarquia brasileira. Para deixar a situação ainda mais grave, a pressão inglesa intensificou-se ainda mais naquele momento, com inspeções e, em alguns casos, apresamento de embarcações brasileiras até mesmo dentro de portos locais, fatos amplamente noticiados pelos jornais. Caso fossem encontrados vestígios ou evidências de que a embarcação participara do tráfico africano, a tripulação e o barco poderiam ser presos e escoltados para serem julgados na em território britânico, situação que estava preocupando as autoridades brasileiras, às quais acusavam os britânicos de não respeitar a soberania nacional. Por fim, o quadro político interno, com divisões contundentes entre as duas principais forças na luta pelo poder, agravava ainda mais a situação.

Sobre isso há uma série de considerações a fazer, pois a historiografia sobre a escravidão tratou em várias obras da relação entre as disputas e divisões

¹²⁶ Neste caso, a análise ficou restrita a dois jornais da Corte, o *Correio da Tarde* e o *Jornal do Commercio*. Nas duas publicações, de janeiro a dezembro de 1848, portanto, bem antes da rebelião pernambucana ganhar corpo, foi dado grande destaque à tensão local. Artigos opinativos e notícias foram publicadas no mínimo semanalmente pelos jornais analisados. O *Jornal do Commercio*, quase um órgão oficial da monarquia brasileira, fazia uma cobertura crítica à reivindicação dos praieiros.

¹²⁷ Marson, Isabel de Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

entre os brancos e a eclosão de rebeliões. Na independência haitiana, por exemplo, de acordo com Eugene Genovese¹²⁸, as lutas internas ocorridas entre a elite proprietária francesa enfraqueciam a capacidade de reação senhorial. Esse processo era percebido pelos escravos, que se rebelavam com mais intensidade nesses períodos.

Outro pesquisador importante sobre a Revolução Haitiana, C. L. R. James¹²⁹, também chegou à conclusão de que as disputas entre os senhores foram decisivas para a eclosão da rebelião. Em São Domingos, no início da década de 1790, o evento que impactava a sociedade era a Revolução Francesa. Os franceses proprietários de fazendas estavam divididos em dois grupos: os apoiadores da revolução e os favoráveis à restauração monárquica. Esses dois grupos partiram para o conflito e os escravos perceberam que isso os enfraquecia significativamente. Para agravar ainda mais a tensão, havia no local uma profunda dissensão étnica entre os proprietários de terras, agrupados entre brancos (de origem francesa) e mulatos - estes últimos segregados devido à cor da pele - cidadãos de segunda categoria sem acesso à participação política na ilha. Todavia, apesar de segregados, eram proprietários de grandes fazendas e de uma proporção significativa dos escravos. Depois de serem sistematicamente perseguidos pelos brancos, armaram-se e partiram para a guerra civil. Com o conflito, ambos se enfraqueceram e os escravos, naquele momento já se rebelando em grande número para conseguir a liberdade, de forma progressiva se uniram, foram à guerra e venceram depois de uma desgastante luta que durou mais de uma década.

No Brasil de 1848, apesar da recente pacificação, ocorrida com a consolidação da monarquia, a disputa entre liberais e conservadores era pública. Além da disputa política local, é possível que os escravos tenham reforçado essa percepção sobre a divisão entre os brancos com a chegada das notícias sobre a revolução européia. Daí o papel decisivo do mascate francês, o qual, à sua

¹²⁸ GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²⁹ JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'ouverture e a Revolução de São Domingos*. tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

maneira, relacionou a transformação do sistema de governo francês em República à abolição da escravidão, trazendo essas informações aos escravos locais.

De acordo com os depoimentos de alguns dos envolvidos, especialmente de Mestre Pedro, o mascate francês tinha uma visão universalista sobre os direitos humanos. É presumível que entevia os escravos como um segmento social oprimido, que deveria se revoltar e conquistar seus direitos universais. Alguns dos depoimentos que citam o francês sugerem essa perspectiva, e torna-se importante destacar que ele aparece como incitador do levante de escravos. De acordo com o sumário-crime, um “estrangeiro tal um francês mascate de ouro e prata procurava aconselhar a insurreição a fim de que os pretos tivessem a sua liberdade”¹³⁰.

Sobre esse assunto, mesmo que a título de simples conjectura, Maurice Agulhon ¹³¹ traz informações relevantes para a compreensão de pessoas semelhantes ao mascate francês, isto é, pertencentes a camadas populares, que se aventuravam pela América para tentar ganhar algum dinheiro e, ao mesmo tempo, não se escusavam de emitir opiniões bastantes singulares.

De acordo com o autor, no período anterior a fevereiro de 1848, havia uma série de alternativas sendo gestadas em oposição à monarquia, então vigente. Entre elas, pode-se destacar as ideias republicanas liberais, socialistas ou anarquistas, que tinham um ponto em comum: o universalismo de direitos.

O mascate francês, ao percorrer os engenhos de cana e observar o grande contingente de escravos na Piracicaba da década de 1840, remeteu para cá parte do que se poderia chamar de uma lógica pós-Revolução Francesa: se os negros eram maioria na sociedade, deveriam se reunir e exigir a liberdade, tal como os *sans-culottes* franceses exigiram seus direitos na revolução. Os brancos que se opusessem, de acordo com os relatos dos indiciados, “seriam assassinados”¹³². Esses relatos foram sistematicamente repetidos em vários depoimentos, pois eram parte fundamental do discurso de convencimento para que a rebelião ganhasse novas adesões. Esse foi o caso do depoimento do mesmo Antonio,

¹³⁰ AFCP/CCMW, *Op. Cit*, fl. 32v.

¹³¹ AGULHON, Maurice. *1848:O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹³² AFCP/CCMW, *Op. Cit*, fl. 03.

escravo crioulo, de 20 anos de idade, que afirmara “que se quizessem recuperar sua liberdade, que o numero dos Cativos e pretos libertos hera maior que o dos brancos e por isso podião a força recuperarem imediatamente”¹³³.

No entanto, à primeira vista, o francês e os demais participantes do plano erraram em suas avaliações, pois em Piracicaba o número de escravos e libertos era menor que a soma do restante da população. Segundo José Francisco de Camargo¹³⁴, no ano de 1836 a população da província de São Paulo era de 284.312 habitantes, dos quais 28,2% de escravos (cerca de 80.000). Em Piracicaba (que incluía as freguesias de Limeira e Rio Claro), para uma população de 10.291 habitantes havia 3647 escravos, cerca de 35% do total. Uma das características do censo, trazendo prejuízos à análise dos dados, é que não houve a contagem em separado do número de libertos (caso de Mestre Pedro), que tiveram participação decisiva no plano de insurreição. E isso pode ser considerado como um obstáculo em análises de movimentos insurrecionais pois, em caso de rebelião, é possível que muitos deles ficassem lado a lado com os escravos por conta de seus vínculos comunitários e familiares, exatamente o que o ocorreu com dois dos líderes do plano insurrecional, Mestres Pedro e Joaquim¹³⁵.

Quanto ao número de fogos, sabe-se que em 1845 existiam 956. No censo de 1854, de acordo com Camargo¹³⁶, a população da província atingiu 417.149 habitantes e a de Piracicaba caiu para 5095 em virtude da separação das freguesias de Rio Claro e Limeira, ambas elevadas a vilas, passando a constituir

¹³³ *Ibidem*, fl. 03..

¹³⁴ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia*. São Paulo: USP, 1952.

¹³⁵ A participação de libertos em movimentos rebeldes é evidente em vários movimentos analisados pela historiografia contemporânea. Em Salvador, de acordo com João José Reis, houve a participação de um pequeno número de libertos que tinham relações comunitárias, familiares e étnico-religiosas com parte dos escravos amotinados. Emília Viotti chegou à mesma conclusão ao analisar a rebelião de Demerara, guardadas as diferenças quanto aos laços de sociabilidade que os uniram, pois para a autora a rebelião em questão não teve como característica central aproximações étnicas. Para ela havia uma experiência de classe, fruto do tratamento brutal a que eram submetidos os escravos, e à discriminação exercida sobre os libertos. Outra característica eram laços familiares e comunitários, que dirimiam as diferenças. Por fim, a aproximação entre libertos e escravos se fazia por meio da religião, exercida por missionários ingleses, na qual participavam as duas categorias sociais.

¹³⁶ Camargo, *Op. Cit.*

novas unidades políticas. Pela mesma razão, o número de escravos também diminuiu para 1345, cerca de 24% da população.

Em relação à análise da variável numérica, são muitas as pesquisas da historiografia recente que demonstraram a consciência de escravos, ex-escravos e demais participantes de rebeliões sobre as vantagens da superioridade numérica. No Levante dos Malês, segundo Reis¹³⁷, os revoltosos tinham duas estratégias: esperavam conseguir adesões no início da manhã, quando um número significativo de escravos se reunia no principal chafariz da cidade para buscar água a seus senhores e, posteriormente, para que a insurreição ganhasse vulto, com a adesão de cativos dos engenhos do Recôncavo. Havia um grande temor da elite senhorial em razão do expressivo número de escravos em comparação à população branca.

A desvantagem demográfica, analisada por Reis, era uma das principais causas de uma verdadeira histeria entre os moradores de Salvador, reflexo do Levante dos Malês e, muito provavelmente, do caso haitiano. De acordo com o autor, na rebelião dos Malês, ocorrida em 1835, a população soteropolitana era estimada em cerca de 65.000 habitantes. Desses, os escravos nascidos na África correspondiam a cerca de 26.5% da população, cabendo aos africanos libertos pouco mais de 7%. Do restante da população havia por volta de 15.5 % de escravos nascidos no Brasil, 22.7% de libertos e apenas 28.2% de brancos, quase uma proporção 3X1 de pardos/negros x brancos.

Em Demerara, de acordo com Emília Viotti¹³⁸, o número de escravos, cerca de 77.000, superava em muito os 2500 brancos, que estavam verdadeiramente ilhados. Isso sem contar os 2500 negros libertos, ou seja, uma proporção superior a 30 X 1 se for levada em consideração uma possível solidariedade étnica. Esse quadro criava uma verdadeira paranóia por parte dos fazendeiros brancos ingleses, que temiam os missionários em razão destes estarem alfabetizando muitos escravos. Para os brancos, ainda segundo Emília Viotti¹³⁹, a alfabetização aumentava a possibilidade de os escravos ficarem informados sobre as

¹³⁷ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

¹³⁸ Viotti da Costa, Emília, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit.*, p. 19.

¹³⁹ *Ibidem.*

discussões que estavam ocorrendo na Europa, principalmente na Inglaterra, sobre restrições à escravidão, e da crescente propaganda abolicionista, fatores que poderiam estimular levantes escravos. Não perceberam que grande parte das informações escravas sobre o contexto inglês vinham, sobretudo, por meio de cativos alocados nas casas senhoriais. Estes se informavam ao escutar as conversas dos senhores sobre esses assuntos, principalmente na hora do almoço. Outras fontes importantes, eram o contato de escravos com marinheiros, que também os colocavam a par da crescente resistência inglesa à escravidão, além de cativos leitores de jornais, uma parcela ínfima, o que de certa forma, confirmava os temores senhoriais sobre os riscos da alfabetização.

No entanto, na tentativa de rebelião em questão, de Piracicaba, guardadas as proporções do medo senhorial em relação aos escravos, a relação brancos x cativos/libertos era consideravelmente inferior à existente em Salvador¹⁴⁰.

É importante destacar que esses dados estatísticos podem trazer em sua quantificação dois possíveis problemas ao historiador: o primeiro se remete ao fato de que entre a população livre havia um número significativo de negros e mulatos que, muito provavelmente, tinham relações sócio-culturais ou de parentesco com os escravos da localidade¹⁴¹, ou seja, com laços de solidariedade que os tornariam sujeitos à adesão em caso de conflito. Além disso, a demografia, ao tratar de números que revelam a totalidade de um determinado local, dificilmente consegue captar a heterogeneidade da ocupação espacial.

Em Piracicaba, esse possível problema metodológico pode ser demonstrado em razão da concentração de escravos nos engenhos próximos à vila e, ao mesmo tempo, por verdadeiros vazios demográficos existentes em outras áreas. Segundo Torres¹⁴², em 1818, quando Piracicaba tinha 909 escravos, os engenhos próximos à vila reuniam 676 cativos, ou seja, mais de 70% deles. Os

¹⁴⁰ Para João José Reis, a população baiana por volta de 1835 era estimada em 65.000 habitantes. Dos habitantes da cidade, os escravos nascidos na África seriam 26.5%, africanos libertos 7.1%. Entre os brasileiros/europeus, havia 15.5 % de escravos, 22.7% de libertos e apenas 28.2% de brancos, quase uma proporção 3X1 de negros/brancos.

¹⁴¹ Esse é o caso de Mestre Pedro e de sua esposa, Danuza, ambos libertos, mas com filhos ainda escravos.

¹⁴² TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*, Op. Cit. Os dados são de 1818, Op. Cit.

restantes 216 sítios, muitos deles localizados a dezenas de léguas de distância da vila, reuniam somente 233 escravos, praticamente um por propriedade. Além disso, se cada um desses sítios fosse habitado por uma família branca com 4 membros, haveria 932 brancos espalhados por uma área significativamente maior. Assim, em áreas com menor concentração humana, especialmente as mais distantes do rocío – locais menos valorizados pela dificuldade de locomoção e de transporte de mercadorias - o número de brancos era significativamente superior ao de escravos, situação que torna plausível o seguinte raciocínio: apesar do número de cativos em Piracicaba ser próximo a 25% no ano de 1848, em determinadas áreas, notadamente aquelas mais próximas à vila, em razão da concentração de engenhos, poderia ser significativamente maior, talvez, até mesmo, superior a 50%, da forma como foram percebidos por Mestre Pedro e pelo francês.

Desse modo, o que seria, à primeira vista, um erro de avaliação por parte do mascate e dos escravos envolvidos, ao acreditarem na vantagem numérica, pode ter sido a realidade encontrada na região próxima ao núcleo urbano de Piracicaba. Essa percepção pode ser confirmada pela descrição dos lugares onde o mascate esteve presente, comercializando seus objetos trazidos da Europa: justamente os engenhos nas redondezas da vila, locais com uso intensivo de mão-de-obra escrava, nos quais, possivelmente era esse o quadro: maioria absoluta de escravos, panorama que não refletia a realidade étnica da província e tampouco da vila como um todo.

Diferente de Salvador, um levante que evidenciou as divisões étnicas, em Piracicaba não foi possível perceber essa segmentação, embora a omissão de informações sobre alguns escravos citados ou ouvidos no *Summario Crime*, principal fonte de pesquisa da tentativa de rebelião, dificulte qualquer conclusão mais precisa sobre o assunto. Havia, além de escravos africanos e crioulos, a participação significativa de ex-escravos no plano de insurreição e de uma branca pobre, lavadeira, presa por ter sido vista sendo treinada “no manejo” por Mestre Pedro em uma localidade próxima ao quilombo¹⁴³. Essa acusação rendeu a ela

¹⁴³ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 37.

um processo e, posteriormente, a prisão em função da quebra do juramento, ou seja, ela provavelmente mentiu para o juiz de direito e foi desmentida por outra testemunha por meio de uma acareação. Suas palavras foram confrontadas com o testemunho de um fazendeiro branco – foi exatamente essa a situação da acareação – e prevaleceu, como seria de se esperar em uma sociedade escravista, a palavra dele.

Além disso, havia uma proximidade étnico-cultural entre vários dos envolvidos, que pode ser explicada pelo conceito que Slenes chama de “proto-nação banto”, resultante das aproximações culturais, lingüísticas e étnicas que alguns dos líderes tinham entre si. O principal líder chamava-se Pedro Congo (conhecido pela comunidade como Mestre Pedro), enquanto outra importante liderança era Maximiano Di Nação Cabinda, ambos oriundos de locais com proximidades étnico-culturais e lingüísticas, localizadas na região centro-africana atlântica.

4. O papel dos estrangeiros

Em razão da participação importante de um mascate francês na tentativa de rebelião, fez-se necessário levantar algumas hipóteses acerca de pessoas que poderiam estar, em tese, propensas a cruzar o oceano para tentar melhorar de vida no Brasil. Poder-se-ia tentar responder a pergunta que dá nome a esta parte do trabalho: Afinal, jovens como o mascate citado no sumário-crime eram radicais, jacobinos, ou as idéias abolicionistas já estavam se tornando hegemônicas entre os franceses?

Para responder esta pergunta, mesmo que a título de simples conjectura, pois o francês fugiu e, em conseqüência, há poucas informações a seu respeito, a estratégia escolhida foi o cruzamento das poucas informações que restaram a seu respeito com obras de autores importantes sobre o assunto, tais como Maurice Agulhon, William Fortescue, e Michel Vovelle¹⁴⁴

Para Vovelle, o fenômeno do jacobinismo deve ser visto a partir de uma perspectiva histórica, pois o seu percurso político conheceu várias nuances desde o seu aparecimento, no momento posterior à convocação dos Estados Gerais. No início, em 1789, o Clube dos Jacobinos¹⁴⁵ tinha parte substancial do seu quadro de militantes oriundos da burguesia, e até mesmo de uma aristocracia liberal que apoiava a revolução.

No entanto, com o desenrolar da Revolução Francesa, os jacobinos caminharam de forma progressiva para a uma perspectiva política de esquerda, apoiando os trabalhadores e as classes menos favorecidas e, conseqüentemente, se distanciando dos aristocratas e burgueses. Já em 1792, houve uma debandada de deputados que se sentiam desconfortáveis com a crescente mentalidade radical, deixando livre o caminho para a consolidação dos extremistas na direção do clube e, posteriormente, à ligação etimológica deste termo como sinônimo de radicalismo.

¹⁴⁴ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.

¹⁴⁵ A nomenclatura jacobinos, é decorrente do fato de que os deputados radicais se reuniam no Convento dos Jacobinos, localizado na rua Saint Honoré em Paris.

Após o período 1793/1794, marcado pelo governo de Robespierre, o jacobinismo foi associado ao radicalismo e à violência desmedida, em parte por força de um discurso oficial que, por meio do medo, tentou minar qualquer tipo de reorganização das forças populares. É importante destacar que, em muitos momentos da primeira metade do século XIX, os clubes radicais foram proibidos e, em consequência, funcionaram na clandestinidade.

De acordo com Vovelle, apesar da derrocada jacobina¹⁴⁶, com o fim do Governo de Salvação Nacional, os ideais desse grupo estiveram presentes em muitos levantes e tentativas de sublevação populares ocorridos entre a Revolução Francesa e o final do século XIX. Este foi o caso da *Conspiração dos Iguais*, liderada por Babeuf em 1796, cujo objetivo principal era a busca por uma sociedade materialmente igualitária. O universalismo de direitos já não bastava. Tais ressurgimentos sucederam-se, entre outros momentos, em 1821, 1830, 1841 e 1848, variando em intensidade e objetivos. Na revolução de 1830, por exemplo, na qual Carlos X abdicou após um levante parisiense, a liderança política esteve concentrada em mãos liberais, mas contou com a participação decisiva de jacobinos. Essas reaparições subseqüentes a 1794 são chamadas por Vovelle de despertar do jacobinismo, ou ainda, neojacobinismo.

Além dessa progressiva guinada à radicalização, marca do jacobinismo, é possível analisar este fenômeno político em outra de suas características principais: os levantes populares armados. Em Paris, desde 1789, com a progressiva consolidação de uma tradição de levantes populares, alguns bairros eram temidos pelo Estado francês por aglutinar trabalhadores com grande potencial revolucionário. Em 1848, alguns locais de Paris, caso do *12^o Arrondissement*, em razão de concentrarem populares com tradição de levante, eram temidos pelo governo. Por essa razão foi proibido o banquete

Além dos levantes armados, forma de ação política legítima sob a perspectiva do jacobinismo pós-1793, esse movimento tinha entre as suas marcas o universalismo, característica que possibilitou a aproximação com as camadas populares. Desde 1793, foram os jacobinos que defenderam o fim do voto

¹⁴⁶ VOVELLE, *Op. Cit.*

censitário. Tal atitude repetiu-se em 1848, quando essa estratégia plutocrática foi momentaneamente abolida. Meses depois, essa restrição à participação popular voltou de forma efêmera, aprovada pela bancada conservadora, até que Napoleão III resolveu novamente universalizar o direito de voto para os homens, parte de sua ambígua estratégia de apaziguamento político para legitimar o regime recém instalado.

Outra característica marcante do jacobinismo, também associada a princípios universais, foi a luta pelo fim da escravidão no parlamento francês. Entre o fim do século XVIII e início do XIX, houve uma crescente pressão jacobina para se por fim à escravidão. Quando tomaram o poder, no período radical da revolução, a proposta foi apresentada e aprovada. No entanto, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, houve a restauração da escravidão nas colônias e territórios ultramarinos. Isso ocorreu, muito provavelmente, pelo temor do Estado francês em perder essas áreas para outras potências européias ou, até mesmo, pelo medo delas se tornarem independentes, pois o escravismo era uma das poucas unanimidades entre os agricultores desses locais. Assim, com as restaurações subsequentes, foi somente em 1848, por conta, novamente, de uma proposta da bancada radical da Assembléia Nacional, que a escravidão foi definitivamente abolida em todos os locais sob administração francesa.

Além disso, o jacobinismo, adequando-se aos novos tempos, com o crescimento das cidades, e, conseqüentemente, do número de trabalhadores urbanos e operários, também sofreu transformações em direção a uma crescente preocupação social. Segundo Vovelle,

O retorno a 1793 substituindo a 1789, ou seja, pela constituição democrática do ano I, os heróis do período, Robespierre, Marat, em seguida Hébert, mas antes de tudo o Comitê de Salvação Pública, a legitimação da violência com o Terror como meio, em nome da salvação da República. Robespierismo, graças a Buonarroti, ampliado a Babeuf e aos Iguais, garantindo a continuidade e a abertura sobre a dimensão social, que representa a grande novidade, colocando a emancipação dos trabalhadores no centro do processo global.¹⁴⁷

¹⁴⁷ VOVELLE, *Op. Cit*, p. 177.

Nesse contexto, de progressiva guinada rumo à esquerda, a força do jacobinismo foi capaz de construir uma sólida tradição política ao longo do século XIX. Vovelle trata dessa consolidação jacobina como a expressão de “um estado de espírito, [que] viveu também como uma postura ética que pregava as virtudes domésticas e cívicas, a frugalidade e a probidade, o altruísmo e a solidariedade.”¹⁴⁸

O autor também atenta o leitor para a necessidade de analisar esse fenômeno político como mais do que uma simples estratégia de ação: o jacobinismo era uma visão de mundo, notadamente após a consolidação de sua aproximação com as camadas populares. Para ele, essa é a característica central para a compreensão do conceito de jacobinismo, não a estratégia centralizadora de ação utilizada no período 1793/1794, usada por historiadores revisionistas¹⁴⁹ para a construção de um estereótipo totalitarista.

Essa aproximação com as camadas populares explica a sua progressiva radicalização, que teve em Robespierre um de seus maiores ícones, quase um mito. Se no início os deputados jacobinos defendiam que as transformações se dariam pela via legal, respeitando a ordem constitucional, em um segundo momento a violência popular passou a ser compreendida como estratégia legítima de ação.

Em 1848 não foi muito diferente, embora existam dúvidas acerca de uma efetiva liderança jacobina no início dos acontecimentos, no final de fevereiro. Agulhon e Fortescue tratam da origem dos acontecimentos como um levante popular, embora esta afirmação não exclua, à primeira vista, a participação de jacobinos como líderes ou insufladores na multidão, e por fim, a sua efetiva participação nas barricadas que derrubaram o governo.

Após a proclamação da república, no final de fevereiro, de acordo com Agulhon¹⁵⁰, o Parlamento acolheu em seu interior uma importante bancada ligada

¹⁴⁸ VOVELLE, *Op. Cit.*

¹⁴⁹ O mais conhecido dos revisionistas é François Furet. *Penser La Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978.

¹⁵⁰ AGULHON, *Op. Cit.*

à esquerda. Pode-se dizer, grosso modo¹⁵¹, que havia duas grandes divisões: a republicana moderada/conservadora e a revolucionária-jacobina. Dentro desses dois grandes grupos havia uma série de subdivisões. A primeira delas, como se sabe, tinha como ponto de união os republicanos moderados e conservadores, que em sua grande maioria apoiavam a república liberal. Essa divisão, ocorrida após os acontecimentos de 1848, notadamente após a eleição - universal masculina - ocorrida no dia 23 de abril, deu a esse grupo a maior força na Assembléia Nacional. Dos cerca de 900 deputados eleitos, mesmo número da década de 1790, esse setor foi o grande vencedor, com a eleição de quase 700 deputados. Defendia, grosso modo, a ordem e a legalidade do regime, a família e a religião e não admitia qualquer tipo de distúrbio que, porventura, trouxesse riscos de transformar a ordem vigente, em especial no tocante à propriedade privada. Tinha, portanto, uma orientação liberal-conservadora.

A bancada jacobina, os chamados *Montagnards* - referência aos jacobinos da década de 1790 - não ultrapassava 10% dos deputados em 1848. Defendia, além da transformação da ordem vigente, a adoção de medidas emergenciais para auxiliar as camadas menos favorecidas e, conseqüentemente, enfrentar os dois piores problemas daquele momento: o desemprego e a fome.

Entre as propostas apresentadas pela bancada, a principal delas, as Oficinas Nacionais, uma reedição da Revolução Francesa, foi aprovada e rapidamente colocada em prática. Com elas, uma porção significativa dos trabalhadores desempregados passou a se reunir em cooperativas e produzir, principalmente para o governo.

Essa forma de organização emergencial do trabalho trouxe alívio imediato à população mais pobre. Em um segundo momento tentou-se estruturar um Ministério do Trabalho, ou ainda, de acordo com a nomenclatura da época, Ministério do Progresso. Porém, essa proposta foi rechaçada pela bancada republicana moderada-conservadora, pois eram tempos de consolidação do liberalismo econômico e a intervenção do Estado nas relações capital-trabalho era

¹⁵¹ *Ibidem.*

uma idéia inadmissível para a burguesia e parte da aristocracia. Além disso, essa era uma proposta tradicionalmente vinculada aos círculos radicais.

Isso ocorria, principalmente, pelo temor de que, caso houvesse alguma interferência governamental nas relações de trabalho, os movimentos de trabalhadores saíssem fortalecidos. Havia um temor de que, se isso acontecesse, aumentariam as chances de uma sublevação popular para a instauração de um governo socialista. Como escreveu Marx¹⁵² no mesmo período, "um fantasma rondava a Europa", e as elites fariam o que fosse necessário para que isso não se materializasse em uma nação socialista.

No segundo levante de 1848, popular-radical em essência, houve dura repressão, resultando em uma derrota fragorosa. No entanto, as notícias da derrota jacobina somente chegaram ao Brasil por volta de setembro e não implicaram em qualquer restauração da escravidão nos territórios ultramarinos franceses.

Em Piracicaba, nos preparativos para o plano, existem características políticas e organizativas que trazem aproximações entre as atitudes do mascate francês e uma suposta mentalidade jacobina. Ao mesmo tempo, o historiador deve ter cuidado, pois naquele momento, quase na metade do século XIX, a desaprovação à escravidão era uma idéia praticamente consensual em grande parte da Europa, mais ainda na França e Inglaterra, nações onde movimentos antiescravistas tinham grande poder de mobilização. Por essa razão, é muito provável que a ampla maioria dos cidadãos – tanto jacobinos quanto cidadãos comuns, que não participavam ativamente da política - considerassem a escravidão africana um absurdo; enfim, o abolicionismo não era mais uma idéia restrita aos círculos radicais ou intelectuais.

No Brasil, essa nova mentalidade – externalizada naquele período principalmente por imigrantes - pode ser exemplificada pelas atitudes do franco-suíço Jacques Frosser¹⁵³: republicano, fazendeiro no Brasil havia mais de 10 anos, casado com uma brasileira, frequentemente falava a todos os que

¹⁵² MARX, Karl. *O Manifesto Comunista, Op. Cit.*

¹⁵³ Arquivo Histórico e Biblioteca Municipal de Lorena (doravante AHBML). Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637.

pudessem ouvir sobre suas opiniões contrárias à escravidão; por isso foi acusado de incitar um levante escravo no Vale do Paraíba.

Em Piracicaba, a estratégia do "club" secreto, informada pelo escravos quando do desmonte do plano foi, realmente, semelhante à estratégia jacobina para se organizar em ambientes de repressão, caso dos escravos e ex-escravos brasileiros. No entanto, até mesmo raciocinando pelo senso comum, é óbvio que escravos procurando organizar uma insurreição não realizariam reuniões abertas sobre o assunto na praça principal da cidade, pois isso era crime tipificado no Código Criminal e a penalidade era severa, podendo chegar à pena de morte aos líderes¹⁵⁴. Enfim, seria subestimar os escravos brasileiros, cair no velho discurso da historiografia anterior à década de 1970, acreditando que essa estratégia só existiu por ter sido passada por um mascate francês. O *club* foi organizado, como seria de se esperar, para tentar evitar que o plano fosse descoberto por escravos não-confiáveis, que poderiam denunciá-los aos senhores.

Por fim, o principal elemento que reforça a mentalidade jacobina do mascate francês - o povo em armas – faz parte de alguns depoimentos presentes no processo. De acordo com o *summario crime*, Mestre Pedro era, além de líder intelectual do plano, chefe de uma pequena milícia popular que chegou a ser treinada “no manejo”. É quase desnecessário repetir o papel popular nos vários levantes ocorridos em Paris entre a Revolução Francesa e 1848. A história da França entre 1789-1848, nas palavras de Fortescue, Vovelle e Agulhon, traz à tona o elemento decisivo das barricadas e do povo armado nas ruas, lutando pelos seus direitos universais e por dignidade. Suas estratégias de luta são claramente identificadas com o que se poderia chamar de mentalidade jacobina.

Para os jacobinos, a ação popular, se necessária em armas, era um meio legítimo para a transformação da ordem social. Para eles, os homens e mulheres comuns eram sujeitos da história; a escravidão, uma forma abominável e ultrapassada; o voto universal e a conquista da cidadania, direitos inalienáveis; em

¹⁵⁴ A lei nº4, de 10 de junho de 1835 previa pena de morte para casos de assassinatos de senhores, feitores ou familiares destes, além do crime de insurreição.

suma, o povo em armas, era uma forma eficiente e legítima de ação para a conquista de seus objetivos.

Em Piracicaba, pelos indícios encontrados, é possível deduzir, no mínimo, que houve a utilização de uma mentalidade radical, um modo de ação, organização e estratégias normalmente identificadas com o jacobinismo, embora muitas delas sejam próprias de setores sociais reprimidos, que não podiam externalizar suas idéias em virtude da conseqüente repressão.

Uma hipótese plausível é a de que, além de trazer as notícias sobre a proclamação da república na França e a abolição da escravidão nos territórios ultramarinos franceses, o francês tenha estimulado os escravos a tomar atitudes em relação à condição escrava. Tal hipótese é reforçada com o depoimento de um dos delatores do plano, o escravo Agostinho, ao acusar Mestre Pedro de incitar a rebelião com o argumento de que o número de escravos era superior aos dos brancos, tornando possível a eles a conquista da liberdade.¹⁵⁵

No entanto, embora parte dos indícios anteriores não sejam decisivos, duas características reforçam a aproximação entre o mascate e uma suposta mentalidade jacobina: a primeira é a relação entre república e abolição e a outra, o povo em armas. No caso, os escravos e forros em armas, como uma força militar de coação, é uma referência muito próxima ao modo de ação jacobino. Nas palavras de Mestre Pedro, “no dia Sete de Setembro falavam di darem liberdade, ou de ficarem livres todos os Captivos e que derramarião o sangue daquelles que se opuzessem”¹⁵⁶. Os escravos exigiriam que seus senhores lhes dessem a alforria. Os que se recusassem, seriam mortos. Na mentalidade de Mestre Pedro, violência legítima.

Em suma, os indícios encontrados parecem apontar que o mascate francês propagava tanto idéias comuns à grande maioria dos franceses, caso da visão negativa da escravidão, além da importância da universalidade de direitos, quanto uma ideologia jacobina, radical, que aceitava o modo de ação direto, se

¹⁵⁵ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 03.

¹⁵⁶ *Ibidem*, fl. 07.

necessário com o uso da violência para atingir os objetivos, evidenciando aproximações com a visão de mundo jacobina.

Parte III. O grande medo senhorial de 1848

1. Poderia o Brasil vir a ser um novo Haiti ?

França, julho de 1848.

A 4 de julho, aproximadamente às 8 horas da manhã, entre Burcy e Vire, uma velha que trabalhava em sua lavoura percebeu na beira da estrada dois homens que a aterrorizaram: um, deitado de bruços, tinha o ar fatigado e inquieto; o segundo, que de quando em vez ia e vinha com passo lento, mostrava um aspecto desarranjado. Essa senhora, vendo passar a cavalo um jovem da região, filho de um administrador, comunicou-lhe seus temores: os tais homens tinham ar de bandidos; ele concordou e sentiu medo; esporeando o cavalo, apressou-se na direção de Vire, avisando por ocasião de sua passagem a próxima chegada dos bandidos: todos os que viram passar os dois homens acima referidos não duvidaram de que se tratasse realmente de elementos perigosos. O rumor circulou e cresceu com uma extrema rapidez; em Burcy, tratava-se de 2 bandidos; em Prisles, falou-se de 10, em Vassy de 300, em Vire de 600; em Saint-Lo, em Bayeux e em Caen, soube-se que 3000 *partageux*, reunidos no bosque em torno a Vire, pilhavam, queimavam e destruíam. Os prefeitos, pedindo auxílio de todos os lados, acreditaram na notícia: 'A Guarda Nacional de Tinchebray', escreveu o prefeito ao de Domfront, 'armada somente de 150 fuzis, não tem condições de resistir à imensa força que me foi anunciada, e que aumenta a cada instante com todos os maus elementos da região. Torna-se urgente que a Guarda Nacional de Domfront chegue aqui em marcha forçada, com munições de guerra'. Em menos de 7 horas o sino bate em 25 lugares ao redor. Em Caen, as autoridades não hesitaram um minuto. O General Ordener, à frente da guarnição e da Guarda Nacional, pôs-se em movimento enquanto que de todos os lados acorriam mais de 30 mil homens...¹⁵⁷

O trecho acima, de autoria de Georges Lefebvre, retrata o potencial de pânico de uma boataria em um ambiente permeado de tensão, violência e medo. O excerto acima retrata o período mais tenso e violento da Revolução de 1848, quando havia um grande medo na população das cidades do interior da França

¹⁵⁷ LEFEBVRE, Georges. O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

em relação aos *partageux* que, em virtude da situação social de penúria, poderiam vir a pilhar cidades e pequenas vilas rurais, buscando, principalmente, alimentos. É importante destacar que a França passava por grande carestia devido, fundamentalmente, às grandes perdas nas safras dos dois anos anteriores. De acordo com Maurice Agulhon¹⁵⁸, os alimentos estavam com os preços exorbitantes e parte da população, faminta, praticou saques e pilhagens em larga escala. Além disso, a situação de desespero de parte significativa da população parisiense era decorrente de uma altíssima taxa de desemprego que chegou, de acordo com Fortescue¹⁵⁹, a atingir metade da mão-de-obra masculina em idade de trabalho. Para agravar ainda mais a situação, em 23 de junho de 1848, uma tentativa de levante popular radical contra o governo provisório acabou em uma violenta guerra civil em Paris, terminando com a vitória do governo e deixando como saldo milhares de mortos.

O caso, um dentre muitos citados por Lefebvre na obra *O Grande Medo de 1789*, possibilita a formulação de questões importantes sobre o papel do medo na tentativa de insurreição de Piracicaba. A importância de estados subjetivos do ser humano e de grupos humanos, comunidades, baseados quase sempre na memória histórica, caso do medo, da tensão, apesar de difíceis de serem analisados, podem revelar parte da intrincada rede de forças que permitem a emergência de um acontecimento histórico importante.

Neste caso, o objetivo foi, a partir de um estudo de caso resultante de boataria, ocorrido no interior da província de São Paulo, nesse mesmo ano, 1848, tentar estabelecer as condições que propiciaram a sua ocorrência. Mais especificamente, o objetivo foi compreender uma fuga coletiva de fazendeiros, ocorrida na *Freguezia de Nossa Senhora da Candelária, atual cidade de Indaiatuba*, próxima a Itu, no dia 26 de agosto de 1848. Nesse dia, avisados sobre a vinda de um grande número de escravos amotinados, uma quantidade significativa de fazendeiros fugiu em direção ao núcleo habitacional da freguesia e

¹⁵⁸ AGULHON, Maurice. O Aprendizado da República, *Op. Cit.* De acordo com o autor, apesar de ainda muito caros em 1848, os preços tiveram o seu auge no ano de 1847.

¹⁵⁹ FORTESCUE, William. Revolução e contra-revolução na França, 1815-1852. tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

à Vila de Itu, ou seja, a partir de um boato houve uma correria desesperada da elite senhorial branca. Para compreender esse incidente, deve-se, necessariamente, voltar-se às circunstâncias político-sociais daquele momento.

Em um primeiro momento, é necessário retomar a hipótese defendida nesta pesquisa de que 1848 foi um ano incomum, tanto no contexto internacional, com a Revolução de 1848, quanto no contexto nacional, com a disputa política entre conservadores e liberais.

No contexto internacional, a Revolução de 1848, iniciada na França e disseminada por inúmeras áreas da Europa, atingiu uma quantidade significativa das monarquias européias. A própria França, local onde a revolução teve início, a monarquia símbolo das casas imperiais ocidentais, passou a ser uma república no final de fevereiro.

Consultando alguns jornais do período, caso do *Correio da Tarde*, *Jornal do Commercio* e a *Gazetta Oficial*, é possível ter uma idéia do impacto da Revolução de 1848 para a monarquia brasileira.

O primeiro deles, o *Correio da Tarde*, de tendência conservadora, fazia, naquele momento, pesadas críticas ao gabinete liberal, embora censurasse apenas esporadicamente o imperador. Os jornais mais importantes do período, *Jornal do Commercio* e a *Gazetta Oficial*, apoiavam veladamente o gabinete liberal e demonstravam apoio incondicional ao imperador.

No primeiro dos jornais consultados, o *Correio da Tarde*, havia grande destaque à disputa política entre liberais e conservadores, chamados de saquaremas. Na edição de 07 de janeiro, uma denúncia sobre violência em São José do Barreiro relatava a animosidade entre os dois grupos políticos. Um pouco antes, no dia 04, a primeira edição de 1848 abriu o ano denunciando o governo liberal de Pernambuco, o mesmo que faria ecos da Revolução européia de 1848, no final do ano.

Na edição de 19 de janeiro, isso fica patente logo na primeira página, com o editorial “Ceará”:

Estão concluídas as chamadas eleições, ou para melhor dizer a designação que o Alencar mandou fazer pelo executor de suas

ordens... Enumerar todos os actos da estúpida e brutal violência, e as mais infames fraudes que se empregaram para se executarem os decretos assignados, no Alagadiço Novo, será quase impossível...¹⁶⁰

Em praticamente todas as edições do *Correio da Tarde*, as manchetes, em sua maior parte relacionadas à grande política, estavam vinculadas às denúncias referentes às eleições nas quais os conservadores foram derrotados. A partir de determinado momento, de forma progressiva, o imperador, Dom Pedro II, passou a ser alvo das críticas dos conservadores, que o acusavam de omissão em razão da não anulação do processo eleitoral e da manutenção do gabinete liberal. Em outros momentos houve até uma ameaça velada, ao afirmar na edição de 16 de fevereiro de 1848, uma quarta feira, ao final de um pequeno texto “... ainda esperamos que ao throno do Monarcha Brasileiro cheguem enfim os clamores da Nação! Nós ainda confiamos no Imperador!”¹⁶¹

Fora essa ameaça, nas principais matérias de janeiro, foram apresentados os resultados totais e parciais para a eleição de deputados e senadores em várias províncias. Publicaram, também, inúmeras cartas de leitores e abaixo-assinados – incluindo um da Vila da Constituição – por meio do qual eleitores denunciavam a fraude e a violência usadas pelos liberais no processo eleitoral¹⁶².

Na edição de 26 de janeiro, trazendo notícias da Europa até o dia 29/11/1847, o clima era de bastante pessimismo e incerteza. As informações, chegadas com o navio Plymouth depois de 41 dias de viagem, relatavam a “ainda dura a terrível crise economica e commercial que tem abalado tantas fortunas e arruinado outras completamente”¹⁶³. Nas edições seguintes, grande parte das notícias sobre o contexto internacional focavam a crescente tensão européia, configurada tanto em conflitos entre nações, quanto em problemas econômicos

¹⁶⁰ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de quarta-feira, 19/01/1848. fl. 1, *Ceará, Op. Cit.*

¹⁶¹ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de quarta-feira, 16/02/1848, fl. 3, *Op. Cit.*

¹⁶² No abaixo assinado, os conservadores e apoiadores denunciavam a fraude e intimidação utilizada pelos liberais que, segundo eles, garantiram a continuidade desse grupo no poder local.

¹⁶³ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 26/01/1848, fl. 02, *Op. Cit.*

internos de vários países, incluindo as duas grandes potências do período: França e Inglaterra.

Outro problema, uma preocupação de Estado naquele momento, dizia respeito ao medo de grandes insurreições escravas, em última medida, o medo da haitinização do Brasil, uma verdadeira paranóia depois da tentativa de 1833, em Carrancas (MG), e do levante dos Malês de 1835, ocorrido em Salvador (BA).

Logo em janeiro, o mesmo *Correio da Tarde* divulgou a notícia de um plano de insurreição escrava descoberto na cidade de Pelotas, pertencente a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual Rio Grande do Sul. Segundo o jornal, o plano de insurreição foi descoberto no final de janeiro, quando foram “presos perto de 50 escravos, todos de nação Mina, que têm estado em castigo, entre os quaes há somente um forro, que está igualmente preso, mas sem processo, por não ter denunciado o que depois confessou saber.”¹⁶⁴

De acordo com a reportagem, o delegado de Pelotas, José Vieira Vianna, com a ajuda da tropa de uma localidade vizinha, passou a fazer diligências depois de receber as denúncias. Segundo ele, o objetivo dos escravos “era nada menos que para matar brancos, ficarem forros e seguirem para o Estado visinho”¹⁶⁵. Depois de ouvir outros escravos, descobriu que o plano era chegar ao estado do Rio de Janeiro¹⁶⁶, onde os ingleses os ajudariam a obter a liberdade. Em outro momento, demonstrou preocupação em virtude dos mais de 3000 escravos que existiam no município de Pelotas. Nas semanas seguintes foram feitas diligências em várias fazendas da localidade e regiões próximas, mas não foram encontradas evidências de que o plano envolvesse uma área mais extensa.

Chama a atenção o trecho no qual o delegado revela preocupações quanto à extensão do plano, pois o objetivo era chegar ao Rio de Janeiro e isso trazia grande preocupação. O próprio governo imperial desconfiava da existência de uma ação coordenada entre os escravos, e atribuía essa organização a uma

¹⁶⁴ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 22/02/1848, fl.04. Acessado no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

¹⁶⁵ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁶⁶ É bastante provável que o discurso dos líderes deste movimento escravo reverbere, no tocante à suposta ajuda que teriam dos ingleses, a pressão britânica contra o tráfico, que se materializava naquele momento com o apresamento de navios, em algumas situações, dentro de portos brasileiros.

suposta sociedade gregoriana, ou ainda, no caso do governo provincial de São Paulo, de uma suposta sociedade saintsimoniana¹⁶⁷. Em síntese, acreditavam que ingleses e franceses, respectivamente, estavam por trás da insurgência.

No entanto, é possível que essa hipótese sobre a organização do plano revelasse apenas a tradicional visão racista da Corte brasileira, ao não acreditar que escravos e ex-escravos fossem capazes de organizar um plano coordenado de insurreição.

No caso de Pelotas, região de um estado com grande tradição tropeira, é possível que escravos envolvidos nessa atividade, ao viajarem a São Paulo e à Corte, tivessem contato com outros escravos tropeiros paulistas, envolvidos em uma tentativa de insurreição ocorrida no Vale do Paraíba, em fevereiro.

Havia, ainda, outros fatores que podem ter estimulado essa rebelião. O primeiro deles, o suposto apoio inglês com o qual os escravos esperavam contar, demonstra que os envolvidos estavam informados sobre a pressão inglesa, muito provavelmente por meio de jornais enviados da Corte, por escravos tropeiros ou por outras formas recorrentes de acesso à informação utilizadas no período¹⁶⁸. Essa suposição é reforçada pelo Relatório do Ministério das Relações Exteriores

¹⁶⁷ Há referências a essas supostas sociedades gregorianas ou saintsimonianas em várias correspondências. Em uma delas, de autoria do vice-presidente da província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, há uma ordem ao juiz local para que fosse investigada uma suposta participação de sociedades gregorianas, ligadas aos ingleses, ou saintsimonianas, aos franceses. De acordo com o vice-presidente da província, essas sociedades poderiam estar por trás da tentativa de insurreição, estimulando os escravos a se rebelarem.

Leslie Bethell, em *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil, A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*, cita uma mudança de mentalidade em curso no Brasil no final da década de 1840. Para ele, as ideias antiescravistas e contrárias ao tráfico estavam ganhando espaço na sociedade. De acordo com o autor, para estimular esse processo, a legação britânica passou a financiar publicações antiescravistas e contrárias ao tráfico intercontinental. É possível que esse tipo de atitude tenha levado o governo brasileiro a acreditar na interferência de uma sociedade gregoriana no Brasil, com o intuito de estimular levantes escravos e, conseqüentemente, minar a resistência dos congressistas brasileiros a aprovação de uma lei que efetivamente acabasse com o tráfico intercontinental.

¹⁶⁸ Emília Viotti cita algumas delas na obra *Lágrimas de Sangue, Coroas de Glória, Op. Cit.* Em Demerara, de acordo com a autora, os escravos que trabalhavam junto aos seus senhores eram informados sobre as discussões parlamentares inglesas ao ouvir conversas da família no horário de almoço. Outra fonte recorrente era o contato com marinheiros, além da leitura dos jornais pelos poucos escravos alfabetizados.

de 1849-1¹⁶⁹, no qual há registros sobre um navio da marinha britânica, o *Grecian*, que vistoriava e apreendia embarcações brasileiras envolvidas com o tráfico africano. Essa fiscalização, feita principalmente nos litorais baiano e pernambucano, foi deslocada em determinados períodos do ano para as proximidades do Rio Grande do Sul e foz do Rio da Prata. É provável que essas notícias chegaram aos atentos ouvidos dos escravos minas, em sua maior parte trabalhadores de olarias da região, que decidiram tomar uma atitude para tentarem retomar a liberdade.

Outra possibilidade é a existência de uma organização escrava encabeçada pelos minas, que se organizariam a partir da Corte. Essa hipótese foi aventada por Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes¹⁷⁰ ao analisar um relatório do presidente da província do Rio de Janeiro ao chefe de polícia da Corte, Euzébio de Queiroz, por meio do qual revelou suas hipóteses sobre a organização escrava.

Esse documento, produzido no Rio de Janeiro em 1849, um ano após a tentativa de insurreição dos minas pelotenses, trouxe à tona parte da organização dessa comunidade étnica que, de acordo com os autores, conseguiu se articular com outros grupos étnico-religiosos da Corte, alcançando, inclusive, mocambos existentes no interior da província. Os autores não descartam a existência de uma organização mina interprovincial, que se articulava entre membros da etnia alocados na navegação de cabotagem e por correspondências escritas em língua árabe.

Tal como em Pelotas, os minas da Corte acreditavam contar com o apoio inglês, semelhança que poderia, à primeira vista, indicar alguma relação entre as duas comunidades. No entanto, o historiador deve tomar cuidado em situações como esta, pois, embora haja aproximações entre os relatos dos escravos minas das duas regiões, em razão da ação inglesa no litoral e portos, é provável que a

¹⁶⁹ *Relatório anual do Ministerios da Relações Exteriores de 1849-1A*, p. 11. Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents. Acessado em 23/09/2010 URL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/000011.html>

¹⁷⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio. "*Com o Pé sobre um Vulcão*": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estud. afroasiát.* vol.23 no.2 Rio de Janeiro 2001.

quase totalidade dos escravos brasileiros considerasse os ingleses como aliados. Era de domínio público o apresamento de tumbeiros pelos ingleses. De acordo com Leslie Bethell,

Em pouco mais de cinco anos, os navios da Esquadra da África Ocidental, juntamente com os da base do Cabo, de vez em quando disponíveis para missões antitráfico na costa oriental africana, capturaram quase 400 negreiros, só entre os que se dedicavam ao tráfico brasileiro – 27 durante o último quartel de 1845; 49 em 1846; 78 em 1847; 90 em 1848... os navios capturados eram levados para julgamento nos tribunais do Vice-Almirantado Britânico – mais da metade para Santa Helena, o resto para Serra Leoa e o Cabo da Boa Esperança.¹⁷¹

De acordo com o autor, foram 90 apreensões em alto mar somente em 1848, isso tudo além das que ocorreram na costa brasileira e em portos. Para ele, criou-se, por essas razões, um grande sentimento antibritânico nas cidades mais dependentes do tráfico, caso do Rio de Janeiro.

Além disso, em virtude da guerra civil que ocorria no Uruguai e da ocupação paraguaia de uma faixa territorial disputada por esse país, Argentina e Uruguai, havia tensão na fronteira gaúcha. Os brasileiros dessas regiões fronteiriças reclamavam da fuga de escravos para esses dois países e da dificuldade em recuperar esses cativos, pois a escravidão já não mais existia por lá, e as autoridades argentinas e uruguaias se recusavam a colaborar com o Brasil. No Relatório anual do Ministério das Relações Exteriores de 1849-1A, essa situação fica evidente:

Um assunto que sempre mereceu a atenção do governo imperial vai-se tornando cada dia mais grave. Sendo os escravos considerados pelas nossas leis como propriedade dos subditos brasileiros, tem, com esse fundamento, tem o governo imperial reclamado a devolução dos que fogem para os estados vizinhos por extensas e desertas fronteiras, por onde a fuga é inevitável. Quasi todos esses estados tem-se recusado a essa entrega,

¹⁷¹ BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos*. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 268.

allegando que as suas leis desconhecem essa propriedade, e são contrários a semelhante devolução.¹⁷²

E a localização de Pelotas, cidade próxima à fronteira uruguaia, poderia trazer ainda mais implicações desse tipo, trazendo à percepção dos cativos o isolamento do país no tocante à escravidão pois, à exceção de Equador e Brasil, as demais nações da América do Sul haviam libertado os escravos.

O plano foi tratado com muita seriedade pelo presidente da província¹⁷³, que deslocou para a área um batalhão fronteiriço do exército, o 8º Batalhão de Caçadores de Linha, para auxiliar a Guarda Nacional local. Enviou, ainda, uma canhoneira para a cidade, com munição e armamento para 200 homens da Guarda Nacional de Porto Alegre, os deixando à disposição das autoridades locais. O plano previa que o rompimento ocorreria no dia 6 de fevereiro, mas o seu completo desmonte e repressão aconteceu dias antes, no final de janeiro.

No mesmo período, no Vale do Paraíba paulista, perto da tríplice fronteira São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, a descoberta de outro plano de insurreição escrava trouxe grande preocupação ao governo e à sociedade senhorial.

Na Vila dos Silveiras, próxima a Lorena, depois do vazamento de informações sobre a insurreição, alguns escravos foram presos e forçados a denunciar os demais participantes. No entanto, tanto a população local quanto o governo provincial não ficaram satisfeitos, pois acreditavam na possibilidade de um grande plano coordenado de insurreição, envolvendo escravos de várias áreas. De acordo com correspondência do Palácio do Governo da Província de São Paulo, assinada pelo vice-presidente, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto,

¹⁷² *Relatório anual do Ministerios da Relações Exteriores de 1849-1A, p. 11.* Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents. Acessado em 23/09/2010 URL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/000011.html>

¹⁷³ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 23/02/1848, fl.04. Acessado no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

O Vice-Presidente da Provincia, á vista das communicações que lhe dirigio a Camara Municipal da Villa dos Silveiras sobre o conhecimento que houve a tempo, dos planos sinistros de huma parte da escravatura do mesmo Municipio, pelo que medidas se devem tomar a bem da segurança pública; e com quanto julgue passado o maior perigo, nem por isso entende que não se deva redobrar de vigilancia, e se deixe de estar prevenido para reprimir esses escravos quando não escarmentados, ainda cuidem em levar á effeito seus horrorosos planos, e por isso mandará para ahi com a possivel brevidade hum destacamento, bem como alguma porção de armamento e correame, e no entretanto julga conveniente que o Senhor Major Commandante das Companhias de Infantaria da Guarda Nacional da Villa dos Silveiras forneça contingentes em quanto se julgar precisos para rondarem a Villa de dia e de noite, e auxiliarem a Justiça no cumprimento de seus Mandados, empregando neste serviço os Guardas moradores da Villa, e os mais proximos á ella, os quaes deverão alternar no mesmo serviço com os Guardas Policiaes, e outro sim que tenha prevenido o restante das Companhias de seo Commando para apresentar-se ao primeiro aviso, e armado como for possivel, no caso de ser mister entrar em actividade. Este Governo confia no zêlo e patriotismo de todas as Autoridades do Municipio, que desenvolverão em tão melindrosa conjunctura a maior energia, circumspecção, e prudencia, convergindo todas, e auxiliando-se reciprocamente para o mesmo fim, isto hé, religiosa observancia das Leis, manutenção da tranquillidade publica, e segurança individual, e de propriedade. Palacio do Governo de São Paulo 22 de Março de 1848. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.¹⁷⁴

Segundo o processo-crime, relatórios dos presidentes das províncias e demais documentos consultados, a rebelião deveria envolver as localidades de Areas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Queluz e Silveiras, na província de São Paulo, além de Parati no Rio de Janeiro. É provável, ainda, a participação de comunidades escravas de vilas e cidades de Minas Gerais, também próximas à tríplice fronteira.

No Vale, o plano dos escravos era, ao sair das senzalas na madrugada do dia de São João, ganhar adesões nas fazendas que encontrassem pelo caminho, cidade a cidade, até que, chegando ao Rio de Janeiro, exigiriam do imperador a abolição da escravidão. Posteriormente, a data da insurreição foi alterada para o

¹⁷⁴ Governo - Correspondências com Câmaras Municipais. Código E00404, ordem 404, fl. 26. Correspondência de 26/03/1848. Disponível no Arquivo Público do estado de São Paulo.

dia de São Pedro, e teria início à meia-noite, quando os escravos sairiam das senzalas com o grito “Viva a liberdade”. Segundo outra versão do plano, os escravos “estavam esperando o plano que vinha do Rio para pegarem armas e matarem os homens brancos para ficarem senhores do país.”¹⁷⁵

É importante destacar que no plano descoberto em Pelotas, tratado anteriormente, existia a mesma predisposição por parte dos escravos: reunir o maior número possível de indivíduos para subir em direção ao Rio de Janeiro, onde exigiriam a liberdade contando com apoio britânico.

A descoberta do plano na fronteira Rio-São Paulo deixou preocupados a população e o governo, este último ordenando uma série de medidas destinadas a diminuir os riscos de uma grande insurreição. Nos jornais do Rio de Janeiro não houve qualquer menção ao incidente, muito provavelmente em razão da existência de uma política de censura por envolver localidades próximas à Corte.

Além das averiguações e prisões de praxe, foi instaurado um processo-crime na cidade de Lorena¹⁷⁶, no Vale do Paraíba, onde o plano foi desbaratado com o auxílio da organização senhorial¹⁷⁷. Dois escravos foram condenados às duríssimas penas de 1400 açoites¹⁷⁸, sanções elevadas e incomuns, que marcariam o corpo dos condenados por muitos dias, além de portarem ferros por 3 anos¹⁷⁹. Outro líder, chamado Agostinho, fugiu, voltando somente no ano seguinte para entregar-se às autoridades. Voltou quando a tranquilidade já havia retornado e os ânimos, conseqüentemente, serenados: foi condenado a 500 açoites, pena

¹⁷⁵ AHBML, Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, *Op. Cit.*

¹⁷⁶ AHBML, Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, *Op. Cit.*

¹⁷⁷ No mesmo período foi instaurado outro processo-crime na localidade de Rezende, próxima à tríplice-fronteira. No entanto, sem o acesso a esse processo-crime não foi possível estabelecer se as ocorrências dessa localidade foram outra tentativa de rebelião, se foram parte do plano organizado na cidade de Lorena ou do plano organizado em Vassouras. Deve-se considerar ainda a hipótese de que essas três ocorrências, tratadas em separado, fizeram parte do desmantelamento de um grande plano de insurreição escrava, que envolveria todo o Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro a São Paulo. No entanto, embora existam aproximações e semelhanças, não há evidências suficientes que os associem. A conhecida ignorância branca sobre a cultura africana pode ter criado obstáculos quase intransponíveis para uma análise mais aprofundada sobre uma possível unicidade desses planos.

¹⁷⁸ A título de comparação, de acordo com Isadora Moura Mota, em pesquisa sobre a rebelião do Serro, ocorrido em Diamantina em 1864, o principal líder, o pedreiro José Cabrinha, foi condenado a 20 anos de galés, cabendo aos demais penas de duzentas a novecentas chibatadas.

¹⁷⁹ AHBML. Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, *Op. Cit.*, fl. 25.

bastante inferior às dos outros líderes, além de ser obrigado a portar o ferro no pescoço por 3 anos.

No entanto, de acordo com correspondência enviada em março pelo juiz municipal de Lorena ao vice-presidente da Província de São Paulo, o problema poderia ser mais extenso do que aparentemente parecia. De acordo com ele,

Tenho a honra de acusar o recebimento do officio endereçado por V. Excellencia em 22 do corrente em que V.Sa. attendendo a minha requisição deo as providencias necessárias para desvanecerem os justos receios dos habitantes d'este Municipio em consequencia do horroroso plano de insurreição que premeditarão por em pratica os escravos. Porem foi felizmente descoberto a tempo de evitar-se assim funestas consequencias. Cumpre-me participar a V. Exa. Que não poupei diligencias, e as mais minuciosas pesquisas para esta descoberta, estiveram vinte e tantos pretos presos, e os hia soltando depois das indagações, visto que as provas não poderião ser sufficientes para a pronuncia... e estes mesmos pretos antes de serem soltos soffrerão castigo publicamente a requisição de seos senhores, para exemplo dos outros... **Não foi Exmo Snr, o plano especial a este Municipio, em Minas igual tentativa teve lugar em Baependy estão os pretos em castigo e segundo communicação que d'aquelle lugar tenho tido, estão sete escravos presos em castigo,e confessarão que em São João pretendião por em pratica esse horrível plano contra os brancos,** e este mesmo plano foi descoberto depois que estava organizado o processo e muito concorreu a confissão dos pretos d'este Municipio para despertarem a vigilância dos Senhores da Província de Minas, onde estão applicando todos os meios para descobrirem os auctores segundo participações que tenho tido.¹⁸⁰

A tentativa de insurreição foi tratada com muito cuidado pelo governo provincial e pelo Império. O motivo é que o governo imperial estava suspeitando da existência uma organização escrava interprovincial que poderia estar por detrás da tensão escrava naquele ano. De acordo com um ofício do governo provincial ao à Assembleia Provincial de São Paulo:

¹⁸⁰ Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (doravante AHALESP). Ofício de 27 de março de 1848 do Juiz Municipal de Lorena ao Vice-Presidente da Província de São Paulo. Código CJ48.7.6. – grifo do autor.

... Quanto porém a importancia, extensão, e origem desse plano e sua ligação ou não com outros de igual natureza, que tem apparecido em diversas Provincias, entende sua Excellencia que é cousa ainda não bem averiguada, e sobre a qual fora pouco seguro interpor desde já um juizo definitivo, apesar da opinião em contrario do Juiz de Direito da Primeira Comarca, opinião constante da copia junta de seo Officio com data de oito do corrente mez, respondendo a outro reservado, em que sua Excellencia pedia alguns esclarecimentos e recomendava certas providencias.¹⁸¹

Em resposta à exigência do Império em ter acesso às informações sobre os incidentes, o Vice-Presidente da Província respondeu, em correspondência reservada ao delegado de polícia de Lorena,

O Vice-Presidente da Província esperando com anciedade a continuação das notícias sobre o que de mais se tem colhido alem do que communicou o Snr. Juiz Municipal da Villa de Lorena, em seo officio de 7 do corrente acerca da projectada insurreição da escravatura n`aquelle Municipio, e no de Silveiras, **acresse o dever em que se acha de das informações circunstanciadas a respeito ao Governo Imperial, como Elle acaba de exigir, e por isso ordenna ao referido Snr. Juiz Municipal que transmita com urgencia huma detalhada exposição do que houver colhido por meio do Processo que instaurou...**¹⁸²

É importante destacar que esse plano, ocorrido no Vale do Paraíba paulista, além de envolver Bapendy, pertencente a Minas Gerais, e Paraty, pertencente à Corte, tem características semelhantes a outra tentativa de insurreição acontecida no mesmo período e a pouco menos de 200 km de distância, no Vale do Paraíba carioca, tendo como centro a cidade de Vassouras. O plano previa que a insurreição teria início no dia de São João Batista, 24 de junho. O primeiro ato seria o envenenamento dos senhores e os que não

¹⁸¹ AHALESP, Officio dirigido pelo Secretário do Governo da Província de São Paulo ao Senhor Doutor Francisco Antônio do Nascimento Lessa, 1º Secretário da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, em 30 de junho de 1848, em resposta a outro, deste Secretário, em 27 de junho. Código CJ48.7.1, grifo do autor.

¹⁸² AHALESP, Carta do Vice-Presidente da Provincia ao Delegado de Polícia de Lorena. Código CJ48.7.7

sucumbissem seriam mortos a golpes de ferro. De acordo com Robert Slenes¹⁸³, ao analisar o plano sob a perspectiva da cultura africana, as referências centrais para a organização apontam para um culto religioso de Umbanda com conotações políticas.¹⁸⁴

De acordo com ele, tanto as referências ao envenenamento e o uso das barras de ferro podem ter origem na cultura africana dos envolvidos. Além disso, dois dos líderes eram ferreiros, características que denotam aproximações com um culto africano de aflição que poderia ser realizado também em caso de aflição coletiva, exatamente a situação de grande parte da comunidade, aprisionada na África, desterrada para o Brasil e escravizada nas fazendas do Vale do Paraíba.

Ainda de acordo com o mesmo autor, essa possibilidade de transferência cultural, mesmo que resignificada e sincretizada com cultos católicos, foi possível em razão de uma característica demográfica da região onde ocorreu o plano: como era uma área de ocupação recente, em rápido avanço econômico e incremento populacional, a maior parte dos escravos alocados nas fazendas da região era formada por africanos, grande parte deles, naquele período, originários da região central atlântica, comungando religiosidade e linguagem semelhantes¹⁸⁵.

Próximo ao Vale do Paraíba, distante apenas algumas dezenas de quilômetros, estava localizada uma terceira tentativa de insurreição,

¹⁸³ Slenes, Robert A. W. “A árvore de Nsanda transplantada. Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (Século XIX)”. In Furtado, Júnia e Libby, Douglas. *Trabalho livre, Trabalho escravo*. Anablume, 2006.

¹⁸⁴ Slenes baseou sua pesquisa, entre outras fontes, em um relatório feito pela legação britânica do Rio de Janeiro, que teve permissão para acompanhar uma sessão secreta, na qual o caso foi tratado. No entanto, provavelmente por questões ligadas à censura e à localização da tentativa de rebelião – muito próxima à capital do império - em relatório lido pelo presidente da província do Rio de Janeiro, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho na abertura dos trabalhos legislativos, no dia 1º de abril de 1848, não há qualquer referência a problemas com os escravos. Deu-se destaque, no entanto, a questões de segurança pública que preocupavam o governo, tais como a falta de armamento adequado à Guarda Nacional, que se encontrava praticamente desmobilizada, à precariedade da estrutura carcerária – algumas cidades sequer tinham cadeia – e à falta de um efetivo policial que fizesse as diligências e prisões necessárias. Chegou a utilizar a palavra impotência, tal o estado do corpo policial da província.

¹⁸⁵ De acordo com Slenes, inúmeros estudos etnológicos e lingüísticos feitos nessa área do continente africano comprovam a grande proximidade cultural entre as várias etnias que formavam o grupo banto. Isso pode ser observado até mesmo pelo vocabulário utilizado nesse ritos africanos, com grande proximidade lingüística. De acordo com ele, essas proximidades lingüísticas e culturais facilitaram a reaproximação entre os escravos no cativo americano e a a formação de uma identidade em comum, intensificada pela violenta condição que os igualava: o cativo.

provavelmente parte do grande plano organizado pelos escravos centro-africanos na tríplice-fronteira São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Neste caso, as ocorrências tiveram início na metade do mês de fevereiro, nas proximidades do Distrito de São Thomé das Letras, envolvendo algumas localidades limítrofes da tríplice-fronteira. De acordo com o Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais¹⁸⁶, tudo começou quando um grupo de quilombolas junto a alguns soldados desertores “além de homens e mulheres de duvidosas qualidades”¹⁸⁷ invadiram a casa do fazendeiro Manoel José de Carvalho, assassinando a ele, uma escrava e mais dois membros da família.

Após assaltarem a fazenda e matarem os quatro indivíduos, fugiram do local, mas passaram a aterrorizar a região, chegando ao município de Baependy, a cerca de 40 km da tríplice-fronteira. No entanto, o que parecia ser um caso isolado de violência de um grupo de quilombolas e soldados desertores, revelou-se, para o governo, como um vasto plano de insurreição, compreendendo os municípios de Ayruoca, Baependy e Lavras do Funil.

Informado sobre os acontecimentos, o presidente da província ordenou ao chefe da Guarda Nacional de Baependy que destacasse 30 homens para prender os insurretos, destruir os quilombos das imediações e informar à população sobre a necessidade de redobrar a vigilância sobre os escravos. Outra ordem, curiosa por ser incomum, mas relacionada em seus efeitos a um outro movimento insurrecional analisado nesta pesquisa – o ocorrido em Piracicaba – foi solicitar às autoridades locais que realizassem as diligências, depoimentos e demais ritos jurídicos dentro das normas processuais, para evitar que os rebelados ficassem impunes por problemas desse tipo¹⁸⁸.

¹⁸⁶ *Relatório da Província de Minas Gerais de 1848*, p. 2-6. Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents. Acessado em 23/09/2010 URL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/000011.html>.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 1.

¹⁸⁸ Em Piracicaba, após ser denunciado como culpado e marcado o julgamento, o principal líder, Mestre Pedro, recorreu ao tribunal, em Campinas, para tentar reaver a liberdade. O resultado do recurso foi positivo e isso ocorreu, segundo o promotor de justiça de Campinas, em razão da não observação de uma série de exigências processuais. Para ele, se o processo avançasse, a falta de provas e os erros processuais fariam com que o réu fosse absolvido de qualquer forma nas instâncias superiores. Além disso, a falta de uma dura punição a Mestre Pedro em um julgamento público, poderia estimular um sem número de movimentos rebeldes, tudo o que a sociedade branca não queria. Era menos arriscado, como foi feito, jogar a culpa na incompetência da

Nos dias seguintes, quando em contato com novas informações, ao perceber que não era um simples caso isolado de violência, o governo provincial de Minas Gerais tomou várias medidas com o intuito de reforçar as forças policiais e deter o movimento. De acordo o Relatório da Província de Minas Gerais¹⁸⁹, os rebeldes estavam ameaçando invadir novas fazendas e havia apenas 20 soldados para defendê-las, além, claro, da resistência senhorial. No entanto, apesar de ser esperado que os fazendeiros possuíssem armamento privado, um possível apoio mais substancial da Guarda Nacional estava comprometido em razão da falta de munição e do estado de deterioração das armas¹⁹⁰.

Nos dias seguintes, de acordo com o mesmo relatório¹⁹¹, com o intuito de reforçar a resistência, o presidente da província ordenou o envio de 20 praças do corpo policial e mais 60 guardas nacionais das 3 localidades envolvidas. Solicitou, ainda, o bloqueio das vias de acesso aos municípios - por onde só passariam aqueles com autorização - e a vigilância com os estrangeiros, africanos livres e libertos.

Ao final de seu relatório, o agradecimento ao governo imperial pela pronta remessa de duzentas armas e munição, revela que o plano preocupou as autoridades da Corte, em razão, inclusive, da pequena distância para a capital do país.

Esse fato reforça a tese de Slenes relacionada à unicidade dos três planos e as hipóteses feitas por Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes¹⁹² sobre a possível existência de uma rede de solidariedade e organização escravas congregando indivíduos de várias nações. De acordo com eles, isso

subdelegacia de Piracicaba, na qual foi produzido o *Summario Crime*, e encerrar o caso. Por essas razões, Mestre Pedro foi absolvido. Fonte: AFCP/CCMW, *Summario-crime*, *Op. Cit.*, fl. 110.

¹⁸⁹ *Relatório da Província de Minas Gerais de 1848*, p. 2-6, *Op. Cit.*

¹⁹⁰ Em vários dos casos analisados, nas correspondências locais ou provinciais, deu-se destaque à deterioração moral das Guardas Nacionais, à falta de armas e munição. Essas informações constam tanto de correspondências locais, caso da Câmara de Vereadores de Piracicaba, quanto de praticamente todos os relatórios provinciais entre 1848-1849. Muito provavelmente como resultado desse grande número de planos de insurreição escrava, existiu preocupação dos governos provinciais em reformular as Guardas Nacionais, provendo-as com armamento adequado, munição e novo corpo de soldados.

¹⁹¹ *Relatório da Província de Minas Gerais de 1848*, p. 2-6, *Op. Cit.*

¹⁹² Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio Gomes. "Com o Pé sobre um Vulcão": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estud. afro-asiát.* vol.23 no.2 Rio de Janeiro 2001.

possibilitaria a aproximação entre indivíduos e comunidades escravas de troncos lingüístico-religiosos distintos, caso de bantos e minas¹⁹³.

É importante destacar que o próprio governo imperial suspeitava (em Lorena e Vassouras), em razão da existência de semelhanças entre os planos, de uma complexa rede de organização escrava. Evidência disso é uma correspondência do executivo da Província de São Paulo com a Assembléia Provincial¹⁹⁴ por meio do qual informava sobre a necessidade de investigar o plano de insurreição para descobrir o fio que o prendia a algo maior, ou seja, uma grande organização rebelde escrava, talvez com atuação interprovincial.

Além da pequena distância entre os locais dos dois planos insurreccionais, a participação de escravos bantus entre as lideranças, reforça uma suposta unidade. Outro indício é que os dois movimentos estavam marcados para ocorrer no dia de São João, 24 de junho, embora no caso de Lorena - mudança não explicada pelos depoimentos - houve alteração da data para o dia de São Pedro.

Há também uma outra informação importante, um depoimento constante do mesmo processo-crime de Lorena, por meio do qual um escravo revelou que eles estavam esperando o recebimento de armas – e ordens - para que pudessem agir¹⁹⁵. Essa última informação, relativa às ordens, revela um forte indício de que havia unidade nas três tentativas de rebelião ocorridas na tríplice fronteira.

Se fosse comprovada a ligação dos escravos de Lorena com o plano arquitetado do interior do Rio de Janeiro, seria possível afirmar a existência de um grande plano de rebelião interprovincial, revelando, talvez, a direção da cultura africana sobre o calendário dos rebeldes. Reforçaria as hipóteses de Robert Slenes sobre a importância da cultura africana na liderança dos escravos e ex-escravos originários da região centro-africana atlântica.

¹⁹³ No vale do Paraíba, de acordo com as fontes analisadas, a maior parte dos envolvidos era de origem banto. A aproximação se dá, principalmente, com os minas pelotenses envolvidos em outra insurreição, já tratada anteriormente.

¹⁹⁴ Governo da Província de São Paulo – Correspondência com a Assembléia Legislativa Provincial. Código E00295, Arquivo público do Estado de São Paulo.

¹⁹⁵ AHBML. Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, fl. 16, *Op. Cit.*

Algumas semanas após o desmantelamento do plano, uma correspondência do governo provincial de São Paulo é capaz de reforçar a hipótese sobre a existência de um plano coordenado. De acordo com essa carta:

Circular aos Delegados da Provincia
Cumpra que o Senhor Delegado de ... fique na intelligencia de que foi descoberto um plano de insurreição de escravos na Villa de Lorena, e por que era elle geral nésta e nas demais Provincias do Imperio, convem por isso que a respeito o Senhor Delegado esteja vigilante. Secretaria da Policia de São Paulo 6 de Abril de 1848. segue assinatura.¹⁹⁶

Essa correspondência foi enviada a todos os delegados de polícia da província.

Além dessas evidências, é relevante a circulação de idéias radicais européias. Em Lorena, isso ocorreu por meio de dois vetores: de acordo com o processo-crime¹⁹⁷, um cidadão suíço, morador do local havia anos, que não conseguia esconder dos seus conterrâneos suas repulsas à escravidão e à monarquia – era um republicano assumido e não tinha receio de exteriorizar suas convicções¹⁹⁸ – e pela menção, constante nos autos, de um mascate francês, que havia passado pelas fazendas da região incitando os escravos a se rebelarem. Sobre o primeiro, Jacques Troller, além de ser publicamente contrário à escravidão, lia e comentava as notícias publicadas pelo *Jornal do Commercio* junto aos escravos, possibilitando que fossem informados, em primeira mão, sobre a pressão inglesa ao tráfico africano e os apresamentos de navios. Quanto ao segundo, sobre o qual não foi possível conhecer sequer o nome, foi embora antes que o plano fosse descoberto e reprimido pelas autoridades. Seria o mesmo que

¹⁹⁶ Governo da Província de São Paulo. Correspondências ativas da Polícia de São Paulo para delegados, *Op. Cit.*

¹⁹⁷ AHBML. Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, fl. 16, *Op. Cit.*

¹⁹⁸ Aliás, as informações sobre o suíço radicado em Lorena são curiosas, pois em determinado trecho do processo-crime, quando ele já havia sido denunciado como incitador, foi acusado por um senhor que o conhecia de ficar muito incomodado quando vivenciava maus tratos aos escravos. Foi citada uma ocorrência, na qual o suíço repreendeu a esposa em público por a ver dar um tapa no rosto de uma escrava. Foi acusado também de tratar os próprios escravos, nas palavras do depoente, com mimos..., atitudes que agravaram sua situação no processo-crime. No entanto, era uma pessoa contraditória: Jacques Frosser era proprietário de 4 cativos, que trabalhavam em seu pequeno sítio.

trouxe as boas novas aos escravos de Piracicaba? Talvez, embora não existam maiores evidências; no entanto, não se deve desconsiderar que Lorena, no Vale do Paraíba, era uma provável rota terrestre para que um mascate vindo da Corte fosse em direção ao Oeste Paulista para comercializar seus objetos.

Nas edições seguintes dos jornais, outros indícios de insurreição são capazes de revelar uma verdadeira paranóia baiana, reflexos da grande rebelião dos Malês, em 1835. De acordo com o *Correio da Tarde*, reproduzindo matérias do dia 31 de janeiro dos jornais *O Mercantil* e *Correio Mercantil*, ambos soteropolitanos, “fallam de um boato de insurreição de Affricanos, acrescentando o primeiro jornal, que houveram denúncias, e varejo de uma casa sem resultado, e que o corpo de policia não teve força para se fazer esta diligencia.”¹⁹⁹. Merece destaque a afirmação de que o corpo policial não teve força para fazer a diligência, demonstrando certa impotência do Estado para fazer frente aos problemas com a escravaria, principalmente em cidades onde o número de escravos era relativamente alto em relação à população absoluta, caso de Salvador.

Além disso, a Bahia era um local onde a pressão inglesa era muito notada. Naquele ano e no anterior os britânicos estavam realizando uma espécie de ronda em regiões próximas ao litoral brasileiro, concentrando-se, principalmente, no nordeste. Em alguns períodos ocorreu praticamente um bloqueio ao porto de Salvador, pois os ingleses vistoriavam o maior número possível de embarcações brasileiras em busca tanto de escravos africanos embarcados quanto evidências de utilização para o tráfico. Em uma ação de certa ousadia²⁰⁰, promovida pelo capitão do barco inglês *Grecian*, na tarde do dia 29 de abril de 1848, uma polaca²⁰¹

¹⁹⁹ *Correio da Tarde*. edição de 17/02/1848, fl.03.

²⁰⁰ *Relatório anual do Ministerio da Relações Exteriores de 1849-1A*, Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents. Acessado em 23/09/2010. Disponível em URL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/000011.html>

²⁰¹ Jaime Rodrigues analisou a arquitetura naval envolvida no tráfico no artigo *Arquitetura Naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros*. IN: Florentino, Manoel. Tráfico, cativo e liberdade. Civilização Brasileira, 2005. De acordo com o autor, as embarcações do tipo polacas foram pouco utilizadas no tráfico entre os anos 1811-1863. Entre as 155 apreensões feitas nesse período, somente duas constavam como polacas, que era uma espécie de veleiro com 3 mastros. Em 1847 outra polaca, chamada Saron, de 137 toneladas, que contava com 10 tripulantes, foi presa pelos ingleses e levada a Santa Helena para julgamento por crime de pirataria.

brasileira chamada Bella Miquelina foi capturada e presa no porto de Salvador. Segundo a versão das autoridades brasileiras, ao tentarem se desvencilhar do incidente - pois em teoria o tráfico interatlântico de escravos era crime, e o barco, conseqüentemente, jamais poderia desembarcar escravos em um porto oficial - a embarcação havia sido recebida por motivos humanitários, em caráter de urgência: havia falta de água e alimentos. No entanto, havia uma carga de escravos africanos a bordo e a embarcação foi capturada e mantida sob custódia pela marinha inglesa em pleno porto de Salvador.

Na mesma data, durante a noite, de acordo com o mesmo documento, indivíduos a bordo de dois barcos tentaram assaltar a embarcação para reaver os escravos mas, diante da resistência encontrada, acabaram "batendo em retirada". De acordo com o Relatório do Ministério das Relações Exteriores²⁰², para reprimir a tentativa de invasão, os ingleses contaram com apoio da tripulação de um barco da marinha brasileira mas, mesmo assim, os invasores conseguiram fugir.

No dia seguinte, um acontecimento curioso é capaz de iluminar algumas das razões que levaram muitos escravos a acreditar que contavam com o apoio inglês para obterem a liberdade: um escravo africano, dizendo-se pertencente a um súdito inglês morador de Serra Leoa, conseguiu chegar ao navio britânico ancorado para pedir auxílio em sua libertação. Segundo o escravo, sua captura ocorrera um ano antes na região de Popó, em Serra Leoa, e havia sido trazido ao Brasil contra sua vontade. O capitão do navio informou às autoridades brasileiras que daria asilo ao escravo já que ele, por afirmar pertencer a um inglês morador de Serra Leoa, era também súdito da coroa britânica.

Apesar do protesto e do pedido da legação brasileira, ao solicitar que os dois casos - da polaca apresada e do escravo que pediu asilo - fossem julgados pela justiça nacional, a resposta do governo inglês foi direta e rude. De acordo com o relatório, Lord Palmerston,

Allegando falta de cumprimento do Brazil aos seus compromissos, declarou em 18 de setembro que o governo de S. M. Britannica approvava plenamente o procedimento do commandante do Grecian, dizendo que se elle tivesse entregado a polaca às

²⁰² *Relatório anual do Ministerio da Relações Exteriores de 1849-1A, Op. Cit.*

autoridades brasileiras, teria faltado ao seu dever, não cumprindo as instruções dadas em conformidade ao acto de 1845, e ainda considerava este imperfeito por não aplicar a pena de pirataria aos indivíduos encontrados a bordo dos navios negreiros; e que, quanto ao africano, aquelle commandante não se poderia justificar, se o não tivesse recebido a bordo, porque existindo hoje no Brazil poucos pretos que não tenham direito à sua liberdade, segundo a lei de 7 de novembro de 1831, havia toda a probabilidade de ser elle legalmente livre, alem de que no Brasil ninguém tinha o direito de conservar em escravidão um súbdito de S.M., a Rainha.²⁰³

É importante destacar o trecho no qual Lord Palmerston trata de uma das questões mais controversas derivadas da legislação de 1831, a que proibiu mas efetivamente não conseguiu acabar com o tráfico africano: a questão dos africanos livres, aqueles que chegaram depois de 1831, mas que continuaram, em sua quase totalidade, escravizados. O Ministro das Relações Exteriores antecipou um argumento muito utilizado na ferrenha disputa que ganharia os tribunais brasileiros nas décadas seguintes, quando muitos escravos chegados após 1831 tentariam obter a liberdade por meio da justiça dos brancos²⁰⁴.

²⁰³ *Relatório anual do Ministerio da Relações Exteriores de 1849-1A, Op. Cit.*

²⁰⁴ Sobre este objeto de estudo, duas autoras se destacam. A primeira, Beatriz Galotti Mamigonian, autora de "Do que o preto mina é capaz. Etnia e resistência entre africanos livres". Revista Afro-Ásia. Número 24, 2000, desvelou as lutas dos chamados africanos livres, escravos africanos apreendidos pelas autoridades por chegarem quando da vigência da Lei de 1831, que em teoria deveria ter suprimido o tráfico africano. Esses escravos, grosso modo, eram emancipados por uma comissão formada por Brasil e Inglaterra, mas não obtinham a liberdade de fato, pois ficavam sob a tutela, principalmente de órgãos públicos governamentais por um período de aprendizado de 14 anos; na prática eram escravos do governo, chamados de libambos, enquanto outra parte era colocada sob tutela de pessoas influentes. Em outro artigo, *Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres"* In Florentino, Manolo. Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, a autora demonstrou que particulares que recebiam africanos livres em tutela eram, principalmente, pessoas eminentes da sociedade da Corte, muitos deles políticos, amigos do monarca ou funcionários públicos do alto escalão. O recordista de africanos livres foi o futuro Duque de Caxias, naquele período ainda barão, que chegou a ter sob a sua tutela 22 africanos livres. Foram muitos os casos de africanos livres que eram alugados por seus senhores, uma prática condenável mas não reprimida pelas autoridades. Nesse artigo o foco temporal da pesquisa está localizado entre as décadas de 1840 e 1850, e a autora demonstrou as dificuldades de um grupo de escravos para conseguir a liberdade efetiva por meio da justiça branca, enfrentando, inclusive, pressão do executivo para que os requerentes não vencessem a batalha jurídica, iniciada no interior da província de São Paulo. Outra autora importante sobre o assunto, Elciene Azevedo, em *Orfeu de Carapinha*, publicado pela editora da Unicamp em 1999, abordou a luta de Luiz Gama para libertar os escravos chegados depois de 1831. Foram centenas as alforrias obtidas nos tribunais paulistas, notadamente a partir do final da década de 1860, colaborando para a intensificação da espiral de deslegitimação do regime

Outra questão importante diz respeito ao papel ambíguo da legação brasileira junto aos britânicos, pois o país, ao não reprimir o tráfico de forma eficiente, foi surpreendido pelos ingleses com uma polaca em vias de desembarcar uma carga de africanos. No entanto, apesar de não cumprir com a sua parte na repressão ao tráfico, a marinha brasileira foi obrigada a auxiliá-los quando da tentativa de resgate da carga pois, oficialmente, havia um tratado entre Brasil-Inglaterra para que o tráfico de africanos fosse reprimido. Caso os brasileiros tivessem sucesso e recuperassem a carga de escravos após a invasão da embarcação inglesa, isso muito provavelmente daria início a um incidente internacional entre os dois países, visto que a situação estava muito tensa.

De sua parte, a legação britânica também praticava uma espécie de jogo de surdos, pois se num trecho da resposta de Lord Palmerston é possível se depreender rudeza, principalmente quando negou os pedidos da legação brasileira no tocante ao apresamento e à soberania, em outro existe uma clara tentativa de distensionar a situação²⁰⁵. Para Lord Palmerston,

aquelles actos não tinham sido praticados com o propósito de prejudicar os súbditos brasileiros, ou offender os direitos e dignidade da coroa imperial, mas sim que forão dirigidos contra o

escravista. Em ambas as pesquisas, que tiveram seus objetos de estudo separados por um espaço de tempo de mais de quase duas décadas, os processos de liberdade foram baseados na não revogação da lei de 1831, quando da aprovação da Lei Euzébio de Queiróz. Com isso, apesar de existência de nova legislação, que efetivamente suprimiu o tráfico, a não revogação da legislação anterior, em teoria, abriu a possibilidade de que todos os escravos aportados depois de 1831 entrassem na justiça para a obtenção da liberdade.

²⁰⁵ A tentativa de distensionar a situação, de acordo com BETHELL, *Op. Cit*, p. 281-282, era decorrente da necessidade de apaziguar opiniões contrárias existentes dentre os próprios parlamentares britânicos. Embora todos fossem unanimemente favoráveis ao fim do tráfico intercontinental e à abolição da escravidão, uma quantia significativa deles, cerca de 1/3, acreditava que as ações militares realizadas pela Royal Navy estavam fadadas ao fracasso, além de serem muito dispendiosas. Para eles, a agressividade britânica estava criando um sentimento antibritânico no Brasil, criando potencial para atrapalhar os negócios. Esses deputados, inclusive, informaram o parlamento sobre reclamações recebidas de clientes brasileiros – comerciantes – sobre as atitudes belicosas inglesas. Além disso, havia outras justificativas para essa oposição à atitude britânica: Thomas Clarkson, veterano abolicionista, defendia que os britânicos, por meio da propaganda e do diálogo, deveriam estimular o sentimento de humanidade e de retidão moral em todas as partes onde houvesse escravidão. Só desse modo essas sociedades acabariam com o tráfico e libertariam os escravos.

trafico em virtude dos compromissos existentes entre os dous paizes para o reprimir.²⁰⁶

Semanas antes deste caso, no dia 25 de fevereiro, deu-se destaque no jornal carioca notícias referentes ao clima tenso entre escravos e senhores em Salvador. De acordo com o mesmo periódico, “Vagueia incerta por todas as praças e angulos d’esta cidade, e mesmo pelo lar doméstico das familias, um boato amedrontador, que não sabemos d’onde trouxe a origem, por demais destituído de fundamento.”²⁰⁷

Três dias depois, a tensão continuava em Salvador. Segundo *O Mercantil*:

Já em um dos nossos numeros passados tivemos occasião de tocar, bem que de leve, n’esses aterradores boatos que há dias grassam n’esta capital ácerca de uma insurreição africana. Hoje, que alguns factos nos impellem a dar-lhes algum credito, por que os não suppomos tão infundados como isso voltamos á matéria por nos parecer de summa importancia. Uma desobediencia ostensiva se tem notado ultimamente em varios escravos para com seus senhores; e consta-nos mais que já houve pessoas que depois de queixar-se a autoridade policial dispoz do que possuia para prevenir uma desgraça. Que os negros se tem desde algum tempo mostrado mais insolentes e atrevidos que nunca, isso he uma purissima verdade. Testemunham-se por essas ruas factos que fazem arripiar as carnes do homem mais indifferente.²⁰⁸

Para as autoridades policiais soteropolitanas, havia um clima de grande tensão entre os escravos da localidade e a população estava muito assustada. Além disso, a insolência dos cativos e a boataria afloravam à memória das pessoas o medo da repetição dos acontecimentos de 1835 numa cidade com maioria absoluta de escravos e libertos.

Além disso, o norte do país, província do Grão-Pará, um lugar marcado pela violência da cabanagem, também sentiu os ares da desobediência escrava naquele tenso 1848.

²⁰⁶ Relatório anual do Ministerio das Relações Exteriores, *Op. Cit.*

²⁰⁷ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 25/02/1848, fl. 04.

²⁰⁸ *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, edição de 28/02/1848, fl. 03.

Em Belém, de acordo com artigo de José Maia Bezerra Neto²⁰⁹ uma confluência de fatores, incluindo o decreto que determinou o fim da escravidão nas colônias francesas, aumentou ainda mais a tensão entre a escravaria, trazendo aos seus moradores as temidas lembranças da Cabanagem, uma ferida mal cicatrizada pela sociedade local.

De acordo com ele, a Cabanagem, um dos movimentos populares mais violentos do período posterior à proclamação da independência, criou um clima de tensão entre senhores e escravos que se arrastou pelas décadas seguintes. Isso ocorreu, principalmente, pela participação de um grande número de cativos no movimento, lutando por objetivos próprios: a abolição da escravidão. Baseado em pesquisa de Vicente Salles²¹⁰, o autor relatou passagens nas quais batalhões de escravos comandados por negros, caso do preto Félix, lutaram contra as tropas do governo mesmo quando Eduardo Angelim já havia sido preso. De acordo ele, os escravos tinham consciência que a abolição da escravidão não era consensual entre os líderes cabanos e que teriam que a conquistar por meio da luta. Com o fim da rebelião muitos escravos fugiram, formando grande número de mocambos, muitos deles resistindo às tentativas de destruição pelos brancos.

Em 1848 as notícias sobre a tensão escrava chegaram ao Pará na metade do ano. Bezerra Neto relata uma correspondência de 28 de julho de 1848²¹¹, portanto, meses após a descoberta do(s) plano(s) do Vale do Paraíba, na qual o presidente da província do Grão-Pará transmitiu sua preocupação à chefatura de polícia, à qual deveria estar atenta a possíveis agitações políticas por parte dos escravos. Solicitava, ainda, “punição imediata aos suspeitos de amotinação e quebra da ordem”²¹². Embora o autor não cite a fonte das preocupações, é muito provável que o presidente da província estivesse sendo informado pela Corte – por meio do Ministério da Justiça - sobre a agitação escrava que vinha ocorrendo

²⁰⁹ Bezerra Neto, José Maia. "Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará – 1840/1860". Rio de Janeiro: *Revista Topoi*, n2, 2001, p. 73.112. Acessado em 20/10/2008. URL: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a3.pdf>

²¹⁰ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves", 1998 [1971]. apud Bezerra Neto, *Op. Cit.*

²¹¹ Bezerra Neto, *Op. Cit.*, p. 79.

²¹² Bezerra Neto, *Op. Cit.*, p. 79. *Ibidem*, p. 79.

no país, mais intensamente no sudeste, nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Essa hipótese é reforçada pelas informações seguintes, nas quais o chefe da polícia, respondendo ao presidente da província, relata os cuidados tomados em relação ao melindroso assunto, que estava agitando a escravatura, e às notícias vindas junto ao último vapor. O relato é expressivo e, nas entrelinhas, é possível depreender que o governo provincial do Grão-Pará estava ciente sobre os incidentes ocorridos no sudeste brasileiro.

Em resposta ao ofício de Vmce. datada de ontem tenho a dizer-lhe, que proceda com a maior severidade a respeito do escravo Bento procedendo a todas as possíveis diligências e indagações, a ver se pode descobrir-se algum plano ou tendência subversiva em relação ao melindroso assunto, em que parece vai tomando parte a escravatura, e principalmente procurar descobrir se há alguns agentes ou emissários estrangeiros, que tratem de propagar ideias perigosas entre os escravos. Desconfie do mal que atacou subitamente o escravo, pois tudo me inclina a crer que é simulado. Finalmente quando nada se descubra, deve ser o pardo Bento severamente castigado na cadeia, e entregue a seu senhor, para o mandar imediatamente para algumas das províncias do sul. Vmce. terá a seu cuidado a maior vigilância sobre a escravatura, e sobre certos estrangeiros suspeitos, e previno-o que por notícias vindas particularmente no último vapor, as mesmas ideias vão lavrando em várias outras províncias, e até na capital do império²¹³.

Após a prisão de Bento, acusado de ser líder de uma tentativa de insurreição, no dia 28 de julho foi preso o escravo José Antônio, acusado de ameaçar seu senhor com uma faca e proferir palavras subversivas e perigosas. O Chefe de Polícia ordenou que o cativo fosse castigado com 200 açoites e entregue ao comandante do vapor Pernambucano para, muito provavelmente, ser vendido no sul/sudeste. Recomendou ainda que, antes de seu desterro, fosse interrogado, provavelmente sob tortura, para tentar descobrir as origens de tais ideias, que estavam preocupando a elite senhorial. De acordo com o autor, o chefe de polícia

²¹³ *Ibidem*, p. 79.

informou que o escravo dissera ao seu senhor "não ter medo de quem o governa, pois que sabia o caminho de Cayenna"²¹⁴. A desconfiança das autoridades estava sobre os estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, suspeitos de estimular o clima de insurgência entre os escravos.

A referência a Cayenna, na Guiana Francesa, foi derivada diretamente da principal decisão dos revolucionários franceses relacionada à escravidão: a decisão de extinguir a escravidão nos territórios e possessões franceses. Como seria de se esperar, os cativos estavam informados que, na Guiana Francesa, local relativamente próximo a Belém, a escravidão havia terminado e, por essa razão, aumentaram as fugas de escravos para esse local. A partir daquele momento a fronteira Brasil/Guiana ganhara novos significados, o limite entre a liberdade e o cativo, embora não fosse a realidade encontrada por muitos escravos que fugiram para lá²¹⁵.

O que as fontes permitem inferir é que, em todos esses locais, de Belém a Pelotas, no extremo sul do país, passando pelo centro nervoso do império, na Corte, havia um clima de grande medo interferindo no cotidiano da sociedade escravista, da já difícil convivência entre senhores e escravos.

Em Minas Gerais, de acordo com relatório de 1848, assinado pelo presidente da província, José de Queiroga, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, ocorrida em 02 de agosto de 1848, a menção à grande boataria e medo teve lugar de destaque.

No momento em que traço estas linhas nenhum receio há mais de que seja alterada a tranqüilidade publica n'estes municípios, e por isso só existe um pequeno destacamento de Praças do Corpo Policial nos Municípios de Baependy, e Ayuruoca para o fim de guardar os criminosos, que se achão presos. Boatos de insurreição correrão por toda a parte, e estes sucessos de Baependy, e Ayuruoca vierão despertar todas as atenções. O

²¹⁴ *Ibidem*, p. 80.

²¹⁵ O autor relatou que, apesar de terminada a escravidão na Guiana, os escravos fugidos não eram bem vindos ao local. Houve casos de repatriação de escravos, devolvidos às autoridades brasileiras. Além disso, as autoridades guianenses restringiram, por meio de normas e leis, a permanência dos fugidos no território, muito provavelmente por medo de problemas sociais e políticos, visto que os escravos fugidos do Brasil, em sua maioria, aquilobavam-se na Guiana.

governo porém, certo de que, sem embargo de não terem todo o fundamento esses boatos, lhe cumpria com tudo attendel-os, deu as providencias, que julgou necessárias, e nenhum outro factó semelhante temos a lamentar, nem mesmo se verificou outra tentativa de insurreição, que exigisse mais enérgicas providencias da parte do Governo.²¹⁶

Nas sequência do mesmo relatório, o reconhecimento de estar "sentado sobre um vulcão" é expressivo do momento de tensão pelo qual estavam passando. A menção à solução, a imigração, é patente das mudanças que estariam por acontecer, muito provavelmente discutidas a tempos entre o alto escalão governamental. Nas palavras de José de Queiroga,

Não obstante porém o que fica dito cumpre que não estejamos desprevenidos: a nossa lavoura é toda mantida por braços escravos; e se o numero d'estes for em augmento, se os abolicionistas continuarem em seus projectos, ao passo que não for promovida com afinco a colonisação européia, nós estaremos sobre um formidável volcão.²¹⁷

É importante destacar que a metáfora de estar "sentado sobre um vulcão", em razão da agitação escrava, foi percebida por vários dos presidentes de província naquele ano, incluindo o da província de São Paulo com a ocorrência do caso de indaiatuba, quando os fazendeiros fugiram em direção à freguesia e à Vila de Itu em razão da boataria sobre os escravos amotinados. De acordo com correspondência enviada pelo governo ao delegado de Itu:

Ao Delegado de Ytú
Constando a esta Repartição por cartas particulares vindas da Cidade de Campinas pelo Correio que hoje aqui chegou pelas 6

²¹⁶ University Of Chicago. Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1960). Província de Minas Gerais, Relatório de 1848, p. 3. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u247/index.html> Acessado em 10/11/2008.

²¹⁷ Ibidem, p. 3.

horas da tarde, que os escravos da Freguezia de Indaiatuba se havião insurgido, e que todas as familias se refugiarão para essa Cidade, e outros pontos, disendo-se mais que o informado plano desses malvados tinha de apparecer no dia 7 do futuro mez, sendo os lugares ameaçados essa dita Cidade, a de Campinas, e Villa de Constituição; e por que não tivesse recebido communicação alguma a semelhante respeito quer do Sr. Delegado, quer de alguma outra Autoridade se dando o mesmo ao Exmo Governo faço por isso seguir agora mesmo a noite o Soldado Antonio José de J. Martinho do Corpo de Permanentes para que por elles o referido Sr. Delegado informe com urgencia e ciscunstanciadamente sobre a veracidade dos factos relatados nas Ditas Cartas particulares, entendendo-se com as demais Autoridades d'essa Cidade para qu officiem a tal respeito ao Exmo Governo.É desnecessário, caso sejam verdadeiros os factos mencionados, recomendar ao Sr. Delegado toda a actividade e providencias adequadas, áfim de que não vá adiante semelhante flagelo, fasendo para isso reunir toda a Guarda Nacional, e Policial para que assim mais facilmente possam ser presos todos os insurgentes, sobrestando na remessa do destacamento para a Villa da Constituição quando não tenha ainda para ahi seguido. decreta 30 de Agosto de 1848²¹⁸.

O caso foi considerado gravíssimo e, no Relatório Provincial do 2º semestre de 1848, enviado à Corte no dia 16 de outubro, Domiciano Leite Ribeiro, presidente da Província de São Paulo, salientou as dificuldades relativas à segurança pública. Em seu relato, houve destaque especial a rumores sobre uma grande insurreição escrava, que teria sido controlada pela elite senhorial do *Oeste Paulista*. Em uma das passagens, Domiciano relatou o caso de Indaiatuba com especial ênfase. Segundo ele,

(...) receios que na Freguesia de Indaiatuba avultaram ao ponto de obrigar alguns fazendeiros á abandonarem as suas casas. Confesso, que tranquilisei-me; particularmente quando soube, que nada se seguio do inqualificavel procedimento dos fazendeiros, que abandonaram suas casas, entregando áquelles de quem se receiavam, á Deos e á ventura; é um facto que toda esta imprudencia não foi bastante á provocar um só attentado, nem mesmo a fuga.²¹⁹

²¹⁸ Governo da Província de São Paulo. Correpondências ativas da Polícia de São Paulo para delegados, 30 de agosto de 1848, *Op. Cit.*

²¹⁹ Relatório da Província de São Paulo, 1849-01, *Op. Cit.*

Na sequência do relatório, agradeceu “á Deos e á ventura” pela manutenção da tranquilidade pública em Indaiatuba²²⁰.

No entanto, o relatório de Domiciano é pontuado de lacunas, deixando muito a desejar para a compreensão do que realmente aconteceu naquela ocasião. Isso ocorreu, muito provavelmente, em virtude da existência de uma política de censura²²¹ em relação às notícias sobre insurreições escravas, pois tentava-se manter a calma e a tranqüilidade em situações desse tipo, ainda mais naquele tumultuado ano²²².

O mesmo Domiciano ainda reconheceu uma mudança no estado da escravatura. De acordo com ele,

É uma verdade, que se nota geralmente nesta raça certa agitação, e um desenvolvimento de idéas até a pouco desconhecido: este estado de cousas pode se tornar assustador de um momento para outro. E no meio das nossas complicações políticas qualquer desagradavel emergencia pode ocasionar males incalculaveis²²³.

O relatório, entregue a Vicente Pires da Motta, novo presidente da província, nomeado pelo Partido Conservador e, muito provavelmente, à Corte, revela, em primeiro lugar, os problemas relacionados à política nacional, ou seja, a luta fratricida entre liberais e conservadores. Isso fica claro no trecho final, no qual

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ No Discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial de São Paulo, no ano de 1848, não houve qualquer menção aos problemas enfrentados pelos senhores com seus escravos. O provável motivo dessa omissão é que a elite senhorial sabia que alguns jornais da Corte - lidos em São Paulo - resumiam ou publicavam na íntegra os discursos de presidentes de província. Consequentemente, a população poderia ser informada desses incidentes, espalhando o medo e a tensão. Poderia ainda, de acordo com palavras muito comuns entre os senhores, espalhar essas idéias sediciosas entre os escravos.

²²² Além disso, muitas informações importantes, caso das discussões envolvendo a escravidão realizadas tanto na Câmara dos Deputados quanto nas assembleias provinciais, eram realizadas em sessões secretas. Essa estratégia existia em razão dos deputados saberem que as sessões públicas eram acompanhadas pela imprensa, que noticiava fatos relevantes à sociedade. Até mesmo as atas de sessões, entregues à imprensa pela Câmara dos Deputados, tinham parte dos discursos publi

²²³ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848. Fonte: Brazilian Government Document Digitalization Project. Ministerial Reports. Acessado em 05/05/2007 URL <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/index.html>

citou as complicações políticas do momento, fruto das disputas internas. No entanto, o trecho que chama mais a atenção diz respeito à mudança de atitude dos escravos, segundo ele, mais agitados e desobedientes. Nas entrelinhas, é possível depreender que o presidente da província, ciente dos acontecimentos em São Paulo e em outras províncias brasileiras, acreditava estar vivenciando um período de escalada da tensão e violência escravas e, conseqüentemente, estava temeroso dos riscos implicados pelo fenômeno.

No mesmo período, em Campinas, há aproximadamente 40 km de Piracicaba, um escravo chamado Manoel do Lado de Christo²²⁴, envolvido em uma tentativa de levante 6 anos antes, durante a Revolução Liberal, foi preso e interrogado. A tensão chegou a tal ponto que a Câmara de Vereadores da cidade mandou uma correspondência ao governo provincial²²⁵, solicitando o envio de um destacamento de permanentes à cidade para a trazer de volta à tranqüilidade. No entanto, além de negar o pedido, de acordo com Vicente Pires da Motta, chefe interino da polícia,

resolvi recomendar a V. Sa. que lhe determine e também as mais Auctoridades Policiaes da Provincia que empreguem toda a vigilancia e toda a cautela para que mais não apareçam os receios de insurreição que inquietarão aquelle Municipio, e alguns outros. Recomendo igualmente a V. Sa. que insinue aquele Delegado e ás Auctoridades Policiaes da Provincia que esforcem e com insistência procurem fazer comprehender em particular aos Senhores de escravos, que não hé tratando-os com deshumanidade e brutalmente que não hé exigindo deles serviços superiores ás forças humanas sem lhes dar tempo para o necessário descanso, subministrando-lhes mais e escassos alimentos, e apenas hum pessimo vestuario sempre immundo e esfarrapado, que nem lhes cobre a nudez, e nem abriga do frio, que não hé comndenando-os a castigos atroses, arbitrários, caprichosos e sem nem uma proporção com as faltas, que não hé saciando-os com desgostos, e insultos, e tornando-lhes a vida insuportável e odiosa que hão de ganhar a affeição dessa classe miserável e conseguir que não nutram desejos de insurreição. Cumpre que fação comprehender aos senhores, que se não querem escutar as vozes da Religião e da humanidade, ao menos não cerrem

²²⁴ Centro de Memória da Unicamp. 1º Ofício, Tribunal de Justiça de Campinas. Summario-crime contra o réu Manoel do lado de Christo, ano de 1848, Caixa 119, processo nº 02716.

²²⁵ Governo - Correspondência com a Polícia. 1848-1850. Código E00471 ordem 471, fl. 68. Correspondência de 28/11/1848. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

os ouvidos á voz do próprio interesse, que lhes grita, que tratem os escravos como criaturas humanas.²²⁶

É curioso o pedido para que os escravos fossem melhor tratados, uma postura inesperada em se tratando do Chefe de Polícia da Província. No entanto, é possível que, diante de um clima de grande insurgência em várias localidades, a estratégia de um possível apaziguamento na difícil relação senhor-escravo tenha sido uma das alternativas encontradas sugerida por ele. Além disso, o chefe de polícia traz informações que revelam um tratamento atroz aos escravos. Provavelmente, trabalhava com a hipótese de que o uso excessivo da violência com os escravos do Oeste Paulista estava tendo como consequência a intensificação do clima de insatisfação.

Em Itu, cidade próxima a Campinas, o pedido de soldados também foi negado, pois havia um número insuficiente de soldados permanentes, todos eles alocados em outras áreas, inclusive algumas que já haviam tido problemas no início do ano, caso de Lorena e Silveiras. Portanto, apesar de negar o envio de mais soldados permanentes a Itu, a solução encontrada pela polícia, de acordo com Francisco Lourenço de Freitas, foi pedir ajuda a Campinas. De acordo com essa correspondência:

O Chefe de Policia em virtude do que lhe foi ordenado pelo Governo Provincial determina ao Sr. Delegado da Cidade de Campinas que caso o Delegado da Cidade de Ytu lhe faça alguma requisição de gente armada para coadjuval-o suas diligencias de que se sabia incumbido, respeito a insurreição de escravos, de prompto o sr. Delegado lh'a satisfaça tirando-a ou do destacamento ahi estacionado, ou das companhias da Guarda Policial, e Nacional, certo de que com isto faz o Sr. Delegado hum grande serviço a ordem publica. Portaria 4^a 4 de Setembro de 1848. Francisco Lourenço de Freitas.²²⁷

²²⁶ *Ibidem*, fls. 68-69.

²²⁷ Governo - Correspondência da Polícia com delegados, 04/09/1848, *Op. Cit.*

Sorocaba foi outro município próximo a Indaiatuba a solicitar reforços, temerosos que estavam do alastramento do problema ocorrido na freguesia, localizada a cerca de 50 km do local. Em ofício ao Chefe de Polícia da Província, o delegado de polícia suplente de Sorocaba, Francisco Lopes de Oliveira, tratou "da necessidade de ser elevado o destacamento de permanentes ali estacionado ao numero de 16 praças"²²⁸. No entanto, a resposta foi negativa:

... V. Sa. Ihe fará constar, que por em quanto não hé possível satisfazer-se semelhante pedido por falta de praças, e pela necessidade de attender-se a outros serviços mais urgentes. Deos guarde a V. S. Palacio do Governo de S. Paulo, 6 de setembro de 1848. Domiciano Leite Ribeiro, Chefe de Policia interino.²²⁹

Em São João do Rio Claro, atual cidade de Rio Claro, rumores sobre a insurreição fizeram com que o chefe de polícia local²³⁰ solicitasse reforços ao destacamento de permanentes ali estacionado. É importante destacar que alguns dos envolvidos no incidente de Piracicaba foram acusados de entrar em contato com escravos de fazendas localizadas em Rio Claro e Limeira²³¹.

Em Limeira, o procedimento foi o mesmo e a resposta, semelhante. Em correspondência protocolada no dia 12 de agosto de 1848, portanto, cerca de 10 dias após a descoberta e início da repressão em Piracicaba, de acordo com a Secretaria da Polícia:

Respondendo ao officio do Sr. Delegado da Limeira de 6 do Corrente, tenho a diser-lhe que se forem fundados os receios de insurreição de escravos nessa Villa, deve o Sr. Delegado requisitar da Guarda Nacional a força diaria que entender necessaria, e augmentar a da Policia, prevenindo os proprietarios de de escravos com as devidas cautelas, para que tomem esses suas medidas, e providencias, pois que não é possível mandar-lhe força

²²⁸ Governo - Correspondência com a Polícia. 1848-1850, 06/09/1848, *Op. Cit.*, fl. 54.

²²⁹ *Ibidem*, fl. 55.

²³⁰ *Ibidem*, fl. 68.

²³¹ No entanto, não foram encontrados possíveis processos judiciais que, porventura, tenham sido instaurados nessas localidades, razão que dificulta um aprofundamento da pesquisa para revelar a participação de escravos locais.

alguma de permanentes por não haver que chegue para isso. Secretaria da Polícia 12 de Agosto de 1848.²³²

Até mesmo em Santos, distante do Oeste Paulista, ocorreram rumores sobre insurreição escrava, mas neste caso há indícios de participação de europeus, o que em parte explica a precaução do império com os estrangeiros. De acordo com a correspondência do Chefe de Polícia:

V. Sa. achará inclusa a cópia de um papel anônimo dirigido a este Governo da Cidade de Santos, denunciando a existencia de pessoas que seduzem escravos, e os mandão para um quilombo existente na distância de huma légoa da Cidade afim de que informe a respeito, ouvindo o Delegado da referida cidade.²³³

No dia 11 de outubro, portanto, apenas 3 dias desde a resposta por meio da correspondência anterior, o governo provincial enviou outra correspondência, desta vez respondendo ao pedido do delegado de Santos, que solicitou o aumento do destacamento de permanentes até o número de 30 soldados. A resposta do mesmo Domiciano Leite Ribeiro foi a de que "não pode ter lugar o augmento exigido por não haver força disponível mas que este governo possa a mandar substituir o destacamento por outros praças como requisita o mesmo Delegado"²³⁴.

Apesar dos conselhos do chefe de polícia interino, a preocupação estava focada nos escravos mas também nos estrangeiros, principalmente ingleses e franceses.

Na tentativa de rebelião ocorrida no Vale do Paraíba, no início de 1848, a análise dos depoimentos de um dos envolvidos, no caso um franco-suíço chamado Jacques Troller, evidencia a forma como essas informações chegavam aos escravos. Nesse caso, o estrangeiro foi processado e preso sob a acusação

²³² Governo - Correspondência com a Polícia, 12/08/1848, *Op. Cit.*

²³³ Governo - Correspondência com a Polícia, 03/10/1848, fl. 59, *Op. Cit.*

²³⁴ Governo - Correspondência com a Polícia, 11/10/1848, *Op. Cit.*

de incitar os escravos à rebelião. Como já foi dito²³⁵, o franco-suíço, republicano, foi acusado de ler o *Jornal do Commercio* para eles. Com isso, foram informados da tensão que estava ocorrendo na Europa pré-revolucionária, da disputa fratricida, aqui no Brasil, entre liberais e conservadores, e da pressão inglesa para que o tráfico interatlântico acabasse definitivamente. Isso explica o discurso dos escravos, que esperavam “contar com os ingleses quando a rebelião chegasse ao Rio de Janeiro”²³⁶.

Outra referência a um suposto apoio inglês, sem qualquer evidência que a comprove, veio de uma correspondência entre o presidente da província e o delegado-chefe. Nela há menção a uma suposta sociedade gregoriana, já discutida neste capítulo, a qual, segundo as autoridades, estava por trás dos acontecimentos, incitando os escravos a buscar a liberdade por meio de rebeliões.

No entanto, a historiografia recente sobre o fim do tráfico, na qual se destaca Jaime Rodrigues²³⁷, não encontrou indícios de alguma estratégia inglesa em apoiar escravos em insurreições, mesmo resultado desta pesquisa. Apesar da forte pressão, os ingleses parecem ter optado pela via diplomática e intervenções pontuais, na visão deles legitimadas por um tratado assinado anos antes pelos dois países. Segundo eles, as ações das marinhas inglesa e brasileira estavam previstas no referido acordo bilateral e, apesar do Brasil não estar cumprindo com as ações previstas de combate ao tráfico, eles as faziam fiscalizando e abordando navios no litoral brasileiro.

Por essa razão, o mais provável é que os escravos e ex-escravos indiciados e ouvidos nos inquéritos do Vale do Paraíba, entre janeiro e fevereiro de 1848, ao citar um suposto apoio inglês, na verdade fizeram uma avaliação política própria, mas equivocada, pois os ingleses não estavam pressionando a monarquia brasileira para que a escravidão fosse abolida; exigiam, naquele momento, apenas o fim do tráfico africano. Porém, embora provavelmente não fosse esse o intento inglês, essa pressão, principalmente através do apresamento

²³⁵ AHBML. Processo-crime nº 0155, 22/02/1848, caixa nº 07, tomo 3637, *Op. Cit.*

²³⁶ AHML, *Op. Cit.*

²³⁷ Rodrigues, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, *Op. Cit.*

de navios que carregavam escravos africanos, estava intensificando a tensão entre senhores e escravos, estes últimos acreditando ter o apoio da nação mais poderosa daquela metade do século XIX.

Quanto ao suposto apoio do Estado francês, também não existem evidências. Os únicos indícios remetem a uma atitude individual do mascate francês ao conversar com Mestre Pedro na tentativa de insurreição de Piracicaba, talvez o mesmo que passou pelo Vale do Paraíba contando aos escravos sobre as novidades européias. Daí a leitura própria feita por Mestre Pedro e sua esposa, Danuza. As palavras dela, ao pensar na possibilidade de transformar o sistema de governo brasileiro em república, para que a escravidão acabasse, são compatíveis com a hipótese da circulação atlântica de idéias em voga no continente europeu. Afinal, depois da queda da monarquia, no final de fevereiro, e da formação de um governo provisório, a escravidão na França foi abolida em todas as colônias no dia 3 de março e nas possessões ultramarinas no dia 27 de abril²³⁸. Além disso, os franceses estavam apreendendo embarcações brasileiras na costa da África. No ano anterior, 1847, as sumacas Europa, Vencedora e o Patacho Julia²³⁹ tiveram esse destino, com o apresamento das embarcações, levadas à França para serem julgadas por pirataria. Por essas razões, abolição da escravidão e ações na costa da África, havia, entre parte dos escravos, a idéia de que os franceses os apoiavam.

A repressão ao levante, que envolveu toda a sociedade senhorial, teve também auxílio do governo provincial. Apesar de constantemente reafirmar sobre a falta de um corpo de permanentes disponível para mandar ao local, o fez no início de agosto. O efetivo foi mandado a Itu²⁴⁰ e foi cogitada a sua transferência para Indaiatuba quando da ocorrência da fuga de fazendeiros. No entanto, com o esclarecimento de que tudo não passou de boataria, o governo acabou por manter o destacamento em Itu até a decisão sobre o seu regresso à capital²⁴¹.

²³⁸ FORTESCUE, Op. Cit, p. 104.

²³⁹ *Relatório anual do Ministério das Relações Exteriores de 1849-1A, Op. Cit.*

²⁴⁰ Governo: Correspondências com Juizes Municipais e Promotores. Arquivo do Estado de São Paulo. Código E00215 ordem 215 – livro 11, fl 39v. Disponível no Arquivo Histórico do estado de São Paulo.

²⁴¹ *Ibidem*, fl 36v.

Os fazendeiros da região de Campinas ainda insistiram para que o Chefe de Polícia da Província fizesse uma visita a esses locais, com o objetivo de tranquilizar a população. No entanto, para o governo, o raciocínio era oposto:

(...) a visita do chefe de polícia “só serviria para assustar a população, fazendo crer a imminência de hum perigo, que por ora não existe. Entretanto, convém que o Senhor Delegado continue a prestar toda a sua atenção a este objecto, pois que as idéias de liberdade geralmente espalhadas entre a escravatura, senão já, ao menos para o futuro podem trazer sérias conseqüências acerca da tranqüilidade publica, e da segurança individual e de propriedade; advertindo ao sobredito Senhor Delegado que a este respeito já deve ter recebido do Chefe de Policia as convenientes instruções.²⁴²

Praticamente no mesmo período, final de agosto, quando o plano de insurreição de Piracicaba já havia sido descoberto e reprimido, uma correspondência curiosa do governo provincial de São Paulo, remetida a todas as províncias do Brasil, também é reveladora do estado de tensão e, ao mesmo tempo, da campanha de desinformação e censura a que estavam submetidas as autoridades provinciais.

Circular aos Presidentes de Provincias

Ilmo e Exmo Srs. Participo a V.Exma para seo conhecimento, que esta Provincia se acha em perfeita tranquillidade. Deos Guarde a V.Exa Palacio do Governo de São Paulo 21 de Agosto de 1848. Ilmo e Exmo Srs Presidente de Provincia de Domiciano Leite Ribeiro.²⁴³

É importante destacar que o estado de *perfeita tranqüilidade* informado pela correspondência está localizado no tempo entre a tentativa de Piracicaba e a fuga de Indaiatuba. Sofreria, portanto, mais um solavanco naquele tenso 1848 com a

²⁴² Governo - Correspondências com Câmaras Municipais, fl. 110, 25/09/1848, ordem 404, código E00404. Disponível no Arquivo Histórico do estado de São Paulo.

²⁴³ Governo - Correspondências Estado e Religião e Negócios Estrangeiros. 1846-1849 – Caixa E00751. Disponível no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo.

correria da elite senhorial de Indaiatuba, fugindo de uma suposta horda - inexistente, sabe-se agora - de escravos amotinados. Revela, além de um estado de ânimo agressivo dos escravos, um contexto de boataria, medo, por parte dos senhores, que acreditavam estar vivendo um período de exceção.

É provável que esse medo fosse resultado também de uma alteração no estado de ânimo de muitos escravos, ao fazerem uma leitura própria dos contextos políticos interno e externo. Isso sem contar com uma possível tentativa de reorganização social e religiosa banto, que talvez tenha ocorrido no Vale do Paraíba ou na Corte, ou ainda na organização dos minas, tentando estender seus tentáculos para todas as províncias. Em parte, uma complexa reverberação da pressão inglesa, à qual estava, de certa forma, humilhando a sociedade escravista nacional com a interceptação dos tumbeiros, em alguns casos capturados dentro de portos brasileiros. Tudo isso agravado com a concessão de asilo ao escravo soteropolitano - levado de volta à África - provavelmente causando grande repercussão entre a população cativa da cidade e de outros locais nos quais a notícia chegou. E esse evento pode ter chegado a locais inimagináveis ao historiador, a milhares de quilômetros de distância do acontecimento original, às pequenas cidades e vilas, às senzalas, levadas pelo boca-a-boca de uma camada social ávida por escutar e transmitir notícias que trouxessem esperança sobre o fim do cativo americano.

No entanto, esse estado de tensão, medo, ainda não é considerado pela historiografia recente como um elemento que pressionou a sociedade da metade da década de 1850 para acabar com o tráfico interatlântico.

Entre essa produção historiográfica recente, Jaime Rodrigues, ao reconstruir o contexto político brasileiro quando da aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, cita apenas de passagem o estado de grande medo e tensão ocorrido em 1848. Suas informações foram baseadas em pesquisa iniciada por Robert Slenes²⁴⁴, focada nos aspectos culturais da tentativa de rebelião ocorrida no interior do Rio de Janeiro.

²⁴⁴ Jaime Rodrigues baseou essas informações em pesquisa feita por Robert Slenes, principalmente o artigo SLENES, Robert A. W. "Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta do Brasil." Revista USP, nº12, dez.jan.fev. 1991-92, p. 48-67. Posteriormente a

Outro autor importante, Jeffrey Needell²⁴⁵, restringe as relações causa-efeito da aprovação do fim do tráfico interatlântico à ascensão saquarema e, principalmente, à pressão inglesa. Para ele não há evidências empíricas que sustentem o medo das revoltas escravas como elemento a ser considerado na aprovação da lei que extinguiu o tráfico interatlântico.

Tâmis Parron²⁴⁶, em recente estudo sobre as relações entre a sociedade, o Estado brasileiro e o tráfico de escravos, defende a tese de que, apesar de haver uma crescente resistência escrava, esta foi pouco relevante para a tomada de decisões que resultou na aprovação da Lei Euzébio de Queirós. Para ele, embora existisse o discurso de civilizar o país – ele também não nega as tensões escravas – ambos tiveram impactos limitados. No caso específico das tentativas de insurreição, para o autor, se houve algum medo resultante desses eventos, ficou restrito ao período mais próximo, pouco avançando até 1849 e daí para frente.

É importantes destacar que os grandes obstáculos enfrentados tanto por Parron quanto por Needell, muito provavelmente foram metodológicos. Os dois procuraram – e não encontraram, como seria de se esperar – discursos de parlamentares assumindo, tanto o medo das insurreições escravas, em Parron e Needell, quanto o temor à febre amarela²⁴⁷, em Needell. E isso aconteceu por duas

pesquisa foi desenvolvida com a publicação de outros artigos, entre os quais se destaca Slenes, Robert A. W. “A árvore de Nsanda transplantada. Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (Século XIX)”. In Furtado, Júnia e Libby, Douglas. *Trabalho livre, Trabalho escravo*. Anablume, 2006.

²⁴⁵NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State and slavery in Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006. e NEEDELL, Jeffrey D. The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship. In: *Journal of Latin American Studies*. v. 33, n. 4, 2001.

²⁴⁶PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁴⁷Embora Needell reconheça a existência do vínculo entre a febre amarela e o tráfico de escravos, tese defendida por Chalhoub (CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e CHALHOUB, Sidney. The politics of disease control: yellow fever and race in nineteenth century Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Studies*, v.25, p.444-463, 1993.) discutido pela medicina da época, para ele, ao analisar, principalmente, documentos e discursos parlamentares, essa relação não foi um elemento importante para a aprovação da Lei Euzébio de Queirós. Essa discussão está presente em uma resenha de um livro de Jeffrey D. Needell (CHALHOUB, Sidney. Resenha de Os Conservadores no Brasil Império, de Jeffrey D. Needell. Revista Afro-Ásia, nº 035, 2007, Universidade Federal da Bahia, Bahia.) Jeffrey D. Needell respondeu a Chalhoub em outro artigo, publicado pela mesma revista (NEEDELL, Jeffrey D. Resposta a Sidney Chalhoub e a sua Resenha “Os Conservadores no Brasil Império”. Revista Afro-Ásia, nº 037, 2008, p. 291-301. Universidade Federal da Bahia, Bahia.

razões fundamentais, já tratadas neste trabalho: a primeira é o status dado a qualquer assunto que envolvesse problemas associados à escravidão em seus mais variados vieses: a chancela do segredo. Ao pesquisar esse assunto, tanto nos Anais da Assembleia Provincial de São Paulo, quanto nos Anais do Senado Federal, quando um parlamentar iniciava a discussão de algum problema mais sério envolvendo a escravidão, de imediato a mesa tratava de encerrar a discussão e, em caso de necessidade – ou da gravidade do problema - marcava-se uma sessão secreta.

Isso acontecia, notadamente, em razão dos discursos das Assembléias Provinciais – casos de São Paulo e Rio de Janeiro, analisados nesta pesquisa – serem publicados em jornais populares, com o *Jornal do Commercio e Correio da Tarde*, entre outros. Por isso, nas palavras da época, com o o assunto era de muito melindre, a qualquer sinal de discussão sobre os tráfico, insurreição ou violência escrava, as intervenções parlamentares eram encerradas rapidamente pela mesa. Havia o temor dessas discussões chegarem aos ouvidos escravos²⁴⁸.

Se chegassem, poderiam, na perspectiva dos brancos, levar a duas interpretações por parte dos escravos. Nas palavras de Emília Viotti, ao analisar a insurreição escrava em Demerara “as pessoas sempre traduzem as mensagens culturais em termos de sua própria experiência”²⁴⁹, ou seja, além da experiência cultural, havia a política: a comunidade escrava poderia acreditar que a elite branca estava tendo problemas, dividida e enfraquecida. Em consequência, discussões como essas, ao serem publicadas em jornais, poderiam aumentar a violência ou estimular revoltas. No contexto em questão, com a pressão inglesa e a divisão política interna, o contexto era ainda mais perigoso. Com a sessão secreta, a chance de os escravos serem informados de um suposto “medo senhorial” seriam menores.

Além disso, ao tomarem contato sobre as divergências entre os brancos, diversos trabalhos historiográficos já demonstraram que os escravos poderiam

²⁴⁸ E isso obviamente acontecia – e há provas empíricas – como já foi demonstrado neste trabalho com o inquérito sobre o suíço Jacques Troller, no vale do Paraíba paulista. Emília Viotti (*Revolta de Demerara*) e C.L.R. James (*Revolução Haitiana*) também reforçam esse argumento entre outros inúmeros autores. Sobre esse assunto, inclusive, não há maiores polêmicas.

²⁴⁹ Viotti da Costa, Emília, *Op. Cit.*, p. 28.

fazer interpretações equivocadas acerca dessas discussões: o caso já citado neste trabalho, da revolta de Demerara, pesquisado por Emília Viotti²⁵⁰, é um exemplo importante: em março de 1823 um abolicionista, Thomas Fowel Buxton, apresentou um petição que condenava a escravidão e pedia a abolição gradual, ou seja, ele pretendia uma série crescente de restrições à escravidão que aproximasse gradualmente o status escravo do de um cidadão comum. No entanto, a petição somente foi aprovada depois de muitas atenuações feitas pelo ministro das Relações Exteriores, George Canning, temeroso em perder as colônias britânicas para movimentos independentistas ou, até mesmo, para outras nações européias que aceitassem a escravidão. Os escravos de Demerara, no entanto, acreditavam que a petição de Buxton havia sido aprovada na íntegra e que os senhores estavam a escondendo dos escravos para que não fosse executada. Essa foi uma das causas que, na opinião de Emília Viotti, estimularam a revolta de Demerara.

É claro que a ausência de evidência não configura evidência de ausência. Da mesma forma, a ausência de evidência não permite ao historiador tecer considerações sem indícios ou evidências. No entanto, se o historiador se contentar com a leitura de documentos, como foi feito por Needell e Parron²⁵¹, produzirá conhecimento histórico semelhante aos positivistas dos sécs. XIX e XX, ou seja, se limitará ao que foi escrito pelos documentos oficiais. E a história contemporânea, desde as inovações metodológicas dos *Annales* e da historiografia inglesa, principalmente Thompson, têm ido muito mais além.

Por conta desses limites metodológicos, Parron e Needell não conseguiram perceber que essa tensão, esse grande medo, junto com outros fatores já discutidos pela historiografia recente, podem ter colaborado para mudar a mentalidade e o modo de agir do gabinete e dos parlamentares que discutiam,

²⁵⁰ Viotti da Costa, Emília, Op. Cit, p. 213.

²⁵¹ Apesar desses limites metodológicos dos dois autores, o trabalho de Parron teve o mérito de compreender o contexto político saquarema com muito mais precisão do que Needell. Parron percebeu, por exemplo, que os saquaremas que mais causaram problemas às tentativas liberais de impor obstáculos ao tráfico – e até extingui-lo, eram oriundos, principalmente, das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas áreas eram mais dependentes da mão de obra escrava, além de conterem a maior parte dos grandes traficantes, poderosos e influentes na política local, principalmente, neste último caso, o Rio de Janeiro.

naquele momento e nos dois anos seguintes, por fim ao tráfico africano de escravos.

No entanto, essa mudança de mentalidade e de atitude poderia ser feita sem a elite senhorial assumir o medo da escravatura, pois essa situação poderia enfraquecer um sistema baseado, principalmente, na autoridade, no medo e na punição.

Essa mudança também foi, muito provavelmente, influenciada pelo contexto europeu revolucionário, pois as notícias sobre o fim da escravidão nas colônias francesas foram divulgadas pelos principais jornais brasileiros, pelo boca-a-boca dos cativos e libertos e, conseqüentemente, todos tomaram ciência de que o mundo estava mudando. Era mais uma grande nação, potência militar e econômica, acabando com a escravidão.

Por fim, a luta fratricida entre conservadores e liberais era mais um elemento desfavorável ao difícil contexto enfrentado pela elite escravocrata. Somaram-se ao conjunto de fatores que, sob a perspectiva dos cativos, apontava para o enfraquecimento da instituição escravista. Desse modo, ganharam coragem para questionar, se necessário por meio da violência, o status da escravidão.

Mesmo sem analisar profundamente o discurso de deputados e senadores durante as discussões que antecederam a aprovação da lei que, efetivamente acabou com o tráfico africano, é possível depreender de todo esse contexto que a sociedade brasileira estava muito preocupada com o futuro da instituição escravista naquela quase metade do século XIX. De fazendeiros a líderes governamentais, de saquaremas a luzias, muitos perceberam que a utilização do modelo escravocrata dificilmente sobreviveria à escalada de obstáculos que estavam sendo instituídos por nações européias, principalmente França e Inglaterra.

Parte deles, de acordo com o discurso do período, passou a engrossar o coro daqueles que acreditavam que os ganhos não compensavam o risco de receber aqueles milhares de africanos incivilizados, pouco inteligentes, inferiores, verdadeiros bárbaros que mantinham o país atrasado em relação à civilização da

ciência e do conhecimento que se construía na Europa. Para piorar, agora ensaiavam grandes rebeliões. Certamente, esses movimentos rebeldes estimularam o engrossar das fileiras dos que defendiam o fim definitivo do tráfico africano e o estímulo agressivo à imigração européia. Ou então, diminuíram o ímpeto daqueles que criavam obstáculos à aprovação da lei Euzébio de Queiroz, que extinguiria definitivamente o tráfico africano.

Depois de toda aquela agitação e do medo, que os fazia acreditar estarem sentados sobre um vulcão, da humilhação infligida pelos britânicos, os novos donos do poder, íntimos da elite escravista, os conservadores, pensavam em alternativas ao suprimento de braços para a lavoura em um momento delicado: o rápido aumento da produção e expansão da área agrícola, principalmente pelo café mas também pela cana²⁵², demandava uso intensivo de braços, de preferência mansos, obedientes e produtivos, isto é, a mão-de-obra idealizada pela sociedade senhorial.

²⁵² De acordo com Bethell, *Op. Cit*, p. 260, com a queda do governo conservador de Peel, foi acordado entre os parlamentares que as tarifas mais altas, cobradas de nações que não faziam parte da Comunidade Britânica, seriam igualadas. Com isso, o açúcar brasileiro e cubano ganhariam competitividade no grande mercado inglês. A votação da medida foi polêmica e alguns parlamentares a criticaram justamente por favorecer o açúcar de duas nações escravistas que, em consequência, traficariam mais escravos em razão da necessidade de mão de obra para aumentar a produção de cana.

Parte IV. Relações de classe e sociabilidade escrava

1. O papel da religião católica nas rebeliões

A suposta participação do vigário

Depois de tentar compreender o medo e uma suposta organização escrava interprovincial, o objetivo deste capítulo foi analisar as características da pesquisa original, que deu origem ao trabalho: a tentativa de insurreição de Piracicaba.

Uma das questões intrigantes ocorridas em Piracicaba, que desperta a atenção na análise desta tentativa de insurreição escrava, diz respeito à suposta participação do vigário. Em um dos depoimentos, de Danuza, esposa de Mestre Pedro, o vigário de Piracicaba, padre França, cujo nome completo é Manoel José da França, foi citado como um estimulador indireto do plano de rebelião. Em uma das passagens do summario-crime, o depoimento de Danuza traz informações importantes para elucidar a participação do religioso:

ella devia estar ao facto de tudo isto por ser mulher de Pedro que se acha em juizo e conforme as informações que tem tido sobre ella disse que nada sabe desse plano de insurreição que a unica couza que sabe hé que estando hum dia di cama muito doente aparece Joaquim Escravo que foi do Capitão Gomes de Freitas hoje morador da Caza do Reverendo vigário desta Villa, então disse que tinha levado umas folhas para o Vigário mandadas pelo Pontífice ao reverendo nosso Vigario desta Villa o qual lendo as folhas começou a chorar por que o Pontífice di Roma mandava dizer alli pela folha que hé no principio do mes de Setembro publicamente pelas folhas pela qual determinava que todos os cativos ficassem forros que quando elle Pontífice que hera entrado nessas couzas que já tem nações não tinhão mais cativos por ter esses tomado conta da terra e que por isso havião de virar francezes fazerem por em execução uma lei que abolia a escravidão que havia de ter lugar no princípio de Setembro tinhão marcado para o reverendo nosso Vigário desta Villa por ordem do Pontífice ler as folhas aqui e por em execução a referida lei e que os brancos que não quizerem forrar seos Escravos morrerião todos e que ella testemunha informante ouviu da boca do Mestre Joaquim contando a ella depoente e a seu marido, outro foi a hum mes mais ou menos em hum dia conta que sahio na terça-feira cuja converça respondeo ella depoente que o que mais elles querião sendo forros que quanto a ella não contava com viver mais a vista de seu perigozo estado de saúde e que não o vio mais reunião alguma porem que ouviu de seu marido Pedro dizer que estiverão allias que esteve em uma outra ocazião reunidos na mesma caza reunidos em

huma noite pelas nove horas contando este mesmo para ella Laldimio Escravo de Domingos José Lopes Rodrigues.²⁵³

Além de curiosa, essa é uma das passagens mais nebulosas contidas no *summario crime*. Em primeiro lugar, chama a atenção uma suposta correspondência do Papa no qual o líder da igreja condenava a escravidão e citava o plano de levante de 07 de setembro de 1848. Essa informação foi passada por Danuza, que a atribuiu ao Mestre Joaquim, e foi instrumentalizada como parte da retórica para persuadir outras pessoas a aderir ao plano. Afinal, os escravos afirmavam contar com o apoio do chefe da principal religião entre os brasileiros, uma figura à qual eram atribuídas características sobrenaturais, considerada infalível, a qual, segundo eles, apoiava as suas lutas pela liberdade.

À primeira vista, poder-se-ia deduzir que essa seria apenas mais uma mentira por parte de Joaquim, ex-escravo que ao utilizar uma suposta carta do Papa, estaria tentando reforçar os argumentos para convencer mais gente a aderir à insurreição. Poderia, ainda, ser parte da estratégia do escravo para tentar se safar da prisão quando da descoberta do plano. E talvez tenha sido isso mesmo que ocorreu.

No entanto, a relação do vigário com alguns dos líderes da tentativa de insurreição era muito próxima e traz alguns elementos surpreendentes e contraditórios. O religioso, de acordo com o depoimento de Danuza, era contrário à escravidão. Tinha, ainda, uma relação de proximidade com dois dos indiciados, Mestre Joaquim e Joaquim Baca, ambos contratados pelo religioso como camaradas. Isso ocorria em razão de o vigário ter adiantado o valor necessário para que pudessem viver em liberdade²⁵⁴.

²⁵³ AFCP/CCMW, Op. Cit, fl. 19v-20.

²⁵⁴ De acordo com o *sumário crime*, apesar da clara ligação do padre com dois dos maiores planejadores do plano de rebelião, Mestres Pedro e Joaquim, é importante destacar que o religioso não os libertou simplesmente: os dois cumpriam uma determinada carga horária – que não foi possível estabelecer pelas fontes consultadas - de serviços ao padre em troca do pagamento feito aos antigos proprietários.

Além disso, a igreja passava por transformações importantes naquele período. Em 1846 havia assumido o papado Pio IX, um papa controverso e, para os padrões da época, considerado liberal. Apesar disso, não existem quaisquer evidências que corroborem com o depoimento de Danuza, ou seja, que o Papa apoiava o fim da escravidão, muito menos por meio de estratégias violentas²⁵⁵.

Nem mesmo informações sobre a origem do vigário e suas posições políticas, dados que poderiam trazer algum esclarecimento à sua suposta participação, trazem informações que reforcem tais hipóteses. Sem contar que, fora o depoimento de Danuza, não há qualquer evidência da existência real de uma correspondência entre o Vaticano e o vigário local. Isso dificilmente aconteceria, pois o Papa provavelmente se correspondia apenas com superiores hierárquicos do pároco, não com um simples vigário de uma obscura localidade, interior de uma província que ainda não estava entre as mais importantes do país.

O religioso acusado de envolvimento não foi sequer convidado a depor, fato que reforça a idéia de que a elite branca local não levou a sério as acusações sobre sua suposta participação. Se ele fosse, realmente, suspeito de participação em um plano de insurreição escrava, além de preso, muito provavelmente seria rapidamente transferido após a descoberta e repressão.

É curioso que, meses após o plano de insurreição, no início de 1849, Padre França foi afastado do sacerdócio em Piracicaba. Porém, o motivo foi outro: de acordo com Torres²⁵⁶, o pároco local era membro do Partido Liberal do interior paulista, e a transferência pode ser considerada quase como uma medida de praxe por parte dos conservadores, após a retomada do poder na província.

Padre França, que exercia o sacerdócio desde 1816²⁵⁷, portanto, havia mais de três décadas, era uma figura proeminente na Piracicaba de 1848, ligado à elite local. De acordo com Torres, teve participação ativa durante o levante liberal de

²⁵⁵ Muito pelo contrário, a relação entre a Igreja Católica e a escravidão sempre foi considerada contraditória pela historiografia contemporânea. Apesar de ser um local de reafirmação de laços comunitários e de solidariedade, na maior parte dos casos os religiosos eram considerados aliados da elite senhorial. Na Vila da Constituição, anos antes, em 1843, Correspondência da Câmara dos Vereadores informava sobre o trabalho de um pároco o qual, por meio da religião, foi utilizado para acalmar os ânimos africanos em um engenho local.

²⁵⁶ Torres, Piracicaba no século XIX, fls 79 e 80, *Op. Cit.*

²⁵⁷ De acordo com Torres, Padre França era pároco de Piracicaba desde 30 de junho de 1836.

1842, quando cerrou fileiras com as forças liberais. Era considerado homem de confiança do Padre Feijó na Vila da Constituição. Com a derrota dos liberais, em 1842, foi afastado. Reassumiu a paróquia local somente em janeiro de 1844, meses após a anistia, ocorrida no ano anterior.

Por fim, os laços familiares do Padre França também não trazem informações que o aproximem de ideais abolicionistas ou radicais. De acordo com Torres²⁵⁸, os França, família tradicional de Itu, que emigrara para Piracicaba décadas antes, em busca de novas terras devido à ampliação da família, também eram donos de engenhos nas duas localidades, conseqüentemente, senhores de escravos.

É claro que o historiador não deve simplesmente desqualificar ou desacreditar o depoimento dos escravos que tentaram implicar o sacerdote. É possível que ele tenha feito algum tipo de comentário favorável ao fim da escravidão na presença deles. Ou então, que tivesse noticiado os acontecimentos europeus e a abolição da escravidão nas colônias francesas, ou ainda, demonstrado contentamento com o que estava acontecendo na Europa. Talvez, por isso, Joaquim tenha feito essa leitura equivocada e contado à Danuza.

Uma última hipótese, digna de citação, seria a de que o padre, destacado membro do Partido Liberal local, estivesse, por meio dos escravos, tentando espalhar boatos associando uma possível mudança no poder – representada pela possibilidade de uma vitória conservadora – ao final da escravidão. O objetivo poderia ser o de pressionar os brancos a garantir a continuidade do Partido Liberal no poder, associando continuidade com estabilidade política. Afinal, o dia escolhido para a insurreição escrava era justamente o 7 de setembro, o mesmo da eleição e da independência do Brasil.

No entanto, esta hipótese carece de evidências, sem contar no fato importante de que, em Piracicaba, os liberais obtiveram ampla vitória, garantindo 6 das 7 cadeiras da Câmara dos Vereadores. A cidade era considerada um quinhão

²⁵⁸ Torres, Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império, *Op. Cit.*

liberal e a ampla vitória ocorrida muito provavelmente não surpreendeu a ninguém. Ao que parece, tal tipo de pressão era desnecessária e arriscada.

Outra personagem importante, que poderia trazer à tona a suposta participação do religioso, também não o fez. O promotor de justiça de Campinas, Joaquim Mariano Galvão, desqualificou o depoimento no qual foi mencionada a participação do vigário. Isso ocorreu quando Mestre Pedro recorreu da sua prisão, obtendo o parecer favorável à sua soltura do referido promotor de justiça. Para o promotor,

que desacidavam disse o tal preto Joaquim que tinha vindo do Summo Pontífice nem disso podia ter lugar a pronuncia contra o réo Pedro só porque ouvisse e acreditasse tal despropósito, que bem considerado como tal não podia já mais aparecer, e não aparecendo desapareceria tão bem a desorientada opposição ou sangue. Do mais, só pela descarnada expeção de correr sangue, sem que se dissesse de quem seria esse sangue... Quanto a instigação attribuida ao réo Pedro, essa apenas se pode conjeturar no sentido de convidar a hum ou outro/ o que não está provado / para verem a desfigurada festa da suposta publicação da liberdade que atontadamente supunhão. – Pedro e Joaquim que tinha vindo authorisada pelo Santo Padre !!²⁵⁹

Há, ainda, um último argumento para reforçar a idéia da não-participação ativa do vigário na tentativa de insurreição: naquela verdadeira guerra entre liberais e conservadores, se houvesse, realmente, a participação dele, sacerdote e político engajado, seus rivais na política certamente o denunciariam. Não deixariam passar em branco a chance de prejudicar uma importante liderança política rival em um momento de disputa eleitoral intensa.

²⁵⁹ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 104v.

2. Descrição dos rebelados: idade, estado civil e nascimento

Nesta parte do trabalho, a análise e classificação dos rebelados e dos principais líderes do plano de insurreição de Piracicaba ficará restrita aos indivíduos que foram ouvidos e qualificados como réus. Para isso, foi utilizado como fonte principal o *summario crime*²⁶⁰.

No entanto, essas informações estão incompletas no *summario crime* e a ausência de dados importantes sobre muitos dos indiciados traz prejuízos à análise. Em alguns casos não foi perguntada a filiação, em outros a idade ou o sobrenome, local de nascimento e estado civil. Não houve critérios para fichar os principais envolvidos no plano de insurreição. Esta foi uma das razões para que o Promotor Público de Campinas, 2ª instância da justiça, criticasse duramente os trabalhos feitos pelo escrivão e o subdelegado da Vila de Piracicaba.

Além disso, houve a participação de cativos que não aparecem no documento da justiça. Esse foi o caso de dois escravos do Conde de Valença, figura proeminente da nobreza paulista, sobre os quais há completo silenciamento. Os dois escravos, um deles feitor, conseqüentemente um escravo de confiança de seu senhor, tiveram participação destacada mas conseguiram fugir quando da descoberta do plano pelos brancos.

De acordo com as informações sobre aqueles que foram citados no processo, entre os envolvidos havia escravos africanos, escravos crioulos, africanos alforriados e até uma mulher branca.

O primeiro critério de classificação é o local de nascimento dos escravos, se africanos ou brasileiros. Entre os escravos nascidos na África há um único envolvido: Maximiano Di Nação Cabinda. Este escravo, de 20 anos de idade, tinha como senhor Domingos José Lopes Rodrigues. Foi indiciado, mas não pronunciado para o julgamento. Não há informação sobre o tempo de morada no Brasil.

Entre os escravos nascidos no Brasil, os crioulos, há pelo menos cinco indiciados. O primeiro deles era Antonio. Nascido em Piracicaba, tinha 20 anos de

²⁶⁰ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, *Op. Cit.*

idade, era negro, e seu senhor, Manoel José de Oliveira, tinha falecido havia pouco tempo. Era analfabeto e tinha como profissão, nas palavras da época, “Oficial de Pedreiro”.

Bonifácio era o nome do segundo. Tinha 29 anos de idade, era casado, e possuía filhos. Embora não tenha sido esclarecida a informação sobre o número de filhos, em uma das passagens do seu depoimento citou que Mestre Pedro tentou convencê-lo a apoiar a insurreição pelo viés familiar: as filhas de Bonifácio seriam alforriadas. A participação desse escravo é outra que foi pouco esclarecida pois, embora tenha sido indiciado, foi também um dos principais delatores do plano. Pressionado pelo seu senhor, contou tudo o que sabia e colaborou com a justiça para o desmonte e repressão. Nos depoimentos tentou a todo custo - como seria de se esperar - salvar a própria pele, atribuindo a culpa aos seus antigos amigos. Muito provavelmente por influência do seu senhor, mesmo havendo evidências de sua participação, não foi sequer pronunciado pela justiça local depois que o feitor da fazenda, um branco, negou a sua participação no plano de insurreição. Foi imediatamente “libertado” após o depoimento do feitor, usado como álibi. Possivelmente foi julgado e punido na esfera privada.

Outro dos escravos crioulos indiciados foi Francisco. Apesar do *summario-crime* não trazer seu sobrenome nem idade, sabe-se que era escravo de Geronimo Ferreira e que foi considerado um dos líderes do plano, logo abaixo dos Mestres Pedro e Joaquim.

O quarto dos escravos crioulos indiciados é também um que mais causam surpresa pelas peculiaridades de sua formação. Seu nome era Francisco Dias de Melo, tinha 22 anos de idade, nascido em Piracicaba, e era o único que sabia ler e escrever (habilidade rara entre os escravos e ex-escravos). Era iniciado, nas suas palavras “na Arte da Muzica”, e tinha como profissão o ofício de pedreiro. Sonhava em ir a São Paulo para tocar o seu instrumento na praça. Sugeriu em parte do depoimento que já havia feito isso antes. Talvez tivesse fugido anteriormente ou ido à capital da província acompanhando seu senhor. É possível que, além de música, Francisco trabalhasse como tropeiro, no transporte de açúcar até São Paulo ou Santos.

Outra categoria entre os indiciados, que tiveram participação decisiva no plano, foram os libertos. Entre estes também havia brasileiros e africanos. O primeiro deles, Mestre Joaquim, com 40 anos de idade, foi uma das principais lideranças. Mestre Joaquim era forro, tinha nascido em São Paulo e trabalhava como camarada do vigário de Piracicaba. Nos autos não existem informações sobre o seu estado civil, mas não seria surpreendente se fosse casado. Era um dos mestres envolvidos no plano, provavelmente uma pessoa muito respeitada pelos membros das classes menos favorecidas da sociedade piracicabana. Parte do seu tempo era dedicada ao vigário para o pagamento de uma importante dívida: o religioso adiantou o dinheiro para que comprasse a própria alforria.

O liberto a seguir é também a figura mais importante do plano de insurreição de Piracicaba. Pedro Congo como se auto denominava, era conhecido por Mestre Pedro e, com seus 50 anos de idade, tinha vindo da África havia longos 25 anos. Era casado com Danuza, crioula liberta, com 28 de idade, e tinha 5 filhos, todos escravizados. Nas palavras de Bonifácio, “todos espalhados”²⁶¹. Mestre Pedro era o outro mestre envolvido no plano. Pelos depoimentos do *summario crime*, era muito respeitado, e existem indícios sobre sua participação em rituais religiosos. Foi ele que entrou em contato com o mascate francês, sendo citado em praticamente todos os depoimentos como a principal liderança do plano e seu principal mentor intelectual. Sonhava em libertar seus parentes e amigos e juntar novamente sua família. Tinha prometido isso a sua esposa.

Danuza Maria da Conceição, crioula liberta, era esposa de Mestre Pedro, tinha 28 anos de idade e nasceu em Piracicaba. Tinha cinco filhos com ele, espalhados por várias fazendas da região, e participou ativamente do plano de insurreição. Em um dos depoimentos, afirmou estar muito doente, informação confirmada por Maximiano Di Nação Cabinda, que a visitara recentemente. Nos meses anteriores, havia ocorrido uma grande epidemia de varíola (na época, chamada de *Bechiga*) na cidade de Piracicaba, e é provável que a doença de

²⁶¹ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, *Op. Cit.*

Danuza, citada por Maximiano, tenha sido exatamente essa. No seu depoimento²⁶², chama a atenção um estado de revolta e medo: depois de se recusar a entrar na sala onde seria ouvida, "mandou o juiz conduzir-a debaixo de vara"²⁶³.

O último dos forros envolvidos chamava-se Joaquim Antonio, vulgo Joaquim Baca. Era negro, tinha 50 anos de idade e, como Mestre Pedro, tinha nascido na África. Era casado, mas o *Summario Crime* omitiu informações a respeito de sua família. É possível que, assim com Mestre Pedro, tivesse parte dos filhos ainda escravizados, situação que estimulou sua participação na tentativa de levante.

A única branca envolvida chamava-se Maria da Anunciação. Tinha 24 anos, era viúva e vivia como lavadeira. Era analfabeta e foi indiciada em razão de ter sido vista nas proximidades do quilombo. Segundo a denúncia, estava sendo treinada por Mestre Pedro para lutar na insurreição. Após depor e entrar em contradição, foi feita uma acareação com um senhor local²⁶⁴, branco e, nas palavras do escrivão, merecedor de toda a confiança. O resultado disso é que Maria da Anunciação foi presa, pois as versões das histórias não estavam conferindo. Em caso de dúvida, naturalmente, valeu a versão do membro da elite local, merecedor de toda a confiança da sociedade escravista piracicabana.

²⁶² Chama atenção o fato de que Danuza, uma crioula liberta, ter sido classificada no *summario crime* como testemunha informante, status reservado somente a escravos.

²⁶³ AFVP/CCMW. Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos, *Op. Cit*, fl. 19.

²⁶⁴ *Ibidem*.

3. A família escrava e o plano de insurreição

Na análise do plano de rebelião de Piracicaba chama atenção a importância da família como agente motivador para que a tentativa de insurreição fosse organizada. Nesta parte do trabalho, o objeto de estudo foi, justamente, analisar a família escrava tradicional, consangüínea, e as relações comunitárias de alguns dos principais envolvidos.

Essa variável, a importância da família para os escravos de Piracicaba, traz possibilidades de análise comparativa com parte importante da historiografia contemporânea sobre o assunto, incluindo Slenes e Florentino/Góes, cujas teorias se aproximam dos resultados das análises deste plano, guardadas as suas particularidades.

Slenes²⁶⁵ atenta os pesquisadores para uma característica importante da historiografia anterior à década de 1980: foi feita sob a perspectiva do branco, muitas vezes enviesada com preconceitos e, problema central, “os escravos” não eram ouvidos. Por essa razão, a família foi colocada em segundo plano, pois de acordo com os observadores da época, reinava a promiscuidade sexual dentro das senzalas. Isso ocorria, de acordo com essa linha de raciocínio, em razão da existência de uma desigualdade numérica entre o sexo masculino e feminino nas fazendas brasileiras às quais, apegadas ao imediatismo da necessidade de braços fortes para a lavoura, davam preferência ao sexo masculino. Além disso, segundo esses teóricos, a violência da escravidão havia sido um entrave à sociabilidade escrava e, conseqüentemente, à formação de famílias estáveis ao dificultar a constituição de regras de convivência familiar. Daí a rarefação da família escrava.

É importante destacar que existem diferenças teóricas substanciais entre as várias escolas historiográficas que trataram da família escrava. Autores marxistas, caso de Caio Prado Jr.²⁶⁶, apesar de denunciarem a violência desmedida da escravidão e sua herança social, de modo geral falharam ao tentar devolver o dom da razão aos escravos. Para Prado Jr, a violência da escravidão fez com que os escravos tivessem a sua sociabilidade afetada significativamente, trazendo

²⁶⁵ SLENES, *Na Senzala, Uma Flor*, *Op. Cit.*

²⁶⁶ PRADO Jr., *Op. Cit.*

reflexos nas suas relações sociais, praticamente impedindo a existência de famílias escravas estáveis nas fazendas.

Outros autores, caso de Fernando Henrique Cardoso, não conseguiram compreender as relações familiares entre os escravos. Um dos problemas desses autores diz respeito aos limites das fontes e da metodologia utilizada. A título de exemplo, uma das fontes, os relatos de viajantes, caso de Saint-Hilaire²⁶⁷ e Tchudi²⁶⁸, foram lidos de maneira acrítica e estavam enviesados com um olhar etnocentrista, típico da época.

Entretanto, de acordo com os estudos mais recentes sobre a família escrava, entre os quais se destaca o próprio Slenes²⁶⁹, o casamento escravo, além de ter existido em grande número, trazia benefícios ao casal, que podia levar uma vida um pouco mais digna. A vantagem principal estava relacionada à maior possibilidade de preservação da família, com a diminuição das chances de separação, principalmente se o casamento fosse oficializado na igreja.

Além disso, o casal ganhava poder de negociação. Isso ocorria, do ponto-de-vista do senhor, provavelmente em virtude de uma idéia em voga até hoje, senso comum, que atribue ao casamento um aumento da responsabilidade àqueles que formam um núcleo familiar. Talvez por essa razão, muitos senhores acreditavam que, ao estimular a formação de famílias em suas propriedades, havia maior possibilidade de apaziguamento nas relações²⁷⁰.

Não se deve desconsiderar também os ganhos reprodutivos resultantes da união, que permitiriam um crescimento numérico da escravatura e, conseqüentemente, da propriedade dos senhores. No entanto, sob a perspectiva econômica, esse tipo de benefício era controverso²⁷¹, pois grande parte dos

²⁶⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1976.

²⁶⁸ TCHUDI, João Thiago von. *Viagem às Províncias do Rio e São Paulo*. Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1953.

²⁶⁹ SLENES, *Na Senzala, Uma Flor, Op. Cit.*

²⁷⁰ Essa idéia é reforçada por uma obra referencial do período para os agricultores brasileiros, o *Manual do Agricultor*, de Taunay, escrito em 1829 mas impresso somente no final da década de 1840. O autor defendeu a permissão senhorial para a formação de famílias escravas, pois acreditava que era um fator de apaziguamento nas relações senhor-escravo. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Companhia das Letras, 2001.

²⁷¹ De acordo com estudos de Florentino/Góes, até o final da década de 1840 poderia haver perda de valor se um comprador de escravos soubesse que o cativo era afamiliado, só ocorrendo ganho

senhores estava mais interessada no uso imediato da mão-de-obra escrava, principalmente antes da década de 1850, quando o tráfico africano continuou trazendo um número significativo de escravos para cá, garantindo a estabilidade dos preços. Essa situação só se alteraria com o passar das décadas.

Por outro lado, para Slenes²⁷², sob a perspectiva dos cativos, a formação da família possibilitava uma melhor condição para negociar melhorias para as suas vidas. Entre outros benefícios, em muitos casos, o casal poderia tentar obter uma casa separada, fundamental para que conseguissem levar adiante seu novo projeto de vida. Com a casa, ou um local separado na própria senzala, seria possível construir um fogo, ou fogão. Essa conquista poderia trazer uma série de benefícios relacionados à alimentação, não mais dependente da comida comunitária da casa-grande, além de aquecer a residência no inverno.

Em muitas situações, além desses ganhos, havia ainda a vantagem de poder ter uma pequena criação de animais para consumo e uma “maior possibilidade de acesso à terra para o cultivo em benefício próprio”²⁷³. Com a roça particular ou a criação de animais domésticos, surgia o que Slenes chama de economia interna do escravo, uma das poucas – e difíceis - portas de saídas da escravidão. Foram significativos os casos de compra da alforria através da formação de pecúlio ao longo de muitos anos de trabalho²⁷⁴. Na Piracicaba rural de 1848, se isso ocorresse, provavelmente seria por meio da venda dos animais criados pelo casal ou de gêneros alimentícios, muitas vezes comprados pelo próprio senhor para a alimentação dos escravos da fazenda²⁷⁵.

Todavia, a permissão para que os cativos formassem um família era também um instrumento de controle: as conquistas do casal poderiam ser

no caso dos escravos idosos. FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1997.

²⁷² SLENES, *Na Senzala, Uma Flor, Op. Cit.*

²⁷³ *Ibidem*, p. 187.

²⁷⁴ Esse assunto foi tratado em inúmeras pesquisas contemporâneas sobre a escravidão. Entre elas poderiam ser citados o trabalho de MENDONÇA, Joseli N. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. João José Reis em pesquisa sobre a rebelião dos Malês também analisou essa possibilidade. Em Demerara, de acordo com Emília Viotti, os casos de compra da própria alforria eram raríssimos.

²⁷⁵ SLENES, *Na Senzala, Uma Flor, Op. Cit.*

tomadas em caso de faltas consideradas graves, como o roubo, violência contra o feitor ou senhor, fuga ou participação em algum tipo de movimento contestatório ou insurreição.

No levante de Demerara, em 1823, há passagens que reforçam essas impressões sobre o do papel da família na eclosão da revolta. Tal como Mestre Pedro, em Demerara houve o caso do cativo Telemachus, morador de uma fazenda chamada Clonbrook. Com a morte de um de seus senhores, seu grande temor era ser separado de sua mulher e filhos. Problema parecido enfrentava um outro casal da mesma fazenda. Chamados de Nanny e Billy, tinham doze filhos, eram casados há vinte anos e temiam a separação da família.

É quase desnecessário afirmar que estas pessoas estavam entre os participantes do levante de Demerara. De acordo com Emilia Viotti da Costa,

é mais fácil examinar as condições que criaram a situação de rebelião e identificar os fatos que deram início ao levante do que dizer com alguma precisão por que motivo alguns indivíduos se envolveram mais do que outros. Entre os que participaram da conspiração, ou mais tarde aderiram à rebelião, muitos o fizeram por motivos bastante pessoais.²⁷⁶

Em Salvador, tais ocorrências se repetiram, guardadas as particularidades da insurreição. No levante dos Malês de 1835, os laços familiares foram em muitos casos decisivos para a participação de alguns indivíduos, embora o enfoque de Reis não seja a família convencional. Em Salvador, o que vem à vista em sua análise é a família ampliada, estabelecida através de laços comunitários, muitos deles com origem anterior ao desterro africano. Isso ocorreu em razão dos elementos étnicos, culturais e religiosos serem, na Salvador de 1835, fundamentais para a reconstituição dos laços de solidariedade e sociabilidade que reorganizavam a vida dos desterrados africanos.

Para Reis, apesar de muitas relações familiares e comunitárias serem destruídas com a escravização e o cativo no Brasil, muitas outras eram

²⁷⁶ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit*, p. 221.

construídas no cativeiro brasileiro, quase sempre devido às aproximações étnico-religiosas e relações familiares. De acordo com ele, “diante dos desafios do novo Mundo, eles e elas buscaram redefinir as noções de família e linhagem... Os membros de um grupo étnico eram ‘parentes’ entre si”²⁷⁷.

Em outra pesquisa feita recentemente, tendo como objeto de estudo uma tentativa de insurreição feita na cidade de Campinas em 1832, Ricardo Figueiredo Pirola²⁷⁸ chegou a conclusões semelhantes. Em sua análise, descobriu que muitos dos líderes do movimento construíram, através dos anos de vivência no Brasil, relações de apadrinhamento entre as famílias, além de terem uma origem étnico-cultural próxima, na região centro-atlântica da África.

Em Piracicaba, essas relações ampliadas da família são pouco perceptíveis nas fontes primárias acessadas. Isso ocorre, principalmente, por elas tratarem da dimensão pública dos envolvidos, feita sob a perspectiva de um interrogador branco, filtrada em seguida pela pena de um escrivão também branco que, muito provavelmente, desconhecia completamente a cultura das senzalas. Por essa razão, no processo-crime há somente perguntas relacionada às formas de parentesco oficiais. Slenes chama esse desconhecimento da cultura africana, mesmo que resignificada pelos cativos, de “África coberta”²⁷⁹. Uma leitura atenta das fontes, e principalmente, do *Summario Crime*, permitiu um acesso bastante restrito às informações sobre a família e os laços comunitários dos envolvidos²⁸⁰.

Em *Na Senzala, Uma Flor*, Slenes recuperou a história de um escravo chamado de Felisberto, originado da Guiné africana e líder de uma grande comunidade escrava em uma fazenda de Campinas. Se o autor analisasse apenas a família convencional, perderia de vista esta forma de organização associada à cultura africana. Com a história de Felisberto, Slenes chama a

²⁷⁷ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit*, p. 415.

²⁷⁸ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011.

²⁷⁹ SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta do Brasil” *Revista USP*, nº12, dez.jan.fev. 1991-1992, p. 54.

²⁸⁰ Outras fontes importantes, como os inventários de fazendeiros proprietários de escravos e registros de batismos, também não estavam disponíveis para a pesquisa. Os inventários dos senhores de escravos envolvidos na tentativa de insurreição estão em poder de um Cartório de Piracicaba. No entanto, com a justificativa de não dispor de um local adequado para a pesquisa, o acesso não foi disponibilizado.

atenção do historiador para o desafio de compreender a tentativa dos escravos de reorganizar as suas vidas de acordo com a cultura em que foram criados, na África, que continuava presente como referencial de vida. De acordo com o autor,

podemos supor, que os africanos trazidos ao Sudeste do Brasil, apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar suas vidas, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família linhagem. Encontrando, ou forjando, condições *mínimas* para manter grupos estáveis no tempo, sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo²⁸¹.

Em Piracicaba, Mestre Pedro, além de pai de família, com seus cinco filhos, era uma pessoa muito bem relacionada. Talvez fosse uma referência importante para muitos escravos que foram desterrados da região centro-ocidental africana. Sua idade era um diferencial importante, e o fato de ser casado com uma crioula 22 anos mais nova, reforça o seu papel. Em sua obra *Na Senzala, uma flor*, Slenes destacou o respeito aos anciãos e a importância deles nas culturas africanas²⁸².

Por essas e outras razões, Pedro Congo era conhecido como Mestre em sua comunidade. Em *A Paz das Senzalas*, Florentino/Góes corroboram sobre a importância dada aos membros mais velhos, para eles, fruto de um passado africano. Para os autores,

Os cativos mais velhos, os curtidos pela escravidão, constituíam um poder que ordenava a vida da comunidade – isto é, eram reconhecidos pelos demais escravos como tal. A singular posição que ocupavam no mercado matrimonial sugere isso. Eles exerciam uma espécie de monopólio sobre as mulheres mais jovens, como se observa pela confrontação das idades dos cônjuges.²⁸³

²⁸¹ SLENES, *Na Senzala, Uma Flor, Op. Cit*, p. 147.

²⁸² SLENES, “Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta do Brasil”, *Op. Cit*, p. 63.

²⁸³ FLORENTINO e GÓES, *Op. Cit*, p. 176.

Esse é exatamente o caso de Mestre Pedro. Além de respeitado por forros e cativos, tinha seus cinco filhos com uma ex-escrava, crioula, significativamente mais jovem. Danuza, sua esposa, tinha apenas 28 anos na época que o plano de rebelião foi descoberto. Portanto, quase a metade da idade de Mestre Pedro, que já estava com 50, metade deles vividos no desterro brasileiro.

Talvez, por isso, tenha ocorrido um fato não muito comum: Mestre Pedro, africano, casou-se com Danuza, crioula e bem mais jovem. Tanto Florentino/Góes quanto Slenes puderam verificar o pequeno número de casamentos de crioulos com africanos. O fato de Danuza, crioula e jovem, casar-se com um africano, reforça fortemente a hipótese de que Mestre Pedro ocupava um papel importante entre os membros de sua comunidade.

Além disso, não parece à toa que Mestre Pedro, quando perguntado pelo nome, tenha respondido Pedro Congo, pois o Congo, apesar de distantes 25 anos do desterro africano, trazia ainda referências importantes para a sua vida. Estes elementos de identidade cultural foram abordados por Reis²⁸⁴, ao perceber estas referências de parentesco étnico-cultural em Salvador. Lá, como em Piracicaba, os laços de parentesco e solidariedade eram constantemente refeitos para suportar melhor a violência da quebra dos laços familiares originais africanos. Em Piracicaba, dentre inúmeros casos, há também o de Maximiano, escravo africano de 20 anos de idade, um dos líderes do plano e, em consequência, um dos presos pela tentativa de insurreição, que respondeu da mesma forma: Maximiano Di Nação Cabinda. Para Slenes, tanto ele como Mestre Pedro (Pedro Congo), em função de aproximações étnico-culturais e lingüísticas, poderiam ser classificados como parte de uma comunidade banto.

Deve-se considerar ainda os laços familiares sanguíneos, os quais, em muitos casos, se cruzavam com a família ampliada. É significativo o depoimento de um dos participantes do plano e, ao mesmo tempo, delator, o já citado escravo Bonifácio. Em seu depoimento no *summario crime*, Bonifácio relatou uma conversa que tivera com Mestre Pedro. Nela, ao inquiri-lo a respeito das razões do plano de insurreição, este respondeu

²⁸⁴ REIS e SILVA, *Negociação e Conflito*, Op. Cit.

que andava triste porque seos filhos em número de cinco estavam todos captivos e andavão todos espalhados... que jurara para sua mulher quando disse reuniria sua família o que contava fazer no início de Setembro porque nesse dia havia de se dar liberdade aos escravos.²⁸⁵

No depoimento do patrão do senhor de Bonifácio, o fazendeiro Manoel Dias Ribeiro Machado, tais elementos se repetem. Para tentar convencer o escravo Bonifácio a fazer parte da rebelião, Mestre Pedro também usou o argumento familiar: lembrou a Bonifácio que também era pai e disse a ele “que suas filhas delles captivos ficarião forras nesta mesma ocasião”²⁸⁶.

É importante destacar que o depoimento de Bonifácio é a única ocasião em que o principal organizador do plano de insurreição apresentou razões pessoais para justificar o planejamento da insurreição. Além dos direitos universais e dos laços de sociabilidade, que parecem ter estimulado a participação de Mestre Pedro, para ele, um dos principais objetivos do plano era reunir novamente sua família.

O caso de Mestre Pedro se encaixa perfeitamente na discussão historiográfica recente sobre a família escrava e a importância dos laços familiares em rebeliões. Para Reis, “A existência de família seria fator de acomodação, embora não garantisse necessariamente a paz na senzala, sobretudo se um membro da família escrava fosse ameaçado, punido ou vendido.”²⁸⁷

É importante destacar que os casos de alguns dos participantes da insurreição de Piracicaba revelam problemas à análise de Florentino/Gomes sobre um possível apaziguamento na senzala com a constituição da unidade familiar estável. Afinal, a família escrava, apesar de possibilitar a conquista de benefícios para o casal, tais como a casa, fogão e a roça, não mudava o status de escravos, sem contar que muitos deles não aceitavam o futuro reservado aos filhos. E essa

²⁸⁵ AFCPCCMW, *Op. Cit.*, fl. 40v

²⁸⁶ *Ibidem*, fl. 10v.

²⁸⁷ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*, p. 416.

insatisfação poderia ser ainda maior em caso da manumissão dos pais, situação de Mestre Pedro e Danuza, mas com a manutenção dos filhos escravos.

Poder-se-ia levantar a título de hipótese que, Mestre Pedro, ex-escravo, carvoeiro, e Danuza, sua esposa, não tinham qualquer possibilidade de formar pecúlio para comprar a alforria de seus filhos. É importante lembrar que na Piracicaba de 1848 a maioria dos escravos trabalhava no eito, dificultando a formação de pecúlio para a alforria dos filhos. Em Salvador, de acordo com Reis²⁸⁸, embora fosse uma tarefa difícil, pois demandava em alguns casos até dez, doze anos de trabalho, as chances de comprar a alforria de parentes ou a própria liberdade eram substancialmente maiores. Isso ocorria, notadamente, no caso dos escravos urbanos de ganho, que trabalhavam em atividades comerciais e pequenos serviços. Em Demerara, as chances de alforria pela formação de pecúlio também eram mínimas, para não dizer impossíveis, e havia alguns poucos casos de escravos que a conquistaram pelos bons serviços prestados. A possibilidade da alforria também funcionava como fator de apaziguamento e submissão dos escravos às duras jornadas de trabalho escravo. Emília Viotti abordou esta questão na grande rebelião de Demerara. Para ela,

Nada era mais caro aos escravos do que a idéia de liberdade, e se eles acreditassem que seria possível obter a alforria satisfazendo as expectativas de senhores e administradores, talvez trabalhassem mais e melhor....Todavia, se passasse a ser um sonho impossível, ela perderia sua eficácia como forma de induzir os escravos à submissão²⁸⁹.

Para compreender as atitudes de Mestre Pedro, poder-se-ia ainda analisar os resultados da conquista da alforria pelo viés social. Na sociedade escravista da Piracicaba de 1848, embora provavelmente fosse o objetivo principal de todos os escravos, a alforria resultava em uma mobilidade social muito limitada. Pedro Congo, apesar de alforriado, não era tratado como um cidadão; continuava a ser um ex-escravo, analfabeto, ligado a uma profissão de pouco prestígio – carvoeiro -

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit*, p. 107.

e ganhava muito pouco em troca de seu trabalho. Embora não seja possível – pelo limite das fontes – ter acesso aos dados econômicos sobre a vida de Mestre Pedro, é possível afirmar que as chances dele formar um pecúlio para comprar a liberdade dos filhos era mínima, para não dizer impossível. É importante lembrar que Mestre Pedro tinha cinco filhos, e, conseqüentemente, de acordo com Slenes²⁹⁰, uma grande dívida senhorial para poder libertá-los; quanto mais filhos, maior o valor a ser poupado para que pudesse reunir a família.

Para compreender a razão da separação de sua família, seria necessário fazer um estudo mais aprofundado, talvez com a utilização de inventários. Seria necessário descobrir em que tamanho de propriedade vivia Mestre Pedro e sua família antes da separação e o porquê disso ter acontecido.

Slenes atenta os historiadores para o fato de que em grandes plantéis de escravos, talvez a ex-fazenda de Mestre Pedro, havia uma tendência no sentido de facilitação ou até mesmo estímulo para a formação da família escrava. No entanto, apesar disso, quando o senhor morria a herança era dividida e, em muitos casos, as famílias também. A lei que protegia a família escrava da separação veio somente em 1869, mais de duas décadas depois. Sabe-se que o antigo senhor de Mestre Pedro falecera havia pouco tempo e é possível que seus filhos tenham sido separados em virtude da divisão da herança. Esta é uma suposição, no momento não comprovada, pois o inventário do ex-senhor de Mestre Pedro não foi encontrado.

Tanto em Slenes quanto em Florentino/Góes, é possível perceber a importância que teve a família escrava para que esses homens e mulheres suportassem as agruras do cativeiro. No entanto, para Florentino/Góes, havia dificuldades praticamente intransponíveis para a união dos escravos no desterro brasileiro, notadamente em razão das lembranças africanas, que mantinham vivas as lembranças de conflitos entre as várias etnias formadoras dos plantéis de escravos no Brasil. De acordo com os autores, apesar dessas dificuldades praticamente intransponíveis entre os escravos, de reconstruir a sociabilidade no desterro brasileiro, a formação da família escrava bem como a recriação de laços

²⁹⁰ SLENES, *Na Senzala, Uma Flor, Op. Cit.*

de parentesco²⁹¹, era um fator de completo apaziguamento, que trazia a *paz nas senzalas*.

Em Piracicaba, foi possível observar que a relativa estabilidade trazida pela família escrava era uma faca de dois gumes: por um lado, não se contrapõe à hipótese de que trazia relativa estabilidade aos constituintes do núcleo familiar, e em conseqüência, tranquilidade aos senhores de escravos, a chamada *paz nas senzalas*. No entanto, essa afirmação deve ser vista em sua complexidade necessária, pois as relações comunitárias dos escravos muitas vezes iam muito além dos laços sanguíneos, o que parece ter ocorrido com Mestre Pedro. Além disso, a tensão poderia ser ainda mais intensificada em caso de separação da família, ou da manumissão não ocorrer com um dos cônjuges, ou de um ou mais filhos. Nesse caso, em vez de trazer paz, poderia ser um barril de pólvora em caso de separação da família, como aconteceu com o líder da tentativa de rebelião.

Em *A Paz das Senzalas*²⁹², há uma passagem significativa relacionada à importância da família escrava, o caso de Marcelino, que se faz fundamental para que a compreensão do que aconteceu com Mestre Pedro. Nos dois, os laços familiares foram elementos decisivos para a radicalização, a revolta. No primeiro caso, apresentado pelos historiadores cariocas, o crioulo Marcelino acabou por matar seus dois filhos pequenos: Josino, de sete anos, e Paulina, de seis. O pai das crianças, que recebera recentemente a sua carta de alforria, não suportou ver os seus filhos crescerem como escravos. Escolheu o difícil caminho do infanticídio, bem diferente de Mestre Pedro, que escolheu, mesmo que de forma atabalhoada e desastrada, planejar um levante que possibilitasse a alforria para todos os seus filhos; resolveu enfrentar toda uma sociedade branca senhorial, parafraseando Reis, “em terra de branco”.

²⁹¹ Em muitos casos, incluía a recriação de laços ampliados de parentesco, a família ampliada. A título de exemplo, seria possível, como hipótese, acreditar que mestre Pedro - que se auto-intitulava Pedro ‘Congo’, tanto pela sua idade como pela sua posição social, um mestre, fosse reconhecido como líder por uma parcela significativa de escravos e ex-escravos de Piracicaba e região.

²⁹² FLORENTINO e GÓES, *Op. Cit.*

4. De escravo a ex-escravo: os libertos na tentativa de insurreição

Outro aspecto importante, que se destaca na análise do plano de rebelião de Piracicaba, é a participação decisiva de dois ex-escravos, os principais líderes. Em primeiro lugar, seria importante levantar uma questão, à primeira vista, sem resposta: Por quê escravos libertos arriscariam a sonhada liberdade em um plano de insurreição? A resposta, parcialmente respondida nos itens anteriores desta pesquisa, passa pela apresentação de uma série de laços de sociabilidade que uniam e aproximavam esses dois ex-escravos de outros homens e mulheres na Piracicaba de 1848.

O primeiro deles, Mestre Pedro, o principal líder do plano, era um ex-escravo nascido no Congo. Sobre a sua participação, é esclarecedor o relato de Reis, notadamente por mostrar parte da ampla gama de laços de sociabilidade e solidariedade que poderiam motivar a participação de libertos em levantes, a exemplo do ocorrido em Salvador, na rebelião de 1835. Para Reis,

O liberto vivia uma outra opressão, também inquietadora. Para ele a escravidão representava uma triste e recente memória, reativada cotidianamente pelo cativo a que estavam sujeitos amigos, mulheres, maridos, parentes, patrícios, líderes espirituais e parceiros de trabalho. Isso não foi entendido por muitos historiadores recentes, que viram na rebeldia dos libertos uma prova de que o levante tivera motivação exclusivamente religiosa, como se o liberto não tivesse nenhuma experiência de classe que o inclinasse à revolta.²⁹³

No caso de Mestre Pedro, além dos laços familiares, tratados há pouco, é possível analisar mais algumas hipóteses. As pistas são novamente de Reis, para quem aos ex-escravos havia, ainda, o enfrentamento do preconceito. Carregavam durante o restante da vida o estigma de ex-escravos, dificultando consideravelmente as chances de mobilidade social. Esse era, certamente, o caso dele, carvoeiro, ex-escravo e morador de um quilombo. Nos depoimentos do processo, em todos os momentos, o liberto Pedro Congo não é uma pessoa

²⁹³ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*, p. 384.

comum que, em teoria, teria se incorporado à sociedade quando obteve a alforria. Aos olhos do mundo dos senhores de escravos, ele é referido como “Pedro, escravo que foi de João Gomes”²⁹⁴, ou seja, estava longe de ser tratado como um cidadão pela população branca local.

Além disso, sabe-se pelas tradições africanas da importância social do papel dos mais idosos em várias sociedades daquele continente. Mestre Pedro, com seus 50 anos de idade, era, além de idoso, muito provavelmente, uma pessoa importante em sua comunidade, além de líder religioso²⁹⁵. Por estar há mais de duas décadas no desterro brasileiro, estava familiarizado com a sociedade senhorial, conhecendo todos os riscos e oportunidades oferecidos.

No desenrolar do desmonte e repressão, quando os brancos começaram a ouvir a boataria entre a escravatura, assim que Bonifácio foi levado ao seu senhor e revelou a liderança de Mestre Pedro, o ex-escravo foi imediatamente preso e, muito provavelmente, torturado para que contasse o que sabia. Esse primeiro depoimento, quando confessou a liderança na organização do plano, foi desconsiderado pelo promotor de justiça de Campinas ao julgar o recurso de Mestre Pedro. A razão é que ele foi feito na fazenda de Antônio de Barros, senhor de Bonifácio, ou seja, uma pessoa livre - Mestre Pedro - havia sido, muito provavelmente sob coerção física, levada a um local privado para ser interrogada.

Antes de ser preso, Mestre Pedro experimentou ainda uma punição exclusiva aos escravos, pois mesmo antes de ser julgado seu recurso em Campinas, foi castigado com 100 chibatadas no pelourinho, localizado no centro da vila.

É importante destacar que a região em questão, Piracicaba, era considerada fronteira agrícola em 1848, recentemente povoada, passando por um rápido processo de crescimento econômico e demográfico. Como Mestre Pedro havia chegado 25 anos antes, quando havia menos de metade dos escravos de

²⁹⁴ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 40.

²⁹⁵ As evidências sobre sua liderança religiosa baseiam-se em depoimentos presentes no *sumario-crime* em que é citada a confecção de mezinhas quando da ocorrência da epidemia de varíola. Essa espécie de amuleto com origem africana trazia tranquilidade aos envolvidos no plano de insurreição. De acordo com a religiosidade do período, os africanos acreditavam que o seu uso faria, por exemplo, com que as balas dos brancos fossem desviadas.

1848, é provável que fosse uma referência para os mais novos, visto que era um africano liberto, idoso para os padrões da época e, conseqüentemente, experiente.

O outro liberto participante era Mestre Joaquim, ex-camarada do Vigário, também alforriado por ele. Nascido em Piracicaba, na época do plano de estava com 40 anos e vivia de seus jornais. No momento não há informações sobre seu estado civil, mas o uso do pronome de tratamento mestre denota que era um indivíduo respeitado pela camadas sociais menos favorecidas do local. Não seria surpresa se fosse casado e com filhos mas, infelizmente, houve omissão do escrivão.

Joaquim Antonio, conhecido por Joaquim Baca, foi o terceiro forro envolvido. Tinha 50 anos de idade e também era camarada do vigário. De acordo com o *summario crime*, também conseguiu a alforria com a ajuda do religioso, do mesmo modo que os outros dois. De acordo com as informações encontradas, Joaquim Baca era um dos que fazia o trabalho de informar os escravos localizados em engenhos distantes a respeito da insurreição. Tentava conseguir novas adesões.

Os libertos, por razões óbvias, tinham capacidade de locomoção, faculdade que faltava aos cativos, dependentes de passes e autorizações dos seus senhores. Desse modo, levavam e traziam informações. Tinha uma importância significativa, ainda mais na rural Piracicaba de 1848, que reunia grande parte dos escravos nos engenhos, espalhados por alguns quilômetros ao redor do rocío.

5. Os escravos no plano de insurreição

Embora o principal líder do plano de rebelião, Mestre Pedro, fosse um liberto, alguns escravos também tiveram papel destacado na organização. De acordo com o *summario-crime*, entre os indiciados havia quase metade de escravos, em sua maioria nascidos no Brasil. Entre eles estavam Antonio, de 20 anos, Bonifácio, de 29, Francisco, Francisco Dias de Mello e Maximiano Di Nação Cabinda.

Uma característica coletiva que se destaca entre os escravos participantes é a baixa idade, pois todos estavam na casa dos vinte anos e, à exceção de Bonifácio, eram solteiros.

Um dos que teve um papel bastante destacado foi Francisco Dias de Mello. Nascido em Piracicaba, este escravo crioulo, de 22 anos de idade, era o único dos indiciados que sabia ler e escrever. De acordo com o processo, era “aprendiz de ferreiro e entende de muzica”²⁹⁶. Na semana anterior, além de tentar convencer escravos e libertos a aderir ao plano, ameaçava-os de morte em caso de delação do plano à elite senhorial. Sua participação ficou restrita a contatos com possíveis participantes, realizados nas ruas de Piracicaba, por meio dos quais tentava conseguir novas adesões. Foi um dos que tiveram a conversa interceptada por uma senhora à qual, escutando por detrás da janela de sua casa, os identificou e avisou as autoridades sobre a existência do plano.

De forma geral, a participação dos escravos no plano, talvez até mesmo pela baixa idade dos cativos envolvidos, pode ser considerada secundária em termos de liderança. Provavelmente, isso pode ser explicado, segundo Slenes²⁹⁷, pelo papel eminente dos mais velhos em várias culturas africanas²⁹⁸. Além disso, é importante levar em consideração que os escravos estavam submetidos a uma rígida disciplina. Eram constantemente vigiados por feitores e senhores e necessitavam de passes e autorizações para saírem das fazendas. Isso sem

²⁹⁶ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 04v

²⁹⁷ SLENES, *Op. Cit.*

²⁹⁸ Na pesquisa sobre a tentativa de insurreição de 1832, em Campinas, Ricardo Figueiredo Pirola chegou a conclusões semelhantes. Lá, também, a liderança do plano coube a uma maioria de escravos ladinos e experientes, com um perfil muito parecido com os daqueles citados nesta parte do trabalho.

contar na grande carga de trabalho que lhes era reservada, só lhes sobrando os domingos e feriados, assim mesmo com um relativo controle senhorial.

Talvez, por essas razões, a participação dos escravos no plano de insurreição tenha sido discreta, diferente do que ocorreu em Demerara, Salvador e São Domingos, onde foram os principais protagonistas. A descrição dos escravos de Piracicaba chama a atenção pelo fato de que eles seriam, naturalmente, os principais beneficiados caso a insurreição tivesse sucesso. Nas palavras de Mestre Pedro, “voltariam a ser libertos”²⁹⁹.

No entanto, novamente, lacunas do processo judicial e demais fontes primárias deixam entre-abertas possíveis participações mais expressivas dos escravos. Segundo artigo publicado em 1938 pelo Correio de Piracicaba³⁰⁰, autoria de Nelson Camponez de Oliveira, única menção a esta rebelião em uma publicação, um escravo do Conde de Valença, chamado Pai Adão, também feitor da fazenda, chegou a ser colocado no rol dos suspeitos, mas foi absolvido graças ao testemunho do seu próprio senhor.

Sobre esse caso, é possível levantar a hipótese de que esse escravo fosse realmente inocente no tocante ao plano de rebelião ou, de acordo com a historiografia recente sobre o assunto³⁰¹, foi absolvido para ser castigado no âmbito privado, aos mandos do próprio senhor. Outros escravos citados também tiveram o mesmo destino, caso de Bonifácio, que sequer foi indiciado depois que o feitor da fazenda afirmou que ele não havia tido qualquer participação no plano³⁰². Afinal, o castigo na fazenda, à vista dos demais escravos, poderia ser mais eficiente do ponto de vista pedagógico-disciplinar. Incutia nas suas mentes o que poderia acontecer àqueles que não respeitavam as regras do sistema.

²⁹⁹ AFCP/CCMW, *Op. Cit*, fl. 40.

³⁰⁰ Correio de Piracicaba. Insurreição de escravos em Piracicaba, edição de 25/05/1938.

³⁰¹ Warren Dean, na obra DEAN, Warren. Rio Claro. *Um sistema brasileiro da grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, analisando processos judiciais de Rio Claro e região, descobriu muitos casos em que senhores procuravam tirar o escravo da alçada da justiça pública para que fossem castigados privadamente. Em casos mais graves, que poderiam ser, por exemplo, agressões ou assassinato de feitores, ao senhor ou algum membro de sua família, ou então a reincidência em algum crime considerado grave pelo senhor, o escravo poderia ser "sentenciado" à morte por essa espécie de justiça privada. Na maior parte dos casos, o escravo era torturado e, depois de grande sofrimento, preferencialmente com a presença de outros cativos assistindo a tudo, finalmente morto.

³⁰² AFCP/CCMW, *Op. Cit*, fl. 12

Houve, ainda, a participação de um mulato da Fazenda São Pedro, pertencente ao mesmo Conde de Valença. Esse mulato, que chegou a ser preso mas conseguiu fugir, acabou se escondendo na casa da esposa de mestre Pedro, Danuza, onde foi posteriormente descoberto e novamente detido. Isso levou à prisão de Danuza, posteriormente libertada.

6. Dissensões e solidariedades no *andar de baixo*

Uma característica importante nas rebeliões, tratada tanto por Emilia Viotti da Costa na *Rebelião de Demerara* (1823), quanto por João José Reis no *Levante dos Malês* (1835), diz respeito às dissensões existentes nas camadas menos favorecidas socialmente.

Essas divisões, existentes entre ex-escravos e escravos, e dentre estes últimos, entre crioulos e africanos, foram decisivas para a descoberta e repressão de muitos levantes, tal como o de Salvador (1835).

Outra hipótese, tratada por Robert Slenes, é que as divisões poderiam ser acentuadas em razão da diferença de tratamento dada às duas categorias de escravos. Para o autor,

Os estudos existentes indicam que os senhores, nas regiões de grande lavoura dessa região, como em outras partes do Brasil, discriminavam contra africanos e a favor de crioulos na distribuição de tarefas domésticas e qualificadas, e na concessão de alforrias.³⁰³

É possível que esse tratamento diferenciado, privilegiando certos membros da comunidade em detrimento de outros, fosse parte da velha tática senhorial de dividir para melhor governar.

Na Revolta dos Malês de 1835, em Salvador, de acordo com Reis³⁰⁴, havia uma grande rivalidade entre os escravos nascidos no Brasil - crioulos - com aqueles nascidos na África, chamados quase sempre de pretos pela elite senhorial. Essa rivalidade existia, sobretudo, pelo fato dos crioulos serem vistos pelos africanos como uma espécie de elite entre os escravos. Para intensificar ainda mais as diferenças, eles próprios se consideravam superiores, tratando os escravos nascidos na África como uma classe inferior.

Outra forma utilizada por fazendeiros para aumentar a dissensão entre a escravaria era a manutenção de um plantel composto por indivíduos de etnias

³⁰³ SLENES, "Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil.", *Op. Cit.*, p. 56.

³⁰⁴ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil*, *Op. Cit.*

diferentes, principalmente em grandes plantéis. A origem de tal estratégia pode ser resultante de um acúmulo de experiência por parte dos senhores que, muito provavelmente, observavam uma maior dificuldade de entendimento entre os escravos resultante de barreiras linguísticas e culturais.

Essa forma de composição da escravaria, uma necessidade na opinião da maior parte dos fazendeiros, era reforçada pelo Manual do Agricultor, de Taunay³⁰⁵, que traz em seu conteúdo um apanhado de estratégias para melhorar a produtividade escrava e manter a paz nas senzalas. De acordo com o autor, para diminuir os conflitos com a escravaria, os senhores deveriam manter no plantel escravos das mais variadas etnias, dar alimentação e vestuário adequados e estimular o casamento escravo.

Além do *Levante dos Malês*, em 1835, há a conhecida transcrição intitulada “Tratado Proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados”³⁰⁶, feita em 1789 por escravos que haviam se aquilombado. Nela, entre outras reivindicações, os escravos fugitivos reclamavam a seu senhor sobre alguns serviços que estes consideravam humilhantes, como mariscar ou fazer camboas³⁰⁷. Para esses serviços, eles reivindicavam a seu senhor que ele mandasse “os seus pretos Minas”³⁰⁸.

No projeto de sociedade dos Malês de 1835, ainda de acordo com Reis³⁰⁹, havia uma clara segmentação entre *os de baixo* que passava longe do universalismo jacobino. Não era à toa que, nesse plano, os nagôs não pretendiam criar uma sociedade igualitária e justa, pelo contrário: queriam uma sociedade escravista na qual eles seriam os senhores. Nas palavras de Reis,

³⁰⁵ TAUNAY, *Op. Cit.*

³⁰⁶ REIS e SILVA, *Op. Cit.*, p. 123-124.

³⁰⁷ O termo camboas se refere a alguns tipos de pescaria feitas próximas à praia. Em um dos métodos, cava-se uma depressão na areia da praia. Com a maré alta, o local se enche de água. Com a baixa da maré, pequenos peixes ficam presos na depressão com água, onde são facilmente capturados. Há também um outro tipo, no qual várias pessoas cercam um local no mar, próximo à praia e, vindo em direção à terra com redes, acabam por aprisionar os peixes. Fonte: Dicionário Houais eletrônico.

³⁰⁸ REIS e SILVA, *Op. Cit.*, p. 123.

³⁰⁹ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*

os malês é que não pertenciam a essa estirpe de rebeldes. Seu projeto de escravidão podia ser diferente - seria só de mulatos para início de conversa - , mas não escaparia às regras predominantes do meio em que viviam ou tinham vivido... O certo é que os rebeldes pretendiam romper com a dominação branca e que viam mulatos e crioulos como cúmplices dos brancos, não vítimas como eles.³¹⁰

Em Demerara, na grande rebelião de 1823, houve diferenças consideráveis pois, de forma geral, segundo Emília Viotti, a violência da escravidão cuidara de diminuir as rivalidades e diferenças. Grosso modo, existe uma diferença importante entre as hipóteses de Reis e Viotti. Para a historiadora, a aproximação entre os escravos das mais diversas comunidades étnicas ocorria por meio da religião cristã e pelo sofrimento cotidiano, comum entre todos. De acordo com ela,

entre aqueles que se sublevaram, havia capatazes e escravos da lavoura, homens e mulheres, cristãos e não-cristãos, negros livres e escravos, africanos e crioulos, pretos e mulatos, moços e velhos, kromantis, congos, popos, mandingos e provavelmente outros cujas identidades não pudemos identificar. Se alguma experiência em comum os unia, era a escravidão.³¹¹

Apesar disso, muitos escravos ficaram ao lado de seus senhores, principalmente os que viviam junto às famílias senhoriais, na casa-grande, e os capatazes. Por manterem a lealdade a seus senhores, receberam o mesmo tratamento pelos rebelados enquanto estes últimos dominaram a situação: foram colocados no tronco. Em alguns casos, foram açoitados, em outros, forçados a participar da rebelião. Entretanto, em Demerara, eles eram em número reduzido, pois a grande maioria dos escravos trabalhava no eito.

No plano do levante de Piracicaba, o projeto de sociedade pretendido passava pelo universalismo pós-1789: Mestre Pedro queria a igualdade e a liberdade para os escravos, não existindo qualquer menção à dominação de uma

³¹⁰ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit.*, p. 268.

³¹¹ *Ibidem*, p. 232.

etnia por outra. No entanto, embora quase imperceptíveis, as dissensões entre os participantes do plano existiram e, para compreendê-las, é necessário analisar a composição da escravatura de Piracicaba naquela metade do século XIX.

Em suas pesquisas sobre as primeiras décadas do século XIX na província de São Paulo, Slenes demonstrou que quanto à origem, havia entre os escravos uma grande predominância de africanos frente aos crioulos, na base de 4x1. Em Piracicaba, em 1825, a relação era um pouco menor, cerca de três africanos para cada crioulo. No censo de 1825³¹², havia 593 escravos crioulos (308 homens e 285 mulheres) e 1796 escravos africanos (1405 homens e 391 mulheres). Partindo do pressuposto que em 1848 ainda não havia acontecido grandes alterações nessa relação numérica entre africanos e crioulos, pois o fim do tráfico interatlântico, que trouxe um progressivo impacto demográfico e modificou essa relação no Oeste Paulista, ocorreu somente em 1851, é possível chegar à conclusão que entre os líderes do plano em questão havia um quadro demográfico diferente, pois os crioulos eram cerca de 60% dos indiciados. No entanto, essa predominância de crioulos e, em alguns casos, de africanos ladinos, é semelhante a inúmeras pesquisas históricas sobre rebeliões, casos de Demerara, Malês, entre outros. Afinal, as lideranças de planos de rebelião escrava eram formadas por lideranças comunitárias e religiosas, pessoas enraizadas nas sociedades em que viviam, situação que acabava por excluir a grande maioria dos africanos boçais, à exceção de um possibilidade: aqueles que, desterrados ao Brasil, eram lideranças n`África antes de serem escravizados.

Outro categoria importante, em alguns casos estimulando divisões entre os escravos, é o tempo de permanência no Brasil. Os ladinos, caso de Izaías, no Brasil há mais 20 anos, já tinham reconstruído as suas relações comunitárias no desterro brasileiro. Em muitos casos, já haviam constituído família; muitas vezes tinham a confiança do senhor, situação que facilitava a negociação para a conquista de melhorias.

Do outro lado havia os escravos boçais, chegados há pouco tempo, caso de Maximiano Di Nação Cabinda, com seus 20 anos de idade, provavelmente recém-

³¹² CAMARGO, *Op. Cit.*

chegado d`África. Nesse caso havia uma série de dificuldades, a começar pela falta de domínio da língua. Além disso, estes escravos enfrentavam um duro período de adaptação, que implicava em choque cultural, alimentar e social. A participação em rebeliões foi, na maior parte dos casos, significativamente menor que a dos ladinos, fato corroborado por Emília Viotti e Reis nas duas rebeliões analisadas. Em Piracicaba essa característica se repetiu, pois o único a participar foi Maximiano Di Nação Cabinda e, devido a esta característica, fica difícil tecer quaisquer considerações que analisem uma possível divisão entre os dois grupos na tentativa de insurreição local.

Sobre essa variável a historiografia, já há algum tempo, tem feito estudos que demonstram uma predominância de ladinos nos planos de insurreição, tal o caso do Levante de Salvador, em 1835. Em Piracicaba, no entanto, se forem considerados apenas os líderes que foram indiciados no *summario crime*, não fica clara qualquer dissensão. Entre os indiciados há ladinos, caso de Izaias, crioulos, caso de Miguel e Francisco, e um boçal, Maximiano, africano com vinte anos de idade, provavelmente havia pouco tempo no Brasil. E o principal líder do plano, Mestre Pedro, era um ex-escravo africano, ladino, no Brasil há quase um quarto de século.

Entre os líderes do plano de insurreição, se forem levados em consideração a origem dos escravos, havia uma divisão bem diferente da demografia escrava da época. Entre os indiciados houve uma nítida superioridade de escravos crioulos, nove, contra apenas quatro africanos.

Em suas análises demográficas sobre as primeiras décadas do século XIX na província de São Paulo, Slenes demonstrou que, antes do fim do tráfico interatlântico, os escravos africanos eram maioria absoluta na composição da escravaria. Na Piracicaba de 1848, portanto, antes da Lei Eusébio de Queirós, uma área fronteiriça em rápida expansão econômico-demográfica, essa preponderância africana possivelmente era ainda maior que a média da província.

No entanto, entre os que foram indiciados, Mestre Joaquim é crioulo e forro, Mestre Pedro é africano e forro, enquanto Maximiano e Antonio são dois jovens africanos na casa dos 20 anos. Provavelmente, haviam feito a travessia do

atlântico recentemente. Os demais, de acordo com o que já foi tratado, eram crioulos.

Apesar de uma vantagem numérica dos crioulos envolvidos, provavelmente os laços de sociabilidade e parentesco cuidaram de atenuar as diferenças. Na análise das fontes primárias, não há evidências sobre qualquer divisão mais aguda entre ladinos e boçais, ou ainda, entre crioulos e africanos. Tal como em Demerara, parece ter ocorrido uma atenuação dessas dissensões entre as diversas categorias de pessoas que participaram da organização da tentativa de rebelião. Essa aproximação pode ter sido gerada, parafraseando Emília Viotti, por um fator agregador: a dura experiência da escravidão, que os unia³¹³. No entanto, além da amostra ser muito pequena para possibilitar uma conclusão, é necessário lembrar da dificuldade em tratar das fontes primárias devido à omissão da cultura africana e, neste caso, de informações importantes sobre alguns dos indiciados.

Porém, apesar dessa aparente unidade, há uma única menção nas fontes primárias às divisões entre os de baixo e, ao que parece, foram brancos pobres os protagonistas. Logo no início do depoimento do Mulato Francisco, escravo de Gerônimo da Silva Bueno, existe uma passagem em que isso ficou evidente. Em sua fala, Francisco afirmou que ouviu de um outro escravo chamado de preto Miguel, que este ouviu de dois caboclos “que estavam para ficar muito ruim as couzas - estava a lei para virar e que vinha dar liberdade a todos os cativos estes virião a ficar igual com elles”. Neste caso, dois dos “de baixo”, caboclos, mostravam-se preocupados com uma possível ascensão jurídica e social dos escravos.

³¹³ COSTA, *Lágrimas de Sangue, Coroas de Glória, Op. Cit.*

7. Solidariedade

A historiografia recente associada ao estudo da escravidão e sociabilidade entre os cativos tem dado grande destaque à complexidade das comunidades escravas constituídas no Brasil. Esse viés acadêmico contrapôs-se a uma historiografia estruturalista, cuja produção localiza-se, principalmente, entre as décadas de 1960 a 1980, tendo como característica marcante a abordagem escrava como uma classe homogênea e destituída de poder de ação racional.

Para contrapor-se à produção anterior, os trabalhos mais recentes incorporaram inúmeras variáveis ao pesquisar as comunidades escravas, tais como a cultura, religião, idioma e organização social, tanto na África quanto na convivência cotidiana dos escravos no desterro brasileiro.

De acordo com esses trabalhos recentes, entre os quais se destacam os de Robert Slenes, João José Reis, Emília Viotti da Costa, Flávio Dos Santos Gomes, entre outros autores importantes, apesar das diferenças étnico-culturais, os desterrados africanos procuravam reconstituir aqui no Brasil tanto suas vidas quanto seus laços comunitários. Desse modo, lhes permitiam suportar, de início, os choques cultural e alimentar e, no cotidiano de vida dos escravos, as difíceis condições de vida no cativo.

Esses laços de solidariedade, reforçados pela proximidade cultural, parecem ter diminuído as desavenças entre os escravos, e são muitos os exemplos analisados pela historiografia. Slenes atenta o pesquisador para o fato de que os africanos que desembarcavam na região sudeste na primeira metade do século XIX através do tráfico interatlântico vinham, em sua maioria, da região centro-africana atlântica, próximo à região Congo-Angola. Por essa razão, tinham proximidades culturais significativas, incluindo um idioma oriundo do mesmo tronco lingüístico - facilitando a comunicação dos recém-chegados - além de uma religiosidade com muitas semelhanças. Esse é, justamente, o quadro demográfico encontrado na Piracicaba de 1848: entre os protagonistas do plano, dois dos envolvidos, no caso, um escravo boçal e um forro, tinham em comum a origem banto: Pedro Congo (Mestre Pedro) e Maximiano Di Nação Cabinda.

Essas aproximações sócio-culturais, em muitos casos, determinavam até mesmo a organização familiar. Para Slenes,

Escravos de diversas origens da região Congo-Angola Norte, ao encontrar-se no Brasil, teriam reconhecido uma gramática de parentesco em comum, centrada no conceito de linhagem, muito embora viessem alguns de povos matrilineares e outros de grupos patrilineares ou bilaterais³¹⁴.

Entretanto, é necessário um tratamento cuidadoso com generalizações, pois essas aproximações culturais centro-africanas foram, de acordo com o próprio Slenes, mais significativas no sudeste brasileiro. Foi nessa região, no período anterior a 1851, que os traficantes trouxeram uma grande quantidade de escravos dessa parte do continente africano e, conseqüentemente, permitiu a manutenção, mesmo que resignificada e sincretizada, de tradições culturais dessa região da África. Na Bahia, de acordo com Reis, a realidade era diferente. Nesse caso, as divisões, propiciadas por diferenças étnicas e religiosas, muitas vezes intensificadas por recordações belicosas do passado africano, trouxeram obstáculos à união entre eles. De acordo com ele, existia uma clara segmentação entre os escravos que passava longe do universalismo jacobino, dificultando a união para enfrentar a sociedade senhorial. Não foi à toa que, em sua pesquisa, o autor percebeu que os nagôs não buscaram uma sociedade igualitária e justa, pelo contrário: queriam escravizar uma parte da população, incluindo escravos oriundos de outras etnias.

Neste caso as relações de pertencimento e identificação se construía, principalmente, por meio da cultura, pois os nagôs tinham uma língua proveniente de um tronco lingüístico próprio – distante, por exemplo, dos idiomas centro-africanos - e uma religião, o islamismo, que os unia e da qual participavam todos os líderes do levante soteropolitano. Havia, ainda, outras categorias de identificação e aproximação, como os laços familiares, muitas vezes em confluência com a religiosidade.

³¹⁴ SLENES, “Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil.”, *Op. Cit.*, p. 58.

As diferenças entre os escravos das mais variadas etnias e religiões, apesar de significativas, eram atenuadas pela dura condição do cativeiro, mas continuavam existindo. Os laços sociais, quebrados com o desterro africano, eram reconstruídos no Brasil, mas a formação de uma consciência de classe, de acordo com as análises de Reis, encontrou obstáculos. Apesar de tudo, eram escravos, procuravam aproximações para enfrentar a dificuldade em viver como cativos. De acordo com ele,

Os escravos africanos fizeram de muitos aspectos de seu passado um instrumento de identidade coletiva e transformação social. Essa identidade se constituía cotidianamente pela interação entre pessoas da mesma nação, que lançavam mão de um universo simbólico e institucional comum – muito dele ‘descoberto’ como comum no Brasil – para estabelecer fronteiras grupais³¹⁵.

Em Demerara, para Emília Viotti³¹⁶, a realidade era diferente. Para ela, apesar das diferenças, os laços de solidariedade eram construídos pelas aproximações familiares, étnicas, culturais, religiosas e, elemento central: pela experiência comum da escravidão, o sofrimento que os unia. Pelos relatos de Viotti, o tratamento dado aos escravos de Demerara beirava à barbárie.

Além disso, de forma paradoxal, a religião, um dos alvos do *Século das Luzes* e do racionalismo iluminista, cuidou de legitimar os princípios de igualdade gestados nesse período. Pelos relatos da historiadora, os escravos assimilaram as partes da Bíblia que lhes interessavam, trechos do Velho Testamento, muito temido pelos senhores por conter trechos revolucionários e violentos³¹⁷. Os escravos sentiam-se como os judeus, vítimas do êxodo imposto pelos brancos.

A igreja era um local de reuniões que aproximava os participantes e membros da congregação. O fato de ser aceito na comunidade religiosa permitia a

³¹⁵ REIS, *Rebelião Escrava no Brasil, Op. Cit*, p. 310.

³¹⁶ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit*.

³¹⁷ Processo semelhante, de assimilação e resignificação de partes violentas da Bíblia, notadamente trechos do Velho Testamento, ocorreu na Inglaterra. A história desse processo histórico foi pesquisada por Christopher Hill em *O Mundo de Ponta-Cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. tradução de Renato Janine Ribeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

tecitura de novos laços de solidariedade. Os membros da congregação tratavam-se como irmãos e, segundo Emília Viotti³¹⁸, havia muita solidariedade entre eles. A reunião que antecedeu o levante de Demerara ocorreu no próprio domingo, durante o culto e, depois do seu término, os principais líderes se reuniram e acertaram os últimos preparativos. A conversão ao cristianismo, junto à terrível experiência da escravidão, laços familiares e de convivência nas fazendas parecem ter sido, nesse caso, elementos decisivos para estimular a organização do levante.

Na análise do levante de Piracicaba os laços sociais são fundamentais para a compreensão do plano de insurreição, pois uniram africanos, crioulos e até mesmo uma branca pobre. Em um dos depoimentos, a relação de solidariedade entre um *dos de baixo* e o plano de rebelião é patente. Isso ocorreu no depoimento do Capitão Caitano da Cunha Caldeira³¹⁹, senhor de engenho. Em determinado trecho, contou que um outro senhor, chamado João Alves, percebeu a presença, à noite, de um indivíduo que tentava aliciar escravos de sua fazenda (provavelmente era o Mulato Joaquim, escravo fugido, morador do quilombo). Com medo, pois seu filho estava jurado de morte, mandou um de seus camaradas averiguar. Nas suas palavras, “despachou o dito camarada e a pouco hé que o dito camarada... nunca quis contar que hera o Mulato Joaquim encontrado neste lugar”³²⁰. Por alguma razão, o camarada da fazenda se recusou a revelar o nome do Mulato Joaquim (vulgo Nhanduca), escravo fugido, que em suas andanças pelas fazendas da região tentava aliciar escravos para a rebelião.

Há ainda o caso de Mestre Pedro, casado, africano liberto. Apesar de ser livre e, por isso, ter muito a perder, acabou sendo o principal líder da tentativa de insurreição.

Outro líder importante, Mestre Joaquim, era um ex-escravo nascido na *Freguezia da Conceição*, município de São Paulo. Nos depoimentos do plano, Mestre Joaquim foi citado por suas longas andanças pelos engenhos da zona rural de Piracicaba, alguns deles a três léguas do núcleo habitacional, cerca de 15-18

³¹⁸ COSTA, *ibidem*.

³¹⁹ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*

³²⁰ *Ibidem*, fl. 32.

km. Chegou a visitar engenhos das Vilas de São João de Rio Claro e Limeira, a cerca de 40 km. Em seus deslocamentos, informava os participantes sobre o andamento do plano e, além disso, tentava conseguir novas adesões.

Pelo visto, a violenta experiência da escravidão, remediada pelos laços de solidariedade, tecidos em uma rede de relações entre amigos, parentes e família, parecem ter aproximado aqueles escravos e ex-escravos, ladinos e boçais, que buscavam mudar a dura realidade em que viviam. O complexo contexto político interno e externo, com a revolução europeia, a pressão inglesa e divisões internas entre os brancos parecem ter trazido a coragem que faltava. Afinal, o que mais, além disso e de toda essa complexa teia de relações sociais e familiares, faria com que libertos e uma branca arriscassem a liberdade para liderar um grupo de escravos em uma insurreição?

8. A cultura africana nos eventos de 1848

O papel da cultura africana na constituição do plano de rebelião pode ser observado em algumas passagens das fontes primárias, notadamente no *summario crime*. No entanto, de acordo com o que já foi tratado, evidências importantes da cultura escrava, que poderiam elucidar parte das motivações da rebelião, não foram registradas nos documentos oficiais, pois a elite branca a desqualificava e, além disso, a desconhecia. Slenes denomina esse fenômeno de “África coberta”³²¹.

Por conta desses obstáculos, a análise da cultura africana ficou restrita às poucas menções encontradas. A título de exemplo, se fossem encontrados mais indícios sobre a condição de líder religioso de Mestre Pedro, seria possível, por meio da cultura, compreender o plano de rebelião em sua necessária complexidade.

Durante a organização do plano foram encontradas algumas evidências da cultura africana em outras fontes documentais. É importante destacar que o plano de insurreição foi organizado ante uma grande epidemia de varíola, chamada na época de *bexiga*. Em documentos encontrados na Câmara Municipal e, posteriormente, em um artigo de jornal de Néelson Camponêz de Oliveira³²², há menções a essa epidemia e à utilização de mezinhas pelos escravos e ex-escravos, apavorados com a varíola. De acordo com esse artigo, escrito em 1938, “nas casas senhorias, pretinhas incansáveis corriam de quarto em quarto, providenciando as mezinhas que as Sinhás - donas solícitamente ministravam aos doentes queridos”³²³.

A epidemia foi intensa na cidade e região, com dezenas de mortos somente em Piracicaba. Em determinado momento, quando a epidemia atingiu seu ápice, a própria Câmara dos Vereadores da vila suspendeu os trabalhos, retomados somente no final de julho. Surpreendente é que, na ausência de um tratamento que fizesse frente à doença, pois as lâminas de pús vacínico se mostraram

³²¹ SLENES, “Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil.”, *Op. Cit.*, p. 58.

³²² OLIVEIRA, Nelson Camponêz. *Insurreição de Escravos em Piracicaba. A Tentativa de 1848*. Gazeta de Piracicaba. Piracicaba, 25 de maio de 1938, p. 30-31.

³²³ *Ibidem*, p. 30.

ineficazes³²⁴, até mesmo os brancos apelaram às práticas africanas e foram atrás das mezinhas. No entanto, como seria de se esperar, na ausência de um tratamento adequado à doença - inexistente à época - o número de mortos foi significativo, restando à população apenas o isolamento.

As mezinhas, centrais para a compreensão do plano de revolta de 1832 (Vila de São Carlos, atual Campinas), pesquisado por Ricardo Figueiredo Pirola³²⁵, seriam utilizadas pelos escravos no conflito contra os brancos. Os envolvidos no plano, liderados pelo religioso Pai Diogo, acreditavam que elas teriam o poder de desviar os projéteis disparados pelos brancos. O principal líder era também responsável pela confecção dos objetos religiosos.

No entanto, em Piracicaba não foram encontradas referências às mezinhas além do caso da epidemia de varíola. Apesar disso, a cultura africana fez-se presente em algumas situações importantes, relacionadas à organização e ampliação do plano. Uma delas, a roda de jogo, praticada em uma praça da vila, era utilizada para buscar novas adesões para a rebelião. Em uma das passagens, o depoente Maximiano Di Nação Cabinda, ao responder à acusação de que havia sido visto tentando convencer outros escravos a aderirem ao levante, respondeu que

estavão ontem na roda de jogo ao pé do chafariz no Itapema e que se converçou ahi e quem foi que perguntou a hum Caboclo que ia passando e parou na roda do jogo pedindo um copo de cachaça ... foi buscar e depois este lhe dicera tendo bebido a Aguardente que logo elles darião huma da rizada gostosa, pois que estava a chegar o dia em que todos elles serião forros³²⁶

Maximiano negou que estivesse tentando convencer outros escravos e ex-escravos a aderirem ao plano. No entanto, no seu caso, havia outros depoimentos

³²⁴ *Ibidem*, p. 30.

³²⁵ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Vida cativa: a trajetória do “pai” Diogo na Vila de São Carlos*. Universidade Estadual de Campinas, dissertação de mestrado, 2006.

³²⁶ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 05.

comprometedores o associando ao evento. Além de estar na roda de jogo, foi acusado de ameaçar de morte possíveis delatores³²⁷.

Outra passagem importante, com possíveis relações entre a religiosidade e a organização do plano, diz respeito às reuniões que estavam sendo organizadas entre os principais participantes. Um dos locais dessas reuniões ficava nas proximidades do quilombo, embaixo de uma árvore. Antes de treinarem no manejo,

alguns Escravos desta Villa costumavão reunirem-se para a banda do quilombo em huma bica de Agua que fica perto aonde depois de se divertirem com danças Pedro Escravo que foi de João Gomes punha os outros parceiros em linha delle em frente com hum pau ensinava a elles o manejo³²⁸

As danças, citadas no *Summario Crime* por escravos e brancos, talvez, fossem a capoeira. Os depoimentos falam de "jogos de abuzo", ou "buzo", muito provavelmente sinônimos de jogos de capoeira. É possível que o próprio jogo de capoeira, parte do ritual feito próximo ao quilombo, onde a milícia era treinada, fosse parte da preparação para o levante.

Poder-se-ia, também, buscar maiores informações sobre uma possível relação entre o local das reuniões, embaixo de uma árvore, na zona rural, e possíveis significados religiosos associados a ela, já informados no capítulo II. No entanto, as informações disponíveis não permitem nada além de conjecturas.

É possível que uma pesquisa em outras fontes documentais, caso existam, notadamente daquelas que tratam do caráter privado das pessoas que participaram do plano de rebelião, traga informações importantes para compreender melhor o papel da cultura africana como fator de estímulo ao plano de rebelião.

³²⁷ *Ibidem*, fl. 66

³²⁸ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 34.

9. Nomes, classes sociais: espelho de uma sociedade escravista

Um das variáveis que se destacavam na análise do plano de insurreição de Piracicaba é a possibilidade de, mesmo que de forma aproximada, observar a relação entre o tratamento dado aos envolvidos, suas classes sociais e o poder. Na Piracicaba de 1848, no processo judicial e nas correspondências da Câmara, a análise dessas relações possibilita retratar parte da estratificação social. Na utilização dos nomes é possível observar uma constante reafirmação das posições sociais da Piracicaba escravista de 1848.

Por parte dos escravos, no *summario crime*, os envolvidos com o plano de rebelião foram, em parte, separados segundo sua origem, Brasil ou África, cor da pele, branco, preto, mulato ou pardo, e sob sua condição de escravo ou ex-escravo (forro). É importante destacar que essa classificação, embora padronizada, não era homogênea. Em alguns casos o delegado não perguntou sobre informações importantes – por exemplo, se o escravo tinha filhos.

No caso dos brancos, havia uma nítida deferência no tratamento, principalmente se fosse algum membro da elite piracicabana. No processo, o escravo referiu-se a eles pelo nome e, antes do depoimento, havia o juramento, nas palavras da época, aos “Santos Evangelhos”, colocando a mão direita em cima de uma Bíblia. Em caso de divergência no conteúdo de depoimentos de um branco e de um negro, a palavra do branco tinha muito mais força, mesmo se o negro fosse um liberto, caso de Mestre Pedro. Em uma das passagens, Preto Antonio acusou Preto Izaias de participar do levante. No entanto, o administrador da fazenda de Izaias forneceu seu alibi. Para o juiz, a palavra do administrador era mais do que suficiente. Nas palavras do juiz, “a favor da inocência do Preto Izaias tem muito mais importância a informação do Administrador da fazenda que se acha presente, especialmente para destruir a explicação que fez o Preto Antonio contra Izaias”³²⁹. Logo em seguida, o curador do réu pediu a sua inocência. Talvez, pelo fato de Preto Izaias não ser o principal líder do plano de insurreição, seria interessante ao seu proprietário “perdoá-lo”. Assim, voltaria imediatamente a

³²⁹ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 40.

contar com o trabalho de seu escravo. Isso não significaria, claro, ausência de punição: muito possivelmente, quando chegasse à fazenda, levaria uma surra do feitor - punição adicionada, talvez, com alguns dias preso no tronco - uma forma pedagógica de reafirmar a toda a escravaria sobre a boa saúde do sistema. Possivelmente, por essa razão, a palavra do administrador, diretamente interessado no trabalho de Izaias, foi mais do que suficiente para desqualificar as informações de Preto Antonio, um escravo.

Além disso, há outras características que demonstram a diferença de tratamento entre brancos e negros, no caso destes últimos, mesmo que fossem libertos. No *Summario Crime*, em todas as passagens, aos escravos, mesmo que fossem cristãos, não havia o juramentos aos Santos Evangelhos, uma forma de reafirmação de sua posição social inferior. Eram considerados como testemunhas informantes, ou seja, suas afirmações tinham peso significativamente inferior ao dos brancos, exceção feita se estivessem reafirmando o discurso senhorial, isto é, auxiliando a justiça a descobrir a trama do plano de insurreição.

Outra das variáveis utilizada era o local de nascimento. Neste caso, seria possível, a título de exemplo, abordar o caso dos escravos nascidos na África. Esse era o caso de Maximiano, com participação destacada no plano de insurreição. Em seu primeiro depoimento, Maximiano foi descrito pelo escrivão como “Preto Maximiano Di Nação, Escravo de Domingos José Lopes Rodrigues”³³⁰. Logo depois, no Auto de Qualificação, quando perguntado pelo nome, a resposta foi “Maximiano Cabinda”³³¹ e quando perguntado pela filiação respondeu ser “di Nação Cabinda”³³². Aos crioulos, escravos nascidos no Brasil, não era utilizada a palavra *preto* antes do nome. Esse foi o caso do crioulo Antonio, retratado pelo escrivão como “Antonio Escravo do Finado Manoel José de Oliveira”³³³.

Na segunda variável, a cor da pele, havia também uma rotulação dos envolvidos. Para os africanos, a palavra preto, além de denotar a origem, africana,

³³⁰ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 04.

³³¹ *Ibidem*, fl. 05v.

³³² *Ibidem*, fl. 05v.

³³³ *Ibidem*, fl. 14.

marcava-os, também, pela cor, e, aos escravos mulatos, a cor da pele era novamente apresentada antes do nome, tal o exemplo do interrogatório feito ao “Mulato Francisco Escravo de Jerônimo da Silva Bueno”³³⁴, escravo nascido em Piracicaba.

Além desses exemplos, havia ainda o caso de ex-escravos que, apesar de terem sido alforriados pelos senhores, continuavam a carregar o estigma da escravidão quando retratados pela sociedade do período. Mestre Joaquim, liberto, crioulo, figura importante para a comunidade negra do local, era tratado pela sociedade branca como Preto Joaquim. Como Mestre Pedro, não teve que fazer o juramento aos Santos Evangelhos. Era forro, mas ex-escravo. A sociedade branca não o tratava como um cidadão, embora a justiça reconhecesse o tratamento formal. A ausência desses procedimentos legais acarretou duras críticas do promotor de justiça de Campinas, quando Mestre Pedro recorreu de seu indiciamento, passo anterior ao julgamento que não chegou a ocorrer.

Para Mestre Pedro, o tratamento seguiu as mesmas regras. Ao responder seu nome no Auto de Qualificação, disse chamar-se “Pedro Congo... que he carvoeiro e di Nação Congo”³³⁵. No entanto, aos olhos da sociedade escravista, o principal líder do plano de insurreição foi apresentado pelo escrivão como “Pedro Escravo que foi de João Gomes”.

Apesar de ser livre, com posição jurídica semelhante³³⁶ à dos senhores, a Mestre Pedro também não foi exigido o juramento obrigatório aos cidadãos comuns. Junto a Mestre Joaquim, teve o mesmo tratamento dado aos escravos, apesar de não serem considerados informantes. Mesmo liberto, o carvoeiro Pedro, liderança respeitada pela comunidade escrava, estava longe da almejada cidadania: era apenas um ex-escravo para a justiça senhorial de 1848. Para piorar, teria agora somado ao seu nome o rótulo de ex-detento, marcado pelo açoite em praça pública - penalidade normalmente reservada aos escravos - na

³³⁴ *Ibidem*, fl. 02.

³³⁵ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 56v.

³³⁶ Em relação às eleições somente tinham direito a votar e ser candidato os cidadãos que tivessem aferido uma determinada renda no ano anterior ao processo eleitoral. Obviamente Mestre Pedro e os demais libertos participantes do plano de rebelião não eram eleitores.

única vez em que o pelourinho de Piracicaba, símbolo da violência e coerção da sociedade escravocrata, foi utilizado.

10. A elite senhorial na tentativa de insurreição

Na Piracicaba de 1848, espelho da província de São Paulo sob a perspectiva política, existia grande disputa entre conservadores e liberais. Na eleição anterior, ocorrida em 07 de Setembro de 1847, os liberais venceram e elegeram seis dos sete vereadores. No entanto, os principais cargos públicos continuavam a ser nomeados pelo presidente da província de São Paulo, conservador que, conseqüentemente, nomeava principalmente conservadores, de acordo com os arranjos políticos locais.

As divisões continuavam na Câmara dos Vereadores. O presidente da Câmara, Elias de Almeida Prado, era um liberal. Em 1842, de acordo com Torres³³⁷, havia sido comandante das forças rebeldes que enfrentaram as tropas monárquicas, sob o comando do Barão de Caxias, futuro Duque de Caxias. Com a derrota dos liberais, ocorreu o desarmamento de todas as guarnições da Guarda Nacional existentes na província de São Paulo. Isso fez parte do acordo que pôs fim à revolta. Por essa razão, no *offício* feito pela Câmara para o governador, há menções à falta de armas para se defender em caso de uma possível rebelião escrava³³⁸. As poucas que sobraram não estavam em condições de uso e essa situação agravava o clima de tensão, pois atemorizava a sociedade branca pela dificuldade de se fazer frente a uma rebelião escrava de grandes proporções, apesar de existência de um número significativo de armamento privado.

No entanto, apesar das tênues diferenças ideológicas entre os dois grupos, quando a elite senhorial viu-se ameaçada houve a esperada união em prol da ordem pública e da boa saúde do sistema escravista. Afinal, liberais e conservadores, guardadas as diferenças quanto à organização política do país e da disputa pelo poder, defendiam a ordem senhorial e a monarquia.

Nos depoimentos presentes no processo é possível observar que a maioria dos vereadores acompanhou, atentamente, o desenrolar dos depoimentos e

³³⁷ TORRES, *Op. Cit.*

³³⁸ Correspondência oficial da Câmara dos Vereadores de Piracicaba, fl. 117, sessão do dia 30/07/1848.

acareações. Isso aconteceu, a título de exemplo, com o vereador Melchior de Mello Castanho, delegado, dono de engenho e membro do partido Liberal.

Dos 7 vereadores daquela legislatura, nada menos que cinco eram donos de engenho e, conseqüentemente, senhores de escravos³³⁹. Além de Melchior de Mello Castanho, também delegado de polícia, eram donos de engenho o presidente da Câmara, Elias de Almeida Prado, e os vereadores João da Cunha Raposo, João Francisco de Oliveira Leme e Teotonio José de Melo.

³³⁹ Esses cinco vereadores são citados nas Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba, que listava de tempos em tempos os maiores engenhos da região. Quanto aos demais, é possível que fossem donos de pequenos engenhos não citados na referida lista, ou ainda, comerciantes ou profissionais liberais que tinham os seus interesses associados à sociedade escravista do período.

Parte V. Considerações finais

1. Repercussões das tentativas de rebelião

Percorrido o caminho das relações entre os escravos na rebelião, resta agora analisar as repercussões que o plano de rebelião teve na sociedade escravista do período. Tentar-se-á compreender as implicações desse plano de rebelião para compreender o processo histórico que João José Reis e Eduardo Silva³⁴⁰ chamam de quebra do consenso escravista no Brasil.

As repercussões foram variadas no período posterior ao desmonte e repressão ao plano. Em Piracicaba, um dos locais centrais da tensão, essas repercussões vêm à tona neste trabalho através da análise de documentos da Câmara, de correspondências oficiais do juiz de direito, além de outras correspondências entre autoridades locais com o governo provincial.

Na então Província Imperial de São Paulo, a rebelião foi motivo de surpresa e grande preocupação para a elite dirigente que, rapidamente, tomou medidas para aumentar o aparato repressivo.

No Relatório do Presidente da Província Imperial de São Paulo³⁴¹, Vicente Pires da Motta, redigido no final de 1848, é possível reconhecer nas entrelinhas várias das preocupações da sociedade naquele momento, incluindo, é claro, a revolução europeia e as tensões entre senhores e escravos³⁴².

O Plano de Rebelião ocorrido em Piracicaba, chamado de “receio de insurreição” pela elite local, não foi abordado de forma isolada, pois naquele ano aconteceram eventos semelhantes no Vale do Paraíba, envolvendo algumas localidades próximas a Lorena, além das ocorrências de Indaiatuba, todos tratados anteriormente nesta pesquisa.

³⁴⁰ REIS e SILVA, *Negociação e Conflito*, *Op. Cit.*

³⁴¹ *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848*, *Op. Cit.*

³⁴² É importante destacar que, mesmo com a progressiva virada conservadora, ocorrida a partir de julho de 1848, a abolição da escravidão nas colônias foi mantida. O mesmo aconteceu com o regime de governo escolhido, a república, mantido até o golpe napoleônico, ocorrido no final de 1851.

Além disso, fazia parte do discurso senhorial a desqualificação dos escravos como sujeitos históricos de seu tempo. Para que o discurso escravista tivesse legitimidade, os escravos teriam que ser, de alguma forma, inferiores. Afinal, uma das justificativas comumente aceitas para legitimar a escravidão no século XIX, era a de que os africanos eram inferiores aos europeus, pouco inteligentes, dependentes de tutela. Talvez, por isso, existisse grande dificuldade da sociedade oitocentista em reconhecer o protagonismo dos cativos em suas lutas pela liberdade.

Para isso havia uma série de estratégias utilizadas pela elite escravista, incluindo o uso de argumentos teológico-filosóficos para legitimar a escravidão sob a perspectiva religiosa³⁴³. Isso sem contar nas novas áreas de conhecimento que se estabeleciam na Europa naquele momento, por meio da qual afirmavam existir uma gradação evolutiva das raças. É quase desnecessário lembrar que, com a progressiva consolidação desse discurso etnocentrista na metade do século XIX, os europeus ocupavam o topo da cadeia evolutiva, e os africanos, a base. Aos olhos europeus, os africanos necessitavam de tutela, de orientação para que se tornassem civilizados, iniciados na ética capitalista do trabalho. Pelo contrário, a escravidão seria uma “injustiça” sem qualquer sustentação política e moral. Daí a necessidade desse discurso de desqualificação, reafirmando cotidianamente a inferioridade intelectual dos escravos. De forma ambígua, pois negociavam constantemente com os senhores, os escravos eram tratados como coisas pela elite senhorial: para os senhores, por essa razão, eram escravos. Esta estratégia é perceptível no discurso do presidente da província, ao afirmar que

³⁴³ Uma das discussões pós-renascentistas mais importantes, com efeitos decisivos sobre a escravidão de indígenas e africanos, ocorreu entre 1550 e 1551, no Convento de Valladolid, na Espanha. A disputa envolveu grupos de teólogos liderados pelo padre Bartolomé de Las Casas, contrários à escravidão indígena, contra o teólogo Juan Ginés de Sepúlveda, favorável à escravidão. O resultado da disputa, incerto em razão do falta de posicionamento oficial da Igreja Católica, impôs obstáculos à escravidão indígena, embora não a proibisse. Por outro lado, abriu espaço para a intensificação da escravidão africana, de certa forma, legitimando-a sob a perspectiva religiosa. O debate pode ser analisado, entre outras obras, em GUTIÉRREZ, Jorge Luiz Rodriguez. *A Controvérsia de Valladolid: aplicação aos índios americanos da categoria aristotélica de escravos por natureza*, 1990, dissertação de mestrado, *Universidade Estadual de Campinas*, e HÖFFNER, Joseph. *Colonização e Evangelho: ética da colonização espanhola no século de ouro*. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1977.

Das averiguações, á que mandei proceder nada consta, que indique a existência de um plano mais ou menos meditado, a disposição de meios para o fim que se temia; nada finalmente que revele uma direcção intelligente³⁴⁴.

Em Piracicaba, esse discurso de desqualificação dos escravos se repetiu em várias passagens do *summario crime* relativo à tentativa de insurreição. Em uma delas, Manoel Dias Ribeiro Machado, negociante de máquinas de engenho, desqualificou a liderança de Mestre Pedro. Para ele, apesar de que “falarão que há um cabessa que os dirige, não por que sabe, porém porque não julga estes capazes para julgarem o plano de insurreição pela maneira que elles falão”³⁴⁵. Muito provavelmente o negociante de máquinas considerou impossível que um escravo africano estivesse organizando um grande plano de rebelião que visava transformar o Brasil em república para que a escravidão acabasse. Além disso, a origem francesas das ideias era uma outra característica do plano que trazia incredulidade à elite senhorial.

No mesmo Relatório do presidente da província de São Paulo³⁴⁶, Vicente Pires da Motta, foram destacados outros problemas que poderiam ter motivado as rebeliões daquele ano. Para ele, obviamente, membro da classe dominante, a divisão política dos brancos estava trazendo complicações à sociedade escravista.

Posteriormente, na mesma página, as palavras do dirigente demonstram o reconhecimento da gravidade do contexto político, provavelmente, ainda influenciado pelos acontecimentos na França e pelas tensões entre a elite senhorial e a justiça. Na visão senhorial, ao interferir nas relações senhor/escravo, o judiciário enfraquecia a legitimidade do regime escravista. Regra geral, para os senhores, os escravos estavam na categoria de propriedade, e somente a eles caberia tomar alguma atitude, seja ela qual fosse.

³⁴⁴ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 04.

³⁴⁵ *Ibidem*, fl. 11.

³⁴⁶ *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848, Op. Cit.*

O caso de Indaiatuba, quando os fazendeiros, com medo de uma insurreição, deixaram suas casas nas fazendas e fugiram em debandada para a Vila de Itu, foi relatado pelo presidente da província com grande preocupação. Em hipótese alguma os brancos poderiam demonstrar medo, menos ainda abandonar as fazendas, como foi feito na freguesia. Afinal, por quê razão superiores deveriam temer inferiores? A força e superioridade brancas eram constantemente reafirmadas no cotidiano das relações senhor-escravo. Evidência disso estava na praça central de Piracicaba, onde havia um pelourinho, utilizado uma única vez em sua curta existência, justamente para punir os escravos e libertos responsáveis por esta tentativa de rebelião. Perto do Pelourinho ficava a forca, utilizada duas vezes antes de ser incendiada, em 1853.

Nos momentos seguintes, suas palavras admitem explicitamente o contexto desfavorável à escravidão e à monarquia. Nas entrelinhas é possível reconhecer a apreensão do governo frente aos eventos europeus e, principalmente, às ações inglesas, que estavam pressionando a monarquia a acabar definitivamente com o tráfico africano de escravos. Nas palavras de Vicente Pires da Motta:

É uma verdade; que se nota geralmente nesta raça certa agitação, e um desenvolvimento de idéias até a pouco desconhecido: este estado de cousas pode se tornar assustador de um momento para outro.³⁴⁷

No parágrafo seguinte as referências à crescente contestação da escravidão são explícitas. Suas palavras, ditas antes de 1851, denotam divisões entre a elite governante a respeito do sistema, mais ainda da continuação do tráfico de escravos africanos, apesar da proibição de 1831. Nas suas próprias palavras:

³⁴⁷ Arquivo da Assembléia Legislativa de São Paulo. *Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo*, 1848, fl. 04.

Todas as nações carregam por annos com as más conseqüências de sua origem e organização viciosa, que depois se modificam e desaparecem com o progresso da civilização e correr dos tempos. Parece que já bastante temos carregado com a infâmia do trafego, que se foi um mal necessario, hoje não passa de um crime, e erro funesto, condemnado pelo interesse da segurança publica e individual, pela humanidade e pelos cálculos mais triviaes da sciencia econômica.³⁴⁸

É importante destacar que o presidente da província de São Paulo era nomeado diretamente pelo Imperador Dom Pedro II, sem dúvida um cargo de grande confiança do monarca. Por essa razão é possível inferir que Vicente Pires da Motta tinha respaldo do imperador para proferir afirmações tão indigestas à elite senhorial³⁴⁹. Não desafiaria o império em matéria tão importante e suas afirmações reforçam as hipóteses de Lilia Schwarcz³⁵⁰ e João Luís de Araújo Ribeiro³⁵¹ sobre a crescente oposição do imperador à escravidão.

No entanto, em 1848 o imperador continuava autorizando as execuções de escravos condenados à pena capital, ou seja, se seu posicionamento sobre a escravidão estava, realmente, mudando, ainda não havia coragem para desafiar os agricultores em assunto tão delicado. Isso fica evidente com a execução de dois escravos, ocorrida em 1849, coincidentemente na própria Vila da Constituição³⁵². Outro fator que reforça essa ambiguidade do monarca é a própria

³⁴⁸ *Ibidem*, fl. 04.

³⁴⁹ Vicente Pires da Mota presidiu a Província de São Paulo por cinco vezes: de maio a setembro de 1834, de outubro de 1848 a agosto de 1851, de outubro de 1862 a fevereiro de 1864, de maio a julho de 1869 e, por fim, de 13 a 29 de abril de 1871. Foi, ainda, presidente das províncias do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Pernambuco. Era, portanto, um político sobre o qual o império depositava grande confiança.

³⁵⁰ Schwarcz, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁵¹ RIBEIRO, João Luís de Araújo. *A Lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, *Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000*. Na dissertação ora citada, ao analisar os casos de imputação da pena capital e da resposta aos recursos impetrados por escravos condenados à referida pena, Ribeiro descobriu que, a partir de determinado momento, na década de 1850, Dom Pedro II passou a comutar as penas de morte em galés e a engavetar outros pedidos de confirmação para execução. Na prática, salvo raras exceções, as execuções de escravos que haviam cometido crimes graves, como assassinatos e rebeliões, deixaram de ocorrer, fato que não passou despercebido pelos escravos, acarretando na intensificação desse tipo de crime, principalmente na década de 1870.

³⁵² Os escravos Matteus e Venâncio, que mataram o senhor, João Lopes de Camargo, tiveram sentença baseada na lei de 1835, que punia com a pena de morte esse tipo de crime. O

negligência do Estado acerca do tráfico de escravos, pois desde que assumira, oito anos antes, o número de africanos sequestrados na África e desembarcados no país aumentara significativamente, tudo isso aos olhos negligentes da marinha nacional³⁵³. A repressão, pelo contrário, vinha da marinha inglesa, que estava patrulhando a costa atlântica africana – e o litoral brasileiro - em busca de embarcações envolvidas com o tráfico.

Nas palavras seguintes, o presidente da província abordou a necessidade de conscientização da elite senhorial sobre o fim irremediável do tráfico interatlântico ou, até mesmo, em um segundo momento, da escravidão. Suas palavras denotam a necessidade urgente de se buscar uma saída, a necessidade de que um novo consenso se construísse. Para isso, atacou com contundência a omissão da imprensa para as transformações que, aos seus olhos, eram necessárias. De acordo com Vicente Pires da Motta

Deploro que a imprensa não tenha procurado levar a convicção aos ânimos de nossos Concidadãos. E que os nossos Estadistas distraidos por interesses de outra ordem não tenham dotado ao Paiz com as medidas indispensáveis para uma tranzicao inevitável.³⁵⁴

juízo, ocorrido no mês de setembro, em Campinas, terminou com a indicação da pena capital, restando aos réus apenas o pedido de clemência ao imperador, feito logo em seguida. De acordo com a resposta, recebida pela justiça da Villa da Constituição, incumbida de executar a sentença proferida,

Recebi hontem á noite a Portaria... comunicando-me que não foram julgados dignos da Imperial Clemência de Sua Magestade o Imperador os réus escravos Matteus e Venâncio, condemnados á morte em consequencia do assassinato que perpetrarão na pessoa do seu Senhor João Lopes Camargo, e ordenando-me que mande executar a respectiva Sentença, o que passo a cumprir.

Deos guarde á V.Exma muitos annos.

Constituição, 17 de Novembro de 1849.

Exmo Sr. Vicente Pires da Motta

Presidente desta Província

³⁵³ É claro que é necessário considerar que, em grande parte, as políticas de relações internacionais e segurança pública eram responsabilidade do gabinete Liberal e do Parlamento, não da monarquia. No entanto, o Imperador sempre teve grande influência nos gabinetes, fossem saquaremas ou luzias, que se sucederam durante seu longo reinado

³⁵⁴ Anais da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo, *Op. Cit.*, fl. 04.

Apesar da bronca e do recado contundente à elite parlamentar, seu discurso foi feito em 1848, ainda longe da solução imigrante, naquele momento dando os primeiros passos em tentativas – infrutíferas, é verdade - no interior fluminense e na própria Piracicaba, nesta última por meio da empresa fundada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que acabara de deixar o posto de ministro da Justiça no dia 1º de janeiro de 1848. No Brasil monárquico, dependente da produção agropecuária, com representação censitária, na qual apenas uma pequena parcela da população³⁵⁵ escolhia os representantes, a solução sugerida pelo presidente da província não poderia ser diferente: aumento do aparato repressivo e sugestões para que a escravatura fosse melhor controlada.

Apesar disso, nas entrelinhas dessa última parte de seu relatório torna-se possível inferir que a monarquia brasileira, observando a crescente abolição da escravidão em uma série de localidades da América, tinha consciência que não seria possível manter o sistema escravista indefinidamente. Naquele momento, à exceção do Equador - que aboliria a escravidão em 1852 - o Brasil estava na contramão da história no tocante à utilização de mão de obra escrava.

Além disso, a monarquia brasileira sabia da mudança de mentalidade da população européia, agora pressionando as elites dirigentes das principais potências daquele momento, França e Inglaterra, para que o tráfico fosse suprimido e a escravidão abolida. A título de exemplo, essa foi a atitude dos ingleses ao exigir a supressão efetiva do tráfico africano por conta dos tratados assinados entre as duas nações. Daí, provavelmente, a menção a uma “transição inevitável” fosse uma referência à urgente necessidade de planejamento governamental, inclusive, para estimular uma mudança na mentalidade da população brasileira. Talvez visassem o planejamento para a substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes pois, com o fim do tráfico, a elite dirigente tinha consciência da provável falta mão-de-obra, principalmente para as localidades em rápida expansão territorial-demográfica, caso do interior da Província de São Paulo. Afinal, o crescimento vegetativo entre a população escrava era negativo, necessitando, portanto, do tráfico africano para a continuidade do sistema.

³⁵⁵ Formada, em grande parte, por senhores de escravos.

Em Piracicaba, com a descoberta do plano de rebelião, as preocupações foram substancialmente maiores. No dia 30 de julho houve sessão extraordinária da Câmara, e um dos assuntos tratados era a rebelião. A cidade, que acabara de sair de uma epidemia de varíola, que paralisou os trabalhos da Câmara dos Vereadores por vários meses, estava lentamente voltando à normalidade. O plano de rebelião fez com que fosse chamada uma sessão extraordinária. Na ata da sessão as preocupações foram trazidas à tona e o assunto tomou quase todo o tempo dos vereadores. Nas entrelinhas é possível verificar grande preocupação com o despreparo da sociedade para lidar com um caso de maiores proporções. Certamente, conheciam a história recente do Haiti e a Rebelião dos Malês. Nas palavras do presidente da Câmara, Elias de Almeida Prado, do Partido Liberal,

(...) que nesta Villa tem apparecido indicios de insurreição, e que na cadea já se achão alguns escravos compromettidos, segundo seos interrogatorios, e que a vista disto precisa-se huma força sufficiente para acautellar qualquer tentativa, posta a discussão e votação passou, e em consequencia do que foi deliberado que se requisitasse do Capitão de Cavalaria hum G.N. para levar o officio ao Exmo. Presidente da Provincia. Presentes: Elias de Almeida Prado, Melchior de Mello Castanho, Theotonio Jose de Mello, João Francisco de Oliveira Leme.³⁵⁶

Na mesma sessão foi decidida a redação de um ofício ao presidente da província pedindo reforços materiais. Nele, as palavras dos vereadores revelam o grande medo dos brancos pelo “ensaio de insurreição da classe affricana”³⁵⁷.

O *offício* é revelador de uma sociedade profundamente estratificada. O cidadão Pedro Congo, ex-escravo, é chamado no documento de “hum Pedro preso”³⁵⁸. Para o delator, membro da elite piracicabana, o tratamento é substancialmente diferente. Seu “bom” nome é mantido no anonimato, sendo

³⁵⁶ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Atas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Ses-são do dia 30/07/1848, lv. 8, fl. 21.

³⁵⁷ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Correspondência oficial da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Fl. 117, 30/07/1848.

³⁵⁸ *Ibidem*, fl. 117.

tratado como “um sujeito branco que goza de conceito quanto a verdade”³⁵⁹. Provavelmente, o denunciante foi um senhor de escravos chamado Francisco Egídio do Amaral. Nos depoimentos ao *Summario Crime*, contou que foi um dos que ouviu a conversa dos escravos sobre o plano de rebelião³⁶⁰. Conforme já citado, provavelmente seu nome foi mantido em sigilo para que escapasse de possíveis represálias.

Apesar de longa, a leitura do ofício é importante para se compreender a repercussão do plano de levante sob a perspectiva da elite escravista de Piracicaba, naquele momento possivelmente tendo pesadelos com Toussaint de L`ouverture e Dessalines, os dois principais líderes da rebelião haitiana.

Exmo. Sr.

A Camara Mal. Desta Villa da Constituição sempre solicita pela manutenção da ordem e sucego publico, tem de fazer chegar a respeitavel presença de V. Exa. a seguinte concideração. Há poucos dias tem-se manifestado nesta Villa hum ensaio de insurreição na classe affricana, que segundo declarão alguns capturados, e interrogados se estava disponde para acontecer no dia 7 de setembro seguinte, sendo assaz notavel que o tal recurso se tramava com demasiada audacia, pelo menos na expressao de hum Pedro preso, que pela Sub Delegacia desta Villa foi primeiramente capturado e interrogado por denuncia de um sujeito branco que goza de conceito quanto a verdade. Em consideração a isto tem as Autoridades desta Villa lansado todas as medidas possiveis para prevenir e averiguar o tal ensaio de hostilidade, e tal que o primeiro interrogado e alguns outros, que se tem capturado tem declarado que o plano era correr sangue. Esta Camara entende ser urgente rogar-se a pretensão de V. Exa. para melhor retirar-se a prevenção que demanda a ocazião, já pelo perigo, já pelo alarma que se acha a população desta Villa. Cumpre informar a V. Exa. que a Guarda Nacional não tem armamento capaz de reagir a qualquer agressão, pois apenas conta-se com umas trinta armas, e mesmo essas quase todas arruinadas. Em tais circunstancias esta Camara assaz persuadida do zelo que V. Exa. tem manifestado em prol da ordem, e sucego publico, espera esta Camara em comum sentimento com os habitantes deste Municipio, e mesmo dos circunvizinhos que estão no risco de ser ameaçados ou agredidos do mesmo mal eminente, que pela coadjuvação do governo e ilustrada administração de V. S. poder-se-há escapar de tão horrivel e consequente comprimento. Conta a esta Camara que na Villa de Araraquara acha-se hum destacamento de Permanentes, e que a mesma Villa está inteiramente tranquila, tambem passa por certo, bem como é certo

³⁵⁹ *Ibidem*, fl. 117.

³⁶⁰ Seu depoimento encontra-se na fl.13v do *Summario Crime*.

que aquela Villa é quase toda povoada por fazendeiros e criadores de gado, e não de engenheiros; por isso que nas atuais circunstancias pode ser que a V. Exa. pareça mais curial remover para esta Villa o tal destacamento existente em Araraquara. Esta Camara tambem faz ver a V. Exa. que tendo-se orçado os escravos que existem do circulo desta Villa, somente dentro de tres legoas, excede a mil e seis centos negros habeis para serviço, sendo que este numero apenas abrange huas cincoenta casas de Engenhos. He pois evidente a necessidade de proteção de força externa, que ora depreça esta Camara em nome do Povo, e que espera merecer a premente atenção de V. Exa. Considerando porem esta Camara a dificuldade de fornecimento de maior vulto, somente requisita e pede a V. Exa. authorização para aqui serem engajados 50 praças para serem temporariamente empregados na guarnição e deligencias preventivas ou convencionais que as circunstancias demandarem, cujo engajamento e direção pode ser confiada a quem for de maior confiança de V. Exa. sendo indispensavel que as despesas sejam fornecidas pelo cofre Provincial. Ds. Ge. A V. Exa. por ms. Ans. Paço da Camara Municipal, da Villa da Constituição em sessão extraordinaria de 30 de Julho de 1848.³⁶¹

Pela correspondência é possível perceber o grande medo branco em razão do número expressivo de escravos, provavelmente maioria entre a população das proximidades da vila. Além disso, havia dificuldade entre a elite local, dominada pelos liberais, em conseguir armamentos e cartuchos para poder armar a Guarda Nacional. Isso ocorreu, certamente, em razão do temor da monarquia brasileira em fornecer armas àqueles antigos insurretos, participantes dos combates de 1842. No Vale do Paraíba paulista, na localidade de Lorena, o mesmo pedido foi feito e imediatamente atendido pelo governo provincial, que enviou armas e cartuchos à Guarda Nacional local.

Em Piracicaba, logo depois da descoberta e desmonte do plano de rebelião, com a prisão dos líderes, houve dura repressão. Para isso, foram organizadas expedições de busca e captura de escravos fugidos. Alguns dos participantes do plano, caso do escravo Francisco, que era fugitivo de uma fazenda, foram capturados no quilombo.

Posteriormente, em 1851, por iniciativa do governo central, as assembléias estaduais solicitaram às câmaras de vereadores a formulação de posturas, visando controlar os escravos e cidadãos das camadas menos favorecidas da

³⁶¹ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Correspondência oficial da Câmara, *Op. Cit.*, fl. 117.

sociedade. Os projetos de lei, que deveriam seguir certas diretrizes – e se não seguissem eram devolvidos às câmaras de vereadores para adequações – tratavam também da captura dos fugitivos.

De acordo com a lei,

Todo aquelle que pegar escravos fugidos dentro dos suburbios desta villa ganhara a qtia de 4\$rs apresentando dito escravo a seu senhor, o ql. Dar-lhe-á a dita qtia. E sendo fora dos suburbios porem dentro do municipio 8\$rs., e qdo se odono o não queira pagar deverá seu dito escravo recolhido a cadeia ficando ao senhor responsavel a dita quantia.³⁶²

Em 1853, na legislatura seguinte da Câmara, a disciplinarização e controle da escravatura seguiu seu rumo em passos rápidos. Foi aprovada uma Lei de Posturas, que implicava maior controle sobre os escravos. De acordo com a lei:

Todo o escravo captivo que for encontrado em ruas desta Villa depois do toque de recolhida e sem que leve bilhete, buleto, cartão, ou um signal qualquer, ou justificado de seu Senhor por onde se conheça que vai por ordem, ou em serviço de seu Senhor, será punido com vinte cinco açoites e entregues ao seu Senhor; estes açoites poderão ser comutados em quatro mil réis, a vonta de seus senhores, além das mais despesas que se fizerem.³⁶³

Pelo alcance da repercussão desse e dos outros levantes ocorridos em 1848, um ano atípico e tenso para a monarquia, é possível levantar a hipótese de que seu efeito avançou além dos limites das localidades envolvidas.

Apesar do relatório preocupado do presidente da província, que tratava da necessidade de se por um fim ao tráfico interatlântico, sua atitude concreta não foi além da repressão e abafamento das notícias. O cuidado era para que os eventos não projetassem a tensão senhor-escravo do Oeste Paulista para o restante da

³⁶² Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Correspondência oficial da Câmara, 1848, *Op. Cit*, fl. 120.

³⁶³ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Atas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Sessão do dia 28/09/1848, lv. 8, fl. 45.

província e do país, embora tenha sido exatamente o que ocorreu em muitos locais.

Na Câmara dos vereadores de Piracicaba o consenso escravista era mais visível, e o medo, muito maior. Nas palavras dos vereadores não há qualquer menção ao fim do tráfico ou ao planejamento para a constituição de alguma alternativa para a substituição do trabalho escravo. A solução encontrada foi o reforço militar, feito principalmente por meio de milícias armadas de fazendeiros – incluindo a conscrição de 50 homens para engrossar as fileiras da Guarda Nacional - além de medidas destinadas a controlar o trânsito dos escravos. Nas localidades de Campinas, Itu e Indaiatuba, no Oeste Paulista, a atitude foi a mesma.

Em 1853, a Lei de Posturas se encarregaria de controlar rigidamente escravos, libertos e brancos pobres. Foi se instituindo um crescente controle sobre a vida das pessoas, especialmente das que tinham potencial de desestabilização social: escravos, ex-escravos e pobres. Um pouco antes, em nível nacional, uma nova legislação penal já cuidara de ampliar a pena capital para o crime de rebelião ou assassinato de feitores/senhores. A situação estava fugindo ao controle, e a repressão se encarregaria de colocar cada segmento social no seu devido lugar.

Naquele momento, a sociedade senhorial da metade do século XIX, tentou, de maneira desesperada, garantir uma sobrevivência ao regime escravista, apesar de uma visível e crescente divisão entre os brancos, da progressiva pressão européia contra o tráfico e de uma corajosa resistência escrava, disposta a tudo para trazer a dignidade de volta às suas vidas.

2. Julgamento e punição aos revoltosos: A pedagogia senhorial

De acordo com o *Summario Crime*, apesar de um grande número de pessoas envolvidas com o plano terem sido ouvidas, somente Mestre Pedro foi pronunciado para ser julgado. A conclusão do inquérito ocorreu no dia 10 de agosto de 1848 e o juiz municipal, José Inocencio de Moraes Vieira, o pronunciou para o julgamento³⁶⁴. Os demais escravos envolvidos, como seria de se esperar, em virtude da pressão senhorial, foram “devolvidos” aos seus proprietários depois de passarem alguns dias presos e assinarem um *termo de bem viver* – um instrumento de coação previsto pelo Código Criminal em vigência para pequenos delitos - muito provavelmente voltaram ao inferno do trabalho escravo. Nesse termo, se comprometeram a não mais se envolver em atos que afrontassem a boa ordem pública senhorial. Ao chegar aos engenhos, quase certamente foram severamente punidos por senhores e/ou feitores, e ficaram presos por algum tempo no tronco. Poucos dias, pois o seu trabalho era muito mais útil na roça. Depois do *termo de bem viver*, as chicotadas de boas vindas se encarregavam de mostrar aos demais escravos a boa saúde do sistema escravista. Uma forma de reafirmar a condição social de cada um deles. Nas palavras de Silvia Lara, pedagogia senhorial³⁶⁵.

Apesar de ter sido qualificado para o julgamento pela justiça de Piracicaba como o principal incitador da rebelião, imediatamente aceita pelo juiz municipal, José Inocencio de Moraes Vieira, Mestre Pedro contratou um advogado³⁶⁶ e recorreu à instância superior da justiça, em Campinas. Ficou preso do final de julho até outubro quando, enfim, seu recurso foi analisado.

Na prisão, recentemente abalada por uma epidemia de varíola, Mestre Pedro entrou em contato com as terríveis condições da cadeia pública de Piracicaba. Os próprios vereadores sabiam da precariedade do local, e buscavam capital junto ao governo provincial para a reforma do local. Documentos sobre o

³⁶⁴ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 57v.

³⁶⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁶⁶ No *Summario Crime* e em outras fontes consultadas, não há qualquer menção a informações que expliquem sobre a procedência do dinheiro que foi pago ao advogado do réu.

auge da epidemia de varíola, ocorrido pouco tempo antes da prisão, dão conta da morte de inúmeros presos, pois as condições eram insalubres. Segundo documento da Câmara dos Vereadores, datado de janeiro de 1848³⁶⁷,

A Comissão encarregada de rever a Cadea e ferros foi de opinião que para os reparos da mesma precisa-se de hum suprimento de 1:5000\$000... foi deliberado que se officie ao Procurador para, mandal-as fazer não excedendo ambas 16\$.³⁶⁸

Na cadeia, a mortalidade devia ser um problema sério, pois a superlotação e as precárias condições higiênicas aumentavam o risco de doenças e a alimentação era inadequada, isso quando era oferecida. Em uma das correspondências entre o juiz municipal e o governo da província, em 1851³⁶⁹, quase 3 anos após a descoberta do plano de insurreição, o primeiro reclamou junto ao governo que não havia nem mesmo comida suficiente para os presos. Estes somente estavam se alimentando porque contavam com a ajuda de parentes e amigos, que estavam levando comida diariamente. Enquanto o recurso não foi analisado, Mestre Pedro viveu três longos meses naquelas péssimas condições.

A análise do recurso ocorreu em Campinas e foi realizada pelo promotor de justiça, Joaquim Mariano Galvão. Nela, foram destacados uma série de problemas que, em sua opinião, comprometeram de forma decisiva a condução do processo judicial. Em um dos trechos, ironizou o uso, pelo escrivão, de termos inadequados e, de forma indireta, a pronúncia do réu de acordo com a legislação de 10 de julho de 1835.

A idea de cabeça supõe necessariamente a idea de corpo, e sendo o reo pronunciado como cabeça todavia não se divisa o corpo!! Não

³⁶⁷ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Atas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Sessão do dia 10/01/1848, lv 8.

³⁶⁸ Ibidem, fl. 38.

³⁶⁹ Arquivo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Correspondência oficial da Câmara, ano de 1851.

podendo chamar-se cabeça senão do autor (que a nossa legislação não define o que seja cabeça) note que isso não pode ser applicado ao reo que isso que nem elle consentio, nem constringio e nem mandou á alguém.³⁷⁰

A seguir, em despacho ocorrido no dia 08 de outubro de 1848, o promotor foi bastante severo com os funcionários da justiça de Piracicaba. Além do uso de termos e palavras inadequados no sumário crime, havia outros problemas processuais e falta de provas que evidenciassem a liderança do velho liberto. De acordo com o *summario crime*, Mestre Pedro confirmou informalmente ser o incitador do plano da insurreição, mas isso aconteceu fora da alçada da justiça. Quando da descoberta do plano de insurreição, alguns escravos foram torturados e forçados a delatar os nomes dos participantes. Nesse ínterim, Mestre Pedro foi ilegalmente preso por fazendeiros e levado a um engenho, onde, sob tortura, também confessou sua participação.

No entanto, a negou quando foi ouvido na presença do juiz, certamente por orientação do advogado. Por essas razões, ganhou o recurso, foi despronunciado, e conseqüentemente, ganhou o direito à liberdade. O promotor público orientou a sub delegacia de Piracicaba para que Mestre Pedro assinasse o tradicional *termo de bem viver* e o libertasse.

No entanto, há passagens curiosas, escritas pelo promotor, que possibilitam compreender um pouco mais sobre a justiça de 1848 em sua relação com a elite senhorial. Em todas elas, em nenhum momento percebe-se qualquer simpatia do promotor pelo réu ou ainda traços abolicionistas. Pelo contrário, em várias passagens ele condeu-se com a não observância de procedimentos processuais obrigatórios, falta de provas e, por essas razões, não seria possível que o julgamento fosse realizado. Não havia o que fazer em vista “da defficiencia absoluta de provas, e não podendo a Justiça triumphar em materia de tanta magnitude”³⁷¹.

³⁷⁰ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 110.

³⁷¹ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 110v.

Em outra passagem, no final de seu despacho, para justificar a absolvição de Mestre Pedro, pode-se observar nas entrelinhas a necessidade de se manter as aparências da justiça como ferramenta de dominação e coerção social. fariam com que o réu fosse absolvido de qualquer forma nas instâncias superiores³⁷². No Brasil de 1848, pressionado por um incipiente movimento republicano na Europa, pelo abolicionismo inglês, ou ainda, como disse o presidente da província, por um preocupante radicalismo escravo, a sua absolvição poderia ser um exemplo perigoso para os brancos. A falta de uma dura punição a Mestre Pedro em um julgamento público, estimularia, na opinião dos brancos, um sem número de movimentos rebeldes, tudo o que eles não queriam. De acordo com ele, era menos arriscado, como foi feito, jogar a culpa na incompetência da subdelegacia de Piracicaba, que produziu o *summario crime*, e encerrar o caso. Por essas razões, Mestre Pedro foi absolvido. Nas linhas finais, só faltaram desculpas formais do promotor público à sociedade senhorial pela absolvição do ex-escravo. Segundo ele,

mais convem á dignidade da Justiça e ao publico interesse dispensar essas presumpções (n'este caso) do que procurar o escandalo e perigo d' huma absolvição necessaria do Reo; que he certo que por presumpções ninguem hé condenado, e se a lei concede que d'ellas pronuncie á alguem hé na expectativa d'alcançar a prova, o que não se realisa n'este caso ... nem a confissão do Reo existe, nem as testemunhas provarão, e por isso não se pode mais esperar...e por isso parece-me melhor escolher dos dous males o menor. Á vista do exposto declaro q' acho assáz plausíveis as razões do Recorrente.³⁷³

³⁷² O escrivão responsável pela escrituração da maior parte do processo-crime, Sr. José Fortunato Rangel Maya, 2º Tabelião, foi acusado de desleixo no cumprimento da função e de cobrar valores abusivos pelo trabalho exercido. Pressionado pela elite local por meio de um abaixo-assinado, renunciou ao cartório em 1850. É possível que este caso, de suma importância para a elite senhorial, tenha sido importante para que aumentasse a pressão por sua renúncia. Fonte: Correspondência Oficial da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. 1839-1855, fl. 140v. Correspondência endereçada ao Presidente da Província, Ilmo Sr. Domingos José de Lopes Roiz, em 27 de outubro de 1850.

³⁷³ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 110v.

No entanto, antes que o promotor de justiça respondesse, Mestre Pedro, juntamente com os outros escravos que chegaram a ser presos, foi açoitado em praça pública. O exemplo de que as pessoas comuns, ainda mais no caso de um ex-escravo, poderiam se insurgir contra a injustiça e a opressão, não poderia ser tolerado na Piracicaba senhorial de 1848. Durante vários dias, no pelourinho de Piracicaba, localizado na praça central da cidade - atual praça da Catedral - , a vara marcou o corpo de Mestre Pedro, um liberto, na única vez que este símbolo da coerção e violência senhorial foi utilizado.

3. Considerações finais. Minando o terreno: rumo ao fim do tráfico africano de escravos

As motivações para o planejamento da rebelião em Piracicaba apontam para um amálgama de fatores, entre os quais se destacam o fim da escravidão na França e idéias libertárias da Revolução de 1848, a pressão inglesa, a divisão entre os brancos durante o processo eleitoral e questões internas aos escravos, pois muitos deles, incluindo alguns libertos, tinham filhos ainda cativos. Isso sem contar na existência de libertos que tinham amigos escravizados, enfim, relações entre libertos e escravos que intensificavam ainda mais a tensão no difícil relacionamento senhor-escravo. Não se pode desconsiderar também o estímulo da cultura africana, com provável papel importante na organização do plano. Demonstra a capacidade e complexidade de reconstrução sócio-cultural banto no cativeiro sul-americano, no que seria uma referência fundamental para suportar as agruras da vida de escravo. Indo mais além, demonstraria, primeiro, a capacidade escrava de relevar suas diferenças étnico-culturais, pois talvez tenha existido uma organização atlântica dentro do Brasil envolvendo escravos e libertos com origens banto e mina.

Além disso, foi possível estabelecer que havia, realmente, uma nova mentalidade pressionando o sistema escravista, observada tanto no Relatório do Presidente da Província de São Paulo³⁷⁴, ao destacar a existência de um novo estado de agitação entre os escravos, quanto nas palavras do delegado de Salvador e em outras correspondências. O Relatório do Presidente da Província de São Paulo, ao salientar “um desenvolvimento de idéias até a pouco desconhecido” demonstra a percepção da elite dirigente sobre transformações na mentalidade africana que estavam trazendo medo à sociedade naquela metade do século XIX. Prenuncia, na perspectiva do presidente da província, o início da intensificação de ideias, já consolidadas em parte da Europa, sobre a deslegitimação da escravidão. Sob outra perspectiva, para a elite senhorial, que

³⁷⁴ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Paulo, Sr. Dr. Vicente Pires da Motta ao Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro, ao entregar a presidência em 16 de outubro de 1848. Acessado em Brazilian Government Document Digitalization Project. Ministerial Reports. Acessado em 05/05/2007 URL <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/index.html>

essas ideias estavam sendo assimiladas pelos escravos e sua comunidade ampliada, incluindo ex-escravos africanos e crioulos.

Essa hipótese sobre a deslegitimação da escravidão é reforçada por uma decisão tomada tempos depois, em 9 de outubro de 1850, portanto, apenas dois anos após a repressão ao plano. Nesse dia, o vereador Antonio Fiúza de Almeida, do Partido Conservador, agora no poder, solicitou a aprovação pela Câmara Municipal da remoção do pelourinho, um dos símbolos de coerção da sociedade escravista. De acordo com ata da sessão, “O senhor Fiúza indicou que se mande tirar o Pelourinho visto que é hum descrédito á esta Villa sua existência aos olhos do publico, posto em discussão, passou.”³⁷⁵

Seria possível inferir que esse símbolo de opressão, localizado na principal praça pública da localidade, estava cada vez mais incomodando os habitantes, a ponto de um vereador conservador, agricultor e proprietário de escravos, pedir a sua retirada? A resposta é positiva e demonstra, talvez, a aceleração de um processo histórico que suprimiu a legitimidade da escravidão no Brasil. Afinal, é notável que, na Piracicaba de 1850, uma cidade em rápido crescimento econômico e demográfico e, portanto, necessitando de mão de obra escrava, um dos principais representantes da elite local revelasse o desconforto com a presença de um dos símbolos mais importantes do poder senhorial; um emblema que reafirmava constantemente o poder senhorial sobre os corpos e mentes daqueles homens e mulheres escravizados. Aqueles símbolos, importantes para a sociedade escravista, estavam trazendo vergonha à população crescente da cidade - e com uma população crescente de estrangeiros, muitos deles escandalizados com o que estavam vendo na praça principal do local. O outro símbolo, a força, usada uma única vez, em 1849, para punir escravos envolvidos em um assassinato, foi queimada pelo sapateiro Daniel de Oliveira Franco, em 1853. Jamais foi reconstruída. Talvez, até, tenham visto o incidente com alívio.

Essa mudança foi percebida, inclusive, pela legação britânica, no Rio de Janeiro. Em correspondência secreta entre o responsável pela diplomacia

³⁷⁵ ACVP/CCMW, Livro-Ata nº VIII B 1847-1852, sessão da Câmara realizada em 09 de outubro de 1850.

britânica no Brasil, Hudson, e o Ministro das Relações Exteriores Britânico, Palmerston, Hudson informou sobre “uma mudança muito satisfatória... que está tendo lugar na mente do governo brasileiro e no público quanto a importação de escravos... mas rapidamente do que eu ousava esperar ou podia ter julgado possível”³⁷⁶.

Por essas e outras razões, a comunidade escrava pode ter percebido, influenciada pela chegada dessas ideias, que as pessoas comuns poderiam ser sujeitos históricos de seu tempo. Na Europa, as pessoas se uniram, lutaram e estavam conseguindo vitórias importantes. Da sua forma, Mestre Pedro parece ter compreendido o significado do que estava ocorrendo e tentou, com todo o risco inerente a uma rebelião, transformar um futuro de previsíveis dificuldades para os filhos, todos ainda cativos. Emília Viotti³⁷⁷ chama esse processo de “euro-afro-crioulização, por meio do qual os escravos se apropriavam de símbolos, valores e práticas desses três mundos imbricados.

Em relação a si mesmo e suas relações com filhos e amigos, Mestre Pedro pareceu se colocar na confluência desses três mundos. Por um lado, o velho ex-escravo – para os padrões da época – na casa dos cinqüenta anos de idade, parece, pelas informações analisadas, ser uma pessoa com uma posição elevada entre os seus pares, proveniente, talvez, de seu passado africano, ou ainda, da liderança comunitária construída em seu desterro brasileiro. Por outro, estava se apropriando dos ideais universais pós-revolução francesa.

É importante destacar que Mestre Pedro, além de casado e com filhos escravos, provavelmente tinha muitos amigos e parentes cativos. No *summario-crime*, vários dos acusados, muitos deles escravos, declararam-se amigos do líder do plano. Tanto ele como Mestre Joaquim, os principais líderes, não suportaram ver seus parentes e amigos sofrendo a humilhação diária e os maus tratos da vida escrava. Com a Revolução de 1848, é possível que eles tenham se motivado por três elementos principais: o enfraquecimento dos brancos, visto na Europa e

³⁷⁶ Correspondência de Hudson para Palmerston, 5 de agosto de 1849, separada e secreta. F.O. 84/746; Hudson para Palmerston, nº 38, 17 de julho de 1850, F.O. 84/805, apud BETHELL, *Op. Cit.*, p. 296.

³⁷⁷ VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, Op. Cit.*, p. 105.

também no Brasil, com a disputa entre conservadores e liberais, sem contar na tensão de Pernambuco, conhecida por meio dos jornais. Com a emergência de um novo modelo de governo, republicano, que mudaria a situação, e a importância do papel das pessoas comuns, que vinham transformando o mundo naquela primavera/verão europeia de 1848, Mestre Pedro parece ter chegado à seguinte conclusão: Por que não fazer o mesmo por aqui?

Em relação à dissensão entre os brancos, é possível estabelecer algumas semelhanças entre Piracicaba e Demerara. Lá, após a aprovação de novas leis pelo parlamento inglês, abrandando castigos e tentando controlar a sobrecarga de trabalho a que eram submetidos os escravos, progressivamente instaurou-se um clima propício à rebelião. Os escravos perceberam a quebra do consenso escravista na metrópole, e a dissensão entre os brancos de lá e os da colônia, isso sem contar nos mulatos proprietários de fazendas e escravos, envolvidos em um limbo jurídico que os segregava do poder. Os brancos da colônia pensaram até mesmo em se separar da Inglaterra, pois a maior potência da época estava intervindo nas relações senhor/escravo, de certa forma, a favor destes últimos, fruto de uma mobilização anti-escravista que mobilizou parte significativa da sociedade inglesa, principalmente nas maiores cidades. Por essas razões, os escravos estavam esperançosos em contar com o apoio do rei inglês.

Em Piracicaba, as divisões entre os brancos eram de conhecimento público. Liberais e conservadores quase sempre partiam para a briga dispostos a chegar às últimas consequências, mas naquele ano a violência estava acima dos padrões normais de rivalidade. Além disso, para desespero da elite senhorial, havia uma Europa em chamas. Os revolucionários de 1848, ao tomar o poder e determinar o fim da escravidão em todas as colônias e territórios ultramarinos, permitiram à comunidade escrava ter esperanças de que a escravidão estava por um fio. Nas palavras de Pedro Congo (ou Mestre Pedro), “que se quizessem recuperar sua liberdade, que o numero de captivos e pretos libertos hera maior que o dos brancos e por isso podião a força recuperarem imediatamente”³⁷⁸. É importante destacar que ele não falava em ganhar a liberdade para os escravos, mas sim em

³⁷⁸ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 03v.

recuperar, provavelmente, lembrança do seu passado africano, antes de ser seqüestrado, escravizado e trazido para cá. E ainda o mesmo Mestre Pedro, “que logo elles darião huma rizada gostosa, pois que estava a chegar o dia em que todos elles serão forros”³⁷⁹.

Em Demerara, os direitos universais, além de debatidos na Inglaterra do primeiro quartel do século XIX, chegavam à colônia por meio de um contraditório suporte: o papel das Sagradas Escrituras, notadamente do Velho Testamento. Em Piracicaba a religiosidade aparece imbricada com a grande política devido, principalmente, aos indícios de que o principal líder tinha um papel religioso na comunidade. Em uma das passagens do *sumário-crime*, o liberto Joaquim, ao negar a participação na tentativa de rebelião, afirmou que ia à casa de Mestre Pedro por conta de sua amizade, mas também para rezar. Foi ali, de acordo com suas palavras, "que antes das Aves Marias" foi informado por Mestre Pedro do que estava sendo tramado.

Em outros dos locais pesquisados, casos de Lorena, Belém, Pelotas e Salvador, a religiosidade aparece, mas de forma discreta. É claro que parte disso pode ser fruto da incapacidade dos escravos em compreender a cultura africana. Essa hipótese é reforçada pelas pesquisas de Robert Slenes sobre os cultos de aflição, associadas a outra tentativa de rebelião ocorrida nesse mesmo ano, no interior da Província do Rio de Janeiro.

Para agravar ainda mais esse quadro de tensão, houve a decisiva pressão inglesa, ao humilhar a monarquia brasileira com a vitória e apresamento de navios e até com o asilo dado a um escravo soteropolitano, que foi embora com a embarcação de guerra britânica. Não foi à toa que em diversos movimentos rebeldes escravos ocorridos em 1848, caso dos de Pelotas, Vale do Paraíba e Salvador, os participantes acreditavam contar com o auxílio dos ingleses para obterem a liberdade.

Os acontecimentos europeus foram um estímulo decisivo, ao proporcionar àqueles homens e mulheres sonhar com a liberdade. Esta pesquisa, muito mais que trazer à tona mais uma das inúmeras tentativas de rebelião ocorridas no

³⁷⁹ *Ibidem*, fl. 05.

passado escravista do nosso país, procurou, nas palavras de Hobsbawm, devolver “o dom da teoria”³⁸⁰ a esses homens e mulheres do passado. Como viveram e como enfrentaram a vida dura como cativos ou ex-cativos. Como tentaram se safar dessa terrível situação.

Assim, a resistência cultural, os laços familiares, sociais e a solidariedade construída através da dura experiência de escravo, se encontraram com as idéias libertárias de 1848 e, muito mais do que isso, uma mudança de mentalidade, na Europa quase uma unanimidade contra a escravidão. A relação entre as idéias libertárias, que soaram como música nos ouvidos de Mestre Pedro, e o plano de insurreição, só podem ser por nós compreendidas se cruzadas com as relações sociais dos participantes. As idéias de 1848 se encontraram com a vontade de dar um basta às humilhações cotidianas da condição de escravo, com a dor de Mestre Pedro e Danuza, com seus filhos separados, trabalhando como escravos.

Com a ponte do Atlântico, feita por um engajado mascate francês, provavelmente simpatizante de ideias radicais, os ideais de 1848 trouxeram o estímulo que faltava. O resultado de tudo isso, apesar de aparentemente desfavorável, proporcionou, junto com a resistência cotidiana e com outros levantes, nas palavras de Reis, o enfraquecimento do consenso escravista no Brasil.

Esse processo de quebra do consenso, pôde ser analisado por meio do Relatório do presidente da província, o preocupado Vicente Pires da Motta, ao reclamar à imprensa que o auxiliasse para tentar convencer a elite senhorial a apoiar o fim definitivo do tráfico de escravos interatlântico. Nas palavras do presidente, o problema ocorria em virtude da negligência do governo e da imprensa, de propiciar ao “Paiz com as medidas indispensáveis para uma tranzição inevitável”³⁸¹.

Também significativa foi a expressão de desespero da elite senhorial de Piracicaba, que naquele inverno de 1848, literalmente tremeu de medo de um levante organizado de maiores proporções. Com certeza não perceberam que

³⁸⁰ HOBBSAWM, Eric J. “A História britânica e os Annales: um comentário.” IN *Sobre História, Op. Cit*, p. 200.

³⁸¹ Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, *Op. Cit*, fl. 04.

existiam planos de levantes escravos em várias áreas do país.... e que, possivelmente, havia algum nível de coordenação e/ou comunicação entre eles.

Aqueles inúmeros planos fizeram parte daquele momento de radicalização, de ruptura dos vínculos da dialética incontrolável de violência e negociação que permeava as relações senhor/escravo. No entanto, a batalha continuou com a relação dialética entre as duas classes antagônicas.

Pelas evidências encontradas, há fortes indícios de que os planos ocorridos em 1848 contaram com uma coordenação das comunidades escravas de diversos locais, notadamente nos eventos da tríplice fronteira São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Em sentido contrário, tanto o presidente da província, quanto deputados e a justiça, acreditavam na coordenação, mas não dos escravos, considerados inferiores e incapazes pela elite branca. Por essa razão, para tentar compreender a situação, a explicação foi pelo caminho de uma suposta organização gregoriana, com origem inglesa, que estaria por trás da sublevação. Nas palavras do presidente da província, ao comentar o caso de Lorena,

he que houve realmente esse plano de insurreição no Município de Lorena, como bem se manifesta no processo, plano que se procurava estender a outros municípios; mas que seo desenvolvimento foi felizmente atalhado pelas providencias tomadas pelos Fazendeiros, e Senhores de Escravos... Entende finalmente sua Exa. que conquanto na actualidade não haja sério motivo de receio, não deve contudo dar-se por satisfeito com as informações obtidas, tendo por conveniente entrar no exame deste negocio até encontrar o fio que o prende³⁸².

Apesar do projeto deste plano insurrecional, nada ocorreu de extraordinário na sociedade escravista naquele ano. No dia 7 de setembro, data marcada para a sublevação em Piracicaba, Mestre Pedro deve ter visto as horas passarem com lentidão na cadeia pública da vila, esperançoso e nervoso com a demora da

³⁸² Correspondências do Governo para a Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo. Correspondência de 30 de junho de 1848, nº 12.

resposta do recurso impetrado à justiça. Entre os brancos, passado o temor, a guerra entre conservadores e liberais conheceu uma nova batalha durante o tenso dia da eleição.

É importante destacar que as pesquisas históricas, ao tratar do tema do fim do tráfico intercontinental e do abolicionismo, quase sempre caminharam para o estabelecimento de relações de causa-efeito baseadas em eventos. No entanto, é provável que as respostas estejam em uma mudança estrutural muito mais profunda e, ao mesmo tempo, por mais contraditório que pareça, discreta e de difícil acesso aos historiadores: um processo histórico resultante de uma profunda mudança de mentalidade, que propiciou transformações sócio-econômicas e culturais que mudaram a maneira de pensar e, principalmente, o modo de agir da sociedade. Propiciaram, ainda, a emergência das classes populares como sujeitos históricos decisivos. Não era apenas uma conjuntura circunstancial, mas um processo de mudanças estava emergindo, um equilíbrio de forças se alterando. É de Emília Viotti a frase capaz de sintetizar esse pensamento: “há alguns períodos históricos em que as pessoas de repente se dão conta que o mundo não é mais o que costumava ser”³⁸³

Resultado desse processo histórico, naqueles dias, no longínquo ano de 1848, a comunidade escrava tentou, sem êxito aparente, planejar um futuro melhor... e agir. No entanto, após a descoberta e debelação do plano de rebelião, a vara chorou nas costas de Mestre Pedro, e provavelmente, a tortura marcou o corpo dos principais participantes da comunidade escrava, primeiro para que o plano fosse desbaratado. Depois, com o avanço das investigações e desqualificação dos principais acusados, grande parte deles foi devolvida aos seus senhores e, provavelmente, voltaram a ser castigados privadamente, nas fazendas. Depois disso, foram obrigados a assinar o *termo de bem viver* e o palco da guerra voltou a ser o cotidiano da relação entre senhores e escravos.

Depois disso, esta guerra conheceu muitos lances, e um deles, ao que parece, foi derivado, ou ao menos acelerado, como consequência direta da ousadia destes homens e mulheres de 1848: o fim do tráfico interatlântico, que

³⁸³ VIOTTI DA COSTA, *Op. Cit.*, p. 41.

vigorou a partir de 1851. É claro que a pressão inglesa foi fundamental, como já foi observado por Jaime Rodrigues³⁸⁴ e Leslie Bethell³⁸⁵. De acordo com Rodrigues, a Inglaterra tinha dado um ultimato ao Brasil: ou o tráfico acabava ou haveria um bloqueio aos portos brasileiros, atitude de pré-guerra da principal potência militar do período. Deve-se considerar, ainda, uma mudança de mentalidade resultante do aumento da imigração: os que aqui chegavam, quase todos oriundos da Europa, em sua maior parte deploravam a escravidão e demonstravam esse sentimento. E esse é um assunto ainda não analisado pelos historiadores... sob outra perspectiva, a subida do Partido Conservador ao poder, de acordo com Tâmis Parron³⁸⁶, alterou a política governamental relativa ao tráfico. Deve-se considerar, ainda, a associação entre febre amarela e tráfico de escravos a qual, de acordo com Chalhoub³⁸⁷, fez a população perceber que o prejuízo não seria impagável se o Brasil aceitasse as exigências inglesas. Por fim, a historiografia deve aceitar que o medo da haitinização do Brasil, da violência escrava, era uma realidade na metade do século XIX e esse fator também deve ser considerado para que a Lei Euzébio de Queiroz fosse aprovada. Foi possível observar isso nas palavras do presidente da província, temeroso de uma rebelião de maiores proporções. Era melhor estancar a chegada daqueles “selvagens africanos”, agora ensaiando rebeliões. E mais, havia uma série de novas idéias perigosas sendo apropriadas pelos escravos. O medo estava no ar. Além de exigirem a liberdade, agora juravam que, “derramariam o sangue daquelles que se opuzessem”³⁸⁸. O resultado da confluência de todos esses fatores, o medo inglês, a necessidade de civilizar o país, a febre amarela, o temor do crescimento da violência escrava, infringiu a primeira grande derrota aos defensores da escravidão: o tráfico africano acabou. Mais uma batalha era vencida.

Nesse processo de crescente dissensão entre os brancos, incluindo uma crescente pressão internacional, este conflito foi, de certa forma, vencido pelos de

³⁸⁴ RODRIGUES, *Op. Cit.*

³⁸⁵ BETHELL, Leslie. A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e questão do tráfico de escravos, *Op. Cit.*

³⁸⁶ PARRON, *Op. Cit.*

³⁸⁷ CHALHOUB, *Op. Cit.*

³⁸⁸ AFCP/CCMW, *Op. Cit.*, fl. 07v.

baixo, depois de quarenta duros anos de luta, com a oficialização da abolição da escravidão, em maio de 1888, de forma paradoxal: aprovada por uma condoída elite senhorial, foi assinada por uma moribunda monarquia, símbolo maior do *Ancièn Règime*, que ensaiava o seu adeus à história de forma pateticamente humanista. A fortaleza senhorial, minada pela audácia, coragem e resistência cotidiana de escravos e ex-escravos, transformara-se, naquele final da década de 1880, em um *Castelo de Cartas*. Muitos escravos, havia mais de um ano, com inúmeras e maciças fugas na Província de São Paulo, já estavam colhendo os frutos de suas lutas. Viram-se, naquele final de 1887 e início de 1888, como nos sonhos de Mestre Pedro e de sua esposa, Danuza: os mais audaciosos ignorando as ordens dos senhores, muitos deles exigindo dos brancos a alforria. Muitos dos que não conseguiram a alforria em comum acordo com o senhor, simplesmente deram-lhes as costas e foram embora das fazendas. A elite senhorial branca, isolada socialmente, pouco podia. O furacão da mudança fez o *Castelo de Cartas* desabar.

4 - Fontes utilizadas

Como fonte primária principal foi utilizado o *Summario Crime* sobre a rebelião, disponível no Arquivo Marta Watts, pertencente à Universidade Metodista de Piracicaba, além de outros processos judiciais que procuraram averiguar os boatos. Esses processos foram abertos em Campinas - disponível no Centro de Memória da Unicamp - e em Lorena, disponível no Arquivo Municipal, que por sua vez fica sediado na Biblioteca Municipal da cidade.

Além desses processos foram acessadas correspondências envolvendo a polícia, Câmaras de Vereadores, Assembléias Provinciais, Exército, ministérios e a autoridade central, o governo monárquico. Em sua maior parte, as fontes foram acessadas no Arquivo Público do estado de São Paulo. Alguns deles estão disponíveis no Arquivo Nacional.

Foram utilizadas também estatísticas sobre o número de casamentos, população, entre outros dados, que foram cruzados com a situação civil dos principais envolvidos no plano de rebelião.

Foram também acessadas edições de jornais do Rio de Janeiro, Salvador, Pelotas, Belém do Pará entre outros, todos disponíveis no Arquivo Edgard Leurenroth, na Unicamp.

5 - Fontes primárias

Fontes manuscritas

Arquivo da Cúria Municipal de Piracicaba. Dados sobre nascimentos, casamentos e mortes.**

Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo. Período de 1848-1852.*

Atas da Assembléia Provincial de São Paulo. Período de 1848-1851.*

Atas da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Anos de 1848 a 1854.***

Correspondências do governo da província de São Paulo com a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo. Período 1848-1850.*

Correspondências do governo da província de São Paulo com Juízes e Promotores de Justiça. Período 1848-1850.*

Correspondências do governo da província de São Paulo com Câmaras de Vereadores do estado de São Paulo. Período 1848-1850.*

Correspondências do governo da província de São Paulo com a Polícia do estado de São Paulo. Período 1848-1850.*

Correspondências da Polícia com o governo da província de São Paulo. Período 1848-1850.*

Correspondência reservada da Justiça de São Paulo. Período 1848-1850.*

Juízes de Direito. Período de 1848-1849.*

Ofícios e correspondências da Câmara dos Vereadores de Piracicaba. Anos 1848 a 1851.***

Processos judiciais, 1º Ofício, Arquivo do Fórum da Comarca de Piracicaba, Arquivo do Fórum da Comarca de Piracicaba/Centro Cultural Martha Watts). ****

Processo-crime contra os réus Joaquim e Pedro, libertos, Joaquim, Pedro e outros, escravos. 1º Ofício, 1848, Caixa 13-C.****

Polícia. Ocorrências. Período de 1848-1850.*

Fontes impressas

Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, 1848 e 1849.*

Jornal Gazeta Piracicabana. Edições de 25/05/1938 e 30/05/1938.*****

Fontes em microfilme

População de Piracicaba, anos 1836-1850. Rolo 142.*

Fontes eletrônicas

Censo demográfico de 1872. Chicago University. *Brazilian Series Documents Project*. URL <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>

Legendas:

* Disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, na capital.

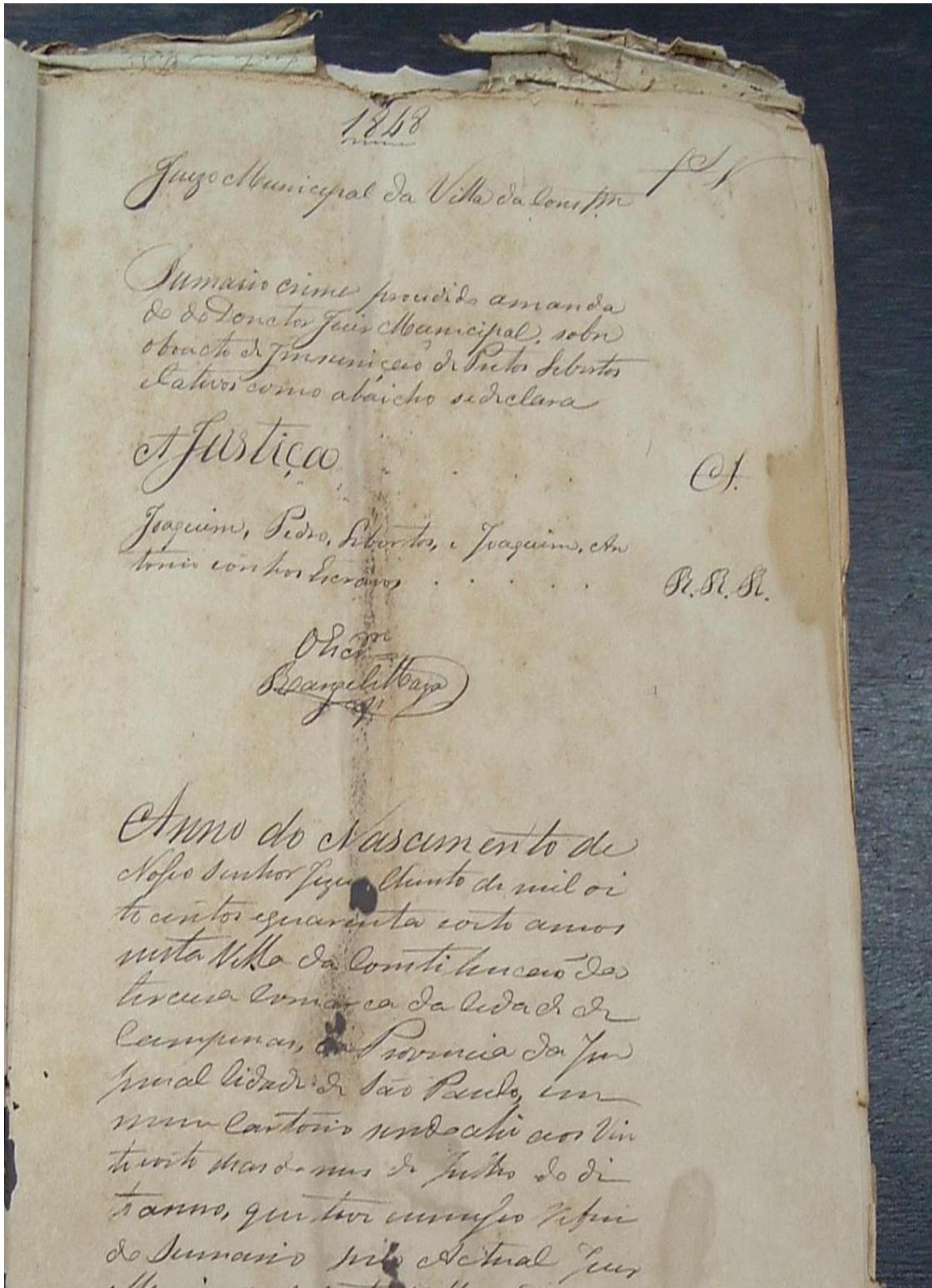
** Disponível na Cúria municipal de Piracicaba.

*** Disponível na Câmara dos Vereadores de Piracicaba.

**** Disponível no Centro Cultural Marta Watts, campus centro da Unimep.

***** Disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba: IHGP.

OBS: Todas as fontes mencionadas foram transcritas para o formato Word ou Excell, com exceção do microfilme relativo à população de Piracicaba e dos documentos digitalizados do Arquivo da Universidade de Chicago.



1858

Juizo Municipal da Villa da Comst

Sumario crime puerido amanda
de do Donato Feis Municipal, sobre
o bracho de pmissões de Pedro Sibrato
e outros como abaicho se declara

Justiça

C.

Joaquim, Pedro, Sibrato, e Joaquim, An
tonio conhos heranos

R. R. R.

D. H. C.
B. S. S. S.

Anno do Nascimento de
Nosso Senhor Jesus Christo de mil oi
to centos e quarenta e oito annos
nusta Villa da Comst. Juizo das
terceira Comarca da cidade de
Campinas, Provincia do Ju
zualidade de São Paulo, em
um Cartorio ondeahi aos vin
te e oito dias do mes de Junho do di
to anno, que teve currujo Refui
do Sumario pto Actual Jus

Contra-cap do Sumario Crime, fonte primária principal da tentativa de rebelião de Piracicaba. O péssimo estado de conservação deste documento, com muitas páginas deterioradas por fungos, em alguns casos faltando algumas partes de páginas, foi um dos grandes obstáculos para a pesquisa. Além disso, muitas partes estavam praticamente ilegíveis, demandando muito trabalho em editores de imagens para tentar compreender o que estava escrito.

PELOURINHO DE
CONSTITUIÇÃO
(PIRACICABA)



Instalação: 10/08/1822

Local: Área Central - hoje espaço livre em frente ao edifício Kennedy, Praça José Bonifácio

Desinstalação: Segundo Quartel do Século XIX

O único uso teria sido para castigo dos líderes da insurreição de 1848 Planejada em Piracicaba

Desenho do antigo Pelourinho de Piracicaba, local onde foi castigado o principal personagem do plano de levante escravo de Piracicaba, Mestre Pedro. Agradecimento especial ao Cássio Marafanti, que encontrou esta imagem juntamente com a imagem da força, ambas no IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).



Imagem trabalhada digitalmente do *Pátio da Forca de Piracicaba*, outro dos principais símbolos da coerção senhorial. Estava localizado entre a Av. Armando Sales de Oliveira e a Rua Moraes de Barros, e foi instalado no início do século XIX, mais precisamente, em outubro de 1822, quando a freguesia foi alçada à condição de vila. Em 1853, a forca foi incendiada pelo sapateiro Daniel de Oliveira Franco. Fonte: IHGP.

ficaria removido a obstáculo, e não ha-
veria impossibilidade de com tempo
e muito trabalho formar-se o Archivo
publico. Deos Guarde a V. S. Secretaria
do Governo de S. Paulo 30 de Ju-
nho de 1848 = Sr. D. Flaminio Anto-
nio do Nascimento Lepa 1.º Secretario
da Assembléa Legislativa Provincial =
O Secretario interino - Francisco Gomes
de Almeida.

N.º 1211
Sr. D. — Foi presente a Sua Ex.ª Sr.
Presidente da Provincia o Officio de V. S.
com data de 27 do corrente, em que decla-
ra haver a Assembléa Legislativa Provin-
cial deliberado se lhe pedissem os seguin-
tes esclarecimentos. = 1.º - A remessa
da correspondencia reciproca com as
Auctoridades da Villa de Lorena sobre
a tentativa de insurreição, que teve lu-
gar ultimamente na dita Villa. 2.º -
Se foi preso e processado o Francês
indiciado como Agente da insurrei-
ção, e que outras providencias deo o
Governo a respeito. = 3.º - Que juizo
forma o Governo sobre a importancia
dessa tentativa, e se houverão receios
de desenvolver-se. &c. = E de ordem
do mesmo Ex.ª Sr. passo a responder.
Ao 1.º com a remessa da corresponden-
cia reciproca havida entre o Governo
e as Auctoridades de Lorena e Silveiras
sobre

Imagem de uma correspondência entre o governo da Província de São Paulo e a Assembléa Legislativa da Província de São Paulo. Entre a 18ª e a 24ª linha, há menção a uma outra tentativa de insurreição de escravos, ocorrida em Lorena e Silveiras, e à prisão do instigador, um outro francês, desta vez um morador no Brasil havia 10 anos.

7 – Bibliografia

AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Estudo sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro - 1808-1821. Dissertação de mestrado, *Departamento de História, FFLCH – USP*, 1983.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Rebeldia e Resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – século XIX*. RJ: Paz e Terra, 1987.

BETHELL, Leslie. A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e questão do tráfico de escravos. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia*. São Paulo: editora da USP, 1952.

CANELAS, Letícia Gregório. *Franceses "Quarante-Huitards" no Império dos Trópicos. *1848-1862)*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848." *Tempo* [online]. 2009, vol.14, n.27, pp. 133-149. ISSN 1413-7704. Acesso em 24 de outubro de 2010. URL: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a10v1427.pdf>

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. trad.: Álvares Cabral. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
_____. *Visões de Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Resenha de Os Conservadores no Brasil Império, de Jeffrey D. Needell. Revista Afro-Ásia, nº 035, 2007, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

_____. The politics of disease control: yellow fever and race in nineteenth century Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Studies*, v.25, p.444-463, 1993.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: editora da Unesp, 1988.

_____. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue*. tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Pôrto de Santos à Cidade de Cuiabá*. trad. de Affonso de E. Taunay. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

DEAN, Warren. Rio Claro. *Um sistema brasileiro da grande lavoura, 1920-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Antislavery British Mobilization in Comparative Perspective*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1987.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: editora da Unicamp, 1989.

ESCOSTEGUY Filho, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção saquarema no Senado do Império do Brasil*. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.

FARIA, Sheila de Castro e SLENES, Robert W. "Família escrava e trabalho". *Revista Tempo*, vol. 3, nº 6, Rio de Janeiro: editora da UFF, dezembro de 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus-Edusp, 1965.

FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*:

- famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850.* Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1997.
- _____ *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado.* tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FORTESCUE, William. *Revolução e contra-revolução na França, 1815-1852.* tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram.* tradução: Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____ *Da Rebelião à Revolução.* São Paulo: Global, 1983.
- GOMES, Flávio dos Santos. Em Torno dos Bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. *Revista USP*(28): p. 40-55, Dezembro/Fevereiro 95/96.
- _____ *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – séc XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- HEYWOOD, Linda M. *Central Africans and cultural transformations in the American Diaspora.* Cambridge: Cambridge University press, 2002.
- Hazard, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII. De Montesquieu a Lessing.* tradução: Carlos Grifo Babo. Lisboa: Presença, 1989.
- HILL, Christopher. *O Mundo de ponta-Cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.* tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, Eric J. *A Era dos Impérios*. tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____, Eric J. *A Era das Revoluções*. tradução: Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____ “A História britânica e os annales: um comentário.” IN *Sobre História*. tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-200.

_____, Eric. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, 2ª edição.

_____, *Rebeldes Primitivos. Estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____ *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L’ouverture e a Revolução de São Domingos*. tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbet S. “Homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 ago. 2009. doi: 10.1590/S0102-01882008000200007.

LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind”: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História (Dep.o de História, PUC-SP), nº12, out.

- 1995, p. 43-56.
- _____. *Campos da Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. *1789. O Surgimento da Revolução Francesa*. tradução: Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LINEBAUGH, Peter. *Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram*. tradução: Célia Marinho de Azevedo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3 (6): 7-46, set. 1983.
- _____. *Réplica*. tradução: Célia M. de Azevedo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 16:221-232, março de 1988/Agosto de 1988, p. 221-230.
- LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A Hydra de Muitas Cabeças. Marinheiros, Escravos, Plebeus e a História Oculta do Atlântico Revolucionário*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MACHADO, Maria H. P. T. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.
- _____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão.” *Revista Brasileira de História*, 8:16, mar./ago. 1988, p. 143-160.
- MARSON, Izabel Andrade. *Liberalismo e Escravidão no Brasil*. *Revista USP* (28) 58-67, dez. jan. fev. 95/96.
- _____. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARX, Karl. *As Lutas de classe na França*. São Paulo: Global editora, 1986.
- _____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- MALAVOLTA, Eurípedes. *História do café no Brasil*. São Paulo: Ceres, 2000.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os Significados da Liberdade*

- no Sudeste Escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros. *Ser Escravo no Brasil*. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MENDONÇA, Joseli N. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOTA, Isadora Moura. O vulcão negro da chapada: rebeliões escravas nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864). Dissertação de mestrado. Campinas: *Universidade Estadual de Campinas*, 2005.
- MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 ago. 2009. doi: 10.1590/S0102-01882006000200003.
- _____. *Os Quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NEEDELL, Jeffrey D. The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship. In: *Journal of Latin American Studies*. v. 33, n. 4, 2001.
- _____. Resposta a Sidney Chalhoub e a sua Resenha “Os Conservadores no Brasil Império”. *Revista Afro-Ásia*, nº 037, 2008, p. 291-301. Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- _____. *The Party of Order: the Conservatives, the State and slavery in Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. 2ª edição. Piracicaba: Franciscana, 1974.
- QUEIROZ, Suely R. R. de. “Escravidão Negra em debate” IN FREITAS, Marcos

Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 103-108.

_____. *Escravidão negra em São Paulo. (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PIROLA, Ricardo F. A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família. Campinas, Dissertação de mestrado, *Universidade Estadual de Campinas*, 2005.

_____. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011.

POMEAU, René. *La Europa de Las Luces. Cosmopolitismo y unidad europea in siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Economica, 1988.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, João José. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. Revista USP (28)* 14-39, dez. jan. fev. 95/96.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. e Gomes, Flávio (orgs). *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *Arquitetura Naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros*. IN: Florentino, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Civilização Brasileira, 2005.

_____. *De costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1784-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no final do tráfico*

de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SALLES, Ricardo. Almanack Brasiliense. Sao Paulo, nº 10, p. 48-53, nov. 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. Belo

Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SCHWARGZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SWEENEY, Robert. "Outras canções de liberdade: Uma crítica de 'Todas as montanhas atlânticas estremeceram' ". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 08, no 16, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, mar/1988 — ago/1988, pp. 205-219. Lígia Osório Silva. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*.

SLENES, Robert. Lares Negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. IN: ARANTES, Antonio Augusto. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____ "Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta do Brasil." *Revista USP*, nº12, dez.jan.fev. 1991-92, p. 48-67.

_____ *Na Senzala, uma Flor. As esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____ "The Great Porpoise- Skull Strike. Central African Water Spirits and Slave Identity in Early-Nineteenth-Century Rio de Janeiro." IN HEYWOOD, Linda M. *Central Africans and cultural transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária I. A Árvore da Liberdade*. tradução: Denise Bottman. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- _____. *A Formação da Classe Operária II. A Maldição de Adão*. tradução: Renato B. Neto e Cláudia R. de Almeida. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A Formação da Classe Operária III. A Força dos trabalhadores* tradução: Denise Bottman. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Scwarcz, 2002.
- THORNTON, John. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400 – 1680*. Cambridge: University Press, 1992.
- TORRES, Maria Celestina T. Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.
- TSCHUDI, João Thiago Von. *Viagem às Províncias do Rio e São Paulo*. Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1953.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Trad: Modesto Florenzano. Bauru: Edusc, 2003.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.
- WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec / História Social, USP, 1998.